

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE
ALEGRE-ES

Revista de História do Colegiado do Curso de
Licenciatura Plena em História/FAFIA-ES

Espehos do Tempo

DOSSIÊ

**Continentes e Arquipélagos da
História na Contemporaneidade**

Alegre-ES, 2012

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE
ALEGRE-ES

Revista de História do Colegiado do Curso de
Licenciatura Plena em História/FAFIA-ES

Espelhos do Tempo

DOSSIÊ

**Continentes e Arquipélagos da
História na Contemporaneidade**

Alegre-ES, 2012

Espelhos do Tempo é uma publicação do
Colegiado do Curso de Licenciatura Plena em História da
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES – FAFIA

COORDENAÇÃO GERAL E DE PUBLICAÇÃO:

José Mauriene Araújo Felipe (FAFIA-ES)

Damião Amiti Fagundes (FAFIA-ES)

COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: Vera Lúcia de Souza Vieira (Diretora da Instituição/FAFIA-ES), Damião Amiti Fagundes (coordenador do Curso de História/FAFIA-ES), José Mauriene Araújo Felipe (Professor convidado/FAFIA-ES), Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos (Professor da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Quirinópolis)

IDEALIZAÇÃO:

José Mauriene Araújo Felipe

Damião Amiti Fagundes

INFORMAÇÕES:

Colegiado do Curso de Licenciatura Plena em História – FAFIA

Rua Belo Amorim, 100 – Centro

Alegre-ES – CEP 29.500-000

Telefone: (28) 3552-1412

E-mail: fafia@fafia.edu.br

Home page: www.fafia.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na publicação – CIP
(Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES)
Autarquia Municipal

Espelhos do Tempo – **Revista de História da FAFIA. Alegre:** Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Alegre-ES, Colegiado do Curso de
Licenciatura Plena em História, Vol. 01, Nº 01, (jul. - dez., 2012), 2012.
296p.

Periodicidade: Semestral

ISSN: 2538-5110

1. História- Periódico. 2. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES.
3. Colegiado do Curso de Licenciatura Plena em História. I. FAFIA. II. Título.

CDU: 905

Índice Para Catálogo Sistemático:

905 História Periódicos.

930.05 História antiga e geral - Periódicos.

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, desta obra, por qualquer meio, sem autorização dos autores ou da editora, constitui violação da Lei nº 5.988.

Pede-se permuta.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ALEGRE-ES – FAFIA
AUTARQUIA MUNICIPAL

Colegiado do Curso de Licenciatura Plena em História

Presidente da Autarquia: José Guilherme Aguiar

Diretora: Vera Lúcia de Souza Vieira

Coordenador do Colegiado de História: Damião Amiti Fagundes

Editoração: José Mauriene Araújo Felipe

Conselho Editorial:

Profª. Vera Lúcia de Souza Vieira, Prof. Damião Amiti Fagundes;

Prof. José Mauriene Araújo Felipe; Profª. Vera Lúcia Alvarez Junger.

Conselho Consultivo:

Profª. Rita de Cássia F. Torres – FAFIA, Profª. Vera Lúcia Alvarez Junger – FAFIA

e Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos (Professor da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Quirinópolis).

Tiragem: 200 exemplares.

Apoio Técnico e Monitoração:

Julia Barbosa Gonçalves (Graduanda em História/FAFIA-ES)

Thiago de Oliveira (Graduando em História/FAFIA-ES)

Capa:

José Mauriene Araújo Felipe

Projeto Gráfico:

Suprema Gráfica e Editora Ltda. – Visconde do Rio Branco-MG

Revisão de textos e normas técnicas:

José Mauriene Araújo Felipe

Editoração eletrônica:

Suprema Gráfica e Editora Ltda.

Preparação da Ficha Catalográfica:

Bib. RJCP/FAFIA- 002/2012.

Impressão:

Suprema Gráfica e Editora Ltda. - Visconde do Rio Branco - MG

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO – História no Plural: desafios e perspectivas do “historiar” nos dias contemporâneos.....	09
José Mauriene Araújo Felipe	
Damião Amiti Fagundes	

DOSSIÊ

CONTINENTES E ARQUIPÉLAGOS DA HISTÓRIA NA CONTEMPORANEIDADE

I – Apropriações e representações da realidade nos discursos cinematográficos sobre o genocídio em Rwanda.....	25
Pablo Michel Candido Alves de Magalhães	
II – Guerrilha do Caparaó, o primeiro movimento armado contra a ditadura militar no Brasil.....	49
Dinoráh Lopes Rubim Almeida	
III – Democracia e política de segurança no Brasil contemporâneo: reflexões teóricas e metodológicas para pesquisa temática.....	83
Márcia Barros Ferreira Rodrigues	
IV – Paleografia e Diplomática: aspectos introdutórios para a leitura paleográfica e análise de documentos manuscritos do século XIX.....	97
Márcio Xavier Corrêa	

V – O perfume de Tutankamon: uma análise hermenêutica de um vaso de perfume da tumba de Tutancâmon – Carte 271.....	131
Francis Lousada Rubini de Oliveira	
VI – De rochedo a arquipélago: a emergência do Arquipélago de São Pedro e São Paulo na história da pesquisa científica.....	157
Raimundo Pereira Alencar Arrais	
Aldenise Regina Lira da Silva	
VII – “Representação” – (A)ventura de Carlo Ginzburg em busca do significado autêntico da “palavra”, da “ideia” e da “coisa”.....	173
José Mauriene Araújo Felipe	
VIII – A história não oficial da Comunidade Quilombola de Linhaquinho, norte do Estado do Espírito Santo.....	203
Juliana Romano	
IX – O nosso @mor a gente inventa: prazeres virtuais e amores líquidos no (web)espaço.....	227
Robson Victor da Silva Araujo	
X – Compreendendo a fissura por crack para adoção de estratégias de enfrentamento em programas de tratamento de redução de danos....	259
Florinette Pinto Ridolphi	
Rosane Maria Souza dos Santos	
XI – HELLP – Evidências para a sistematização da assistência de enfermagem.....	277
Teresa Cristina Ferreira da Silva	

APRESENTAÇÃO

HISTÓRIA NO PLURAL – DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO “HISTORAR” NOS DIAS CONTEMPORÂNEOS

José Mauriene Araújo Felipe¹

Damião Amiti Fagundes²

No ano de 2001, foi publicada no Brasil a obra póstuma de Marc Bloch (1886-1944), com o título de “Apologia da História ou o Ofício de Historiador”. Na França, esse trabalho veio a conhecimento do público pela primeira vez no ano de 1949. Tratava-se de resgatar o que é considerado como o último legado escrito (e inacabado) de Marc Leopold Benjamin Bloch, falecido no ano de 1944. Quais os reais motivos que mantiveram esse estudo “distante” de nós brasileiros por 52 anos (sua publicação no Brasil ocorreu em 2001) não é questão de grande importância. O que realmente impressiona é o fato de Bloch ter-se mantido fiel, de modo extraordinário, ao seu tempo, sabidamente caracterizado como dos mais críticos e férteis de mutações na história da humanidade. Não ter finalizado essa sua obra, devido ao trágico abreviamento de sua existência pelos nazistas, permitiu que a mesma fosse emblemada como

-
- 1 Mestre em História Social das Relações Políticas pelo PPGHis da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica/PUC de Belo Horizonte-MG. Pós-Graduado em História Social do Brasil pelo PROESP/UFES e em Língua Inglesa pelo Centro de Línguas dessa mesma IES. Pesquisador em Ciências da Comunicação, Ciências Sociais, História Ambiental e Cultura Organizacional. Professor Convidado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES/FAFIA.
 - 2 Mestrando em **Ciências da Educação pelo** Programa de Pós-Graduação da Universidad San Carlos, em Asunción-Paraguay. Pós-graduado em **História Social do Brasil pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES**. Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES/FAFIA. Graduado em **Ciências Sociais** pela Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES. Professor de História e Coordenador do Colegiado de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES/FAFIA.

recado e como alerta para a posteridade, qual seja: o ofício do historiador não é compilar fatos que deverão ser meticulosamente estudados por ele. Quem se debruça sobre documentos, com a pretensão de analisá-los de modo “imparcial”, como se o sujeito que os observa pudesse ser separado do(s) objeto(s) de sua pesquisa, não contribuirá como deveria na “transmissão dos testemunhos”. No ofício de historiar, aquele que passa adiante os testemunhos dos homens vivendo em sociedade nunca deixa de ser um dentre eles: o historiador está inserido no mesmo tecido histórico-social do qual ele é parte orgânica.

Bloch (2001) é autêntico, encontra-se inspirado, sabe que tem uma missão a cumprir. O que ocorre ao seu redor queima-o com ardor desvelado. É desse contexto de conflitos extremos e aterradores que ele – um guerreiro “sabedor” de sua morte iminente – luta para compreender a complexidade dos tempos presentes que o desafiam brutalmente. Ele tem consciência do passado recente, ao mesmo tempo em que se percebe como mais uma vítima a ser crucificada pelo “presente” que vive. Sua obra salta da teoria para tornar-se “[...] um trabalho de metodologia histórica composto no final de sua vida [...]” (LE GOFF, 2001: p. 15), uma espécie de mapa dos caminhos possíveis para adentrar-se no emaranhado de ações humanas de qualquer tempo, um recado prudente destinado aos observadores da História.

A noção da “história como problema” foi para Bloch algo tão caro quanto o vigor revolucionário que o imortalizou como um dos maiores representantes de seu “ofício”, ao longo do período dos debates fundadores da História auxiliada pelas Ciências Sociais – de 1900 a 1929 (REIS, 2000) e, sobremaneira, depois da Revolução da História a partir de 1929. Observar, ponderar e tentar compreender as ações dos homens no tempo, eis uma síntese do pensamento de Bloch (2001). Nesse sentido, as reflexões de pensadores dos dias de hoje sobre o trabalho desse pensador da primeira metade do século XX giram em torno da atualidade de seus postulados, dentre os quais Bloch teria chegado ao entendimento de que

“[...] a história seria talvez a ‘ciência dos homens, ou melhor, dos homens no tempo’” (BLOCH, apud SCHWARCZ, 2001: p. 7).

Não é demais enfatizar que o surpreendente nessa “obra inacabada” é o vigor de sua atualidade neste início de século XXI. Bloch era um visionário – um idealista da “história problema”, talvez –, um pensador motivado pelos horrores testemunhados por ele em pessoa durante as Grandes Guerras. Não se pode deixar de registrar o fato de que esse homem viveu e movimentou-se no centro de catástrofes inéditas do totalitarismo de Hitler, durante quase toda a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e que, por ser judeu, também foi vítima do mais aterrador sistema totalitário que se conhece. Como as discussões sobre essa catástrofe global ainda permanecem um problema histórico de grandes proporções para as Ciências Históricas na Contemporaneidade, certamente as situações extremas experienciadas por Bloch, no período compreendido entre setembro de 1939 e junho de 1944³, contribuíram excepcionalmente para redimensionar suas visões de mundo.

A despeito de sua morte precoce, os postulados de Bloch sobre a impossibilidade de se “construir” uma História capaz de nos mostrar uma verdade absoluta, baseada em fatos analíticos, apontam mais para a sabedoria da compreensão do que para a lógica do julgamento imparcial. A busca pela compreensão das causas por detrás dos fatos históricos apresenta-se mais conveniente do que a análise calculista e simplista das mesmas. Ainda no que diz respeito à compreensão como via facilitadora da percepção e abstração do conhecimento histórico, não se pode garantir que ela seja a solução definitiva para os estudos históricos.

Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: “compreender”. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de

3 Marc Leopold Benjamin Bloch foi “[...] fuzilado pelos alemães em 16 de junho de 1944 nos arredores [de Lyon]. Foi uma das vítimas de Klaus Barbie” (LE GOFF, 2001: p. 15).

esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. Até na ação, julgamos um pouco demais. É cômodo gritar “à força!”. Jamais compreendemos o bastante. Quem difere de nós – estrangeiro, adversário político – passa, quase necessariamente por maus (BLOCH, 2001: p. 128).

A História não é por si só a “construtora” do tempo dos homens no tempo; não é ela mesma a “produtora” dos homens com seus inventos, seus feitos memoriais (diferenciados de acordo com suas múltiplas culturas), muito menos a “promotora” da extensão ou propagação de fenômenos transculturais (GINZBURG, 2001) que se diluem indefinidamente no espaço-tempo das civilizações. A História é, dir-se-ia, “fruto” de seu tempo, ou melhor, “produto” de ações e relações dos e entre os seres humanos engajados nesses diferentes recortes de espaço-tempo que se interconectam, falam entre si, conversam, comunicam-se por meio de pistas, fontes, indícios, textos os mais diversos.

A História se movimenta em conformidade com o surgimento de ideias, pensamentos que se materializam em tecnologias, por exemplo, as quais viabilizam o aparecimento de espaços concretos, sob a governança (orientação, domínio, etc.) de valores morais e/ou éticos segundo a delimitação histórica de perspectivas culturais (mentalidades, visões de mundo, etc.). Onde não há a presença do homem, não pode haver História, já que esta pressupõe o “saber”, ou conhecimento, de um ser vivo dotado de pensamento, discernimento, etc. Saber e conhecimento, por sua vez, pressupõem a existência de indivíduos se relacionando em comunidades, contribuindo para a construção de suas identidades, seja no singular ou no plural. São processos que se interpenetram.

Onde o homem não se faz presente, não existe nem ontem nem hoje, muito menos o amanhã, tão caro ao processo de “historiar” em quaisquer tempos dos muitos passados vividos e escritos pela espécie humana; de “historiar” o tempo presente construído de

impressionante multiplicidade de tempos “instantâneos” (BRAUDEL, 1972), imediatistas e característicos de um tempo presente surgido na segunda metade do século XX e esfacelado neste início de século XXI. A História dos homens, feita pelos homens, é um fluir ininterrupto de mudanças. As mudanças de longa ou mediana duração (BRAUDEL, 1992) são nos dias de hoje menos “interessantes” do que as mudanças rápidas, aceleradas pelas revoluções tecnológicas e pela emergência de economias de mercado global, primando por uma “história imediata” (LACOUTURE, 1998), supostamente substituinte de culturas cujas mentalidades pertencem ao tempo da longa duração braudeliana. Essas novas modalidades de esmigalhar os tempos da História (DOSSE, 2003), que ficam cada vez mais curtos e rápidos, bem pode ser generalizado pelo nome de “história do presente” (CHAUVEAU e TÉTART, 1999). Entretanto, essas “novidades” de uma “história episódica”, tendo por base os acontecimentos (SIMIAND, apud BRAUDEL, 1972), fazem parte de discussões velhas e pretensiosas, contras as quais aquele que melhor representou a segunda fase da Escola dos *Annales* – período compreendido entre 1946 e 1968 – assim se manifestava: “A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo e ao acontecimento, habituou-se desde há muito à sua narração precipitada, dramática, de pouco fôlego” (BRAUDEL, 1972: p. 11-12). Contra esse tipo de “história tradicional” (história dos acontecimentos), político-individualista e de narrativa precipitada, Bloch (2001) foi incisivo e radical. A revolução de 1929 é o grande marco dessa oposição. Queria-se trazer para a ribalta a história de todos os homens, em toda sua diversidade social e complexidade cultural. Como entender a ocorrência desses esfacelamentos da História nos tempos contemporâneos?

Ao afrouxar seus limites, na segunda metade do século XX, expandindo suas fronteiras para muito além de suas dotações metodológicas, na denominada terceira fase da revolução em História – período que vai de 1968 a 1988 (REIS, 2000), as crises passam a ser

constantes nas Ciências Históricas. Além de historiar as crises de nossos tempos, uma grande quantidade de historiadores passa a se preocupar com as crises de uma história que se olha com impressionante frequência diante do espelho. Trata-se de perguntas que são feitas a si mesma: “Quem, ou o Que sou e para Que eu sirvo?” A História olha para tempos estranhos e estranha-se ante a fragmentação de durações matemáticas curtas, episódicas, robóticas, quânticas, subatômicas, nanométricas, ou fotônicas. Como definir esses tempos esmigalhados, engendrados por excessiva quantidade de conhecimento científico-tecnológico, o qual aparece com a mesma rapidez que desaparece? Como narrar acontecimentos da “supermodernidade”, que se caracteriza pela produção de proximidades distantes e distâncias próximas, as quais se deslocam de lugares para “não-lugares” (AUGÉ, 1994), sinalizando assim crise de “velhos” paradigmas sem nada de “novo” para por nesses lugares “feitos” de não-lugares?

A batuta das sociedades de massas é uma britadeira de movimentos e abrangências globais. As metamorfoses sociais fazem parte de paisagens técnico-asfíxiantes. Como ilustrar esses fenômenos sócio-históricos quando eles ocorrem de modo vertiginoso, mudando-se de lugares para não-lugares que cientificamente caracterizam alguns vieses de nossos tempos? Questões cruciais para conclusão nenhuma, justo numa ocasião em que se fazem tentativas para se dar “[...] resposta a uma certa sensação de esgotamento do sentido da experiência histórica [...]” (DOSSE, 2003: p. 15). Os desenhos da Contemporaneidade além de tantos são multifacetados; os contextos se multiplicam na proporção em que a duração diminui e o devir “histórico” aloja-se em um presente de perplexidades e lacunas de “vazios” alienantes. Paralelo à sensação de esvaziamento do sentido na vivência histórica emerge uma “[...] realidade plural [em oposição a] uma escola estabelecida num lugar único. Ela opera sinergias teóricas fecundas que exprimem sem dúvidas as exigências incontornáveis da conjuntura intelectual [...]” (DOSSE,

2003: p. 15). Essa realidade plural impõe o surgimento de uma “história no plural”, o que significa a multiplicação de investigações no âmbito das ciências humanas em uma profusão como jamais se conheceu antes. Como exemplo, “[...] todos os misteres das ciências sociais não cessam de transformar-se em razão de seus movimentos próprios e do vivo movimento do conjunto. A história não faz exceção. Nenhuma quietude está pois à vista [...]” (BRAUDEL, 1992: p. 53).

Vive-se em tempos de “intoxicação” científico-intelectual e falar de “quietude” em face de turbulências tecnológicas, imbricadas à obsolescência do conhecimento nos dias contemporâneos, parece pieguice. Por outro lado, no mundo de desordens há lugar para tudo: o ridículo não é um estranho, muito pelo contrário. A própria desordem se renova e, como não poderia ser diferente, vive-se num planeta que renova sua desordem (BAUMAN, 1998) e, não contente com os equívocos do capitalismo global (GRAY, 1999), abre espaço para “[...] os partidários de uma reglobalização do discurso das ciências humanas pela política [o que o redireciona para] uma ‘humanização das ciências humanas’” (DOSSE, 2004: p. 41-42). O termo “reglobalização” soa estranho, como certa provocação teórico-metodológica no âmbito das Ciências Históricas. Por outro lado, não se pode excluir o “estranho” em uma sociedade que o aceita como normal. O homem estranho de qualquer tempo também é objeto dos estudos históricos. “Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável” (BAUMAN, 1998 p. 27). A “reglobalização” da História pressupõe uma ciência que englobe de modo inclusivo todos os homens e mulheres, estranhos ou não, em toda sua diversidade: plural, mutante, ambígua, inesperada, célere, episódica, massiva, digital, ciberespacial, individualista, disforme, descentralizada, pois seu lugar se faz de não-lugares. A História parece ter dificuldades para assimilar o absurdo que se aloja dentro e fora dos

parênteses contemporâneos, ou o “estranho” inimitável e “natural” nos tempos pós-modernos.

O problema do discurso político-humanístico dos partidários da “reglobalização” mencionada por Dosse (2004) remete-nos àquelas pretensões de uma História Total e Global dos tempos de Febvre (apud REIS, 2000). A abundância de fatos – acontecimentos – nas primeiras décadas do século XX inspirou os criadores da Escola dos *Annales* a pensarem uma História de “tudo”. Daí a expressão e impressão de que “tudo é história”. O curioso é que essa “impressão” não era novidade naquela época. “A questão parece estranha. ‘Tudo é história’, dizia George Sand, como mais tarde Marguerite Yourcenar: ‘Tudo é história’” (PERROT, 2008: p. 16). Se o estranhamento diante da abundância de acontecimentos ocorridos nas três primeiras décadas do século XX impulsionou Febvre, entre outros, a imprimirem uma “história total e global”, teria a indescritível pluralidade da diversidade no início deste século XXI levado Dosse (2004) a refletir sobre uma possível “reglobalização” de uma nova história totalizante, em tempos cujos fenômenos sociais não têm mais centro, não pertencem mais a lugar nenhum? Quais as reais intenções por detrás do aforismo que apregoa a “humanização das ciências humanas”, com especificidade para as Ciências Históricas?

No ensejo das questões de impasse e impacto referenciadas acima, relembra-se que as vivências extremadas de Bloch (2001), compreendidas no período de 1939 a 1944, não apenas explicitam a cumplicidade do historiador com o contexto de seu tempo presente: essas experiências, fruto de fatos ocorridos no limiar do inesperado e nas fímbrias do extremo, permitiram-lhe intuir, prever (grosso modo) as perspectivas e desafios no processo de historiar no pós-1945 e mesmo no pós-1991, quando caíram definitivamente as “cortinas de ferro” da União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas – URSS, mencionadas por Furet (1995) como tendo sido o ideal de uma grande ilusão. O que Bloch viveu, pensou e testemunhou

entre 1914 e 1944 corresponde ao que Hobsbawm (1999) denominou de a “Era da catástrofe”. O que poderia ser pior do que as duas Grandes Guerras Mundiais, quando a brutalidade da política europeia se superaria com o mais terrível de todos os sistemas totalitários – o nazismo? Em seu “desespero” para apreender os fenômenos mais “estranhos” do século XX, Bloch transcendeu seu tempo e projetou-se para tempos de incertezas e perspectivas de um futuro incerto, na insegurança do século XXI. Encontra-se a História hoje em um beco sem saída?

Essa questão apresenta-se tão sem sentido quanto as especulações sobre o futuro da humanidade. Entretanto, nos tempos “estranhos” que se vive há de se concordar com a não exclusão de quaisquer discussões sobre a serventia da História. São questões que aparecem em *outdoors* – tentativas para se mapear as incertezas do futuro; incertezas do devir que se tenta trazer para o “agora” – do tempo presente cheio de lacunas denunciando uma “ausência” da História. Quando François Dosse publicou em 1987 sua obra “A História em migalhas” (que, noutras palavras, trata da preconização de uma história atomizada pela fragmentação), não faltaram seguidores com talento para tirar proveito da “novidade” e reciclar, ou melhor, “reglobalizar” suas visões do porvir nas Ciências Históricas. Com razão: a “história-total ou global”, abre, de certa forma, brechas para esse tipo de abordagem. Muitos esquecem que essa frase permite ambiguidades, tais como: o “total” e ou o “global” tendem para significados como “tudo” e “todo”. Mas, que diferença isso faz? Em se tratando do primeiro termo, “tudo” se refere à “[...] consideração de que ‘tudo é história’, não havendo mais regiões que seriam interditas ao historiador; no segundo [termo], seria a ambição de apreender o ‘todo’ de uma época, seria uma abordagem holística de uma sociedade” (FEBVRE, apud REIS, 2000: p. 78).

Essa ideia levaria, nas duas últimas décadas do século XX, alguns pensadores a se debruçarem sobre reflexões incômodas a respeito do fim da História como se conhece. Seria isso um tipo de “apocalipse

historiográfico”? Que tipo de história seria possível depois do “fim” da História da Escola dos *Annales*? Seria uma tentativa para “[...] entender melhor o mundo em que vivemos e ajudar os outros a entendê-lo, a fim de contribuir para melhorá-lo, [pois] ‘Está em nossas mãos recomeçar o mundo outra vez’” (FONTANA, 1998: p. 38). Isso explica bem que a História tem seus ciclos, períodos que Braudel (1992) denominou de “a longa duração”. Nada mais ilustrativo para encerrar um ciclo historiográfico do que o ano de 1991. Fontana questiona sobre o que virá no pós-1991.

O século XX por inteiro foi objeto da “história problema”, foi motivo para produzir as mais diversas abordagens historiográficas em todos os continentes, com grande destaque para historiadores europeus, sobretudo franceses, americanos e latino-americanos. O que se viveu na última década do novecentos já era “velho” para Bloch, Febvre e tantos outros pensadores da História ao longo das quatro primeiras décadas do novecentos. Daí a surpreendente atualidade do pensamento de Bloch (2001) neste início de século XXI.

Esse sentimento de “final de ciclo” historiográfico repercutiu no Brasil – com grande destaque para a segunda metade do século XX. Como nesta **Apresentação** não se dispõe de espaço para elencar nomes importantes da historiografia brasileira desse período, faz-se referência a uma abordagem historiográfica produzida na última década do novecentos brasileiro, por apresentar ela alguns vieses do “espírito dos tempos” que tão bem caracterizou os anos 1990, qual seja: a historiografia sobre contrastes e catástrofes. Nóvoa (1993) fez um balanço da “cara” das Ciências Históricas no final do século passado, ao qual nomeou de uma História que se encontrava à deriva ou, em outras palavras, à beira do abismo. Trata-se de uma “[...] obra [...] multifacetada, [que] nasceu nas ondas da turbulência dos últimos anos e visa a refletir sobre a modernidade, o século XX, suas contradições e a herança que ele deixa para as gerações do terceiro milênio” (NÓVOA, 1993: p. 8). Curioso que

no mesmo ano de 1993 foi publicada na Europa a obra *Le Nouveau Moyen Age*, da autoria de Minc (1994), que seria traduzida para o português – A Nova Idade Média – e aqui publicada em 1994. Sua temática são também os contrastes e as catástrofes do novecentos, indo desde a Era da fluidez, passando pelo Tempo dos espasmos, até ficar “à deriva”, em busca da Ordem no caos.

A Coordenação do Colegiado do Curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre/ES – FAFIA tem a satisfação de trazer a público o Volume I – segundo semestre de 2012 – da Revista de História **Espelhos do Tempo**. Para esta primeira edição, elegeu-se como eixo central o tema seguinte: **Continentes e Arquipélagos da História na Contemporaneidade**. O objetivo é privilegiar textos de quaisquer áreas do conhecimento, sem exclusão de uns em favor de outros. Afinal, as abordagens explicitadas acima justificam sobejamente o que Febvre (apud REIS, 2000) postulou sobre a inviabilidade de se imporem fronteiras regionais que interditassem a mobilidade ou liberdade do historiador na escolha dos objetos e métodos para desenvolver sua pesquisa. O que Bloch intuiu em seu tempo (para o futuro), Febvre não se omitiu em imaginar a expansão dos campos e domínios das Ciências Históricas sem precedentes de obstáculos. O que em sua época era visto como regional, hoje é global, ou melhor, continental, intercontinental, ao mesmo tempo em que ilhas e/ou arquipélagos da História se interconectam por meio das mais variadas modalidades.

A Revista de História da FAFIA – **Espelhos do Tempo** – foi imaginada na Região do Caparaó Capixaba para o Estado do Espírito Santo, Região Sudeste, Brasil e – por que não? – para outros continentes. Não se pretende “reglobalizar” a História. Nem é necessário, pois as incontáveis revoluções científicas, a eclosão de tecnologias que disputam tecnologias, o fetiche consumista das massas, as frequentes mutações sociais, a abundância e os excessos de dados disponíveis em nível planetário alimentam incessantemente ocorrência de fatos os

mais variados, ensejando reinvenções de mundo que acontecem a cada dia. O que aqui se propõe é uma forma de repatriamento da Região do Caparaó Capixaba para diferentes regiões do país, ao mesmo tempo em que se acolhem releituras historiográficas de outras localidades. Não se dá preferência às temáticas dos tempos atuais – início de século XXI –, nem a uma historiografia do presente, tida por alguns pesquisadores como desafio a ser encarado e rejeitada por outros como história jornalística⁴, em detrimento de abordagens sobre História Antiga, por exemplo. Aqui todos os tempos são possíveis, conversam entre si, renovam-se, vêm do passado distante para as convulsões do presente.

Nesse sentido, as perspectivas aqui oferecidas são plurais. Não obstante, isso não ocorre de modo aleatório: analisam-se, ponderam-se e denunciam-se os acontecimentos e/ou fatos de tempos passados recentes e de tempos passados distantes, que visitam o presente. O que se denomina de “história no plural”, pensada por historiadores como Dosse (2003), está amparado por um compromisso em relação às diferentes modalidades de se “historiar” nos tempos presentes, inserindo-se nesse compromisso sentimento de preocupação em face dos inúmeros desafios a serem encarados pelos profissionais de história, em tempos que “prenunciam” um futuro inseguro, de incertezas.

Uma característica crescente da historiografia moderna é que ela tem passado a ver a si mesma – de maneira cada vez mais explícita e auto-referenciada – como um campo fragmentado, compartimentado, partilhado em uma grande gama de sub-especialidades e atravessado por muitas e muitas tendências. Fala-se hoje em muitos tipos de “história” [...] O oceano da historiografia acha-se hoje povoado por inúmeras ilhas, cada qual com a sua flora e a sua fauna particular. Ou, para utilizar uma metáfora mais atual, po-

4 Para compreensão da diversidade discursiva sobre “história do presente”, recomenda-se leitura da obra de Chauveau e Tétart (1999), anotada no Referencial Bibliográfico, ao final desta Apresentação.

demos ver a Historiografia como um vasto universo de informações percorrido por inúmeras redes, onde cada profissional encontra a sua conexão exata e particular (BARROS, 2004: p. 9).

Nesta primeira edição de **Espelhos do Tempo**, ousa-se “repensar” a História, sem se prender exclusivamente à Escola Francesa da História dos *Annales*, independente de sua extraordinária contribuição revolucionária para com as Ciências Históricas, desde o alvorecer do século XX, reconhecendo suas crises, sim, mas sempre revolucionando para se superar e se preparar para novos desafios. Tem-se consciência de que a História não é apenas “francesa”, nem italiana, alemã, inglesa ou americana. Existem muitas outras escolas historiográficas. Independente das abordagens ousadas sobre uma “história total-global” (FEBVRE, apud REIS, 2000), em última instância existe a “história do ser humano”, em toda sua pluralidade, esteja ele onde estiver. Não se pode pensar em uma “historiografia soberana”, do mesmo modo como não se pode mais imaginar uma “cultura superior”, como foi pensada na Europa algum tempo atrás. Entende-se “[...] que a ‘história’ são na realidade ‘histórias’, [...] que existe uma multiplicidade de tipos de história [...]” (JENKINS, 2011: p. 20).

Os artigos aqui elencados não constituem uma oferta de soluções para os desafios do “historiar” na Contemporaneidade. Eles são apresentados como propostas não conclusivas, estando os mesmos disponíveis para que leitores apreciem, critiquem, reflitam e mesmo deem suas sugestões. Para relembrar as sábias recomendações de Bloch (2001), muito mais importante do que análises e julgamentos criteriosos, ultra-rationais, pretensiosamente imparciais diante dos fatos, deve o profissional de História jorrar luz sobre seu ofício procurando “compreender” esses fatos, ainda que os significados do termo compreensão não comportem “tudo”, pois jamais um pesquisador compreende o suficiente para esgotar

as perspectivas de um fato sequer no longo processo do “historiar”, seja nos tempos dos dias atuais ou no futuro que nunca interrompe sua “chegada”, pois está sendo atraído pela constante evolução técnico-científica, surpreendendo os tempos presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Tradução de Carlos Braga e Inácia Canelas. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

_____. História e Ciências Sociais: a longa duração. In. _____. **Escritos sobre a história**. 2ª ed. Tradução de J. Ginsburg e Tereza C. Silveira da Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. p. 41-78.

CHAUVEAU, Agnes e TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos *Annales* à Nova História. Tradução de Dulce Oliveira A. dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. **O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas.** Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: 2003.

_____. **História e ciências sociais.** Tradução de Fernanda Abreu. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da História.** Tradução de Antonio Penalves Rocha. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FURET, François. **O passado de uma ilusão: ensaios sobre a ideia comunista no século XX.** Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995.

GINZBURG, Carlo. Representação – A palavra, a ideia, a coisa. In: _____. **Olhos de Madeira** – Nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103.

GRAY, John. **Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global.** Tradução de Max Altman. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** 2ª ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JENKINS, Keith. **A História repensada.** 3ª ed. Tradução de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2011.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: **A história nova.** LE GOFF, Jaques (Org.). 4ª ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 215-240.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador.** Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 15-34.

Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre - ES

MINC, Alain. **A nova Idade Média**. Tradução de Vera Lucia Emidio. São Paulo: Editora Ática, 1994.

NÓVOA, Jorge (Org.). **A história à deriva**: um balanço de fim de século. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1993.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

REIS, José Carlos. **Escola dos *Annales***: a inovação em história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Apresentação à edição brasileira: por uma historiografia da reflexão. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 7-12.

APROPRIAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DA REALIDADE NOS DISCURSOS CINEMATOGRAFICOS SOBRE O GENOCÍDIO EM RWANDA

Pablo Michel Candido Alves de Magalhães¹

Resumo

O artigo aqui apresentado visa desenvolver um estudo acerca das representações da realidade, a partir das apropriações desta por parte de diretores, nos discursos cinematográficos dos filmes *Hotel Rwanda* (2004) e *Abril Sangrento* (2005), que se propõe revisitar a história do genocídio de 1994, em Rwanda, país situado no centro do continente africano. Para tal, serão utilizados autores que versam sobre o evento, como Mamdani (2001) e Fonseca (2011), bem como pesquisadores que se debruçam sobre a reflexão discursiva em torno das obras cinematográficas, como Schurmans (2010) e Guzzo e Teixeira (2010).

Palavras – Chave: Representações; Discurso; Genocídio; Cinema.

Abstract

This paper aims to develop an study about representations of reality, based on appropriations of it by directors, on cinematographic speeches of the movies *Hotel Rwanda* (2004) and *Sometimes in April* (2005), in which it is proposed to revisit the history of the 1994's genocide, in Rwanda, country located at center of African's continent.

1 Mestrando em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Especialista em Docência da Filosofia pela Universidade Cândido Mendes – UCM. Graduado no Curso de Licenciatura em Historia pela Universidade de Pernambuco – UPE. Editor-chefe da Revista Historien e do site histórico/pedagógico O Historiante Contato: pablomagalhaes@revistahistorien.com

To this propose, it will be utilized writers who study this event, as Mamdani (2001) and Fonseca (2011), and researchers who study about discursive reflection around the movies, as Shurmans (2010) and Guzzo & Teixeira (2010).

Keywords: Representations; Speech; Genocide; Cinema.

INTRODUÇÃO

A utilização, por parte da indústria cinematográfica, de elementos factuais e momentos históricos de repercussão ou de grande polêmica, é uma característica muito forte e muito presente, seja qual for a delimitação geográfica ou a tradição filmográfica de um país, no cinema mundial. Adaptações e utilizações do fundo histórico e de eventos históricos determinados já renderam milhares de milhões a produtores, diretores, atores e demais profissionais envolvidos em sua produção. E a população consumidora, bastante aberta a esse tipo de película, lota salas de cinema. Sucessos como *Operação Valquíria* (2008), *Bastardos Inglórios* (2009), *A conquista da Honra* (2006), e até mesmo *Capitão América* (2011), entrelaçam exemplos de ficção pop e contextos baseados em momentos da história mundial.

No entanto, além de entreter as pessoas, e angariar lucros astronômicos, essas produções também podem revelar as apreensões da realidade, feitas por seus roteiristas e diretores, além de evidenciarem a carga política e cultural depositada no olhar fornecido pelo filme acerca de determinado evento histórico. Ou seja: “O cinema, como qualquer outra *media*, é susceptível de evidenciar tendências manifestas ou latentes da sociedade na qual é produzido” (SCHURMANS, 2010: p. 1).

Cabará ao crítico arguto, seja ele sociólogo, filósofo, historiador, etc., descobrir e analisar essas representações por meio do discurso implícito nas cenas e nas abordagens desenvolvidas (SHURMANS, 2010).

Nesta perspectiva, buscaremos neste breve artigo fazer uma análise das representações feitas pelo cinema sobre o genocídio de 1994 na República de Rwanda, refletindo sobre os discursos construídos acerca do evento, por meio das apreensões feitas por seus respectivos diretores. Suas representações, mais que simples obras artísticas do século XXI, são retratos de tendências políticas e sociais, sobre um mesmo evento, de uma sociedade.

Entretanto, antes disso, é necessário que demos um mergulho na história por trás do discurso. O que foi o genocídio em Rwanda? Quais seus motivos? Quais suas consequências? Os filmes que aqui são analisados darão voz a personagens (reais e fictícios) que fornecerão óticas sobre o evento, mas que também são as opiniões e representações (e abordagens, também) de seus produtores, visões que são colocadas nos filmes com o intuito de direcionar e influenciar a opinião dos espectadores.

Assim, podemos inferir que “[...] a possibilidade de uma melhor percepção da realidade retratada no cinema não significa a total fidelidade aos fatos. Dessa forma, trata-se de uma representação da realidade no cinema” (GUZZO e TEIXEIRA, 2010: p. 89), e não da realidade propriamente dita.

Portanto, nossos estudos devem partir dos aportes fornecidos, pela geografia e pela história, sobre o genocídio ruandês, com o intuito de situar o leitor e fornecer a ele mecanismos para a compreensão das análises posteriores sobre os filmes selecionados.

HUTUS, TUTSIS E A IGNORÂNCIA GLOBAL

A princípio, devemos começar nossas análises com uma explanação geográfica do nosso objeto de estudo. Isso não se configura como um reducionismo, mas como argumento que, posteriormente, traremos novamente à baila, ao longo das reflexões desenvolvidas.

Rwanda é um daqueles pequenos países do continente africano

marcados, no mapa *mundi*, por um pequeno ponto de localização ou um número. Sua área é pouco maior que o estado brasileiro de Sergipe (26.330 km²) e sua população (11.395.210 habitantes) quase a mesma, em totalidade, que o número de habitantes na cidade de São Paulo – SP. Sua economia é hoje também quase a mesma que poderíamos encontrar 20 anos atrás, á qual está baseada principalmente na agricultura familiar. Não é e nunca foi um dos países africanos que mais se destaca no cenário mundial, e pouco ou quase nada é reportado sobre ele nos noticiários televisivos, jornais impressos ou mídia de internet.

Entretanto, em 1994, entre 6 de abril e 4 de julho, um fato transformou a história deste pequeno ponto geográfico, quase esquecido pelo mundo, e suas consequências ainda hoje suscitam debates incansáveis sobre a dignidade humana, violência e genocídio: “Milhares de ruandeses da capital Kigali que se entendiam e se denominavam como *hutus* pegaram suas armas, formaram barricadas, e invadiram casas e outros locais em que estavam seus vizinhos” (FONSECA, 2011: p. 29), pessoas que faziam parte da comunidade e que se denominavam *tutsis*, com o propósito de matá-los. O possível estopim: assassinato do presidente Juvenal Habyarimana em um incidente aéreo, causado supostamente pelos próprios *tutsis*.



Figura 1- Mapa africano e, em destaque, Rwanda.

Foram, no total, quase 100 dias de extermínio em terras ruandesas, de pessoas que possuíam em suas carteiras de identidade o carimbo que os denominava *tutsis*, além de *hutus* moderados que se recusavam a compactuar com o que se configurou como um dos maiores e mais cruéis genocídios do século XX. Estimativas reportam quase 1 milhão de vítimas.

Analisar as raízes desse conflito obriga-nos viajar ao passado, ao início do século XX, quando a dominação belga tomou Rwanda dos alemães e promoveu uma forte separação racial entre as etnias nativas da região. No entanto, minimizar ao fator colonizador (ou a ausência deste) como único motivo plausível para o genocídio de 1994 é encarar o povo ruandês como simples observador passivo de sua história, e não como seu próprio agente, o que seria considerá-los ingênuos ou sujeitos passivos (FONSECA, 2011).

O fato é que o genocídio ruandês foi orquestrado pelos próprios ruandeses, da etnia *hutu*, e praticado por civis, “[...] executed with the slash of machetes [...] with all the gruesome of a street murder” (MAMDANI, 2001: p. 5), algo que vai muito além do burocrático extermínio em massa, por gás, sistematizado pelos nazistas; não em número, mas em crueldade e sanguinolência.

Até então, militares eram a mão executora dos genocídios conhecidos pela humanidade. Em Rwanda, civis, pessoas comuns, membros das comunidades, que plantavam para seu sustento e que se relacionavam bem em seu cotidiano, pegaram seus instrumentos de trabalho (os facões, os machados) e liquidaram pessoas que, até então, eram seus colegas próximos do dia-a-dia.

Há influencia externa para esse conflito? Podemos conjecturar que a diferenciação étnica promovida pelos belgas deu o pontapé inicial nos primeiros conflitos. As medidas eugênicas foram utilizadas para tanto: os mais claros, com narizes menores e cavidade craniana maior seriam os mais aptos, os melhores. Os *tutsis* foram os escolhidos, e estes

passaram a representar, segundo Mamdani (2001), um poder subordinado aos colonizadores, enquanto que os *hutus* seriam o “ordinary folk” (MAMDANI, 2001: p. 102), o povo comum, o objeto da dominação. “Por meio da Igreja Católica, os belgas manipularam a classe alta da etnia *tutsi* para que reprimissem os *hutus* com altos impostos e trabalhos forçados” (GUZZO e TEIXEIRA, 2010: p 84-85).

A revolução de 1959 inverteu esse quadro e trouxe ao poder os *hutus*, que derrubaram a monarquia e construíram uma república. Essa revolução, que culminou com o fim da primazia política dos *tutsis*, gestou e pariu um elemento social que veio a acirrar os ânimos entre as etnias: o *hutu power* (poder dos *hutu*), um sentimento de vitória e de identidade para os ruandeses assim classificados. “Hutu power [...] is an overriding conviction that the Rwandan nation is Hutu and, therefore, power in an independent Rwanda must also be Hutu. Tutsi may live in Rwanda, but only as a resident alien minority, at sufferance of the Hutu nation.” (MAMDANI, 2001: p. 126). Essa ideia torna-se central para o poder *hutu*, e permeia todo o período em que essa etnia dominou a política ruandesa, atuando como mola mestra na engrenagem que desembocou, em 1994, no extermínio de *tutsis*.

Às portas do genocídio, notícias circulavam em países europeus, principalmente na França, e também nos Estados Unidos. No entanto, o desinteresse internacional bateu o martelo para que os assassinatos fossem levados a cabo sem qualquer força contrária que pudesse combater. A ONU, diante do seu pequeno número de forças na região, e em face da negativa dos países em intervir no assunto, retirou também suas tropas. “O resultado foi o assassinato de cerca de 800 mil pessoas da etnia *tutsi* incentivado pelo governo *hutu*, enquanto a população internacional ignorava o genocídio” (GUZZO e TEIXEIRA, 2010: p. 85).

A SÉTIMA ARTE: RWANDA, DO HOTEL *DES MILLES COLLINES* AO SANGUE DE ABRIL

É a partir desse quadro geral que nos debruçamos sobre as apreensões e representações desse conflito em produções cinematográficas nos anos 2000. O cinema tem sua capacidade de construir realidades e difundi-las com uma grande velocidade para as massas. No entanto, essas realidades, nascidas das apreensões acerca daquilo que se quer reproduzir, nem sempre correspondem ao que é ou foi real, revelando em seu discurso diversos interesses distintos. Sobre o genocídio ruandês, há um bom número de produções que circularam em vários países. Entretanto, para uma melhor análise dos discursos, destacamos dois filmes bastante simbólicos (pelo fato de terem representações muito características): *Hotel Rwanda* (2004, com direção de Terry George) e *Abril Sangrento* (2005, dirigido por Raoul Peck).

A primeira obra, do irlandês Terry George, é uma produção dos estúdios de Hollywood e conta a história do genocídio a partir da visão de Paul Rusesabagina, gerente do Hotel *Des Mille Collines*, de propriedade belga. O filme retrata de que maneira ele, um *hutu*, personagem real do massacre, protegeu no hotel onde trabalhava um grande número de *tutsis*, e mesmo *hutus* moderados, fugindo dos assassinatos na capital Kigali. A segunda película, idealizada e dirigida pelo haitiano Raoul Peck, é uma produção da HBO, canal de televisão norte-americano, e reproduz a história fictícia de um soldado ruandês da etnia *hutu* que perde esposa e filhos durante o mês de abril de 1994, período em que o genocídio teve seu início, e vive, nos dias atuais, atormentado por não saber qual a verdade sobre o desaparecimento de sua família, algo que descobrirá ao fazer um caminho doloroso de encontro ao seu irmão, único que poderá esclarecer essa dúvida.

Além da diferença entre as histórias contadas, há também as diferenças de divulgação: *Hotel Rwanda* foi um filme amplamente divulgado e premiado; desembarcou no Brasil em grandes quantidades. Dificilmente encontraríamos pessoas que não tivessem assistido ou ouvido falar dele. Já com *Abril Sangrento* é diferente: sua produção foi restrita, inicialmente, aos telespectadores do canal HBO, que por sinal é pago; poucos puderam assisti-lo, apesar de ter sido premiado e amplamente debatido em todo o mundo (SCHURMANS, 2010).

Entretanto, para além da busca por paralelos comerciais ou de premiação desses dois filmes, é preciso que adentremos em seus enredos, e observemos suas cenas, seus diálogos, seus personagens estereotipados, a fim de descobrir quais orientações regem o discurso presente na representação do conflito.

SOBRE SORRISOS NOS LÁBIOS E UM BOM FIM

Primeiramente, vamos observar *Hotel Rwanda*. Paul Rusesabagina representa, aqui, o que podemos classificar como “herói pelas circunstâncias”. Funcionário do principal hotel de Kigali, este personagem entra em contato, ao longo da primeira parte do filme, com hóspedes estrangeiros, entre políticos, militares e jornalistas. O ambiente desenvolvido pelo diretor cria, para o espectador, a sensação de tensão e instabilidade presente. No entanto, Paul considera o local seguro, pelo fato de tropas das Nações Unidas estarem realizando a segurança do local, sob as ordens do Coronel Oliver, além do que, o senhor Rusesabagina em vários momentos, quando pode expressar sua opinião, posiciona-se de modo simpático aos europeus e ao estilo de vida ocidental. Em decorrência, sobremaneira, desse jeito de pensar, Paul procura sempre intervenções de Belgas e Franceses nos eventos que se desenrolam em torno do hotel.

Em raros momentos o filme preocupa-se em buscar mostrar os assassinatos e demais eventos ocorridos nas ruas da cidade. Afora as

intimações e invasões de algumas casas de *tutsis*, Terry George define como campo de eventos o Hotel *Des Milles Collines*, utilizando como recurso dialético com a realidade os sons. “Assim, em *Hotel Ruanda*, várias cenas atestam a presença do fora de campo por sons que evocam a guerra (tiros, explosões...) numa tensão permanente, pois o espaço virtual da guerra e do genocídio em curso ameaça constantemente o espaço actual do hotel” (SCHURMANS, 2010: p. 8), que representa o local onde ainda se pode sobreviver. Cenas, como a alegre dança das crianças em torno da piscina do hotel, ou o jantar romântico de Paul e sua esposa Tatiana, à luz de velas, em um dos quartos de hóspedes, agem como elementos de reforço à essa característica.

O recurso do som vai além. Em momentos oportunos, Paul e as pessoas ao seu redor utilizam rádios, para saber mais sobre o que está acontecendo no país. No filme, este recurso é utilizado desde o incidente aéreo, onde o presidente *hutu* de Rwanda foi morto, passando por momentos como o da transmissão do discurso de Christine Shelley, porta-voz do Estado americano, onde o fragmento utilizado é aquele no qual ela não consegue definir quais atitudes os EUA estão tomando diante dos eventos sangrentos em Rwanda, até o ponto em que o radialista pede para que a milícia popular pegue seus machados e, ao preço de 10 mil francos por cabeça, persigam Paul e os fugitivos do *Milles Collines*.

A ideia de utilizar o recurso radiofônico é fornecer ao espectador a perspectiva ideológica disseminada entre os orquestradores do genocídio: a rádio RTL M transmite discursos apologeticos de *hutus* que reforçam a ideia do “Hutu Power” e chamam os *tutsis* de “baratas”, conclamando os cidadãos a exterminar a praga. Entretanto, cabe aqui formular uma questão de importância fundamental: até que ponto explorar o recurso de um desses discursos no rádio logo na introdução do filme pode provocar a demonização dos *hutus* por parte dos espectadores? O ambiente do filme passa a promover uma visão maniqueísta do evento, verdadeiramente dualística: o mal, por meio das ondas de rádio, veicula

sua mensagem perversa, enquanto que o bem, na personificação dos *tutsis* e principalmente Paul, o rosto à frente da etnia, ouve, estarrecido, sua sentença de morte.

É válido também levantar uma constatação: Paul é um *Hutu*, como havíamos afirmado alguns parágrafos acima. Qual é o outro personagem *Hutu* relevante apresentado? Gregoire, o *Hutu* mal, em contraponto com Paul, o *Hutu* bom, que protege os *Tutsis*. Esse mesmo Gregoire, ao longo do filme, foge do hotel, denuncia a existência de membros da etnia rival sob o teto do *Milles Collines* e, por fim, ingressa na milícia popular *Hutu*. O que estamos procurando descobrir? O diretor deixa claro: Paul é um *Hutu* bom, que praticamente deixa de ser *Hutu* pra ser um *Tutsi* (que no filme é sinônimo de bom, de pacífico). Além dele, não há outro: os demais de sua etnia são os assassinos, são como Gregoire, que foge do hotel (o local de paz, de alegria e esperança) e busca agregar-se ao “*Hutu Power*”, voltando quase ao final do filme para cobrar de Paul (o herói, quase um Schindler) a vergonha que o fez passar.

Terry George constrói justamente essa imagem de Paul Rusesabagina: um mito. “Se *Hotel Ruanda* não fez dele uma personagem complexa, dividida, mas antes um ser inteiramente colocado do lado do bem, tal deve-se a uma concepção do cinema como arte próxima da tragédia” (SCHURMANS, 2010: p. 9). Seria ele um personagem heróico, com o qual espectadores se identificariam. São várias cenas que fazem com que essa ideia se torne ainda mais forte. Vamos enumerar as mais emblemáticas:

I – Paul, Tatiana e seus filhos, juntamente com vizinhos que se refugiaram em sua casa, são interpelados pelo exército *Hutu* e obrigados a revelar as identidades, onde estavam carimbados os nomes das etnias de cada um. Temente do que poderia acontecer, e solicitado por Tatiana, ele pede que o oficial poupe a todos, concordando em ir com os soldados ao hotel *Diplomat* (que seria

usado como base pelos militares). Paul deveria pegar as chaves para eles, as quais estão no cofre.

II – Ao abrir o cofre do Diplomat, Paul encontra jóias, dinheiro americano e bebidas, além das chaves que o oficial quer. Num plano fechado da câmera, podemos ver Paul pegando o dinheiro e colocando no bolso e, por fim, mostrando as chaves encontradas. Quando fecha o cofre e sai, Paul vê todos os vizinhos, inclusive Tatiana e suas crianças, agachadas, e os soldados chutando-os. Diante da acusação do oficial (Paul seria um traidor por dar abrigo às “baratas”), que joga as identidades sobre ele e o golpeia no rosto, o senhor Rusesabagina recorre ao suborno: a vida deles todos por 100 mil francos. Depois de muito titubear, o oficial cede, e concorda em conduzir todos os *tutsis* mediante pagamento.

III – O coronel Oliver, das Nações Unidas, retorna ao Hotel *Des Milles Collines* com boas novas: algumas famílias, mediante sua intervenção, receberiam cartas de extradição, e poderiam fugir de Rwanda para países vizinhos. Claro que uma dessas famílias era a de Paul. Com tudo preparado, o comboio organiza a partida na cena seguinte. A tomada de câmera seguinte mostra um Rusesabagina um tanto pesaroso, triste por deixar boa parte dos refugiados à espera de um eventual milagre, pegando suas cartas e recebendo seus agradecimentos. No entanto, ao quase subir no caminhão, ele volta-se para trás, num plano fechado onde podemos ver sua expressão de tristeza. Ele acaba não entrando, e diz ao companheiro que estende a mão para ajudá-lo a subir: “Não posso deixá-los. Cuide de Tatiana e da minha família.” É o sacrifício do herói: ele deixa que sua família se salve, mas volta para terminar seu trabalho, que é o de proteger aquelas pessoas, que permanecem no hotel.

São três passagens emblemáticas, e servem como signos de heroísmo. Não podemos afirmar que o diretor Terry George é contraditório ou incoerente: o papel dele está feito. O mito foi construído, a história de

libertação liderada por um Hutu que renega seu lado mal para se tornar um homem livre (dito nas entrelinhas, um homem europeu, que passará a morar na Bélgica, exilado). Porém, o que poderia ser factual em *Hotel Rwanda*?

Não poderíamos concluir este raciocínio sem citar o livro *Hotel Rwanda Ou Le Génocide Des Tutsis Vu Par Hollywood*, de Ndahiro e Rutazibwa (2008). Por meio de depoimentos dos sobreviventes do genocídio, que estiveram no Hotel *Les Mille Collines*, além de cartas e faxes enviados, os autores constroem um outro retrato de Paul Rusesabagina. As fontes recolhidas apontaram que esses sobreviventes não creditavam a ele a sua salvação, e alguns chegaram a afirmar que o próprio Paul havia tentado lucrar com o momento em que viviam, vendendo a comida e cobrando das vítimas as diárias dos quartos em que estavam refugiadas. Obviamente, os produtores e Terry George pretendem vender ao público o ideal trágico de um personagem heróico, e não o de um oportunista.

Aqui, faz-se necessário destacar um outro ponto latente do filme, qual seja: O personagem (não o real) Paul – o negro Hutu – renega ao seu povo e assume uma postura ocidental europeia. Ou seja, antes de qualquer coisa, Paul acredita no branco e em suas forças armadas (ainda que, em um momento de estresse, fique desapontado e até furioso com a distância dos belgas e dos franceses, chegando ao ponto de se chamar de tolo, por ter engolido tantos presentes, como charutos, chocolates, bebidas, e, ao fim acabar sozinho) e, em diversos momentos, não só seu pensamento é branco, mas ele utiliza-se de uma máscara branca, refletida em seu modo de agir, em seu modo de vestir, em seu modo de falar, para ser aceito e levado a sério (até por ele mesmo). O negro

[...] identifica-se com o explorador, com o civilizador, com o branco que traz a verdade aos selvagens, uma verdade toda branca. Há identificação, isto é, o jovem negro adota subjetivamente uma atitude de branco. Ele recarrega o herói, que é branco, com toda a sua agressividade [...]. Uma criança de oito anos que oferece alguma coisa, mesmo a um adulto, não saberia tolerar uma recusa (FANON, 2008, p. 132).

Paul, dentro dessa perspectiva, identifica-se com o europeu francês explorador, busca relacionar-se com ele, para reafirmar sua relação de colonizado: trata-o polidamente, à moda ocidental, oferece seu melhor *whisky* e recebe chocolates, charutos, enfim, regalos que lhe garantem um estilo (lembramos do primeiro diálogo do filme, entre o próprio Paul e Dube, sobre ter esse tal “estilo”). “O negro quer ser branco. O branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (FANON, 2008: p. 27), e ao negro resta servi-lo e imitá-lo. Algo que pode ilustrar esse pensamento é a cena em que Paul, desiludido, abandonado pelo branco amigo, desabafa com Tatiana: “Não tenho história, nem memória. Sou um tolo, Tati”.

Ao fim da película, Paul e Tatiana, além da doutora Archer (a branca europeia, que simboliza a preocupação ocidental europeia com os ruandeses, fazendo par nessa função com o coronel Oliver) reencontram os sobrinhos perdidos, ao passo que a trilha musical oferece um clímax de alegria e liberdade. Regozijado, Paul, a doutora, sua esposa, seus filhos e os sobrinhos (um deles em seu colo) caminham pela estrada, atrás de várias crianças. Pelo plano frontal da câmera, podemos vê-los todos, formando um grupo. Archer avisa a Paul: “Disseram que não havia mais lugar” (referindo-se ao ônibus, que estava partindo naquele momento), ao que ele responde: “Sempre haverá”. Então um coral de crianças se faz ouvir: *Ni ryari izuba, Rizagaruka, Hejuru yacu / Ni nd’ uzaricyeza*

ricyeza (Quando o sol retornará sobre nós? / Quem o revelará novamente para nós?), ritmado por um hip-hop tipicamente americano.

Este final é emblemático. O bem triunfou, Paul salvou as pessoas, a ONU resgatou aqueles refugiados e os protegeu e os mandou para longe, para a liberdade, longe de Rwanda e seus Hutus sanguinários, longe das suas colinas. É o típico *The End* hollywoodiano, com música pop e sorriso nos lábios. Porém, nos lábios de quem?

Vou me furtar de continuar as análises, uma vez que acredito serem as considerações acima pontos cruciais que, mais à frente, comporão o debate conclusivo. Voltemos nossa atenção, agora, ao segundo filme.

TODO O SANGUE DE ABRIL

A princípio, o diretor Raoul Peck fornece ao espectador um recurso que, até então, não fora utilizado: seu filme começa com um mapa mundi, tendo ao centro o continente africano. Aos poucos, o plano vai fechando, focalizando o centro do território, enquanto um gerador de caracteres faz subir pela tela a história de Rwanda, sua colonização, e o princípio dos conflitos étnicos. Ao terminar, o plano fecha completamente, no mapa, ao país em questão. É interessante refletir sobre esse recurso: onde fica Rwanda? O que é Rwanda? À época (e atualmente, com certeza) poucos ocidentais (e com isso compreendo Europa e Américas) saberiam apontar a localização desse pequeno país africano. Peck busca agir nesse sentido: não estamos falando em lugares fictícios, esta é Rwanda, aqui sua história.

Podemos ver que, também nesse filme, há uma preocupação em apontar os culpados, os causadores do genocídio, demonizando sua imagem e entregando-a, pronta, para o espectador. Nesse caso, não são mais os Hutus os vilões; antes, seriam eles simples mecanismos de execução, frutos ideológicos da colonização. O culpado é o branco belga, europeu e colonizador. Este, por meio de sua política de separação de raças, plantou a semente da discórdia entre os rwandeses, ao elevar Tutsis aos postos mais altos, incitando-os a castigar e a escravizar os

Hutus. Atentem para este fato, também. Tutsis são simples mecanismos de execução, a exemplo dos Hutus. Ou seja, eles não são protagonistas, não são agentes de sua história, são apenas os executores das ordens dos brancos dominadores. Tal concepção “[...] vê o povo africano como um povo infantilizado, dada a vigência de formas culturais entendidas como ‘primitivas’ e que, ante as artimanhas do ‘civilizado’, é facilmente ludibriado, levando-o a cometer atos irresponsáveis, cabendo assim a um adulto responsável tutelá-lo até a civilização” (FONSECA, 2011, p. 32). Assim, ainda que o diretor de *Abril Sangrento* busque andar na contramão das ideias europeizadas e hollywoodianas, esta obra traz em seu cerne elementos da ideologia dual: negro “primitivo” versus branco “civilizado”.

Porém, não julguemos o filme todo apenas pelo seu prelúdio. Raoul Peck acredita em seu discurso alternativo e vai muito além da mesmice, haja vista a representação que faz dos soldados europeus em Rwanda. Não há nenhum coronel Oliver, nem há nenhuma doutora Archer da Cruz Vermelha, como em *Hotel Rwanda*. Os soldados da ONU não interferem, não se preocupam com a população, essa não é a missão deles, pois estão apenas cumprindo ordens, como deixa claro o tenente francês, quando é interpelado pelo amigo de Augustin, Xavier, na cena em que este tenta, em vão, passar em seu carro junto ao comboio das Nações Unidas. O único momento em que os soldados de capacetes azuis aparecem defendendo ruandeses é na cena em que soldados do exército Hutu tentam invadir a casa da primeira-ministra do país, provavelmente uma Tutsi que iria ser exterminada. Os soldados da ONU estão incumbidos de zelar pelo seu bem-estar, por esta representar o Governo do país. Porém, ela também é assassinada, juntamente com sua família.

Em *Abril Sangrento*, nos encontramos com o professor Augustin, um ex-capitão do exército ruandês, a princípio amargurado e sombrio. As primeiras cenas nas quais ele aparece, procuram evidenciar seu lado taciturno e sério. O que sua história tem para oferecer ao espectador, o

diretor Raoul Peck prefere mostrar em flashbacks. Por hora, é transmitido por meio das cenas que Augustin fica muito consternado com uma carta do seu irmão, Honoré, onde este pede que vá vê-lo, na prisão.

Augustin, assim como Honoré, são Hutus, e representam faces divergentes do rosto da etnia. É importante pensar nisso também. Nesse filme, o diretor procura apresentar ao público o máximo possível de personagens das etnias, que possuem atitudes diferentes. Ao fazer essa apresentação, Peck busca profundamente expor seus personagens além do idealismo. Ao assistir o filme, o espectador sente que aqueles homens e mulheres são seres de carne e osso, pode vê-los chorar, gritar, bem como matar, e que, para além de seres inanimados, eles podem fazer escolhas. Essas escolhas é que os diferenciam em potencial.

Augustin pode ser um primeiro exemplo: ele é o Hutu casado com uma Tutsi, apaixonado por sua esposa e seus filhos e que não concorda com a ideia de “Hutu Power”, ainda que não haja contra isso. O segundo exemplo é o personagem Honoré, que representa um Hutu que abraçou a causa, e age para disseminar os ideais de sua etnia pela rádio RTLM, com discursos que instigam nos Hutus a ideia de superioridade perante as *Inyenzi* (baratas), mas que, no decorrer do filme, se revolta contra os genocidas, principalmente a partir da cena em que os soldados Hutus fuzilam seus sobrinhos e quase matam sua cunhada. Há ainda o terceiro exemplo, que é o soldado e o popular de etnia Hutu, que é aquele imerso na ideologia e que age com violência contra os Tutsis e demais Hutus que não endossam as práticas do “Hutu Power”.

Dessa forma, Raoul Peck não incorre no mesmo erro de Terry George. Ele não desenvolve uma dualidade “Tutsi bom” e “Hutu mal”, colocando no meio o personagem acima disso (Paul Rusesabagina). Peck mostra que não há bons e maus; há, sim, seres humanos e suas escolhas. Essas escolhas, e principalmente a escolha de cometer os assassinatos, é que são ruins. O que pode ilustrar esse pensamento é o fato de que Augustin não simboliza em momento nenhum um herói. No princípio, enquanto capitão do exército de Rwanda, ele é responsável por treinar a

milícia de populares Hutus, acreditando no pretexto de que estes seriam usados contra as forças Tutsi rebeldes. Seu arrependimento não salva ninguém. Torna-se Augustin um homem soturno e triste.

Há de se considerar como ponto forte do filme a utilização de cenas reais, mescladas às cenas dramatizadas, fazendo com que os personagens interajam com o momento em que estão inseridos. Essa característica é muito marcante na parte em que a secretária assistente de Estado, Prudence Bushnell (que não é personagem fictícia, mas que está ali representada por uma atriz) assiste na TV ao pronunciamento (real, de 1994) de Christine Shelley, porta-voz do Estado americano (mesmo discurso utilizado em *Hotel Rwanda*, mas que mostra bem mais do que uma voz feminina gaguejando explicações). Prudence assiste a Christine tentar definir a diferença entre genocídio e atos de genocídio, afirmando ela que o que estava ocorrendo em Rwanda eram atos de genocídio, de acordo com a convenção de 1948, mas não um genocídio. Peck, propositadamente, realoca essa cena logo após o espectador assistir toda uma turma de meninas do colégio católico ser brutalmente fuzilada por soldados Hutus que procuravam por Tutsis, entre elas as sobreviventes Victorine, Anne-Marie (filha de Augustin) e Martine (professora, e após os eventos, mulher de Augustin). Nessa cena, a etnia é fator preponderante de quem vive e quem morre: o soldado ordena que moças Hutus fossem para trás dele, e Tutsis para frente. Elas preferiram não se separar e, em decorrência disso, todos os soldados abriram fogo.

Mostrar contrastes é o que busca o diretor de *Abril Sangrento*. Esta linha de pensamento é utilizada ao extremo, para que Peck possa mostrar ao seu espectador que as nações ocidentais, e claramente os Estados Unidos da América, não souberam sequer lidar com os acontecimentos em Rwanda, apesar de Prudence tentar, por diversas vezes e em vão, abrir os olhos dos líderes governamentais de que sim, estava acontecendo um genocídio naquele país. Podemos observar que o filme mescla cenas de massacre, assassinatos e sofrimentos com reuniões da alta cúpula

americana. Também há momentos em que homens negros com machados, foices e maças caminham com olhos injetados em direção à câmera e, logo após, vemos uma paisagem tranquila, um homem branco praticando exercícios em um parque, onde crianças jogam futebol.

Não é difícil identificar o posicionamento político de Raoul Peck. Ele não aprova a política externa americana, à época, em relação ao conflito, e utiliza cenas que ilustram sua opinião: nas reuniões lideradas por Prudence, por mais que esta busque encontrar soluções, sempre há empecilhos levantados pelos demais, no intuito de não interferir no que está ocorrendo. Uma das afirmativas, presente no filme, é a de que não há interesse político na intervenção em Rwanda; outra questão latente é a possibilidade de mobilização em torno da criminalização da rádio RTLM, ao passo que um dos arguidores diz à Prudence: “Não vamos perder a nossa perspectiva. Rádios não matam pessoas. Pessoas matam pessoas”, um exemplo da total falta de conhecimento do que, factualmente, estava acontecendo em Rwanda.

A imprensa americana é outra a ser retratada e depreciada, principalmente pelo fato de estar completamente alheia aos acontecimentos. Em pronunciamento para alguns repórteres, Prudence tenta explicar o que está havendo, e da necessidade de ajuda à ONU no intuito de salvar vidas. As perguntas mais frequentes dos repórteres, predominantemente, giram em torno da possibilidade de cidadãos americanos serem assassinados. Nada mais sobre Rwanda, ou a história deles, ou sobre os motivos dos conflitos. Aliás, o termo “guerra” é amplamente utilizado nos trechos de reportagens exibidos ao longo do filme. Nunca utilizam “genocídio” para definir o massacre em Rwanda.

Ainda sobre o pronunciamento de Prudence, um dos jornalistas busca saber mais sobre as etnias envolvidas no genocídio. Ele pergunta quem são as forças rebeldes: “Tutu” ou “Hutsi”, ao que Prudence corrige, falando os nomes corretos. Ele apenas pergunta em seguida: “Quem são os caras bons?”.

Os olhos são fundamentais nos jogos de imagem que as câmeras desenvolvem. Há os olhos do homem da milícia popular, injetados, raivosos. Há ainda vários olhos em destaque numa mesma cena, como na execução de vários Tutsis do lado de fora da igreja onde Jeanne, a primeira esposa de Augustin, está refugiada, após seu incidente em uma das barreiras policiais de Kigali. A câmera passa, da direita para a esquerda, fitando, olho no olho, um por um daqueles que estão ajoelhados, esperando a morte. Por último, uma moça acaba de se ajoelhar e, timidamente, ergue os olhos, focalizando por fim a câmera e, conseqüentemente, os olhos do espectador.

Mas esses olhos não são apenas de sofrimento: há olhos de alegria. Ao fim do filme, Martine, feliz por ter um filho em seu ventre, sorri e olha para a câmera. Esperança no futuro, continuidade da vida, são elementos transmitidos por esse olhar.

Voltemos a Augustin. Encontramos nossa personagem como um professor noturno, mas que havia sido um soldado fiel, e que passou a ser vítima dos membros de sua própria etnia, por ter casado com Jeanne, uma Tutsi, e com ela ter tido filhos. Ao ver se concretizarem os rumores que havia ouvido, em especial do seu amigo Xavier, Augustin busca, de todas as maneiras, encontrar locais seguros, para que ele e sua família possam sobreviver ao massacre. Os eventos que acontecem fazem com que ele vire testemunha ocular das atrocidades do genocídio, além de perder de vista toda a sua família, após mandá-los, juntamente com Honoré, para o Hotel *Des Milles Collines*. O próprio Augustin chega ao hotel, mas não os encontra, nem os encontrará jamais: apenas ele chegaria vivo ao fim do episódio.

Enquanto capitão do exército ruandês, Augustin vê franceses trazerem armamentos para as milícias populares, gestadas pelo próprio exército. Dentre as armas, milhares de facões chineses, com o pretexto de servirem aos populares em suas lavouras. São esses os facões que, com frequência, vemos ao longo do filme, servindo como arma de destruição

em massa, mais eficazes que as câmaras de gás dos nazistas, e muito mais violentas.

(IN)CONCLUSÃO

Há um principal ponto, que aqui se torna um ponto de convergência entre as duas obras analisadas, e que dará início à nossa (in)conclusão final. Em *Hotel Rwanda* e *Abril Sangrento*, facilmente distinguimos a problemática principal que os move: o genocídio de 1994 em Rwanda. Porém, a perspectiva abordada nos dois filmes difere amplamente. Essa diferença tem a ver com a maneira pela qual o genocídio foi desencadeado, e mais profundamente, como este desencadeamento foi gestado e levado a cabo.

Terry George parte da ideia de que, após o assassinato do presidente Juvenal Habyarimana, Hutus passaram a se organizar com o intuito de matar os traidores – os Tutsis, os quais teriam planejado o atentado. Até então, as manifestações do “Hutu Power” nas ruas são apenas folclóricas (Paul, ao ser interpelado dentro do carro, manda Dube ficar tranquilo e simplesmente balançar a camisa que havia recebido, simbolizando o “Hutu Power”, num gesto bastante desprezioso). Durante o filme, por meio de Paul e seus interlocutores, o diretor expressa a descrença de que houvesse uma organização anterior ao atentado ao presidente, sendo as manifestações populares tratadas com desdém.

Raoul Peck utiliza uma perspectiva inversa. O assassinato de Habyarimana passa para segundo plano (quem praticou o atentado, no filme, também pouco importa, apesar de haver uma tendência a acreditar que o exército o tenha executado), porque ele em si só não explica o genocídio. Matar o presidente, e os demais líderes do governo favoráveis à integração de Tutsis e Hutus, fazia parte dos planos antecedentes ao início do genocídio. Quando Augustin recebe a lista de nomes a serem exterminados, ele está treinando a milícia que viria a exterminar Tutsis e Hutus moderados. Na mesma cena, homens distintos, distinguidos como

oficiais por Xavier, assistem aos treinamentos e sorriem.

Emblemática é também outra cena. Augustin é ordenado pelo coronel a abrir uma caixa de armamentos, trazida juntamente com várias outras pelo exército francês. Ao levantar a tampa, ele vê dezenas de facões e parece consternado, pois, em cena anterior, durante o treinamento que está dando às “forças civis” (as quais nada mais são do que a milícia assassina Hutu), um dos milicianos usa um facão para cortar a cabeça do boneco que servia como oponente.

Essa última característica do discurso revela claramente as orientações tomadas pelas representações do genocídio. Terry George parte de uma perspectiva mais imediata do conflito, enquanto Raoul Peck busca regressar até a colonização belga, em busca de motivos ainda mais enraizados na sociedade ruandesa.

Para ensaiar uma conclusão, buscamos ao longo deste artigo refletir justamente sobre as apreensões feitas nesses dois filmes, bem como os discursos neles veiculados por meio das imagens e dos planos de câmera das cenas para os espectadores. Longe de promover uma dualidade entre *Hotel Rwanda* e *Abril Sangrento*, preocupamo-nos em expor pontos de análise, refletindo-os criticamente. Contudo, ressaltando o caráter inconclusivo dessa conclusão, reiteramos que o principal intuito aqui é o de instigar mais aprofundamentos e, conseqüentemente, desdobramentos nos estudos sobre discursos cinematográficos acerca do genocídio de 1994 em Rwanda.

Encerraremos aqui com uma tirada satírica de Raoul Peck. Após a última conferência entre os líderes políticos americanos, Prudence, após receber vários elogios por ter respeitado a política de “nada fazer” do governo americano, trava uma conversa em particular com Lionel, comandante de alta patente do exército americano e um dos parceiros de Prudence na tentativa de mobilizar o Estado americano na defesa das vítimas do genocídio. Numa tentativa de confortá-la, ele diz que o sistema funcionou perfeitamente, que eles são apenas burocratas e

não as lideranças políticas, ao que Prudence pergunta “É por que são africanos?”. Lionel desconversa: “Foram ruandeses matando ruandeses”. Porém, de toda a sua fala, uma coisa foi extremamente certa na fala de Lionel: “Dois anos estrada abaixo, o presidente pedirá perdão. Ele fará a promessa de ‘nunca mais’”.

Bill Clinton, então presidente dos EUA, realmente fez isso. Porém, somente “quatro anos estrada abaixo”.

FONTES PRIMÁRIAS

Filmografia

Hotel Rwanda – de Terry George, produzido em 2004.

Sometimes in April – de Raoul Peck, produzido em 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Danilo F. As Concepções Etnocêntricas do Genocídio de Ruanda: a negação do sujeito histórico ruandês. **Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano IV, Nº 7, Julho/2011.

GUZZO, Morgani e TEIXEIRA, Níncia C. R. B. O genocídio em Ruanda: intersecções entre jornalismo, história e cinema. **Verso e Reverso**, vol. XXIV, n. 56, maio/ago. 2010.

MANDANI, Mahmood. **When victims become killers: colonialism, nativism and the genocide in Rwanda**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

NDAHIRO, Alfred; RUTAZIBWA, Privat. **Hotel Rwanda Ou Le Génocide Des Tutsis Vu Par Hollywood**. Paris: L'Harmattan, 2008.

SCHURMANS, Fabrice. **O genocídio de Ruanda no cinema: ausência, representação, manipulação**. Coimbra: Oficina do CES, 2010. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/336.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2012.

GUERRILHA DO CAPARAÓ, O PRIMEIRO MOVIMENTO ARMADO CONTRA A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Dinoráh Lopes Rubim Almeida¹

Resumo

Este artigo narra a primeira resistência armada formada no Brasil contra a Ditadura Militar, implantada no país em 31 de março de 1964, quando um grupo de dissidentes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, entre 1966 e 1967, tentou estabelecer um foco de resistência ao arbitrário governo, na inóspita região da Serra do Caparaó, território de divisa entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais, sob a direção do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), com idealismo ardente e apoio internacional. Analisamos o contexto histórico do Golpe Militar no Brasil, bem como a organização, a atuação, o desfecho e a repercussão desse movimento, que se consagrou na história como “A Guerrilha do Caparaó”.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Guerrilha do Caparaó; MNR.

Abstract

This article relates the first armed resistance formed in Brazil against the military dictatorship, established in the country in March 31, 1964, when a dissident group of Navy, Army and Air Force, between 1966 and 1967, attempted to fix a focus of resistance against the arbitrary

1 Graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES – FAFIA. Pós-Graduada em História Social do Brasil pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) – Campus de Alegre/ES.

government, in the inhospitable region of Serra do Caparaó, territory by the border between the Espírito Santo and Minas Gerais states, under the direction of the National Revolutionary Movement (MNR), burning with idealism and international support. We analyze the historical context of the military coup in Brazil, as well as the organization, operation, outcome and impact of this movement, which was consecrated in history as “The Caparaó Guerrilla War”.

Keywords: Military dictatorship; Caparaó guerrilla war; MNR.

1. Introdução

No alto da Serra do Caparaó, na divisa do Espírito Santo com Minas Gerais, há 45 anos, um grupo formado, na sua maioria, por ex-militares expurgados pelo Regime Ditatorial se instalou em condições precárias, iniciando um rigoroso treinamento militar, na tentativa de preparar o que pretendiam ser o início de uma reação nacional contra o novo regime político, instaurado no Brasil em 31 de março de 1964. O que ficou conhecido como “A Guerrilha do Caparaó” foi patrocinado pelo presidente cubano Fidel Castro e organizada por Leonel Brizola, durante o seu exílio no Uruguai. Na sua repressão, o governo utilizou cerca de 10.000 homens do Exército, Aeronáutica e Polícias Militares de Minas e Espírito Santo, numa das maiores operações militares realizadas no país.

Esboça-se e discute-se, na modalidade de breve relato, o pouco conhecido episódio da formação, do idealismo e do desfecho que envolveu a Guerrilha do Caparaó, que mesmo tendo sido desfeita antes de sua ação efetiva, foi um ensaio pioneiro de resistência contra as arbitrariedades dos governos que marcaram os anos negros da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Objetiva-se responder as seguintes questões: Por que os revolucionários escolheram o Parque Nacional do Caparaó para instalarem a Guerrilha? Qual o objetivo dos Guerrilheiros do Caparaó? Quais as estratégias utilizadas pelos revolucionários? Qual

a influência ou impacto do movimento sobre os moradores da região? Houve realmente uma contribuição ou influência da Guerrilha para a resistência contra o Regime Militar? A guerrilha é uma forma eficaz de combate a ditadura?

A Metodologia de pesquisa utilizada na elaboração deste estudo envolveu técnicas de trabalho utilizando-se fontes e material bibliográfico: utilização de consultas a livros, artigos, periódicos (revistas e jornais) e o documentário editado pela Agência Kinoscópio, com o roteiro, direção e produção executiva de Flávio Frederico, de onde foram extraídos partes de depoimentos diversos, transcritos nesta pesquisa.

2. O Golpe Militar de 1964

Dia 31 de março de 1964, os militares assumem o poder político do Brasil, após o Golpe de Estado que retirou do Governo o então presidente João Belchior Goulart. O dia correto seria 1º de abril de 1964. Mas, para evitar o popular “Dia da Mentira”, anteciparam para 31 de março a data oficial, que iniciava os anos negros da República do Brasil, um período de cinco presidentes militares (Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo), que se sucederam no poder por 21 anos, escolhidos por um Colégio Eleitoral. Eles, os militares do poder, podaram os direitos políticos dos brasileiros, violaram a constituição do país e suspenderam sem nenhum pudor a democracia do Brasil. A imprensa estava amordaçada, o povo calado. Por meio de decretos-leis, Atos Institucionais, repressão e censura, os militares criaram e impuseram o governo do “sim” e do “sim senhor”. Os contrários a esse sistema teriam duras punições.

O mundo vivia o contexto da Guerra Fria, e os Estados Unidos temiam que força do comunismo se espalhasse na América Latina. Os militares, apoiados pelo “Tio Sam”, tomaram o poder no Brasil, o que também ocorreu em muitos países latino-americanos, como na Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Bolívia e em tantas outras nações que se curvaram

perante o poderio da grande potência capitalista norte-americana. Porém, nem todos se calaram diante dos desmandos desse regime autoritário. Brasileiros, de maior consciência política, lutaram por mudança, por liberdade. Cidadãos que levantaram poeira, em uma época em que tudo era escondido e maquiado para a grande população. Em uma época em que ir contra o Regime instaurado no Governo era sinônimo de morte.

Dentro das Forças Armadas Brasileiras existiam homens que não concordavam com as atitudes arbitrarias da alta oficialidade. Eram os Sargentos inimigos dos Generais. Esses Sargentos já haviam se mostrado hostis à implantação de Golpes Militares, quando em 1955 apoiaram o General Lott, a cumprir a constituição e passar o poder para o presidente então eleito – Juscelino Kubitschek. Em outra ocasião, em 1961, os sargentos garantiram a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, evitando assim outro Golpe.

Portanto, quando em 1º de abril de 1964, ou 31 de março de 1964, em consonância com a história oficial, um Golpe Militar derruba o Governo de João Goulart e se instaura no comando da nação, inicia-se um processo de “limpeza”, excluindo os militares ditos de esquerda. É importante lembrar que todos que se opunham ao regime militar eram considerados comunistas e subversivos, embora muitas vezes não tenham tido, até aquele momento, nenhum engajamento na causa comunista, como comprova a seguinte declaração: “Diante de tanto me dizerem que eu era comunista é que eu fui me aprofundar para entender essa coisa toda” (DEPOIMENTO – Edival Melo – Guerrilheiro do MNR, 2006).

Na operação “limpeza”, durante o Governo de Castelo Branco, foram expurgados 738 sargentos, suboficiais e cabos do Exército, tendo sido 347 deles condenados à prisão. Na Marinha, 328 marinheiros foram condenados à prisão e expulsos da Corporação. Diante de medidas tão arbitrarias, era natural que um sentimento de revolta rondasse o pensamento desses homens expulsos das Forças Armadas, pois muitos tinham família para cuidar. Daí o pensamento óbvio: juntarem-se e

derrubarem o Governo. “Eles tiveram a burrice de nos proibir de trabalhar. Treinam o homem como militar, depois colocam ele contra a parede, não pode sustentar sua família, qualquer um se rebela, até um rato se rebela” (DEPOIMENTO – Araken Vaz Galvão – Guerrilheiro do MNR, 2006).

3. A Formação da Guerrilha e a Força Ideológica

A imprensa denominou a Guerrilha do Caparaó de o “Movimento dos Sargentos”. Na realidade, tratava-se de ex-militares revoltados, de classe média baixa, alguns vivendo na clandestinidade, que resolveram se organizar e formar o que viria a ser a primeira resistência armada contra o regime militar instaurado no Brasil.

Leonel Brizola, exilado no Uruguai, era o que mais bem se adaptava às condições dos revoltosos, por sua postura de líder nacional e pelo seu discurso efusivo contra a Ditadura. Em Pocitos, um bairro de Montevidéu, havia um casarão, que os refugiados brasileiros apelidaram de “Vietcong”, e era para lá que todos os que queriam aderir à luta armada contra o regime militar brasileiro se dirigiam. Pelo Vietcong passavam todas as discussões, e os debates sobre as diferentes alternativas de reação, como a formação de uma organização revolucionária. O Brizola já admitia a possibilidade do foco. Outros grupos, como a Ala Vermelha, setores da POLOP² e depois o Partido Socialista, também começavam a admiti-la.

Amadeu Felipe cruzou a fronteira e foi sugerir a Brizola a formação de uma guerrilha rural. Brizola ponderou, pretendendo levar a insurreição para dentro do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. A tentativa de Brizola, porém, resultou em fracasso. Os líderes acabaram mortos ou atrás das grades. Tentaram então, montar uma “guerrilha rural” em Criciúma, mas os armadores, encarregados de sondar a região, foram

2 POLOP – Política Operária foi uma organização brasileira de esquerda, contrária à linha do Partido Comunista Brasileiro e que lutou contra o regime militar de 1964, dando origem, posteriormente, às organizações COLINA, VPR, Partido Operário Comunista (POC), VAR-PALMARES, Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO), também conhecida como nova POLOP, MCR e MEP.

presos, sendo denunciados pelos moradores da região como os possíveis ladrões do roubo que tinha ocorrido em uma agência da Caixa Econômica Federal. A polícia os pegou. Não eram os ladrões, mas guerrilheiros.

A idéia inicial do “estrategista” Brizola era instalar três focos de guerrilhas. O primeiro seria no norte do Rio Grande do Sul, liderado pelo ex-Sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira. O segundo, no Brasil Central, sob a responsabilidade de Flávio Tavares. O terceiro foco localizar-se-ia em Mato Grosso, sob a orientação de Dagoberto Rodrigues. A morte do ex-Sargento Manoel Raimundo Soares, participante do primeiro grupo, provocou a transferência do foco guerrilheiro para a região de Caparaó – na Serra do Mar –, nos limites dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, escolhida pela proximidade dos centros políticos e econômicos do país, o que poderia motivar e insuflar o movimento das massas urbanas. Diante dos fracassos de se formar uma Guerrilha no sul, pois o local já estava “queimado”, o ex-governador passou a apoiar o projeto dos guerrilheiros do Caparaó, e usar de seu prestígio para angariar recursos para a aventura que iria se formar na magnífica e hostil Serra do Caparaó, onde se localiza o Pico da Bandeira, até então considerado o ponto culminante do Brasil. (Hoje já se sabe que é o terceiro cume mais alto do país).

Para a formação dos guerrilheiros, Brizola obteve o apoio de Cuba. O treinamento iniciava-se em Pando, no Uruguai, numa estância de propriedade de Izidoro Gutierrez, ex-vereador de Uruguaiana, ligado a Brizola. Os elementos selecionados eram enviados a Paris, via aérea, onde eram recebidos por Max da Costa Santos, que “legalizava” seus documentos. Daí, seguiam para Praga, onde um funcionário cubano os embarcava em aviões cubanos, em direção a Havana, via Islândia e Canadá.

Diversos ex-militares foram treinados em guerrilhas, durante cerca de cinco meses, na região de Pinar del Rio, em Cuba. Para o retorno, era utilizado o mesmo itinerário, em sentido inverso. De Montevidéu, já

com documentos falsos, ingressavam no Brasil por ônibus, um a um, por infiltração. Foram 26 combatentes do MNR que fizeram treinamento em Cuba, entre eles, quatro integrantes da Guerrilha do Caparaó: Amaranto, Avelino, Edival e Hermes.

Nosso grupo chegou a Cuba num esquema de treinamento bastante rígido. O curso durou cinco meses. Tivemos aulas teóricas na cidade e depois fomos praticar nas montanhas. Voltamos à cidade e fomos separados em dois grupos para estudar mais teoria de guerrilha urbana e rural. O curso dava algumas noções sobre armamentos, explosivos, minas e bombas. Morávamos perto de Che Guevara, que vivia com sua mulher e as crianças. Em Cuba, todo mundo queria falar com o Che. Ele conversava com grupos. Vocês vão para as montanhas, mesmo? Aqui as coisas parecem fáceis, mas quando se chega lá, recebendo *el plomo* pelo traseiro, fica difícil (CAPITANI, Depoimento, 1997).

Toda a América Latina encontrava-se convulsionada, pois os países que ainda não estavam sob regime ditatorial viviam o rápido encurtamento da democracia. A idéia de uma revolução latino-americana vinha de longe, desde Simón Bolívar. Era um plano global em que cada um cuidava de seu país sob certa coordenação de Che Guevara. O desencadeamento da insurreição se daria em vários pontos e num mesmo período de tempo. Era um ataque às ditaduras e ao imperialismo norte-americano que as sustentavam.

Além de sermos soldados da América Latina lutando por uma pátria latino-americana, teríamos como comandante geral o Che Guevara. Em alguns países já havia guerrilhas, como na Venezuela e a conhecida república

de Marquetália, na Colômbia. Acreditávamos que o Brasil tinha as condições favoráveis e que, o momento era o ideal para nosso projeto histórico. Era um sonho já sonhado por muitos e agora sonhado por nós. Brizola, influenciado por essa idéia e por falta de outra alternativa, integrou-se também. O MNR, em última instância, fazia parte desse plano e movimentou-se nessa direção (CAPITANI, Depoimento, 1997).

Além dos treinamentos, Cuba enviava recursos financeiros, através de Leonel Brizola. Segundo Amadeu Felipe, Comandante do Grupo Guerrilheiro do Caparaó, Leonel Brizola mandava o dinheiro a conta-gotas, e não teria enviado mais de 75 mil dólares para sustentar a Guerrilha do Caparaó, utilizados na compra de armamentos e escassos mantimentos.

Nunca tivemos dinheiro. Sempre escasso, sempre com muita dificuldade. Era aconselhado que todo guerrilheiro tivesse uma reserva com ele, em que fosse para uma passagem para uma grande cidade e nós nunca tínhamos no bolso sequer o dinheiro para uma passagem, Caparaó-Vitória, Caparaó-Belo Horizonte, Caparaó-Rio de Janeiro. O dinheirinho que tínhamos, que não dava para nada, tinha que ser para comprar comida na cidade. Aquela foi uma situação muito difícil. Dizem que Cuba deu muito dinheiro para o MNR, para o Brizola... Eu não quero culpar o Brizola aqui por isto. Tinha muitas pessoas com famílias e era preciso sustentá-las. Parte desse dinheiro ia para estas famílias. Não teve dinheiro grande para cobrir todas as necessidades. Não houve desvio do dinheiro propositalmente. O dinheiro foi mandado, Cuba diz que mandou, mas não chegava à Guerrilha, chegava muito

Após a tentativa frustrada do levante de Porto Alegre e de se formar um foco guerrilheiro em Criciúma, Estado de Santa Catarina, um grupo de ex-militares, sargentos da marinha e exército, escolhe a região do Caparaó como o local adequado para se formar uma guerrilha rural, o que viria a ser o primeiro foco de resistência armada do Brasil contra o regime militar que se instalara desde 1964.

O Parque Nacional do Caparaó foi criado em 24 de maio de 1961 pelo Decreto Federal nº 50.646, na época do então presidente da República Jânio Quadros. Conforme já mencionado, abriga o terceiro pico mais alto do país, o Pico da Bandeira, com 2.891,9 metros de altura. Caparaó, nome de origem indígena, tem várias definições, mas uma das mais populares é “águas cristalinas que descem a montanha”. A Serra do Caparaó situa-se na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde se encontra sua maior área: 75% do Caparaó estão na região sudoeste do ES. A 300Km da capital capixaba Vitória, com acesso pela localidade de Pedra Menina, em Dolores do Rio Preto; e a 340Km da capital mineira Belo Horizonte, com acesso pelo município de Alto Caparaó. O Parque Nacional do Caparaó abrange 11 municípios no lado capixaba do parque e 04 no lado mineiro. São capixabas: Alegre, Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Jerônimo Monteiro, Muniz Freire e São José do Calçado. São mineiros: Alto Caparaó, Manhumirim, Alto Jequitibá e Espera Feliz.

Escolhida por sua excepcional situação estratégica, convergência de estradas federais importantes, a localização era ideal, porque não tinha grandes corporações militares e situa-se próximo às duas maiores cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, o que permitiria um entrosamento entre a organização que ficasse na cidade e a organização que ficasse no campo. Além do mais, essa é uma região com acidentes geográficos propícios, de difícil acesso, favorável à defesa armada e com esconderijos

naturais. Os guerrilheiros se instalaram na área do parque montando diversos acampamentos em locais como a Macieira, Casa Queimada, Cristal, do Tatú, Gêmeas, Casa dos Porcos, Rancho do Antônio Leite, onde revezavam estadia para não levantarem suspeitas. Fizeram várias picadas que davam acesso ao parque, como a que existe no Córrego do Paraíso até a Casa Queimada e a que passava pela cabeceira da fazenda do Sr. Renê Rabelo, em Alto Caparaó, passando pela Cachoeira do Aurélio, até chegar ao acampamento da Macieira. Este último era o acesso mais fácil entre a extinta estação ferroviária de Taquaruna e o parque.

Com a ideia de implantar a guerra de guerrilhas no campo com o apoio de um movimento urbano, o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), criado em 1966, articulou-se, basicamente, em dois núcleos: o primeiro, sediado em Montevidéu, que manipulava a organização; e o segundo, no Rio de Janeiro, onde se situaria o Comando Nacional. Havia, ainda, ligações em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul.

De Montevidéu, Brizola chefiava as articulações, na companhia de seu assessor militar, o ex-Coronel do Exército Dagoberto Rodrigues, além de outros como Almino Afonso, Paulo Schilling, Almir Olimpio de Melo (“Paulo Melo”), José Guimarães Neiva Moreira e Moysés Kupperman. No Rio de Janeiro, a direção era de Bayard Demaria Boiteaux, assessorado por Amadeu de Almeida Rocha, no campo político, e pelo ex-Capitão Juarez Alberto de Souza Moreira, no campo militar, além de outros integrantes do MNR. Participavam do Grupo Movimento Nacional Revolucionário (MNR) ex-militares do exército e da marinha, cassados por Atos Institucionais, baixados pelo Governo Militar, além de civis, que não se conformavam com o estado precário da política brasileira, que esmagava a democracia. Desse Grupo Guerrilheiro, 17 subiram a Serra do Mar. Porém, ao longo do percurso alguns desertaram; no entanto, outros ficaram até o final, sendo capturados pela polícia mineira. Dentre os principais guerrilheiros, entre tantos que atuaram, sejam em campo ou nos bastidores, destacam-se os seguintes nomes:

Amadeu de Almeida Rocha: Um dos dirigentes da guerrilha. Nasceu na cidade de Montes Claros, no Estado de Minas Gerais. Tinha 33 anos. Bacharel em Direito e professor além de ter sido secretário do Partido Socialista do Brasil. Codinome: Guimarães. Ficava na base do Rio de Janeiro.

Amadeu Felipe da Luz Ferreira: Ex-Sargento do Exército Brasileiro. Nasceu em Santa Catarina. Era o comandante militar da guerrilha do Caparaó. Tinha 26 anos. Codinome: Alexandre.

Amaranto Jorge Rodrigues Moreira: Ex-Marinheiro. Nasceu no Rio de Janeiro. Tinha 24 anos de idade ao ser preso. Teve um desempenho importante escrevendo o “Diário da Campanha”. Codinome: Roberto.

Anivanir de Souza Leite: Ex-Sargento do exército. Natural da região do Caparaó, onde alugou de um parente (tio) um sítio para acampamento dos guerrilheiros.

Araken Vaz Galvão: Ex-Sargento do exército. Natural da Bahia. Subcomandante do Grupo Guerrilheiro. Tinha 30 anos de idade. Codinome: Alencar.

Avelino Bione Capitani: Ex-Marinheiro. Natural do Rio Grande do Sul. Era ex-diretor da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Tinha 26 anos. Codinome: André.

Bayard Demaria Boiteux: Era o dirigente no Brasil do Movimento Nacional Revolucionário (MNR). Professor de Matemática. Codinome: Dr. Araújo. Ficava na base do Rio de Janeiro.

Deodato Fabrício Batista: Ex-3º Sargento do Exército. Gaúcho. Na formação da Guerrilha, tinha 26 anos. Ficava na base do Rio de Janeiro.

Daltro Jacques Dornellas: Ex-Sargento do exército, especialista em formação de tocas para alojamento de armas e mantimentos. Natural do Rio Grande do Sul. Tinha 27 anos.

Edival Augusto de Melo: Era 2º Sargento da marinha de guerra. Nascido em Pão de açúcar, em Alagoas. Tinha 32 anos. Codinome: Márcio.

Edson José de Souza: Promotor de vendas e supervisor da fábrica de sucrilhos. Natural do Rio de Janeiro. Tinha 27 anos ao ingressar na guerrilha. Papel estratégico no movimento: transportar, na calada da noite, suprimentos, armas e homens para a região utilizando a Kombi caracterizada da fábrica em que trabalhava.

Gregório Mendonça: Natural do Rio de Janeiro. Ministrava, na chácara do Fundão, ensinamentos militares. Sendo preso, foi liberto em 1979, às vésperas da Anistia. Fazia os contatos com Leonel Brizola. Ficava na base do Rio de Janeiro. Codinome: Leônidas.

Hermes Machado Neto: Civil, ex-bancário da Caixa Econômica Federal. Especialista em cartografia. Tinha 26 anos. Ficava na base do Rio de Janeiro. Codinome: Paulista.

Itamar Maximiano Gomes: Ex-Subtenente do Exército. Natural do Rio de Janeiro. Após a queda de João Goulart esteve exilado na Bolívia. Ingressou na luta armada aos 38 anos. Ficava na base do Rio de Janeiro.

Jelcy Rodrigues Correia: Ex-Subtenente do exército, paraquedista, natural do Rio Grande do Sul. Era responsável pela guarda do material de guerra do grupo do Caparaó. Tinha 27 anos. Codinome: Cláudio.

João Jerônimo da Silva: Ex-Marinheiro, alagoano. Ingressou no Movimento aos 26 anos.

Jorge José da Silva: Pertenceu ao quadro da Marinha de Guerra. Natural do Pará. Ingressou no Movimento aos 32 anos. Estava a par das finanças da guerrilha. Codinome: Januário.

Josué Gonçalves Cerejo: Ex-Sargento da Aeronáutica, paraense. Era rádio-operador. Ingressou na guerrilha aos 25 anos.

Juarez Alberto de Souza Moreira: Oficial paraquedista do Exército. Natural do Rio de Janeiro. Exerceu função de destaque na localização dos focos de guerrilhas a serem implantados. Ficava na base do Rio de Janeiro.

Milton Soares de Castro: Ex-Metalúrgico, natural do Rio Grande do Sul. Tinha 30 anos quando foi preso. Morreu enforcado no Presídio de Linhares (23/04/67), após interrogatório presidido pelo capitão Ralph Grunewald Filho e outros oficiais. Não houve esclarecimentos sobre sua morte. Codinome: Henrique.

A cadeia de montanhas mais alta do Brasil Central resolveu desafiar a ditadura militar. Completam-se 45 anos que um grupo de jovens ex-militares, desertados do exército, da marinha e da aeronáutica brasileira subiram o Caparaó. Lá, eles ficaram de setembro de 1966 a março de 1967. Eram 17 homens, sob o comando de Amadeu Felipe da Luz Ferreira, reunidos no Movimento Nacional Revolucionário (MNR). O propósito era claro: derrubar a ditadura militar. Quanto à execução do projeto, era árdua e nebulosa.

Enfatiza-se que a Guerrilha do Caparaó foi o primeiro movimento armado a se levantar contra o regime militar de 1964. Foi constituído por intelectuais, militares cassados e militantes de esquerda que, influenciados pelos ideais revolucionários de Che Guevara, difundidos em toda América Latina e pelo pensamento de Fidel Castro, em Cuba, se rebelaram contra o governo. O Foco do Caparaó começou suas atividades, com treinos militares, conhecimento topográfico da região e debates políticos. Pretendiam estabelecer uma base para ações políticas. Havia inclusive uma ação prevista para ser efetuada na cidade de Presidente Soares, hoje Alto do Jequitibá. Seria uma ação expropriatória nos bancos e o recuo para o Parque. Os Guerrilheiros tinham a intenção de ocupar a cidade, prenderem a tropa e recuarem para a Serra, esperando que fossem atrás para atacá-los.

O princípio básico da Guerrilha é quando o inimigo ataca você recua, quando ele pára você fustiga, e quando ele recua você ataca. [...] Queríamos criar com isso um fato político, não um fato militar; e que na cidade poderia haver outro tipo de resposta. Quer dizer: lá tem um grupo de loucos, de malucos resistindo (DEPOIMENTO – Araken Vaz Galvão – Guerrilheiro do MNR, 2006).

O Objetivo da Guerrilha era espalhar esse espírito de resistência. Era mostrar que existiam pessoas dispostas a lutar contra a ditadura, e encorajar outros grupos, seja na área rural ou urbana, a se unirem motivados por esse mesmo ideal. “Nós queríamos mostrar para o mundo que no Brasil não estava todo mundo arriado. Que aqui tinha gente reagindo, e nós resolvemos nos engajar nisso aí e fomos para um treinamento. Eu fui fazer treinamento em Cuba” (DEPOIMENTO – Hermes Machado Neto – Guerrilheiro do MNR, 2006).

Por fim, registramos um último e arazoado desabafo, por meio de depoimento sincero, patriótico, a exemplo de um grito de guerra contra o regime ditatorial vigente:

Quando eu fiz uma opção para a guerrilha eu achava que era uma opção definitiva. Bye, bye. Preferia Morrer do que viver humilhado. Acho que é muito achincalhante pertencer a uma sociedade que se diga contra uma ditadura, mas que não faça porra nenhuma. (DEPOIMENTO – Amaranto Rodrigues Moreira – Guerrilheiro do MNR, 2006).

4. O Árduo Dia-a-dia dos Guerrilheiros

Eram os anos 60. Cuba tinha acabado de golpear frontalmente o poderio norte-americano após a Revolução de 1959, quando derrubaram Fulgêncio Batista. Em 1961, resistiram à invasão da Baía dos Porcos e em 1962, na Crise dos Mísseis, oficialmente decidiram ficar ao lado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Mas isso não é tudo. Cuba queria mais; seus jovens guerrilheiros da Sierra Maestra viraram ídolos de uma geração de latino-americanos que lutava contra o poderio norte-americano. O Vietnã resistia bravamente aos ataques dos Estados Unidos da América – EUA, com possibilidades de vitória. O mundo estava em uma efervescência de ideias e sonhos e tudo isso empolgava. Os nossos guerrilheiros também estavam motivados e viviam nesse contexto, tinham um sonho de livrar o Brasil das mãos dos militares conjugados com a potência norte-americana. Era mais do que um desafio, era uma questão de honra e de sobrevivência.

Os anos 60 foi uma explosão, começou com a Revolução Cubana, Che Guevara, que tem uma influência muito grande em nossa geração. Quer dizer, nós somos contagiados por aquilo que mexe uma geração. Foi um período de sonhos, que se acreditava que a utopia estava ali ao alcance da mão. Nós não teríamos sido dignos de nossa época se não tivéssemos feito aquela quixotada. (DEPOIMENTO – Araken Vaz Galvão – Guerrilheiro do MNR, 2006).

Influenciados por essas ideias, e convictos de seus objetivos, aos poucos os guerrilheiros começaram a ocupar as montanhas do Parque Nacional do Caparaó. Inspirados pelo ideal dos jovens guerrilheiros de Sierra Maestra de Che Guevara e Fidel Castro, nossos jovens inimigos

da ditadura militar instalaram-se, desde 01 de abril de 1964, no topo do Pico da Bandeira, rompendo a altitude de 2.890 metros. “Temos que ir pra lá, fazer igual ao Che Guevara, você chega lá e morre e acabou. A nossa contribuição é essa, nós não temos nada para contribuir, só temos nossa vida, nosso vigor físico. Então, a ideologia era isso mesmo” (DEPOIMENTO – Jorge José da Silva – Guerrilheiro do MNR, 2006).

Devagar, foi-se montando uma infra-estrutura. Lá, a Guerrilha arrendou um sítio na localidade de Príncipe, onde Milton Soares de Castro, solteiro e idealista, chegaria primeiro para receber os demais “companheiros”, que não vieram todos de uma vez; tiveram a precaução estratégica de virem em duplas ou trios, para não levantar suspeitas. Quando os 17 guerrilheiros já haviam chegado ao sítio, começou o deslocamento para a Serra. “Eu na verdade sonhava, estava na minha cabeça o sonho se ser um soldado latino-americano, de libertação da América. Isso estava dentro de um contexto, de um sonho muito amplo e muito bonito. Era o sonho de Bolívar na verdade” (DEPOIMENTO – Avelino Bione Capitani – Guerrilheiro do MNR, 2006).

É incrível imaginar que pessoas percorreram exaustivamente o Parque Nacional do Caparaó, com sua espetacular imensidão de 16.194 quilômetros quadrados. Parece loucura subir e descer montanhas (carregando-se mochilas com cinquenta, sessenta e até oitenta quilos de peso) como o Pico da Bandeira, com seus 2.890 metros de altitude, que era a maior referência para os guerrilheiros. A região possui temperaturas amenas, entre 19 e 22°C. Nos locais mais elevados, durante os meses de junho e julho, são frequentes mínimas que podem atingir 4°C negativos sendo comum a ocorrência de geadas. O período de novembro a janeiro apresenta-se mais chuvoso e de maio a setembro ocorrem intensas estiagens no local.

As armas também chegavam aos poucos e vinham de maneiras as mais inusitadas, transportadas em ônibus convencional, utilizando embrulhos diferentes, desmontadas. Pegavam o ônibus fora da rodoviária

de Porto Alegre e desciam antes da Rodoviária Novo Rio. As armas vinham ainda de trem, jipe e até na Kombi da Kellog's. O Civil Edson José de Souza, teve grande participação, pois como funcionário da Kellog's utilizava sua kombi colorida para levar alimentos enlatados, além de várias armas camufladas com muitos sucrilhos. Por meio dessas modalidades bem variadas, 2 toneladas e meia de material foram transportados, além de 30 quilos de dinamite.

A comida era pouca, as caminhadas na mata ou à beira de despenhadeiros esgotavam as forças. Na cidade de Guaçuí, do lado capixaba do parque, os guerrilheiros montaram um posto principal de abastecimento, um armazém que funcionaria legalmente e onde eles poderiam frequentar sem chamar a atenção da população. No comando desse armazém estava o senhor Celso Dornelas. Mas não era tão fácil descer a serra e levar grande quantidade de enlatados sem levantar suspeitas. A cada 15 ou 20 dias, alguns guerrilheiros desciam para buscar suprimentos. Segundo Ferreira (DEPOIMENTO, Amadeu Felipe da Luz Ferreira – Comandante da Guerrilha do MNR, 2006), quando a fome apertou, eles chegaram a comer ovos chocos de pássaros, alguns até com formação de feto avançada. Apesar de alguns sentirem repugnância, para outros era saboroso, pois matava a fome e amenizava a fraqueza que era notória. Os depósitos de alimentos eram fundamentais porque a região não era rica em alimentos e mesmo que fosse, um grupo de guerrilheiros não podia parar para caçar nem preparar grandes armadilhas ou sair dando tiro em passarinho. Frutas e raízes não são a base de uma alimentação adequada às necessidades de um grupo guerrilheiros.

Segundo relatos de guerrilheiros, durante os seis meses que estiveram na serra, de setembro de 1966 a março de 1967, cerca de sessenta a setenta por cento do período foi debaixo de fortes chuvas e temperaturas baixíssimas, enfrentando o que apelidaram de “trevas brancas”, ou seja, a forte serração formada nas frias montanhas do Caparaó. Diante das tempestades, eles se guiavam pelo instinto, comiam

chocolates para repor energias, e os deslocamentos aconteciam à noite, onde chagavam a caminhar cerca de 80 km.

Fizeram um planejamento militar e levantamento geográfico da região. Já tinham percorrido grande parte da área do parque, e foi possível fazer um levantamento detalhado da região. Fixaram os pontos de referência, distribuíram os depósitos de alimentos e apetrechos em lugares estratégicos; mapearam todas as trilhas de acesso, incluindo as rotas criadas por eles. Porém, as dificuldades provocaram uma seleção quase natural. Passados dois meses e meio, alguns companheiros começaram a pedir licença para voltar às suas casas. No início de 1967, eles se reuniram na Casa de Pedra, onde foi discutida a proposta de uma imediata ação militar. Havia discórdia entre os guerrilheiros, pois de nada adiantavam estar ali sem entrar em ação. Na importante reunião da Casa de Pedra, houve alguns que desertaram, pois não aguentavam mais, o esgotamento físico e a falta de ação militar. Foi um momento difícil para os guerrilheiros. Houve sete desistências e dez resolveram continuar a luta.

A maior dificuldade foi a discussão política da permanência ou não aqui em cima. Havia pessoas na Serra que tinham vida clandestina, mas tinham muitos que não. Então se manter lá em cima tinha que se entrar em ação. Porque se não entra em ação, as pessoas que não tem vida clandestina começam a desenvolver a necessidade de voltar à cidade. Então, essa discussão foi feita na Casa de Pedra. Amadeu Rocha tinha vindo de Montevidéu, onde havia conversado com Brizola e a recomendação era que continuássemos sem ação. Ficar sem ação, foi quebrando o ânimo revolucionário das pessoas. Houve uma discussão séria e isso levava pessoas a desertar (DEPOIMENTO – Amadeu Felipe da Luz Ferreira – Comandante da Guerrilha do MNR, 2006).

Amadeu Rocha, um dos dirigentes da Guerrilha que ficava na base do MNR, no Rio de Janeiro, incumbiu Hermes Machado Neto de ir ao Caparaó para fazer um levantamento, verificar e constatar *in loco* como estava sendo tratado o armamento e a segurança dos acampamentos. Deveria retornar e apresentar o relatório. “Encontrei falhas do ponto de vista técnico-militar, havia guarda florestal que ficava com binóculos vigiando movimentos e sinais de fumaça. Eu achei que estava frouxo e informei que a queda era iminente” (TORRES, 1967: p. 10). Em certa manhã de 1966, um jipe rompe o silêncio matinal da localidade de Pedra Menina, localizada no Município de Dores do Rio Preto/ES. O veículo caiu em um atoleiro e nesse momento Francisco Protázio de Oliveira, até hoje morador do local, juntou homens e foram ajudar. Quando conseguiram destombar o jipe, caíram malas com armas de calibre grosso. Visualizaram a placa: Nilópolis, Rio de Janeiro. Esse foi o primeiro contato dos guerrilheiros com os moradores da Região. M o i s e s Freiras Faleiro (apud, TORRES, 1967: p. 11), homem simples, lavrador e morador de Ibitirama-ES, conta seu contato com os guerrilheiros:

Eram homens fortes, bem vestidos, falando certo, me tratavam muito bem. [...] Certa vez, a mala de Araken abriu e pude ver uma metralhadora no seu interior, ele disse que era uma máquina de matar macaco. [...] Falavam que tinham estado no Pico da Neblina, e não haviam descoberto o que procuravam. Diziam que tinha vindo caçar uma planta e minério.

Para os guerrilheiros era necessário, de alguma forma, realizar contatos com a população da região, objetivando um trabalho de preparação política. Mas tinham a desvantagem de não ter qualquer trabalho político na área e seria muito difícil constituí-los porque na região não havia grandes conflitos. Economicamente, estavam em decadência

e não possuía massa de trabalhadores. Na maioria, eram minifúndios. A mobilização popular dos moradores em torno do Caparaó era um desafio bem mais difícil do que o frio, as chuvas, a fome e do que os desníveis das montanhas.

[...] Algumas cidades próximas também foram alvo de levantamento. Faltava algum contato com os habitantes da região. Selecionamos dois camponeses e aproximamo-nos discretamente da casa. Por uma trilha, cheguei até uma das casas e no dia seguinte, visitei a outra. Fui muito bem recebido com a costumeira hospitalidade desconfiada da gente do interior. Apresentei-me como um caçador e colecionador de orquídeas. Tivemos longas conversas enquanto tomávamos café. Com o segundo, consegui ter uma conversa mais descontraída e perguntei se sabia o nome do Presidente da República. Disse que não e que não sabia nem o nome do governador do seu estado. Tive a impressão que os dois não teriam condições de ser aliados ou inimigos de um grupo guerrilheiro. Em princípio, seriam contra todos que perturbassem o seu silencioso isolamento (CAPITANI, Depoimento, 1997).

A Guerrilha do Caparaó, tal qual a experiência de Che Guevara e seus guerrilheiros na Bolívia, jamais conseguiu apoio da população local. Ao contrário, a presença dos estranhos despertou suspeitas e levantou denúncias. A desconfiança da população em torno do Caparaó era grande, já haviam tido o contato com os homens barbudos, estranhos que chegaram na região com a desculpa de caçar minérios e plantas. Moradores já tinham visto o jipe do Rio de Janeiro, que às vezes subia até certo ponto da serra para levar mantimentos. Guardas Florestais já haviam encontrado uns guerrilheiros, que saíram para buscar alimentos e deram a desculpa de serem turistas visitando o Pico da Bandeira.

Na torre da televisão, no Pico da Bandeira, e em outro ponto alto, tinha homens de binóculo vigiando. Os rumores de homens armados na região, vagando pela serra, começou a aterrorizar os habitantes, tanto que denunciaram a movimentação de estranhos na serra ao Coronel Jacinto do Amaral Melo – Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar de Manhuaçu, Minas Gerais, em 1967. Começou então uma averiguação *in loco*. Coronel Jacinto incumbiu o Major José do Nascimento (Zezinho) – então Subtenente do Serviço Secreto da Polícia Militar de Minas Gerais –, em 1967, para fazer um levantamento na região e investigar as suspeitas dos moradores.

5. O Desfecho Frustrado da Guerrilha

5.1. Prisões de 24 de março de 1967

Durante a polêmica sobre a segurança da Guerrilha, o comando autorizou Jelcy Rodrigues Correia e Josué Cerejo Gonçalves a descerem a serra rumo a Espera Feliz, onde tomariam um trem para o Rio de Janeiro, com o objetivo de fazer um relato da difícil situação que viviam, trazer reforços e aproveitariam para resolver assuntos pessoais. A justificativa não convenceu o grupo e surgiu a desconfiança de que não voltariam. Eles desceram a serra, mas tudo na cidade estava vigiado. Perderam o trem e foram localizados e presos pela Polícia Militar de Minas Gerais na barbearia, quanto tentavam fazer a barba, enquanto esperavam o horário da partida do ônibus.

5.2. Prisão de 30 de março de 1967

Três guerrilheiros ficaram doentes: Edival Augusto Melo, Jorge José da Silva e Avelino Bione Capitani. Os sintomas eram cansaço, dor no corpo e febre. O grupo acampou por uns dias, pensando que um

bom descanso resolveria o problema. Os sintomas de Edival e Jorge se estabilizaram, mas Avelino piorou. A febre não baixava, chegava a 39 graus, as articulações ficaram inchadas e a garganta fechou. Avelino ficou decomposto, emagrecia muito e delirava. Não havia antibióticos. Percebendo a debilidade do companheiro, Amaranto Jorge Rodrigues Moreira pede autorização para descer a serra em busca medicamentos. Saiu à meia-noite e por volta das 6:00 horas da manhã chegava à cidade de Alto Caparaó. Quando a Farmácia abriu, ele foi o primeiro cliente. O farmacêutico, Senhor Geraldo Lanes, atendeu Amaranto e forneceu benzetacil. Depois que Amaranto deixou a farmácia, o Senhor Geraldo ligou na mesma hora para o delegado. Embora exausto, Amaranto acelerou a volta e, quando faltava muito pouco para refugiar-se nas montanhas, foi surpreendido por um carro com homens armados. Não teve a menor chance de resistir. Foi cercado e preso.

5.3. Prisões de 31 de março de 1967, o fim da linha para os guerrilheiros

Depois de seis meses nas montanhas, os guerrilheiros estavam exaustos. Para o bote final, 13 (treze) soldados da Polícia Militar de Minas Gerais subiram a serra durante a madrugada de 31 de março de 1967. O sol nascia sobre o acampamento quando as prisões foram efetuadas. O grupo tomava café e alguns ainda estavam dormindo. O Subtenente Zezinho e o Sargento Rocha, do 11º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, comandaram o círculo ao acampamento. Não houve resistência, nenhum tiro foi disparado, e o comandante militar da guerrilha, Amadeu Felipe da Luz Ferreira, estava algemado. Morria ali o primeiro foco da resistência armada no Brasil.

Nesse episódio, foram presos os seguintes guerrilheiros: Amadeu Felipe da Luz, Araken Vaz Galvão, Avelino Bione Capitani, Edival Augusto de Melo, João Jerônimo da Silva, Jorge José da Silva e Milton Soares de Castro. A Polícia Mineira inclui nesta lista o nome

de Amaranto Jorge Rodrigues Moreira, capturado um dia antes. Moisés Freitas Faleiro, lavrador de Ibitirama-ES, narra como se processou a prisão dos guerrilheiros, conforme lhe foi contada pelo Tenente da Polícia Mineira, autor da façanha:

Um deles havia descido para Caparaó Velho, do lado de Minas, para comprar remédios. A polícia desconfiou e o prendeu. Por intermédio dele a polícia mineira foi conduzida aos outros, que estavam acampados nas proximidades do Pico da Bandeira. Quando chegaram ao local, um deles fazia café, e o resto dormia. O tenente pulou na frente e disse: “Me dá um cafezinho?” Houve luta corporal, e o guerrilheiro foi dominado, enquanto que seus companheiros acordaram com um cano de fuzil no ouvido (TORRES, 1967: p. 17).

Os guerrilheiros foram arrastados até a trilha e contados. A Polícia sabia quantos eram e que um estava muito doente. Todos foram muito espancados e quase metralhados por um tenente, não fosse a intervenção rápida de um suboficial. Um médico da polícia, especialista em doenças da região, separou os três doentes. Após longa análise, Edival Melo e Jorge Silva ficaram em observação; e foi constatado que Avelino Capitani tinha peste bubônica. Suas roupas foram queimadas e ele ficou isolado em uma pequena sala.

Depois de efetuadas as prisões, o Coronel Jacinto do Amaral Melo – Comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais –, em 1967, comunicou as prisões ao Ministro da Guerra, que não acreditou tratar-se de guerrilheiros. Então, o Comandante Jacinto tirou fotos dos guerrilheiros e de suas identidades, e comprovou que tinha realmente prendido elementos expurgados do exército e da marinha. Diante de fato tão inusitado, rapidamente as Forças Armadas se deslocam para a Região

do Caparaó. No entanto, devemos ressaltar que a atitude do Comandante Jacinto ao fotografar os guerrilheiros vivos acabou salvando as vidas dos mesmos, pois o Exército requeria simular uma prisão ou até mesmo, uma reação dos guerrilheiros e eliminar todos.

Há quilômetros da Serra do Caparaó, no Município de Guaçuí-ES, cerca de 300 homens armados até os dentes chegavam de aviões, em tanques de guerra e de helicópteros. Segundo depoimentos do sociólogo Luiz Ferraz Moulin (1998), membro do movimento estudantil durante o período de repressão ditatorial militar,

Permaneceram aqui durante dias. Foi um inferno para a vida de Guaçuí. O que ficou gravado em mim é que ali se instalou um estado de guerra. Nunca tinha visto tanto policial na minha vida. Eles achavam que a cidade era ponto de apoio para a Guerrilha, e na verdade era mesmo. Aqui os guerrilheiros tinham apoio do Grupo dos Onze, com um armazém que, clandestinamente, estocava os mantimentos para a Guerrilha (MOULIN, 1998: p. 14).

É importante ressaltar que todos os integrantes do grupo MNR que estavam na serra já haviam sido presos pela própria polícia militar de Minas Gerais, dias antes da chegada das Forças Armadas à região. Quando todo o aparato do Exército chegou ao Caparaó, não havia mais ninguém a ser capturado. Teve início o “teatro” das Forças Armadas: bombardearam as montanhas, subiram a serra como para uma grande combate, sobrevoaram com os aviões da Força Aérea Brasileira – FAB, todo o Caparaó, tendo um deles se chocado contra uma montanha. Seus destroços fazem parte de atração turística do local. Enfim, era preciso mostrar força, mesmo quando não havia mais nada a ser feito.

5.4. Prisões efetuadas nos dias 04 e 08 de abril de 1967

A notícia da prisão de Jelcy e Cerejo alertou os que estavam na base do MNR, no Rio de Janeiro, que sem saberem da prisão dos demais guerrilheiros, tomaram a Kombi da organização e seguiram para a Região do Caparaó, em auxílio de Amadeu de Almeida Rocha, Hermes Machado Neto, Juarez Alberto de Souza Moreira, Deodato Batista Fabrício, Gregório Mendonça e Itamar Maximiliano Gomes. Chegaram à cidade de Novo Caparaó, ao pé da serra, e perceberam que ela já estava totalmente cercada. Descobriram que o exército desovava em trens vários soldados. Pilotos da Aeronáutica sobrevoavam a região e a serra era bombardeada, num verdadeiro espetáculo de exibição pirotécnico-militar. Os integrantes do MNR, vindos do Rio, resolveram recuar, pois não havia como subir a Serra.

No dia 04 de abril de 1967, o Sargento Rocha e um Cabo da Polícia Militar de Minas Gerais encontraram à noite, na estrada, dois guerrilheiros: Juarez e Gregório. Receberam voz de prisão. Juarez sacou sua arma e recebeu dois tiros do Sargento Rocha, mas sobreviveu. Os dois foram presos. Outros quatro fugiram, mas em 08 de abril de 1967 cometeram um erro de guerrilha: decidiram fazer um deslocamento de dia, e, à beira de um riacho, quando se limpavam para pegar a estrada Rio-Bahia, para retornarem ao Rio de Janeiro (de ônibus), os mesmos foram surpreendidos pelo Batalhão da Polícia Militar de Guaçuí.

Camponeses, infelizmente, informaram diariamente às polícias de Minas e Espírito Santo que pessoas estranhas circulavam pela região. Alertaram, então, ao Exército. As forças militares começaram a investigar e constataram, finalmente, a nossa resistência na Serra. A polícia prendeu 14 companheiros antes que estes pudessem esboçar uma reação. Onze deles foram presos no local e três na estrada

quando tentavam desviar a atenção das tropas policiais. Um deles foi ferido, o Capitão Juarez. O Exército, com tanques e mais tanques, rumou para a zona conflitada. Participaram dessa grande batalha que não houve – cerca de 10.000 (dez mil) soldados. Participaram também dessa “heróica façanha” os pilotos da Aeronáutica, os quais, com dezenas de aviões, bombardearam Caparaó e cercanias. Tinham também a assistência de figuras do Cenimar. As forças militares da ditadura, em verdade, não prenderam um guerrilheiro sequer. A prisão dos 14 valorosos companheiros foi realizada, como já foi dito, pelas polícias de Minas Gerais e do Espírito Santo (BOITEUX, 1998: p. 90-91).

O Exército e a Aeronáutica não poderiam suportar a vergonha de não terem feito qualquer prisioneiro. O que iriam dizer ao povo brasileiro? Imediatamente exigiram e “obrigaram” as polícias militares de Minas e Espírito Santo que lhes fossem entregues os 14 guerrilheiros. Tinham, desse modo, uma explicação convincente para a opinião pública. Assim se deu a ação bélica dos militares que participaram no combate ao “numeroso” grupo de 14 guerrilheiros de Caparaó.

Os guerrilheiros, entregues as Forças Armadas, foram transferidos para o Presídio José Edson Cavalieri (Linhares), em Juiz de Fora-MG, colocados em celas individuais, de 1,5 x 2,0 metros, em situação de extrema precariedade. O isolamento só era rompido pelos interrogatórios e as sessões de impiedosas torturas de todos os tipos. Em uma dessas sessões de tortura, o jovem Milton Soares de Castro retornou à sua cela nº 35, que ficava em frente a cela de Amadeu Felipe, já sem vida. De madrugada, Amadeu escutou movimentos e Milton foi retirado da cela, para nunca mais ser visto. Apesar dos apelos da mãe, o corpo do jovem guerrilheiro nunca apareceu. O Exército alegou que Milton havia se enforcado em sua cela, pendurando-se na torneira, algo notoriamente

impossível para um homem de 1,84 metro de altura. Nunca permitiram a perícia. Nunca assumiram o crime. Amaranto Rodrigues Moreira, seu companheiro, conta sua conversa com Milton, logo após serem presos:

Eu percebia no Milton um despreparo para estar lá. Quando da prisão, ele caiu em pânico, eu me lembro perfeitamente do que eu falei para ele, eu disse: – Milton, quando eu me despedi da minha mãe, ela disse assim: ‘olha, você é um patriota só, você não é um soldado para fazer isso’; e a minha resposta pra ela foi a seguinte: quando os soldados não são patriotas, os patriotas têm que ser soldados. Milton olhou para mim e disse: – Companheiro, nós vamos morrer. Eu respondi: mas isso não tem problema não rapaz, morrer não tem problema. O problema é se baixar a cabeça, isso é que não pode. Não vamos baixar a cabeça mesmo (FREDERICO, Depoimento extraído do Documentário Caparaó, produzido por Flávio Frederico, 2006).

Meses, após a prisão, depois de várias sessões de torturas, os guerrilheiros foram julgados pelo Tribunal Militar no Rio de Janeiro e condenados a penas que variaram de 2 a 12 anos de reclusão. Algumas armas foram apreendidas no momento da prisão dos guerrilheiros. Mas o restante, permanece em um depósito na serra, intocado no coração e na quietude das montanhas.

O movimento não atingiu seu objetivo principal. Aliás, nem iniciou uma ação efetiva. Diante de tal fato, cabe o seguinte questionamento: Afinal, qual a importância dessa guerrilha? A resposta pode ser dada de conformidade com os depoimentos de dois dentre seus participantes, na modalidade como segue:

Depoimento I:

Eu penso nisso hoje, com 68 anos, penso nos 20 anos de minha vida que joguei em nome do Brasil que a gente ama. Um Brasil que seja dos brasileiros e não do Império Americano. Essa nossa luta foi desde a juventude e naquele momento em que os brasileiros mais lúcidos, mais íntegros estavam perplexos frente a facilidade do Golpe, um grupo de jovens, quase todos ex-sargentos do exército e alguns marinheiros, se reúnem, vem para uma região inóspita como a Serra do Caparaó tentando criar um gesto de rebeldia, dizendo: – Povo brasileiro, somos 14 apenas, mas o Brasil não está morto, é possível resistir por mais forte que eles sejam (FREDERICO, Depoimento de Araken Vaz Galvão, extraído do Documentário Caparaó, produzido por Flávio Frederico, 2006).

Depoimento II:

A gente escuta algumas críticas, aquilo lá era um bando de desesperados, era um exército de sonhadores. Na verdade, não tinha nenhum sonhador ali. Ninguém foi obrigado a ir para lá, todo mundo foi voluntário. O que restou de positivo disso aí tudo, foi o objetivo principal que era denunciar o regime estabelecido e demonstrar que existia gente insatisfeito, existia gente reagindo, sim! (FREDERICO, Depoimento de Hermes Machado Neto, extraído do Documentário Caparaó, produzido por Flávio Frederico, 2006).

Costa (2007) afirma que o movimento do Caparaó teve características próprias. Nasceu com o próprio golpe de 1964, não como reflexo de alguma medida posterior de aperto to torniquete. Sua principal motivação foi o expurgo nos quartéis provocado pelo novo regime, que derrubou o governo civil constitucional de João Goulart.

Diz que a característica principal da Guerrilha do Caparaó, a que lhe é exclusiva, está no fato de que foi um movimento feito sob a liderança de militares, com apoio de civis, não o contrário. Quando a guerrilha caiu, em abril de 1967, já estavam em curso em todo o país vários movimentos semelhantes. A luta armada acentuou-se a partir daí, mas principalmente com o envolvimento de jovens estudantes, muitos da classe média carioca e paulista.

O professor Paulo Schilling não hesita em atribuir a Caparaó significativa importância na história da reconstrução da democracia no Brasil, muito embora hoje seja crítico da teoria do foco guerrilheiro, utilizada nessa experiência brasileira, por entender que ela só deu certo em Cuba e na Nicarágua devido às condições peculiares desses dois países. (COSTA, 2007: p. 289)

Já Fico (2004) considera que houve uma mitificação da figura do ex-guerrilheiro, por vezes tido como um ingênuo, romântico ou tresloucado, diluído no contexto cultural de rebeldia típico dos anos 1960. Trata-se de algo que não condiz com as efetivas motivações da assim chamada “luta armada”. Esta expressão, diga-se, traduz mal as descontinuadas e iniciativas incertas de militares da esquerda brasileira de então. Nas cidades, tais incursões mais se assemelhavam a algum tipo de contrapropaganda, tendo o aspecto de crimes comuns (assaltos a bancos e sequestros) e, no campo, ficaram marcadas pela inépcia e caráter abscosso, nada obstante, infelizmente, o que causou a morte de muitas pessoas.

6. Considerações Finais

Caparaó demonstrou que os dois lados não estavam preparados para a Guerrilha: nem o Exército, para combatê-la; nem a esquerda, para

fazê-la. O sonho das esquerdas do “Terceiro Mundo”, naquela época, era combater as ditaduras com focos guerrilheiros. No caso do Brasil, foi um idealismo romântico. Um grupo guerrilheiro do Movimento Nacional Revolucionário – MNR teve um desfecho que poderia ser outro, mas provavelmente similar. Dificilmente Caparaó daria certo. Mas, como por ironia da história, seu fracasso representou um grito inicial, um despertar geral, como constatou Carlos Drumond de Andrade: “Afinal apareceu uma coisa diferente no Brasil, coisa que de certo modo quebra a monotonia cotidiana: Guerrilheiros em Caparaó” (O Estado de Minas, Abril de 1967). Foi a senha que acabou desencadeando um processo guerrilheiro no Brasil, com destaque para líderes como Carlos Marighella e Lamarca, ações de guerrilhas urbanas, como em 1969, quando se iniciou uma sessão de sequestros de embaixadores em troca de presos políticos, e também da guerrilha rural, com destaque para a do Araguaia, na década de 1970. Movimentos que quebraram o silêncio imposto pela arbitrariedade dos militares.

Apesar de ter sido prematuramente sufocada, a Guerrilha do Caparaó foi um ensaio de resistência que serviu para fazer aflorar o sentimento democrático e incentivar outros movimentos com o mesmo objetivo, de alcançar a redemocratização do Brasil. Ideal que só foi atingido vários anos depois, em 1985, quando o Regime Militar caiu, não pela luta armada, mas pela luta civil política. Nesse contexto, levanta-se uma outra questão a ser discutida: é sensato ignorar o papel das reações armadas que pressionaram o governo? O movimento guerrilheiro realmente acelerou o processo de abertura política? Ou realmente foi a luta civil política mais eficaz nesse combate? Sem dúvida, a abertura se deu pela organização política da sociedade, mas seria insensato ignorar todas as contribuições que as variadas formas de resistência à ditadura moldaram nesse cenário que propiciou a queda dos militares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1994.

BOITEUX, Bayard Demaria. **A Guerrilha de Caparaó e outros relatos**. Rio de Janeiro: Inverta, 1998, p. 140.

CAPARAÓ um paraíso capixaba. Especial, **A Gazeta**, Vitória, 28/abr./1999, p. 8.

CAPITANI, Avelino Biden. **A Rebelião dos marinheiros**. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 1997.

COSTA, José Caldas da. **Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

DAVID, Ricardo. Viagem ao território do confronto: um guerrilheiro do Caparaó volta à serra e revela onde estão as armas do levante fracassado. **Revista ISTOÉ**, 16/set./1987, p. 2.

DEPOIMENTO extraído do Documentário **CAPARAÓ**, 77 minutos. Flávio Frederico – Roteiro, Direção e Produção Executiva. Kinoscópio. SP: 2006.

FELLIPE, Rômulo. Guerrilha no Caparaó: como a cadeia de montanhas mais alta do Brasil Central desafiou as agruras da ditadura militar, na década de 60. **Revista Opinião**, Vitória, set./1998, p. 6-11.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e da ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 391p.

FREDERICO, Flávio. **CAPARAÓ**, Documentário; 77 minutos. Flávio Frederico – Roteiro, Direção e Produção Executiva. Kinoscópio. SP: 2006.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. **A Guerrilha de Caparaó (1966-1967) e o pânico das populações residentes próximas ao Parque Nacional do Caparaó**. 2004. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2004.

MOULIN, Luiz Ferraz. Guerrilha do Caparaó. **Revista Opinião**, Vitória, setembro de 1998.

PEREIRA, Valter Pires (org.). **Ditaduras não são eternas**: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo. Vitória: Flor e Cultura – Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005, p. 256.

POTENCIALIDADES DO ES. **A Gazeta**, Especial nº 7 Microrregião Caparaó, Vitória, 6/nov./2003, p. 2-15.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva**. São Paulo: CERU e FFCH/USP, 1983.

REBELLO, Gilson. **A Guerrilha de Caparaó**. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

RODRIGUES, Carol. O horror não calou o grito. Caderno Dois, **A Gazeta**, Vitória, 31/jan./2005, p. 1.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil:** o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

SCHAYDER, José P. **História do Espírito Santo:** uma abordagem didática e atualizada. Cia da Escola, 2002.

TORRES, Paulo Eduardo. Caparaó sem Guerrilhas. **Revista Capixaba**, abr./1967, p. 20-25.

DEMOCRACIA E POLÍTICA DE SEGURANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA PESQUISA TEMÁTICA

Márcia Barros Ferreira Rodrigues¹

Resumo

Neste artigo apresenta-se uma proposta de análise metodológica cujo objetivo geral é apontar caminhos para uma interpretação de cunho histórico-sociológico sobre a temática da Segurança Pública no Brasil, mapeando e destacando as permanências e as rupturas dos paradigmas formulados a partir de 1980, para o entendimento do fenômeno da criminalidade e da elaboração de políticas públicas de segurança, numa perspectiva de longa duração com atenção para as permanências e rupturas no campo democrático do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Democracia, Segurança Pública, Violência, História e ideologia.

Abstract

It aims to propose a methodological analysis whose general objective is to point out pathways towards an interpretation of historical-sociological study on the issue of public security in Brazil, at the same

1 Profª. Dra. Associada III da Universidade Federal do Espírito Santos – UFES. Atua no PPGHis-UFES e no PPGCSOC-UFES. Fundadora e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciários – NEI, Departamento de Ciências Sociais da UFES. Ressalta-se que este artigo é parte dos estudos que a autora desenvolve atualmente na Fundação de Apoio à Pesquisa no Espírito Santo – FAPES.

time it charts and highlights the continuities and ruptures of the paradigms formulated from 1980, in order to understand the phenomenon of crime as well as the public policy development security, based on a long-term perspective with attention to the continuities and ruptures in the democratic field of contemporaneous Brazil.

Keywords: Democracy; Public safety; Violence; History and ideology.

O debate sobre segurança pública no Brasil tornou-se, a partir da década de 1980, uma importante variável para o entendimento das relações de poder na contemporaneidade da sociedade brasileira. Se analisada a partir da perspectiva do sujeito ou da perspectiva histórica do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre (séculos XIX e XX), e do recente processo de industrialização-urbanização e a partir das complexidades das relações sociais no meio urbano, é possível avaliar as diversas formas que a violência assumiu nesse momento multinacional do capitalismo (JAMESON, 2002). Por conseguinte, isso propicia um campo enorme para análise das violências proporcionadas pelas angústias, medos, desconfiança, inveja, raiva, intolerância, ressentimento e quebra de laços sociais de solidariedade. E, por outro lado, o surgimento de novos paradigmas para as Políticas Públicas na área da segurança.

Nesta perspectiva, acreditamos que a violência urbana no Brasil e as políticas na área da segurança pública devem ser analisadas a partir das circunstâncias histórico-culturais do país e das opções políticas tomadas no período republicano até meados dos anos 80 do século XX. Partimos do pressuposto de que essas opções produziram um *déficit* enorme para grande parcela da população brasileira não incluída no processo civilizador republicano. O efeito dessa exclusão social secular é indelével e se faz presente cotidianamente no noticiário dos jornais e na mídia, onde a população pobre, na sua grande maioria afro-descendente, aparece

simultaneamente como vítima e algoz de delitos e crimes escabrosos. Além do mais, ressalta-se a seletividade penal como parte do arcabouço jurídico-político do projeto republicano brasileiro na virada do século XIX para o XX.

Como resultado desse processo, temos o esgotamento do tecido social, a tensão e o conflito exacerbado nas relações sociais rurais e urbanas, o paternalismo na relação Estado e Sociedade. Além da seletividade elitista do ensino, o desemprego, o controle repressivo das massas e a ausência de políticas de integração agravam ainda mais a situação.

Nessa direção, entendemos que o fenômeno da violência, por ser constitutivo da sociedade humana, é remetido à diversidade histórico-cultural e, portanto, deve ser abordado numa perspectiva multidisciplinar envolvendo as dimensões ideológicas, políticas e normativas de grupos excluídos, seus efeitos na dinâmica dos fenômenos violentos e seus respectivos impactos na ordem pública.

Isto posto, é preciso destacar que a reflexão acadêmica sobre políticas sociais contemporâneas a partir do final da década de 1980, destacou o fenômeno da violência em geral e o aumento significativo do índice de delito em particular, como um desafio constitutivo e definidor de políticas para a promoção do desenvolvimento humano. Na década de 1990, no auge da ideologia neoliberal, discutia-se a falência do Estado de bem-estar social e salientava-se a “terceira via” como saída para a profunda exclusão social promovida pelo capitalismo financeiro. Essa perspectiva apontava as organizações não governamentais (ONGs) como alternativa para o desenvolvimento “sustentável”. O então denominado Estado mínimo era apregoado não só como necessário, mas como uma exigência do mercado, sendo este elevado à categoria de sujeito, portador de vontade. Nesse sentido voltava-se, de forma reeditada (fetichizada), ao paradigma econômico do século XIX da mão invisível do mercado, da auto-regulação como sendo uma lei inexorável. Diante desse quadro,

observou-se um crescente interesse por dados numéricos traduzidos em estatísticas na modalidade de gráficos, estimativas e mapas de cunho espacial e georeferencial, com o objetivo de mensurar o desenvolvimento do fenômeno social da exclusão, violência urbana, da educação, entre outros. Além do debate em torno das políticas públicas e da necessidade de uma política de segurança num outro paradigma.

Dado a natureza do fenômeno da violência ser multicausal e multifacetada, desenha-se o grande desafio que é a compreensão e explicação do fenômeno nas suas causas, consequências e nuances histórico-sociais, culturais, econômicas e políticas. Dessa forma, a complexidade da explicação do fenômeno social da violência coloca de pronto a insuficiência de um tratamento unilateral do tema. Nesse sentido, o primeiro aspecto que se destaca é a variedade de formas de apresentação do fenômeno, como seja: a dimensão simbólica e suas representações sociais diferenciadas.

O conhecimento teórico nessas últimas décadas e a experiência prática atesta o quanto se faz necessária uma abordagem holística para elaboração de programas e/ou planos de intervenção social na área da segurança pública. É importante destacar que estudos e pesquisas demonstram que não há uma ligação direta entre pobreza, miséria e criminalidade, mas sim entre estes e a má distribuição de renda. A desigualdade social gerada pela má distribuição de renda propicia angústia e medo na sociedade como um todo, gerando desconfiança, raiva, intolerância, ressentimento e quebra de laços sociais de solidariedade, podendo estabelecer um estado de passividade, e/ou de indiferença, ou ódios recíprocos entre segmentos sociais excluídos do processo democrático de participação político-econômico.

Diante de tais fatos, acreditamos que a eficácia de políticas ou programas de prevenção para minorar a violência, combater a criminalidade e favorecer a democratização deve levar em conta cinco pressupostos:

- 1 – O fenômeno da exclusão social é constitutivo da sociedade capitalista baseada na exploração ou econômico-social;
- 2 – Embora o fenômeno da exclusão social não se reduza ao aspecto econômico, é inaceitável a desvinculação de ambos, principalmente na América Latina;
- 3 – Sem pesquisa social e investimento na capacitação profissional dos operadores sociais não se constrói política pública preventiva e eficaz;
- 4 – Medidas de curto prazo não se sustentam, o que não quer dizer que medidas jurídicas e econômicas de caráter mais imediato não sejam bem vindas;
- 5 – A inclusão social deve ser também afetiva, para que os operadores sociais possam exercer a função parental do Estado (LEGENDRE, 1983).

Essa é a perspectiva teórica que norteia nossa interpretação sobre as políticas sociais na contemporaneidade, particularmente aquelas voltadas para a segurança pública. Entendemos que a reorientação das políticas sociais no século XXI deve retornar aos fundamentos holísticos, principalmente no que diz respeito aos jovens, em função da fragmentação social e exclusão que os colocam como vítimas e algozes na dinâmica da sociedade capitalista.

Isto posto, cabe ressaltar que nosso tema se inscreve no âmbito da discussão de um novo paradigma para as políticas públicas na área da segurança no Brasil e parte dos seguintes problemas: a) Como se expressa a tensão entre a criminalidade organizada e a criminalidade comum no controle social numa conjuntura de Estado de Direito e consolidação democrática pós 1980? b) Como se dá, ou não, uma mudança de paradigma na área programática e estratégica da Segurança Pública, Segurança do Estado ou da Sociedade?

Os debates giram em torno do aumento vertiginoso da violência urbana e das formas de controle social da criminalidade num momento de consolidação democrática. A questão de um novo paradigma para a segurança pública vai mobilizar a sociedade brasileira num movimento de aparente repúdio à vinculação deste à ótica militar truculenta baseada no paradigma da Segurança Nacional e suscitar debates calorosos trazendo, muito timidamente a partir do final da década de 1990, a universidade para reflexão do tema. Nesse sentido, levantamos a hipótese de que a questão da violência urbana tornou-se, a partir da década de 1980, um tema político-ideológico que expressa um deslocamento da questão social para o âmbito da criminalização da pobreza e da justificativa de soluções legitimadas de controle social que ainda operam no paradigma autoritário anterior, embora não pareça.

Diante desse quadro, nosso interesse em estudar o tema se justifica tanto pela sua abrangência quanto por sua importância política, que assume a condição de ser pauta de qualquer agenda política no Brasil contemporâneo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a África em conjunto com a América Latina são as regiões mais violentas do mundo em termos de violência homicida. Esse dado, além de triste, é denunciador do *déficit* econômico e social ao qual nos referimos anteriormente e demonstra o descaso histórico das políticas públicas muito mais voltadas para a repressão e o castigo do que para a prevenção, como rezam os pressupostos da herança iluminista e da filosofia liberal, que considera a pessoa humana um sujeito de direitos.

No caso brasileiro podemos citar alguns dados históricos que marcam a existência dessa tradição punitiva, que vem da herança ibérica e inquisitorial, articulada ao longo do processo de colonização portuguesa no Brasil, tais como:

- a) Abolição/Proclamação da República e a exclusão dos negros e afro-descendentes pobres do projeto republicano;

- b) Construção do mercado de trabalho/discurso jurídico e o processo de criminalização;
- c) Raça x nação – branqueamento e processo civilizatório autoritário;
- d) Código criminal x civil – quem é cidadão?
- e) A definição da polícia enquanto instituição de repressão baseada em critérios jurídico-cristãos inspirados no código canônico e na ideia de culpa e punição;
- f) Governos republicanos de corte conservadores e autoritários;
- g) Polícia/política (militarização da questão da segurança pública) marcadamente no golpe de 1964;
- h) Modelo econômico excludente e, conseqüentemente, promotor de esgarçamento dos laços sociais de solidariedade, gerando ódios e ressentimentos recíprocos;
- i) Representação social e seus efeitos no imaginário do tecido social como um todo.

Diante do exposto, nossa justificativa para estudar o tema da democracia e políticas de segurança no Brasil pós 1980 é pensar a questão política no sentido de como recuperar o *déficit* brasileiro e pensar uma política de segurança que incluía o exercício da cidadania efetiva no Brasil.

Nesse sentido, sugerimos uma proposta de análise metodológica cujo objetivo geral é realizar uma interpretação de cunho histórico-sociológico, mapeando e destacando as permanências e as rupturas dos paradigmas formulados a partir de 1980 no Brasil, para o entendimento do fenômeno da criminalidade e da elaboração de políticas públicas de segurança.

Especificamente, é de nosso interesse identificar as políticas e ou projetos que se inscrevem no âmbito das políticas de intervenção na área da Segurança Pública e Defesa Social, a partir do paradigma que opera baseado na ótica da segurança da sociedade e da garantia dos direitos; avaliar a continuidade ou não do paradigma autoritário de corte

militar nas políticas e projetos na área da segurança pública no período de 1980-2007.

Nosso referencial teórico e metodológico se inscreve no âmbito dos estudos da História do Presente. Assim, seria profícuo para a temática que aqui propomos fazer uma resumida reconstrução das políticas dos governos Collor, Fernando Henrique e Lula (primeiro mandato) no que concerne a política de segurança pública e a discussão em torno do paradigma no qual operam.

Dessa forma, podemos tomar como ponto de partida a sistematização da discussão historiográfica sobre o tema e utilizar fontes diversas para consubstanciar a construção da narrativa, tais como: relatórios de governos, planos de segurança, discursos de secretários da pasta de segurança, jornais e entrevista com secretários de segurança do período em questão.

A metodologia para análise das fontes, nessa proposta, busca trabalhar com análise de conjuntura do período de 1980-2007, acompanhando o tema: Política de Segurança. O foco de nossa análise deverá realizar uma interpretação de cunho histórico-sociológico, destacando as permanências e as rupturas dos paradigmas formulados no mesmo período (1980-2007), no Brasil, para o entendimento do fenômeno da criminalidade e da elaboração de políticas públicas de segurança. Ressaltamos nosso interesse em identificar e discutir, de modo específico, as permanências e ou rupturas nas políticas de segurança no Brasil, no que concerne ao paradigma da segurança de Estado (Nacional) e da segurança da sociedade.

Em paralelo à análise de conjuntura, a proposta em questão objetiva construir uma narrativa histórica a partir da documentação oficial dos governos Collor, Fernando Henrique e Lula (primeiro mandato), na área da segurança pública, assim como os editoriais dos principais jornais quando se posicionarem em relação ao tema. O eixo teórico e metodológico do qual partimos se inscreve na interface da Teoria

Política com a História Social no que diz respeito ao estudo da ideologia. Esse campo de saberes interdisciplinar é o lugar a partir do qual nos aproximamos das questões práticas presentes nas relações sociais e em todos os domínios culturais. Dessa forma, elegemos estudar os efeitos microfísicos de qualquer prática que produza efeitos específicos de poder em diferentes planos e níveis. Na Teoria Política, trabalhamos tanto o conceito de ideologia quanto o de hegemonia a partir de um *approach* lacaniano no âmbito da teoria política (ZIZEK, 1996), o que significa incorporar as relações entre o real, o simbólico e o imaginário nos planos e níveis de análise. Esses planos e níveis são tomados enquanto lugares de análises que expressam respectivamente as práticas nos planos das instituições e das formações sociais. E os níveis econômico, político e simbólico, numa perspectiva histórica de longa duração no sentido consagrado pelo historiador Fernand Braudel (1992).

A metodologia histórica indiciária (GINZBURG, 2002) nos orienta no rastreamento e mapeamento das provas que permitirão múltiplos e flexíveis cruzamentos entre os níveis e planos de análise para podermos estudar os efeitos de reconhecimento, conhecimento e desconhecimento propiciados pela ideologia em suas variadas formas de manifestação.

No procedimento da análise documental e do discurso, propomos o *approach* teórico baseado na interface da Teoria política e História social, guiado pela orientação do paradigma indiciário. Esse paradigma pode ser sintetizado como um conjunto de princípios e procedimentos que contêm a proposta de um método heurístico centrado no detalhe, nos dados marginais, nos resíduos tomados enquanto pistas, indícios, sinais, vestígios ou sintoma. O que poderia ser entendido por pistas, indícios ou sintomas? Os documentos oficiais, relatórios, decretos leis, fontes secundárias e voluntárias, ou seja, as fontes investigadas pelo pesquisador, as quais, se submetidas à análise semiótica ou sintomal, podem revelar muito mais do que o testemunho tomado apenas como um

dado. Entretanto, outras fontes podem e devem ajudar na interpretação da realidade: trata-se das fontes involuntárias, isto é, daquelas que não foram convidadas a testemunhar. Nesse caso, o uso da intuição e sensibilidade é bem vindo, pois valoriza as especificidades de cada objeto, quais sejam: o reconhecimento do caráter indireto do conhecimento; a possibilidade de inferir as causas a partir dos efeitos; o exercício da conjectura e imaginação criativa durante a análise e a pesquisa. O procedimento indicado por esse paradigma exige a prática interpretativa e interdisciplinar situada no âmbito da micro-análise; pluralismo documental, teórico e metodológico (RODRIGUES, 2005).

Quanto à dimensão do “micro” em nossa proposta, ela diz respeito à postura metodológica da observação e não ao objeto de pesquisa em si mesmo. É importante destacar que a microanálise (REVEL, 1998) não está relacionada às microdimensões de seus objetos de estudo, mas a uma prática essencialmente baseada na redução de escala de observação, portanto, na análise microscópica e no estudo intensivo do material documental. A redução de escala é um procedimento analítico que pode ser usado em qualquer circunstância, independente do lugar ou das dimensões do objeto estudado. Nesse sentido, a microanálise seleciona um ponto específico da realidade a partir do qual se exemplificam conceitos gerais, em vez de funcionar como ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização. A microanálise não subordina o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, ao contrário, destaca as particularidades e acentua os detalhes contingentes nas vidas e nos acontecimentos individuais. Entretanto, a abordagem “micro” não rejeita a abstração, pois os fatos aparentemente insignificantes podem servir para revelar um fenômeno mais geral. Portanto, é um jogo de escalas, onde as lentes variam em função do movimento de captura do fenômeno social estudado.

Isto posto, infere-se que nossa proposta metodológica possui elementos de continuidade e ruptura com procedimentos metodológicos

das ciências sociais, ainda devedores do paradigma positivista. Assim, sem deixar de lado o paradigma racional-indutivo (continuidade), introduzimos o paradigma indiciário de base psicanalítica (ruptura). Tal metodologia tem como propósito superar a dicotomia ainda existente entre racionalidade e irracionalidade, assim como dar conta da dimensão do imaginário e da fantasia (inerente ao humano), na ação política a partir de pistas ou sintomas tomados como sinais.

À guisa de conclusão, acreditamos que nossa proposta metodológica para o estudo do tema da Segurança Pública se inscreve na história do presente. Por outro lado, busca-se colocar em perspectiva o mesmo tema no período da longa duração. Cremos que a discussão e a metodologia aqui sugeridas auxiliam tanto no debate quanto, sobretudo, no âmbito de pesquisas nessa área temática, o que consideramos tão importante quanto necessário, mas candente na conjuntura atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERLINCK, Manoel Tosta. **Psicanálise da Clínica Cotidiana**. São Paulo: Escuta, 1988.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. **Escritos sobre a história**. 2ª ed. Tradução de J. Guinsburg e Tereza C. S. da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1992. cap. 3, p. 41-78.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene (Orgs.). **Criminologia e Poder Político**: sobre direitos, história e ideologia. Coleção Brasileira de Criminologia. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2006.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A ideologia do favor & a ignorância simbólica da lei**. Rio de Janeiro: CEUEP, 1993.

FRAGA, Paulo César Pontes, IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (Orgs.).

Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força:** história, retórica, prova. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JAMESON, Frederic. **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KEHL, Maria Rita. **A frátia órfã:** conversas sobre juventude. São Paulo: Olho d'Água, 2008.

LEGENDRE, P. **O amor do censor:** ensaio sobre a ordem dogmática. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

NAZAR, José (Org.). **A Lei em tempos sombrios.** Rio de Janeiro: Cia de Freud, Vitória-ES: ELPV, 2009.

PASCHOAL, Janaína e WALDMANN, Érika Alessandra B. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança.** São Paulo: ILANUD, 2002.

RAMOS, Silva. **Mídia e violência:** tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas:** a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Márcia B. F. Exclusão e imaginário político: reflexões acerca das emoções no processo de inclusão social. In: **Exclusão social e identidade.** FRANCO, Sebastião Pimentel et al. (Orgs.). Vitória: Flor & Cultura, 2004. p. 31-40.

RODRIGUES, Márcia B. F. e MARCHEZI, Leonardo dos Reis.

Industrialização, urbanização e os impactos negativos: a violência urbana no município da Serra no ES (1994-2006). **Revista Preleção** – publicação institucional da Polícia Militar do ES – Assunto segurança Pública, Vitória, ano v, nº 9 abr., 2011.

RODRIGUES, Márcia B. F. Razão e Sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. **Revista Dimensões**, Vitória, nº 17, p. 213-221, 2005.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RUSCHE, Georg e KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Tradução de Gizlene Neder. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

SANDLER, Paulo Cezar (org.). **Leituras psicanalíticas da violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEGURANÇA Pública. **Cadernos Adenauer IX (2008)**. Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, nº 4, jan. 2009.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não Matarás**: desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ZIZEK, Slavoj. Introdução: o espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PALEOGRAFIA E DIPLOMÁTICA: ASPECTOS INTRODUTÓRIOS PARA A LEITURA PALEOGRÁFICA E ANÁLISE DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS DO SÉCULO XIX¹

Márcio Xavier Corrêa²

Resumo

Este trabalho consiste em um exercício de aplicação da Paleografia e da Análise Diplomática como recursos necessários para a leitura, identificação, decodificação e análise de documentos manuscritos visando a sua aplicação à pesquisa em História. A Paleografia, que é uma técnica (ciência na teoria e arte na prática) utilizada para a leitura de documentos manuscritos, em associação com a Diplomática (ciência que julga a autenticidade dos documentos) constituem um conjunto de conhecimentos essenciais para pesquisadores em História. Constituem materiais desta pesquisa documentos manuscritos, cronologicamente situados na primeira metade do século XIX, cujas condições de acesso ocorrem através de imagens digitalizadas dos originais constituintes do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal. Metodologicamente, caracteriza este trabalho a aplicação das técnicas de Leitura Paleográfica e da Análise Diplomática, bem como a transcrição das fontes. São consideradas para tanto as normas brasileiras para

-
- 1 Este texto foi produzido no âmbito do Grupo de Pesquisa em História Agrária e Ambiental do Brasil Escravista – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a partir da realização de uma oficina em paleografia, tendo como objetivo atender a uma demanda interna desse mesmo grupo quanto à instrumentalização de alunos iniciantes na pesquisa em História.
 - 2 Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Pós-Graduado em História do Brasil pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Contato: marcioxcorrea@yahoo.com.br

transcrição de documentos manuscritos, buscando preservar ao máximo os caracteres originais dos documentos, ao mesmo tempo em que os tornam mais acessíveis por meio do desenvolvimento das abreviaturas.

Palavras-chave: Paleografia; Análise diplomática; Fontes manuscritas

Abstract:

This work consists of an application exercise of Paleography and Diplomatic Analysis as necessary resources for reading, identifying, decoding and analyzing handwritten documents aiming at their application to research in History. Paleography is a technique (science in theory, and art in practice) and it is also used to read handwritten documents, in association with Diplomatic (science that judges the authenticity of documents) are a set of essential skills for researchers in History. The materials that constitute this research are handwritten documents, chronologically situated in the first half of the Nineteenth Century, and its access was got through scanned images of the original documents from the Arquivo Histórico Ultramarino (Overseas Historical Archive) from Portugal. Methodologically, this work is characterized by the application of paleographic reading techniques and Diplomatic Analysis, as well as the transcript of the sources. For such, we have considered the Brazilian standards for transcription of handwritten documents, preserving the most of the characters in the original documents, while making them more accessible by developing the abbreviations.

Keywords: Paleography, Diplomatic Analysis, Handwritten sources.

I – Considerações iniciais

Neste texto apresentamos um breve exercício em leitura paleográfica de duas espécies documentais – o requerimento e a certidão

–, caracterizando-os do ponto de vista diplomático. Para a realização deste intento serão apresentadas as imagens digitalizadas dos documentos e sua transcrição paleográfica, desdobrando-se as abreviaturas para facilitar a compreensão do teor documental. Contudo, não se faz uma análise histórica dos documentos visando relacioná-lo aos processos socioculturais ou submetê-los à crítica histórica, sendo o objetivo neste texto esboçar linhas gerais quanto à realização da leitura paleográfica de documentos manuscritos do século XIX. Quanto aos vestígios históricos em análise, optou-se por apenas duas espécies documentais por ser consenso entre os autores que as orientações aqui fornecidas devem ser adaptadas e aprofundadas pelos pesquisadores que se interessem em desenvolver a leitura paleográfica de acordo com seus objetos de estudo.

Nesta perspectiva apresentamos alguns conceitos importantes para o “fazer” histórico no que tange a análise documental, visando a introdução de estudantes em período inicial do curso de História na prática da paleografia, destacando sua importância e chamando a atenção para o procedimento interdisciplinar envolvendo a História, a Paleografia e a Diplomática. É necessário ainda justificar a escolha do recorte cronológico, que resultou em função de uma demanda interna do Grupo de Pesquisa em História Agrária e Ambiental do Brasil Escravista da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), tendo-se em mente instrumentalizar os alunos da graduação em História da UESC para o desenvolvimento de pesquisa inserida temporalmente na primeira metade do século XIX. Este texto resulta do desdobramento de uma oficina de treinamento em leitura paleográfica oferecida como atividade de extensão pelo núcleo LAHIGE – UESC. Esse núcleo está voltado para atividades de extensão que atendam aos cursos de Licenciatura em História e Geografia da mesma instituição.

Delimitando ainda mais nossa proposta, ressaltamos que em um primeiro momento será discutido alguns conceitos de Paleografia e Diplomática, seguidos por uma apresentação da metodologia aplicada.

Em um terceiro momento serão apresentadas as fontes utilizadas em reprodução fotográfica dos originais – na modalidade paleografada –, destacando as principais características das fontes, bem como a apresentação das abreviaturas ocorrentes na grafia do documento e as particularidades da escrita da época apontando, assim, caminhos para o desenvolvimento da prática em leitura paleográfica.

II – Alguns conceitos importantes

Os estudos históricos da atualidade tomam como base uma grande variedade de documentos, cuja concepção alargou-se na perspectiva da nova história, que passou a considerar os vestígios humanos em sua totalidade como fontes, ressaltando um novo conceito de documento, o que implica também uma postura crítica do historiador (Le GOFF, 1988). Dentro dessa perspectiva, propõe-se uma nova interpretação das fontes escritas procurando evidenciar a subjetividade das mesmas sem perder de vista que o conteúdo documental revela principalmente a visão de mundo de seu autor. Embora cientes da diversidade de fontes, neste texto o foco de análise é o documento escrito manualmente, bem como as estratégias de leitura e compreensão do mesmo, especificamente aquelas obtidas a partir do emprego de instrumentais teóricos da Paleografia e da Diplomática. Desenvolver a leitura dos documentos manuscritos e as técnicas utilizadas para tal finalidade, bem como a sua aplicação, constitui o objetivo deste texto, ou seja: fazemos algumas considerações sobre a Paleografia e Diplomática concernentes à sua aplicação na leitura de fontes manuscritas produzidas na primeira metade do século XIX.

Para tanto, é necessária a apresentação de alguns conceitos que são elementos chave para a realização da leitura paleográfica. Inicialmente, uma definição muito simples e objetiva postula que paleografia é a “[...] arte de decifrar escritos antigos” (SILVA, 1954: p. 688). Na abordagem de Mendes (1981), a Paleografia consiste na arte de ler documentos manuscritos antigos. Embora esta definição se apresente de forma

bastante concisa, seu autor argumenta, em sua defesa, que a mesma abrange todos os processos e procedimentos necessários para a realização da leitura paleográfica, tais como o conhecimento das transformações sofridas pela escrita e sua origem e o seu entendimento dentro de um recorte temporal definido. A paleografia pode ser também definida como um “[...] estudo técnico de textos antigos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição” (BERWANGER, 2008: p. 16). A partir desta definição, considera-se que a paleografia é uma técnica aplicada aos documentos manuscritos com a finalidade de realizar a leitura dos mesmos, sendo esta a perspectiva adotada neste trabalho por entendermos que a definição anteriormente fornecida engloba tanto os aspectos práticos quanto teóricos da ciência Paleografia. Esta pode ainda ser conceituada como sendo a “Ciência que tem por objeto o estudo das escritas antigas, em qualquer espécie de material, e que compreende a decifração, a descoberta de erros na transmissão [...], a datação de textos, a atribuição de lugar de origem e interpretação, além de ocupar-se da própria história da escrita” (FERREIRA, 1999: p. 1250).

O objetivo da paleografia é, pois, o “[...] estudo das características extrínsecas dos documentos e livros manuscritos para permitir sua leitura e transcrição [...]” (BERWANGER, 2008: p. 16). Dito isto, reforçamos o pressuposto de que é sobre os documentos manuscritos que incide o interesse do presente trabalho. Podemos apreender, portanto, que o documento paleográfico é, por definição, escrito manualmente, sobre variados tipos de suporte, como o papel ou o pergaminho. De conformidade com Berwanger (2008), a técnica paleográfica pode ser dividida em duas, a saber: a) A elementar – aquela que realiza somente a leitura do documento; e b) A paleografia crítica – aquela que busca informações sobre o tipo de suporte, a técnica de escrita, as características da tinta empregada bem como leva em consideração

o instrumento utilizado para a escrita, que poderia ser uma pena de ganso ou uma pena metálica, por exemplo. A aplicação da técnica paleográfica sobre os manuscritos possibilita melhor compreensão das fontes manuscritas, contribuindo significativamente para a ampliação do conhecimento histórico. Por oportuno, destacamos que em nossa proposta de trabalho elege-se o exercício da paleografia elementar associada a um desenvolvimento parcial da paleografia crítica, uma vez que esta última só pode ser realizada quando se dispõe de um manuscrito original, compreendendo também a análise do suporte do documento e da tinta empregada na escrita. Como será descrito adiante, os documentos analisados neste texto são extraídos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa por meio do Projeto Resgate, estando, portanto, digitalizados, o que impede uma análise do papel e da tinta. Contudo, é necessário salientar que o exercício da paleografia elementar nos é precioso, pois possibilita o acesso ao conteúdo informativo da fonte que se constitui matéria prima para o exercício da pesquisa histórica.

Dentro das perspectivas deste estudo, o próximo passo é a definição de Diplomática, acrescida de algumas pontuações analíticas. Diplomática é a ciência que estuda o “[...] conjunto de documentos de arquivo que possam constituir fontes históricas: cartas, atos, tratados, contratos, registros judiciais e outros documentos oficiais que nos legaram os antepassados [...]” (BERWANGER, 2008: p. 26). Os documentos diplomáticos são por definição documentos de natureza jurídica e refletem, através da sua forma escrita, as relações entre o Estado e os cidadãos. Esses documentos apresentam elementos semânticos em conformação preestabelecida, existindo regras em sua composição que estão relacionadas com a sua validade legal (BELLOTTO, 2002). Portanto, a definição de documento para a Diplomática é diferente da concepção de documento enquanto fonte para a História. Por outro lado, na medida em que o historiador se debruça sobre a fonte arquivística, especificamente quando está analisando documentos de origem pública,

a especificidade da definição de documento para a Diplomática deve ser levada em consideração pelo historiador.

Então, podemos acrescentar que a Diplomática “[...] ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial” (BELLOTO, 2002: p. 13). Assim, o objeto da Diplomática é a disposição dos elementos semânticos que conformam o documento de acordo com um modelo preestabelecido que está relacionado com a sua autenticidade. Por exemplo: um requerimento apresenta certas regras de composição para que tenha valor enquanto um requerimento. A escrita deste deve seguir um modelo prévio que faz com que ele não seja confundido com outra espécie documental, como a certidão, mantendo seu valor diplomático. A Diplomática realiza então uma crítica (interna e externa) ao documento no que diz respeito à sua forma. A crítica externa analisa características como a natureza do suporte, o traçado, o tipo de letra e tinta, bem como os selos presentes na composição da espécie documental, enquanto a crítica interna volta-se para a forma do documento analisando os caracteres que o compõem (BERWANGER, 2008). Outro aspecto da ciência dos diplomas, como é também chamada a diplomática, é o estudo das espécies documentais, que existem em grande número (diferentes tipos). Neste texto serão abordados apenas o requerimento e a certidão, ao mesmo tempo em que se aponta a necessidade de uma abordagem que considere o conhecimento das espécies documentais como extremamente relevante no procedimento de análise das fontes. Um documento pode ser analisado em cada uma de suas partes componentes, trabalho que é denominado Análise Diplomática e implica no reconhecimento e identificação do documento a fim de atestar sua autenticidade do ponto de vista diplomático. Consideraremos a seguir, uma diferenciação entre a Paleografia e a Diplomática:

Enquanto a Paleografia lê e decifra os caracteres extrínsecos do texto (letras, números, abreviaturas, ligações e outros sinais gráficos), a Diplomática

se ocupa de seus caracteres intrínsecos (idioma, teor, estilo). Se a Paleografia se interessa pelo documento em si, traçando regras para a sua tradução e decodificação formal, a diplomática faz a interpretação do texto, explora seu teor e conteúdo, analisa a língua e o estilo e verifica a autenticidade do documento (BERWANGER, 2008: p. 35).

Uma vez que os documentos manuscritos predominantemente se encontram em arquivos permanentes e são obviamente organizados de acordo com os princípios da Arquivologia, faz-se necessária a apresentação de alguns conceitos relativos à ciência dos arquivos, a fim de que possamos compreender melhor o documento manuscrito. Inicialmente, considera-se que documento é toda unidade de registro de informação independentemente do tipo de suporte sobre o qual a informação foi registrada (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Esses documentos encontram-se nos chamados “arquivos históricos” ou permanentes, que são aqueles conjuntos documentais que foram destinados a conservação em caráter definitivo por seu valor cultural ou de memória, constituindo, então, fonte para a pesquisa histórica. Neste caso, adotamos a concepção de arquivos enquanto conjunto de documentos que foram produzidos e acumulados de forma natural, ou seja, organicamente, por uma instituição pública ou privada, ou ainda por uma família (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Esses documentos, após passarem por um processo de avaliação documental, são destinados à conservação definitiva, integrando os já mencionados arquivos históricos ou permanentes. Assim, arquivo histórico pode ser definido como um “[...] Conjunto de documentos que são preservados, respeitada a destinação estabelecida, em decorrência do seu valor probatório e informativo” (PAES, 1997: p. 24).

A percepção do testemunho manuscrito como fonte histórica deve estar atenta ainda às particularidades do mesmo, havendo ainda

a necessidade de se caracterizar o documento de arquivo, visando uma melhor compreensão de seu uso pelos historiadores. Deve-se considerar como “[...] característica primeira do documento de arquivo: sua origem funcional no seio de uma entidade produtora, em íntima relação orgânica com os demais documentos que têm a mesma origem e resultam do exercício da mesma função” (OLIVEIRA, 1991: 119).

Visando ainda criar subsídios conceituais para o exercício da leitura paleografia, serão apresentadas algumas informações sobre Tipologia Documental e Análise Diplomática. A primeira realiza um estudo da gênese documental sob a denominação de análise tipológica, consistindo no estudo do documento inserido em um conjunto orgânico, isto é, na mesma série documental que é formada naturalmente por documentos de origem comum. A tipologia documental preocupa-se com o ato administrativo que gerou o documento, garantindo, assim, a percepção do conjunto orgânico, ou seja: “[...] o objeto da tipologia é a lógica orgânica dos conjuntos documentais, o que evidencia a definição do tipo documental a partir da atividade que o gerou” (BELLOTTO, 2002: p. 19-20). A segunda expressão, análise diplomática, deve ser pensada a partir da definição do objeto de estudo da Diplomática enquanto “[...] estrutura formal do documento” (BELLOTTO, 2002: p. 18). Logo, ao buscar elementos de natureza jurídico-administrativa nas partes documentais para verificar sua autenticidade, a análise diplomática tem como objeto o estudo da espécie documental devidamente inserida em um formulário próprio definido de um modo geral pelo direito administrativo.

A espécie documental, enquanto expressão diplomática, caracteriza um documento-indivíduo, tem uma denominação imutável ligada à sua estrutura semântica de redação imutável, vale individualmente em seu valor primário (que corresponde às razões de sua criação) e define-se nas instâncias jurídico-burocráticas, nos gabinetes, nas secretarias, nos

cartórios e, anteriormente, na administração colonial, nas chancelarias (BELLOTTO, 2002: p. 27-28).

Expostos alguns conceitos como fundamentos para elaboração/construção do presente texto, ressalta-se que esses mesmos procedimentos contribuem para o desenvolvimento da pesquisa e ensino de história, chamando a atenção para a necessidade de disciplinas e/ou cursos extracurriculares de paleografia com o objetivo de instrumentalizar os alunos iniciantes na pesquisa com fontes manuscritas. A promoção de oficinas de leitura paleográfica bem como o ensino de “[...] técnicas de levantamento, seleção e anotação do que é interessante e de registro das referências da fonte para futura citação” (BACELLAR, 2005: p. 58) são pontos importantes a serem incorporados pelas instituições de ensino. A inclusão dessas técnicas no processo de aprendizado da paleografia deve contemplar aspectos presentes nos manuscritos, tais como os vícios da escrita, erros ortográficos ou grafias diferenciadas em relação ao português do tempo presente, destacando mais ainda a complexidade/dificuldade de compreensão de documentos cartoriais em função da caligrafia muito corrida.

A seguir, passemos à descrição dos métodos adotados nesta pesquisa acrescida de duas espécies documentais diplomáticas, já classificadas acima como requerimento e certidão. Esses dois documentos foram eleitos como os objetos sobre os quais será aplicada a técnica de leitura paleográfica, por atender e preencher os requisitos que os definem como documentos paleográficos, pois se trata de manuscritos em suporte de papel.

III – Os métodos

Inicialmente, deve ser esclarecido que toda a metodologia da leitura paleográfica deve ser realizada a partir da interdisciplinaridade, envolvendo diretamente História, a Paleografia e a Diplomática,

todas constituídas enquanto ciências individualizadas e, no entanto, inter-relacionadas. Os métodos adotados partem do princípio de que a Paleografia é uma técnica de leitura de manuscritos antigos e consiste na leitura e análise dos textos de modo a disponibilizar a informação neles contidas para que esta seja submetida ao tratamento da crítica histórica. Em relação à pesquisa histórica em documentos manuscritos é necessário salientar que se deve observar “[...] qual a forma material que o mesmo apresenta; qual o conteúdo que disponibiliza para pesquisa; e quais seus objetivos ou os propósitos de quem o elaborou e de quem o lê e/ou interpreta” (SAMARA, 2007: p. 70).

Deve ser lembrado ainda que os testemunhos, por mais diversos que sejam, guardam relação com a época em que foram elaborados, o que determina a forma material em que se apresentam. É necessário ainda o concurso da Diplomática, que através da tipologia documental e da análise diplomática do documento contribui para a leitura e transcrição do manuscrito. A diplomática contribui no sentido de avaliar a autenticidade do documento por meio da crítica formal que considera a estrutura e o fim do ato jurídico a partir do qual o documento surgiu e; juntamente com as técnicas paleográficas de leitura, considerando conjuntamente os caracteres extrínsecos e intrínsecos do documento; disponibilizam seu conteúdo informativo e cultural para a crítica histórica. Este procedimento pode ser iniciado desde a leitura das fontes por meio da adoção de critérios de análise e organização das fontes em função da problemática colocada visando maior eficiência e organização da pesquisa. Quando se fala em autenticidade documental para a diplomática não se pode perder de vista que não estamos em busca de um documento objetivo portador da verdade, pois é evidente que o “[...] documento não pode ser entendido como a realidade histórica em si, mas trazendo porções dessa realidade” (SAMARA, 2007: p. 124).

Visando então sistematizar os métodos adequados, verifica-se a necessidade de identificar a espécie

documental observando se a disposição semântica dos elementos escritos corresponde ao preposto para a espécie em questão; em seguida procede-se a identificação das datas tópica e cronológica sem perder de vista a sua proveniência, ou seja, é necessário conhecer a estrutura administrativa vigente de acordo com a data cronológica. Deve-se ainda identificar a tradição documental (se é original ou cópia) bem como elementos de natureza material quando a consulta se faz nos originais (BELLOTTO, 2002: p. 21).

Para a análise paleográfica propriamente dita deverão ser observados o tipo e o tamanho da letra, identificando a presença de traços ou símbolos. No caso de vários documentos de mesmo autor é possível perceber automatismos. É importante também identificar o ângulo da escrita e se ela obedece a uma norma culta ou coloquial, destacando também a presença de maiúsculas e minúsculas bem como a separação silábica e o encadeamento de palavras. Outro ponto importante é atentar-se para a presença de pontuação e acentuação bem como números arábicos ou romanos. As características físicas devem ser analisadas nos originais, quando podem ser consultados, pensando-se principalmente na tinta utilizada, no instrumento de escrita, aparência do papel, encadernação e tamanho das folhas/páginas. Sendo assim, infere-se que os métodos aqui utilizados se confluirão para facilitar a leitura e transcrição das duas fontes supramencionadas. Outrossim, não podemos esquecer do suporte e/ou dispositivos registrados nas normas de transcrição de documentos manuscritos da associação dos arquivistas brasileiros³, utilizados neste trabalho.

3 Para os interessados na conferência desse documento de suporte, informamos o seguinte: “Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos”. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 07 de julho de 2009.

IV – As fontes

As fontes utilizadas nesta pesquisa constituem parte do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino – AHU (informações completas disponíveis no Item VI – Fontes) e encontram-se agora micro-filmadas e colocadas à disposição dos pesquisadores em suporte digital por meio do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Os documentos avulsos reunidos nestes fundos são organizados em séries a partir do critério temporal e geográfico constituindo excelente fonte para a pesquisa possibilitando, por exemplo, a análise de uma evolução política e administrativa dos governos, uma vez que se trata de documentação administrativa consistindo de correspondências trocadas por autoridades (ABRANTES, 1997). Contudo, o objetivo deste trabalho não incide sobre a análise das fontes com a finalidade de realizar a crítica histórica, a despeito da riqueza de possibilidades que as fontes representam. Consiste no propósito deste artigo mostrar estratégias de leitura paleográfica e por esta razão os documentos aqui analisados não foram tomados em série, sendo por outro lado subtraídos de sua organicidade, o que não os invalida como documentos históricos, mas, sua significação é menos inteligível quando tomado individualmente do que quando integrado a uma série organicamente consistente capaz de caracterizar empiricamente o procedimento de construção da ciência histórica. Dessa forma, os vestígios históricos em tela foram tomados como subsídios para a leitura paleográfica em virtude da sua definição enquanto documentos paleográficos (necessariamente escritos a mão) contribuindo para instrumentalizar pesquisadores iniciantes na investigação em manuscritos.

Neste momento é relevante dissertar sobre as fontes, bem como reproduzi-las para melhor esclarecimento. Salienta-se que a reprodução dos originais é essencial uma vez que estamos trabalhando com a leitura paleográfica e também com a transcrição dos mesmos de acordo com

as normas para este fim. Segue-se, portanto, a identificação visual das fontes abordadas, dispostas na sequência adequada para a leitura.

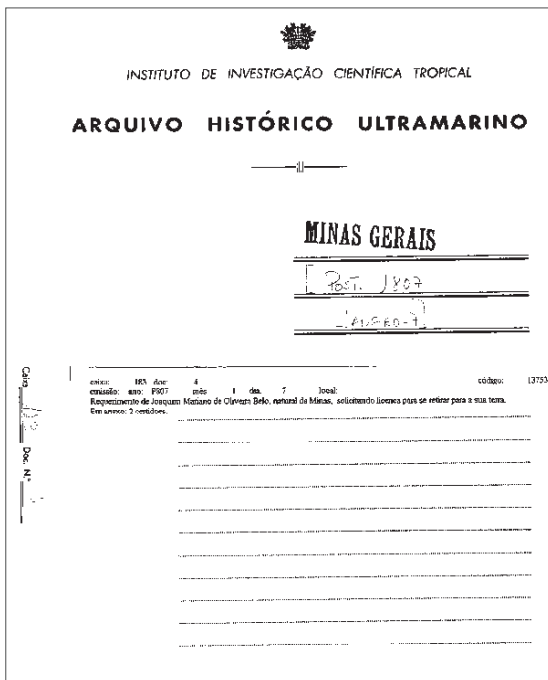



Figure 1 - AHU, Minas Gerais. Cx. 183, documento 4, 07 de janeiro de 1807.

Senhor


 Diz Joaquin Mariano de Olier^a Belle
 natural da Cap.^{ta} de Minas Gerais, donde servio
 no Regim^{to} de Cav.^{ta} da mesma Cap.^{ta}, e donde tem
 a sua Caza, como se manifesta nella Certidão.
 N.º 1.º

Quando esta Corte solici-
 tar negocios pertencentes a sua Caza, como
 estes se demorarem, ealistera aos Extendentes
 do 7.º Regim^{to} de Cavalaria de Linha do De-
 serto de Santo, onde tem servido, com exem-
 plar coaducta, como se ve de Decrem.^{to} N.º 2.º

Como com a Notuada de S.

A. R. lhe faltará as acções q.^{as} aqui te-
 nha mandadas dar por seus Pais estabelec-
 dos no Brazil; efalla do cabrio de S.º cu-
 nhado o Coronel Joaquin Chaves dos Reis,
 q.^o em vertude do S.º posto, requer licença
 p.^a se retirar, para elle; e sup.^{ta} aliterado
 aos Extendentes nesta Corte, fallando de todo
 o que meior de poder subsister, e se nas tris-
 tas circumstancias de parecer afora; e por
 estar cumprido na S.º p.^a poder pedir a
 demissão do Real Serviço, estar nella repa-
 licão competente; e no instante P.º V.

Imagem 2 - folha 1

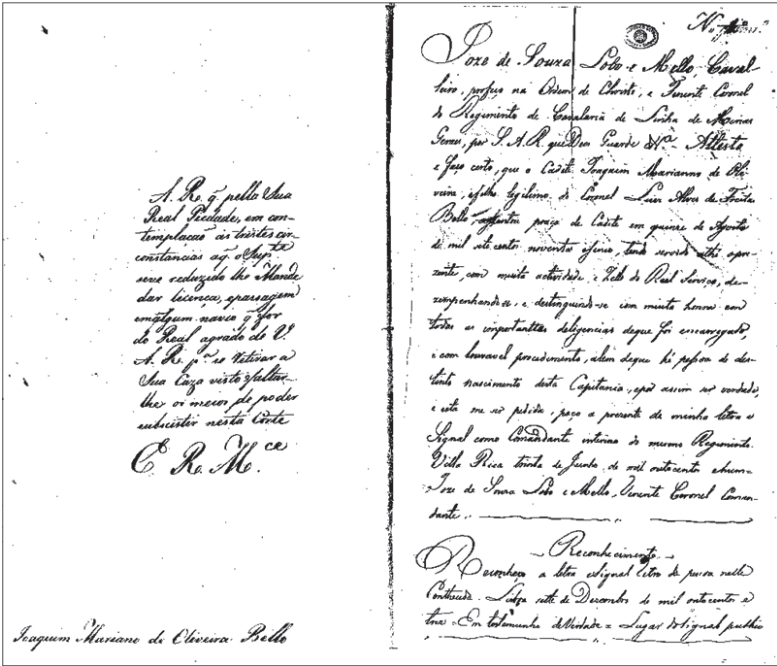


Imagem 3: Folha 2 e Folha 3

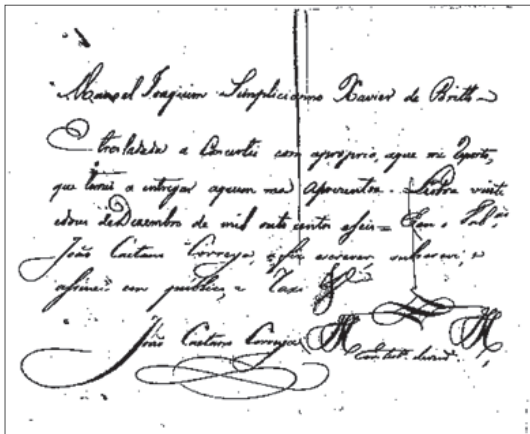


Imagem 4: Folha 4

viria de Estrada de la vista e de d'Alto
 do duto novo, com que se manda a lha de la con-
 tar a sua antiguidade de dia e de noite de
 mil e setenta e sete annos, em cuja ditta foi
 adomada no seu Real Servio, com premio de
 Caballe no Regimento de Minas Gerais. Tem
 servido sempre, com agraço e com agraço
 com duto, com muitas justas e com ditta
 alguma com o seu aposto. E para constar
 de premio foi feito grafar agraço que em
 foi logarido a qual vai por mim assinado,
 sellado com o Sello das ditas Armas.
 Partel do Casa trinta e cinco de Dezembro
 de mil e setenta e seis. Luiz de Souza e
 Coimbra.

Luiz de Souza e Coimbra.

E ditta a com ditta com agraço agraço em
 parte que tem a ditta agraço em agraço.
 Luiz de Souza e Coimbra de Janeiro de
 mil e setenta e sete. Luiz de Souza e Coimbra.
 Luiz de Souza e Coimbra em parte, e Luiz de Souza e Coimbra.

Luiz de Souza e Coimbra.

Imagem 6: Folha 6

A seguir, os documentos serão analisados diplomaticamente a partir de sua transcrição paleográfica. Somente as páginas escritas desses documentos foram numeradas, com a finalidade de facilitar a comparação entre o original digitalizado e o teor do documento transcrito. Conforme já mencionado acima, trata-se de espécies documentais selecionadas, quais sejam: um requerimento e duas certidões anexas. Enfatiza-se que os dois exemplares são documentos diplomáticos (período: Brasil colonial), sendo o requerimento um documento informativo, definido como um ato peticionário, ascendente com base legal e jurisprudente, sendo apresentado a uma autoridade pública. Neste documento colonial pode ser identificado o protocolo inicial onde são mencionados o nome e a qualificação do requerente antecedido pela palavra *Diz*. Segue o texto do documento no qual são mencionados o pedido e aludidos os direitos e interesses do requerente. O protocolo final consiste na expressão E. R. M. cujo desenvolvimento leva a “E Receberá Mercê”. Observa-se que o requerimento não é datado. As certidões são documentos diplomáticos com função de testemunho e comprovação e são emitidas por “[...] funcionário de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento, elaborado segundo as normas notariais ou jurídico-administrativas” (BELLOTTO, 2002: 57).

Ainda de acordo com a definição apresentada por Bellotto (2002), a certidão é composta por um protocolo inicial em que aparece o nome e a titulação daquele que certifica, bem como é mencionado o documento do qual são extraídas as informações veiculadas na certidão. No corpo do texto menciona-se o assunto objeto da certificação e no protocolo final são apresentadas a data tópica e a cronológica, juntamente com os nomes, assinatura e titulação daquele que se responsabiliza por emitir tal documento de certificação. Desse modo fica evidente a função comprobatória da certidão.

Embora seja conhecida a natureza do suporte sobre o qual foram escritos os documentos analisados, que é o papel, os exemplares a que

tivemos acesso foram impressos a partir do arquivo digitalizado, o que inviabiliza alguns procedimentos da diplomática e da paleografia que são aqueles relacionados à análise material do documento, como a textura do papel, formato da folha e tinta usada na escrita, bem como o estado de conservação, as dimensões das folhas e os possíveis instrumentos utilizados na escrita da fonte. Dessa forma não é possível responder a questões quanto à forma material, mas é perfeitamente possível fazer inferências quanto ao seu teor informativo, lembrando que “[...] cabe ao pesquisador precisar o *conteúdo* de cada documento, isto é, estabelecer aquilo de que ele se ocupa, ou o seu assunto e a sua relevância [...]” (SAMARA, 2007: p. 71). Como se trata de um documento que já recebeu o tratamento arquivístico, apresenta-se datado, tendo sua origem conhecida, bem como a sua localização no arquivo em que o original permanece guardado, ou seja, no Arquivo Histórico Ultramarino – AHU. O requerimento analisado pode ser considerado autógrafo (manuscrito do próprio punho do autor, estando ou não assinado) e hológrafo (inteiramente manuscrito pelo seu autor), se tomarmos a assinatura como determinante de autoria, destacando ainda a homogeneidade do traçado da letra indicando que foi escrito por um único autor.

O segundo documento, uma das duas certidões anexas ao requerimento, apresenta dois estilos diferentes de letra, indicando a intervenção do tabelião no sentido de autenticar a certidão apresentada, aspecto perceptível pela comparação das datas cronológicas que indicam um intervalo de aproximadamente cinco anos entre a elaboração da certidão e a sua entrada no cartório em que foi analisada. A segunda certidão anexa é homogênea quanto ao estilo das letras e apresenta marcas de certificação feita por um tabelião que exarou por escrito uma certidão a pedido das partes, evidenciando a participação de um rogatário na elaboração da espécie documental em questão. Tal certidão apresenta-se como holográfica/autógrafa, uma vez que foi manuscrita por inteiro pelo seu próprio autor.

Malgrado a impossibilidade de realizar uma análise dos aspectos materiais do documento, até mesmo porque o objetivo aqui é criar subsídios para a prática da leitura paleográfica, o conteúdo pode ser apreendido por meio desta técnica, possibilitando aos historiadores elaborarem interpretações sobre o passado. De um modo geral, os documentos são escritos ou enviados por uma pessoa a quem se denomina autor ou outorgante que pode elaborar o documento ou delegar que outra pessoa o faça em seu nome e por extensão, aquele que recebe o documento é o destinatário ou outorgado, em cujo favor se deu a elaboração do documento. Vale ressaltar ainda que pode existir a presença do rogatário (advogado), que elabora um documento a pedido das partes, conforme parece ser o caso da segunda certidão anexa (BERWANGER, 2008).

Os documentos portugueses, sobre os quais se voltam as atenções e análises deste texto, são caracterizados de um modo geral como manuscritos em língua portuguesa, representadas graficamente em suporte de papel por meio do tipo de escrita humanista (BERWANGER, 2008). Deve-se reforçar que os documentos aqui apresentados não são tomados pelo seu conteúdo e sim como subsídio para a leitura paleográfica em virtude de sua apresentação gráfica manuscrita. Serão apontadas as dificuldades que surgem em decorrência da caligrafia do escriba e do uso de abreviaturas, que são elementos comuns para a época. Foram eleitas algumas características a serem observadas nos manuscritos em questão, especificamente a grafia, o vocabulário, abreviaturas, caligrafia, parágrafos, divisão entre palavras, pontuação e numeração. Elementos de natureza material como a tinta e o suporte da escrita não foram analisados.

Seguem os documentos paleografados e analisados diplomaticamente:

[Requerimento]

[fl. 1]

“*Senhor*

Diz Joaquim Mariano de Olivr.^a Bello

natural da Cap.^{ta} de Minas Geraes, donde servio

no Regim.^{to} de Cav.^a da mesma Cap.^{ta}; edonde tem sua Caza, como semanifesta pella Certidão...”

Protocolo inicial composto pelo nome e qualificação do requerente, antecedidos pela palavra *Diz*.

“... N.^{to}

[paragrafo] *Evindo aesta Corte soleci= tar negocios pertencentes a Sua Caza; como estes sedemorarão sealistou aos extendartes do 7º Regim.^{to} de Cavalaria de Linha da Devizão do Sentro, onde tem servido, com exzem= plar conducta, como seve do Decum.^{to} N.^{to}.*

[paragrafo] *Ecomo a retirada de S.*

A. R. lhe faltarão as acistencias q~. aqui ti= nha mandadas dar por seus Pais extabelecidos no Brazil; efaltarlhe o abrigo de Seo cunhado o Coronel Joaquim Silverio dos Reis, q~. em vertude do Seo posto, requer licença p.^a se retirar, para elle; eo Sup.^{te} alis 'tado aos Extendartes nesta Corte, efaltandolhe todos esses meios de poder subscistir, seve nas tris= tes circumstancias de parecer afome; epor estar cumprice na Leij p.^a poder pedir a demição do Real Serviço, ofás pella repar= tição competente; eno intanto P. a V...”

[fl. 2]

“... A. R. q~. pella Sua Real Piedade, em con= templação as tristes cir= constâncias aq. O Sup.^{te} seve reduzido lhe 'Mande

*dar licença, epassagem
emãlgum navio q~ for
do Real agrado de V.
A. R. p.^a se retirar a
Sua Caza vistoera de faltar=
lhe os meios de poder
subcistir nesta Corte*

Texto: no qual se observa a narração de fatos que fazem alusão aos direitos ou interesses do requerente. Percebe-se a presença do preâmbulo, em que são enumeradas as razões que justificam o requerimento enquanto o dispositivo do texto do documento é representado pelo pedido. Como cláusula final do requerimento pode-se admitir a referência aos aspectos morais e/ou materiais que viabilizam a realização do dispositivo. No caso em questão, trata-se de corroboração do dispositivo através do apelo à “Real Piedade” visando o atendimento do pedido por meio da concessão de recursos materiais “...licença, epassagem emãlgum navio...”

“... E. R. M.^{ce}

Joaquim 'Mariano de Oliveira Bello’

Protocolo final ou escatocolo, onde se verifica a expressão “E Receberá Mercê” seguida pela assinatura do requerente. Observe-se que no requerimento não é verificada a data tópica ou cronológica.

Quanto à análise paleográfica, observa-se que foi utilizado o tipo cursivo em escrita humanística com a presença de alguns traços adicionais às palavras. Por ser um documento de tamanho intermediário, constatam-se aspectos próprios do traçado do escriba, possibilitando distinguir perfeitamente que as duas certidões anexas não foram concebidas pelo autor do requerimento, aspecto, aliás, obvio, visto que são assinados por autores diferentes. A letra é de tamanho mediano e inclinada para a direita (aparentando ser um estilo canonizado), seguindo um modelo próprio para a disposição dos elementos gráficos de acordo com o modelo adequado

para um requerimento. O uso de maiúscula ocorre em relação aos substantivos próprios e pronomes de tratamento direcionados ao superior hierárquico a quem é destinado o documento. Ressalta-se ainda o processo de encadeamento da escrita unindo palavras, tais como: *semanifesta*, *sedemorarao*, *efaltarlhe*, *afome*, *emãlgum* e *epassagem*. A estes termos correspondem às frases atuais: “se manifesta”, “se demoraram”, “e faltarlhe”, “a fome”, “em algum” e “e passagem”. Aparece o uso da pontuação e da acentuação marcando períodos e palavras. A presença de números marca a adoção de algarismos arábicos. Quanto ao vocabulário, notam-se termos e grafia arcaicos, como se vê nos exemplos a seguir: *exzemplar*, *donde*, *pella*, *solecitar*, *caza*, *extendartes*, *acistencias*, *seos*, *vertude*, *elle*, *subcistir*, *circunstancias*, *cumprice* e *intanto*, os quais remetem aos termos atuais: “donde”, “pela”, “solicitar”, “casa”, “estandardes”, “assistências”, “seus”, “virtude”, “ele”, “subsistir”, “circunstâncias”, “cúmplice” e “entanto”, sendo o penúltimo termo tomado em seu sentido de colaboração. O uso das abreviaturas está presente, destacando-se as seguintes: Olivr.^a, Cap.^{ta}, Regim.^{to}, Cav.^a, N.^{to}, 7º Regim.^{to}, Decum.^{to}, S. A. R., q., p.^a, Sup.^{te}, P. a V. A. R. q., aq., q, V. A. R. p.^a, 9faltar e E. R. M.^{ce}, as quais foram desenvolvidas e correspondem respectivamente a: Oliveira, Capitania, Regimento, Cavalaria, Número, Título, Sétimo Regimento, Documento, Sua Alteza Real, que, para, Suplicante, Pede a Vossa Alteza Real que, a que, que, Vossa Alteza Real para, era de faltar e E Receberá Mercê⁴. A utilização de parágrafos é aleatória, diferindo da primeira para a segunda folha do documento, enquanto a separação de sílabas em fim de linha é feito com o acréscimo do sinal “=”.

As certidões apresentam muita semelhança entre si, de modo que serão analisadas conjuntamente, detendo-se apenas na especificação das partes individualmente.

4 O desdobramento das abreviaturas presentes nos documentos analisados foi realizado com base em: FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 600p.

[fl. 3]

[Certidão]

“N.º

*Joze de Souza Lobo e Mello Caval-
leiro, professo na Ordem de Christo, e Tenente Coronel
do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas
Geraes, por S. A. R. que Deus Guarde Vossa Senhoria[?] – Attesto”*

O protocolo inicial de uma certidão deve conter, como se verifica acima, o nome e a titulação daquele que emite a certidão. É obrigatório também a menção ao original do qual se extrai a informação que é certificada. Observa-se acima que o certificador menciona seus títulos e necessariamente demarca sua posição na sociedade bem como o poder de que está investido em função de ser Tenente Coronel Comandante.

“... e faço certo, que o Cadete Joaquim Mariano de Oliveira, efilho legítimo do Coronel Luiz Alves de Freitas Bello, assentou praça de Cadete em quinze de Agosto de mil sete centos noventa e cinco, tendo servido até o presente, com muita actividade, e Zelo do Real Serviço, de zepenhando-se e distinguindo-se com muita honra em todas as importantes diligencias deque foi encarregado, e com louvável procedimento, alem deque hé pessoa de destinto nascimento desta Capitania, e por assim ser verdade, e esta me ser pedida, faço a presente de minha letra e Signal como Comandante interino do mesmo Regimento.”

No texto da certidão é feita uma cópia do documento original contendo as suas datas e o “fato” que se reconhece como verdadeiro por meio da transcrição do documento original literalmente ou por meio de referencias claras ao original, bem como a sua localização.

*“... Villa Rica trinta de Junho de mil oitocentos e hum=
Joze de Souza Lobo e Mello, tenente Coronel Coman-
dante.”*

No protocolo final tem-se a preocupação de fazer a datação tópica e cronológica especificando os títulos do certificador, que é uma pessoa investida da autoridade necessária para a emissão de documento comprobatório, ou seja, de fé pública.

“... – Reconhecimento –

*Reconheço a letra Signal retro [?] da pessoa nelle
Contheuda. Lisboa sette de Dezembro de mil oito centos e
trez = Em testemunho de Verdade = Lugar do Signal publico”.*

[fl. 4]

*“... Manoel Joaquim Simpliciano Xavier de Britto
E tresladada a Concertei com o proprio, a que me reporto,
que tornei a entregar a quem me apresentou. Lisboa vinte
edous de Dezembro de mil oito centos esseis = E eu o Tab.ão,
Joao Caetano Correya, a fiz escrever, subscrevi; e
assinei em público, e razo [rubrica]*

João Caetano Correya

[sinal público]

Em test.º de verd.º

[fl. 5]

“... N.º

*Manoel Antonio de Sampayo Mello
e Castro Muniz e Torres de Luzignano, Conde de
Sampayo, do Conselho do Principe Regente Nosso
Senhor, Vendor da Serenissima Princesa a Senhora
D. Maria Francisca Benedita, Coronel do Re-
gimento de Cavallaria numero sete, Commenda-*

dor das Comendas de S. Vicente de Pereira, e de S. Miguel de Lairadas, Alcaide Mór da Torre de Moncorvo e da Cidade de Miranda do Douro, Fronteiro Mór de Freixo de Espada á cinta, Senhor das Villas de Sampayo, Villa flor, Villas boas, Mór, Chassim, Benposta, e Parada de Pinhao, e dos Direitos Reaes das ditas Villas [assinatura]”.

No protocolo inicial observa-se a titulação e nomeação do certificador.

“... Certifico que dos Livros de Registro do Regimento consta que Joaquim Mariano de Oliveira Bello Cadete da Segunda Companhia, idade vinte e dous annos, altura cinco pés, e meia polegada; cabellos castanhos, olhos pardos claros, natural de Minas Geraes, e filho do Coronel Luiz Alves de Freitas Bello jurou aos extandartes, e assentou praça em nove de Mayo de mil outo centos e cinco; por ordem de S. A. R. expedida por Avizo do Senr General da Artelharia, que Governa as Armas da Corte, e Pro- [fl. 6]

vincia da Estremadura de vinte e sete de Abril do dito anno, em que manda se lhe haja de contar a sua antiguidade do dia cinco d’Agosto de mil sete centos noventa e cinco, em cuja datta foi admitido no seu Real Serviço com praça de Cadete no Regimento de Minas Geraes. Tem servido sempre athe a presente com exemplar conduta, com muita promptidão, e sem notta alguma em seu assento. E para constar aonde preciso for, fiz passar a presente que me

*foi requerida aqual vai por mim assinada, e
Sellada com o Sinete de minhas Armas”.*

Texto da certidão no qual se verifica a referencia ao documento original a partir do qual se originaram os dados transcritos na certidão atestando a sua autenticidade. São referenciadas também as datas nas quais os processos em questão se deram. A referência ao original bem como a datação tópica e cronológica devem-se ao fato de ser a certidão um documento diplomático de caráter testemunhal e probatório.

*“... Quartel do Caes trinta e hum de Dezembro
de mil outo centos e seis = Conde de Sampaio =
Coronel*

Lugar do Sello das Armas

*E tresladada a concertei com o próprio a que me
reporto, que tornei a entregar a quem me appresentou.*

*Lisboa sete de Dezembro aliás de janeiro de
mil outo centos e sete = E eu o Tab.^{ao} João Caetano Cor-
reya, afiz assinei em público, e razo [rubrica]*

João Caetano Correya

[sinal público]

Em test.º de verd.º...”

Protocolo final, em que são referenciados a data tópica e a cronológica da certidão, bem como a titulação do certificador. A análise diplomática e paleográfica dos documentos anteriores consistiu em observar a união entre três partes distintas que são o protocolo inicial, o texto e o protocolo final, ou escatocolo, sendo que nestas três partes são evidenciadas formas diplomáticas próprias para cada espécie documental (BELLOTTO, 2002).

Paleograficamente, estão presentes tanto palavras quanto vocabulários arcaicos. Observemos os seguintes aspectos em relação às certidões: *attesto, athé, actividade, zello, deligencias, hé, hum, signal, contheuda, sette, tresladada, dous, outo centos, vendor, reaes, villas,*

annos, mayo, artelharía, datta, notta, sellada, apprezentou, desdobradas para: “atesto”, “até”, “atividade”, “zelo”, “diligencias”, “ê”, “um”, “sinal”, “contida”, “sete”, “trasladada”, “dois”, “oitocentos”, “venerador”[?], “reais”, “vilas”, “anos”, “maio”, “artilharía”, “data”, “nota” (advertência), “selada” e “apresentou”. As abreviaturas utilizadas consistem nos seguintes exemplos: N.^o, S. A. R., Tab.^{ão}, test.^o, verd.^e, Senr, que foram desenvolvidas em: Número título, Sua Alteza Real, Tabelaão, testemunho, verdade, senhor. Percebem-se dois tipos diferentes de letras em uma das certidões, sendo um dos tipos o mesmo que predomina na outra certidão indicando que as duas foram analisadas por um tabelião que deixa seu sinal registrado. Daí decorre que a certidão mais antiga foi escrita por outra pessoa, sendo a sua passagem pelo notário João Caetano Correya percebida pelas autenticações que este realiza. Não há paragrafação do texto, cujas partes são separadas por espaçamento de uma pauta. Existe o emprego de pontuação o que torna o texto de fácil compreensão e as separações silábicas são feitas por traço simples no final da linha. Não existem algarismos arábicos ou romanos, sendo os números das datas cronológicas escritos por extenso. Percebe-se também o encadeamento de palavras e os processos de separação silábica que diferem muito em relação ao presente, aspectos que podem dificultar a leitura exigindo maior atenção a fim de evitar alterações de teor documental no momento da transcrição. Aqui se considerou o nível crescente de dificuldade quanto à grafia e à utilização de abreviaturas e termos arcaicos presentes nos documentos visando o desenvolvimento gradativo das técnicas de leitura, instigando os leitores a superarem as dificuldades técnicas iniciais.

Outro ponto a ser ressaltado é a escolha de documentos de tamanho intermediário, os quais fornecem ao leitor um conjunto de palavras que se repetem ou modos de grafar as mesmas letras em palavras diferentes, possibilitando a análise por comparação entre vocábulos e letras. Este recurso pode ser plenamente desenvolvido em documentos mais extensos ou em séries escritas pelo mesmo autor, onde é possível

perceber os automatismos de cada autor. As abreviaturas também podem ser desenvolvidas por comparação conforme o exemplo a seguir: a expressão “Em testemunho de verdade”, escrita no final da primeira certidão, constitui um recurso da escrita notarial que será utilizado posteriormente nesse mesmo documento e na segunda certidão. Nas vezes em que se repete, a expressão aparece abreviada como transcrita a seguir: “Em text^o.de verd^e.”, a julgar pelo fato de que o termo text^o pode significar também testamento, a comparação foi necessária para a opção por um significado mais inteligível no contexto de uma documentação notarial, em que podemos encontrar certidões com frequência.

V – Considerações finais

Espera-se que este trabalho, embora limitado e incompleto, visto não considerar todas as espécies documentais, tenha contribuído para indicar ao iniciante em leitura paleográfica possíveis caminhos necessários para uma maior compreensão deste tipo de fonte por meio da pesquisa histórica. Dentro da perspectiva aqui adotada, consideramos como fonte histórica o documento manuscrito em língua portuguesa, escrito sobre suporte em papel, geralmente organizado nos arquivos históricos ou permanentes e cuja leitura exige uma metodologia própria baseada nas técnicas da Paleografia e da Ciência Diplomática. Elaboradas na primeira década do século XIX, as fontes aqui apresentadas permitem identificar elementos da administração colonial especificamente em relação às redes sociais elaboradas entre os atores no sentido de angariar favores de superiores hierárquicos em relações baseadas em princípio de reciprocidade, envolvendo elementos de natureza material ou simbólica. Consistindo em um conjunto formado por correspondência (requerimento) e documentação notarial (certidão), é possível apreender destes documentos elementos que permitam inferências sobre o sistema administrativo e político colonial.

É necessário também pensar no autor do documento enquanto sujeito histórico capaz de atribuir por meio da escrita suas impressões subjetivas que devem ser analisadas dentro de um contexto social, marcadamente relacionado com o lugar de onde esse autor fala sem perder de vista os possíveis objetivos que levaram ao surgimento desses atos jurídico-administrativos que geraram as espécies documentais presentes. As fórmulas documentais permitem a definição dos mesmos enquanto requerimento e certidão, o que evidencia ao mesmo tempo o caráter de reivindicação do primeiro baseado no caráter comprobatório do segundo, informando, ainda, sobre a mobilização de capitais simbólicos para a aquisição de bens de natureza material cuja concessão estaria condicionada ao atributo de Real Piedade com que o monarca deveria zelar pelos súditos prestimosos. Deve-se salientar que embora não caiba o conceito de verdade, pode-se pensar em um caráter de pertinência quanto ao conteúdo e as inferências realizadas a partir dele. Entretanto, cabe a autenticidade documental definida pela diplomática como a expressão de um dado teor documental por meio de um formulário próprio, que caracteriza o documento enquanto a expressão gráfica textual de um ato jurídico-administrativo ou notarial.

Para pensar no tipo documental em análise é relevante ponderar sobre as relações que as espécies documentais guardam com as atividades geradoras que definem tipos documentais específicos, que só fazem sentido dentro da organicidade típica da geração e acumulação. Este procedimento permite também realizar o processo de classificação e criar categorias de análise que partem do próprio documento visando atender a uma demanda científica da pesquisa em curso. É necessário enfatizar que neste caso deve-se pensar a classificação em função do conteúdo informativo documental, imprimindo e atribuindo-se elementos de organização que atribuam inteligibilidade por meio de códigos ou outros meios que possibilitem a recuperação da informação necessária no curso da pesquisa. Nesse processo, devem-se determinar os procedimentos

metodológicos específicos de acordo com o objeto e com os recursos (humanos e materiais) que estejam ao alcance do historiador, de forma a gerar instrumentos apropriados de abordagem documental e evitar a proposição de absurdos e anacronismos ao interrogar as fontes sobre questões que extrapolam o limite da flexibilidade de análise suportada pela fonte documental.

Estabelecido o tipo de análise possível de ser realizado sobre um conjunto documental manuscrito, espera-se o discernimento necessário à proposição de perguntas cujas respostas possam ser obtidas da fonte por meio de uma relação dialética entre o pesquisador e o documento manuscrito. Eis, portanto, considerações que só podem ser aventadas por meio do conhecimento da produção historiográfica relacionada ao trabalho proposto e também por meio do conhecimento das fontes e da apreensão do seu teor informativo. Este só pode ser obtido por um processo de decifração dos sinais gráficos dispostos sobre um suporte de papel por meio da atividade de manipulação de um instrumento de escrita que imprime um formulário próprio ao que denominamos de documento (diplomático ou não) manuscrito. É neste ponto, como técnica de decifração, leitura e análise da grafia característica de uma época, que a Paleografia, juntamente com a Diplomática, assume papel preponderante na realização da interpretação crítica que a história realiza sobre o passado a partir da leitura de fontes manuscritas.

VI – Fontes

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Coleção Minas Gerais, caixa 183, documento 4, 07 de janeiro de 1807. “Requerimento de Joaquim Mariano de Oliveira Bello, natural de Minas, solicitando licença para se retirar para a sua terra”. Em anexo duas certidões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Maria Luisa Meneses. Fontes para a história do Brasil colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 1, p. 1-12, jan/jun 1997.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51. 232 pp.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. 304 pp.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. 198 pp.

_____. Reflexões sobre o conceito de memória no campo da documentação administrativa. In: _____. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 271 – 278.

_____. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. 120p. Reimpressão.

BERWANGER, Ana Regina. **Noções de paleografia e diplomática**. 3 ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2008. 124p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Paleografia. In: _____. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. 2128p.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3 ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 600p.

Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre - ES

LE GOFF, Jacques. **A nova história**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 318p.

MENDES, Ubirajara Dolacio. **Noções de paleografia**. 2ª ed. São Paulo: Arquivo Publico do Estado de São Paulo, 2008. 106p.

NUNES, Eduardo Borges. **Abreviaturas paleográficas portuguesas**. 3ª ed., Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1981. 122p.

OLIVEIRA, Daíse Aparecida. Arquivo e Documento. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico Municipal, v. 200, p. 113-148, 1991.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997. 227p.

SAMARA, Eni de Mesquita. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autentica, 2007. 166p.

SILVA, Antônio de Moraes. Paleografia. In: _____. **Grande dicionário da língua portuguesa**. 10ª ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1949. 12v. Vol. VII.

O PERFUME DE TUTANKAMON: UMA ANÁLISE HERMENÊUTICA DE UM VASO DE PERFUME DA TUMBA DE TUTANCÂMON – CARTE 271

Francis Lousada Rubini de Oliveira¹

Resumo

Trata-se do estudo do discurso teocrático do Per-aA², de legitimação de seu poder, usando-se como fonte um vaso encontrado no túmulo de Tutankamom. A teoria e métodos da Hermenêutica³ Histórica e Filosófica foram aplicados para o estudo do objeto, de modo que um sentido aos símbolos fosse dado, assim como aos textos, com objetivo de compreender os elementos do vaso num todo. Também demonstrar o “método” de Gardiner para a tradução de textos em Hieróglifos. Junta-se ao projeto nossa proposta de transliterar a escrita hieroglífica para o português como uma forma de facilitar a leitura das inscrições.

Palavras-chave: Arqueologia histórica, Discurso teocrático, Hermenêutica, Hieróglifo.

Abstract

It is the study of the theocratic speech of Per-aA, and the legitimacy of its power, using as source a vase found in the grave of Tutankamom. The theory and methods of the historic and philosophical hermeneutic

- 1 Professor de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA). Pesquisador na área de arqueologia no Instituto Histórico e Geográfico de Alegre-ES (IHGA).
- 2 Palavra para nomear o rei-deus, pois o termo Faraó não faz parte das fraseologias egípcias, sendo uma palavra hebraica que os hebreus usavam ao se referirem ao rei máximo dos egípcios. Neste artigo usaremos a palavra de origem hebraica Peraá, ao invés de Faraó.
- 3 Teoria da interpretação do sentido.

were applied for the study of the object, in order to make a sense to the symbols and the texts so that we can understand them. In the same way, we demonstrate the Gardiner's "method" for translating hieroglyphs texts, and show a new proposal in the way of transliterating the writing of hieroglyph into Portuguese language as a form of facilitating the reading of the registrations contained in the above mentioned vase.

Keywords: Historical Archaeology, Speech TMS, Hermeneutics, Hieroglyph.

Introdução

Há séculos, a civilização egípcia tem despertado em nós os mais ávidos interesses sobre muitos aspectos de suas vidas. Neste estudo, apresentaremos uma proposta de interpretação usando a hermenêutica como teoria e método para uma Aplicação⁴ e Compreensão dos discursos contidos num vaso de calcita. No saber arqueológico, nosso estudo pode ser enquadrado dentro da Arqueologia Pós-processualista, tendo como vertente aqui mencionada a Arqueologia Contextual ou Interpretativa que tem como base filosófica alguns fundamentos da Hermenêutica. Nossa meta foi fazermos uma análise de todos os elementos iconográficos estéticos presentes no aludido vaso, tais como a transliteração e tradução da escrita nele contida.

A descoberta

No dia vinte e dois de novembro de 1922, o arqueólogo Howard Carter fez a descoberta da tumba de Tutankamom. A notícia foi uma novidade entre o público geral. A descoberta dessa tumba no Vale dos Reis foi importante para aumentar o conhecimento sobre os governantes do Antigo Egito. Havia centenas e mais centenas de objetos colocados na morada de Tutancamom (ou Tutancâmon – as duas grafias são usadas). Muitos deles não pareciam com nada anteriormente descoberto,

4 O trabalho de articulação do passado com o presente, do Tu com o Eu.

conhecidos somente em cenas pintadas em muros e túmulos. Só para se ter uma ideia do volume dos achados, os trabalhos de limpeza, restauração e registro desses objetos duraram dez anos.

Interpretando o objeto

Para o hermenêuta, o objeto de estudo nada mais é que um ato ocorrido no tempo, como um texto ou uma obra de arte; um monumento, um período, aquilo que se pretende interpretar e compreender, dando-lhe um sentido. “O fim verdadeiro de todo o conhecimento histórico é o de compreender um evento histórico em sua singularidade, em suas unicidades” (TESTA, 2004: p. 34).

Nossa fonte de estudo é um vaso que tinha como função prática guardar óleos perfumados, esculpido em calcita, um dos materiais mais usados no Egito Antigo desde a época Pré-dinástica para a produção de vasos. Esse material era chamado pelos antigos egípcios de Alabastro – *sesh* (COLLIER, 2001). Por se tratar de uma “pedra” relativamente macia, ela era escolhida para fazer peças bem trabalhadas, pois podia proporcionar um esculpir com grande riqueza de detalhes.

O vaso que se encontra hoje no museu do Cairo foi catalogado como “CARTE 271”; altura de 42,5cm, comprimento de 48,2cm, largura de 44,4cm. Ele estava diante das portas do segundo fêretro da Câmara Funerária de Tutancâmon. Segundo o Egiptólogo T. G. Henry James (2005: p. 307), esses vasos de perfumes “[...] foram rejeitados pelos estudiosos puritanos por interpretarem sendo vulgares os elementos estéticos neles representados”. Porém, o “[...] simbolismo neste caso se impôs a funcionalidade” (JAMES, 2005: p. 307).

Para o início de nossa interpretação⁵, fizemos uma divisão metodológica do mesmo objeto em duas naturezas de fontes, a saber: a) uma material-estética (suas formas, seus ornamentos esculpidos, seus detalhes, etc.), e b) a outra textual (referimo-nos ao texto em hieróglifos que contém o vaso).

5 Objetividade relativa à compreensão através do uso dos cânones hermenêuticos.

Ambos os tipos de fontes – a material e a textual –, apresentam um discurso, ou vários, que estão contidos na linguagem. Gadamer (1997: p. 497), postula o seguinte: “[...] é através da linguagem em que se realiza o acordo dos interlocutores e o entendimento sobre a coisa em questão”. Essa é como *médium*⁶ da experiência hermenêutica. Assim, uma conversação com o objeto tem seu próprio espírito e a linguagem que empregamos ali carrega em sua própria verdade, ou seja, “[...] desvela e deixa surgir algo que é a partir de então” (GADAMER 1997: 497), sendo todo o processo em si mesmo um “processo de linguagem”.

Aplicando a fonte material-estética de nosso método, o primeiro passo foi interpretar cada parte sabendo-se que o conjunto das mesmas tem uma relação com o todo. Este, por sua vez, tem íntima relação com suas partes.

Uma regra tradicional da hermenêutica vem nos auxiliar. Ela foi formulada pela primeira vez pela hermenêutica romântica [...]. Trata-se da relação circular entre o todo e suas partes: o significado antecipado em um todo se compreende por suas partes, mas é à luz do todo que as partes adquirem a sua função esclarecedora (GADAMER, 1997: 497).

A sequência para a interpretação dos elementos materiais-estéticos do vaso foi feita de cima para baixo, até chegar-se à base do mesmo. Na parte superior do vaso é apresentado um símbolo esculpido na própria calcita: trata-se de um **abutre** com as asas abertas, chamado de *Nexebet*. Aos lados direito e esquerdo do abutre há dois ornamentos que sobem em direção ao topo: são duas cobras, simbolizando a deusa *Wadjyt*. “Estas duas damas são insígnias reais, diademas tutelares, o abutre de asas abertas indica proteção ao faraó” (JAMES 2005). A *Wadjyt*, ou seja, a cobra do lado esquerdo possui uma coroa vermelha – a coroa

6 *Médium*, palavra latina, que em português significa “mediar”, ou aquilo que trás.

do rei do Baixo Egito; a outra *Wadjyt*, a da direita, possui uma coroa branca – símbolo do rei do Alto Egito.

Na parte central do vaso, do lado esquerdo, podemos notar a estátua de um homem com uma barriga protuberante. Em cima de sua cabeça está uma planta de papiro (*AH*), que é um determinativo⁷ para a palavra Delta ou Baixo Egito, local onde o rio Nilo deságua no mar Mediterrâneo. Do lado oposto, uma outra estátua está com a planta lilás *idhu* (*idHw*), que significa Alto Egito, referindo-se ao local onde nasce o Nilo. Ambas as estátuas seguram no centro do vaso um emaranhado de plantas papiros e lilases. Essas plantas, junto com o próprio corpo do vaso que está entre elas, formam um sentido de atar, amarrar: nada mais é do que o verbo *smA*, que significa “unir” (ver figura 2 – em **Anexos**, ao final deste texto), fazendo referência ao ato do Pêra em pacificar e unir todo o Egito. Na parte inferior da peça existem dois falcões com um círculo em cima de suas cabeças, representando o deus Horus, ou seja, o próprio Peraá, que na mitologia egípcia é filho do deus Rá. Os falcões estão apontando para o centro; suas asas abertas simbolizam proteção. No centro há um cartucho⁸, entre eles está escrito o nome de batismo de Tutankamom, isto é: Nebexeperurá.

Na peça estão claros os dizeres que Tutancâmon é protegido dos deuses e unificador. Dito de outro modo, a união significa “[...] o esmagamento da oposição tanto interna quanto externa, garantido pelos deuses ao outro deus que é o rei” (FLAMARION, 1997: p. 48).

Tendo abordado até então somente a parte textual como fonte, passamos, em seguida, a traduzir de cima para baixo o texto, dividindo as frases em partes, mas sempre considerando a relação de cada uma das

7 O Determinativo é um signo que é colocado geralmente no final da palavra para diferenciar palavras que possuem escritas iguais, mas têm sentidos diferentes. Por exemplo: os termos “preto”, “completar” e “Egito” têm a grafia **km**. De acordo com o determinativo ela terá um desses sentidos.

8 Forma oval, dentro da qual sempre contém o nome de um peraá.

partes com o todo, de modo a permitir uma interpretação de seu sentido de totalidade.

O vaso possui um gargalo delgado, sobre a superfície do qual há uma inscrição hieroglífica em sentido longitudinal. A parte superior e a parte inferior do mesmo perfazem uma só frase. No centro do vaso possui um retângulo; dentro desse existe um outro texto maior e, por fim, na base do vaso há uma inscrição dentro do cartucho.

Traduzimos, seguindo a teoria do filólogo Gardiner (1979). Assim, o primeiro passo para a tradução da língua egípcia hieroglífica foi:

- 1 – Descobrir a direção em que o texto foi escrito;
- 2 – Agrupar os signos formando palavras;
- 3 – Transliteramo-nas, ou seja, passamos para o alfabeto latino;
- 4 – Fazer a “fonação” das palavras em egípcio (a fonação das palavras é bem hipotética, mas tentamos fazer assim mesmo). Gardiner (1997) diz que devemos colocar uma vogal “e” entre as palavras que possuem consoantes juntas, isso para podermos vocalizar às palavras;
- 5 – Por último, fazer a tradução final.

Nossa tradução diferiu das normas internacionais, pois fizemos questão de grafar os fonogramas que possuem os sons iguais às nossas vogais, como se eles – os fonogramas – fossem realmente vogais, o que em nossa proposta chamamos de pseudo-vogais, apesar de sabermos que elas não existiam na língua do Antigo Egito. Esta metodologia de grafar as pseudo-vogais fez-se necessário como uma forma facilitada para a leitura das mesmas, sendo didaticamente eficaz para o ensino da língua.

Na tradução final de cada frase foram colocadas algumas palavras dentro de colchetes, o que não existiam no original, e foram inseridas para uma melhor adequação em respeito à gramática portuguesa. Pois, “O tradutor deve resguardar o direito de sua língua materna, para a qual traduz, ao mesmo tempo em que acolhe também o estranho e inclusive o adverso do texto e de sua forma de expressão” (GADAMER, 1997: p. 591).

Na parte superior do gargalo, a direção em que os hieróglifos foram escritos é de cima para baixo; agrupamos os mesmos em palavras e as transliteramos: *ntr nfr nb tA (nbxprrá). sma k shma HÁ*. Parte inferior: *xr Tbt.y k wnn k hr st Hr rá Dt*.

A fonação ficou assim: *neter nefer neb ta (nebxeperurá) esma ek shema HÁ xer tebety ek unen ek her set Her Rá Djet*. Traduzindo cada parte, temos: *Deus, perfeito, senhor, duas terras, Nebexeperurá, uniu, você, alto, delta, debaixo, duas sandálias, tuas, estará, você, sobre, local, sagrado, Hórus, Rá, imortal*. Após a interpretação das partes compreendemos o todo: [O] Deus perfeito senhor [das] duas terras Nebexeperurá. Tu uniste [o] Alto [e o] Baixo Egito sob teus pés, tu estará sobre [o] local sagrado de Hórus [como] Rá [o] imortal.

O tradutor precisa transpor o sentido a ser compreendido para o contexto em que vive o outro interlocutor. [...] o sentido deve ser mantido, mas, como ele deve ser compreendido num novo universo de linguagem, precisa ganhar validade de uma outra maneira. Por isso toda tradução já é interpretação (GADAMER 2004: p. 312).

Na parte central do vaso existe um retângulo; dentro do mesmo encontra-se um outro texto em hieróglifos e a direção do texto é da esquerda para a direita. Seguindo de cima para baixo, dividimo-lo assim em 4 colunas: “**a**”, “**b**”, “**c**”, “**d**” (Figura 6). Segundo Gardiner (1979: p. 16) “[...] devemos começar a traduzir do local onde os desenhos estão apontando”. Por exemplo: caso uma cobra esteja desenhada com a cabeça para o lado direito, isso significa que o começo da leitura do texto deve ser da direita para a esquerda.

The signs that represent person, animal, and birds, as well as other signs that have front and backs, almost

always face the beginning of the inscription in which they occur, so that direction in which this is to be read is but rarely in doubt. For example the words must be read from the left to right because the birds, men, kid, and basket with the handle all face toward to left (GARDINER, 1979: p. 16).

Na coluna “a” do quadrado encontram-se quatro fonogramas colocados por motivo de espaços entre uma grande planta de papiro e uma cobra. Traduzindo de cima para baixo, por ordem de aparição, temos: *aA.t s.rdi anx*. A fonação assim ficou: *aat es redi anks*. Traduzida cada parte: *grande, fazer, dar, vida*. Na interpretação das partes em relação ao todo, temos: [A] grande [deusa] [que] da [a] vida.

Ainda em nossa coluna “a” temos uma planta de papiro chamada de *HÁ*, que traduzido significa: “o Baixo Egito”. No topo dessa planta está uma cobra; em sua cabeça há uma coroa e um cetro. A cobra é um diadema real e chama-se *wajyt*, a deusa protetora da realeza. A coroa vermelha que ela usa – a *dshr* – sua fonação é *deshert*. Era usada pelo rei do Baixo Egito. Junto desses elementos encontra-se um cajado *was*, que significa “domínio”.

Transliterando a coluna “b”, temos as seguintes partes: *ntr nfr nb tA.y nb-xpr-rÁ anx rdi mi rá*. A sua fonação: *neter nefer neb tai nebxeperurá anx redi mi Rá*. Na ordem, temos cada parte, como segue: *deus, perfeito, senhor, duas terras, nebxeperurá, vida, dotado, como, Rá*. Em relação ao todo, o sentido é: [O] *deus perfeito, senhor [das] duas terras Nebexeperurá [é] dotado [de] vida como Rá*. O nome *Nebexeperurá* é o nome de batismo de Tutancâmon, e o qual traduzido significa: “O senhor transformado em Rá”.

A coluna “c”: *Sa rá nb xaw (Tut-ank-Imon hqA iwnw smA) Djt*. A fonação: *Sa Rá neb xau (Tutâncamon Heca iunu sema) Dejt*. Interpretando as partes temos: *Filho, Rá, senhor, coroas (Tutâncamom, governante,*

Heliópolis, meridional), eterno. O sentido da frase é: [O] filho [de] Rá, senhor [das] coroas, Tutâncamon governante [da] Heliópolis sul, [o] eterno.

Na coluna “**d**”, encontramos as seguintes partes: *Nsw.t hmt wr.t (ank-s-n-Imon) anx awt rnpy awt*. Sua fonação é: *Nesu.et hemet ur.et Anksenamom anx aut renepy aut*. Assim, temos o que se segue: Rainha, mulher, grande, Anquesenamom, vida, novilha (jovem), jovialidade, novilha (jovem). Seu sentido é: [A] rainha [e] grande mulher Anquesenamom, vida, muita juventude [e] jovialidade.

Na base desse vaso (que é nossa fonte de estudo para a elaboração deste artigo), existe um cartucho com uma inscrição dentro, e no qual está o nome de batismo de Tutancâmon, ou seja, Nebexeperurá – “O senhor transformado em Rá”.

A linguagem, o discurso e sua compreensão

Cada parte traduzida da fonte material-estética e da textual só ganhou pleno sentido em relação ao todo, de modo que o sentido do discurso foi compreendido. Para prosseguirmos, devemos aplicar uma outra regra da hermenêutica que é compreender um texto a partir dele mesmo (GADAMER 2004). Então, transcrevemos todo o discurso contido no texto, em sua totalidade, conforme registro abaixo:

A Deusa Nexebet protege, e a deusa Wadiet (que é um diadema tutelar) tutela o rei. Estamos com as coroas do Alto e do Baixo Egito; dizemos que ele é rei tanto no norte quanto no sul do Egito. Os deuses do Nilo (Os homens com barrigas protuberante) em nossas cabeças carregamos o papiro AH e o lilás Idehu (idHW, símbolo geográfico do Alto e do Baixo) ratificamos o poder do rei sobre o Norte e o Sul do país. O rei pessoalmente une, junta, acabando com os conflitos e oposição existente no Egito.

Na base do vaso: *Hórus com minhas asas abertas protejo ao Peraá, protejo a Nebexerá, ou seja, protejo o senhor transformado em Rá. O rei é filho do deus Rá, sendo a encarnação viva de Hórus. Que é o Deus perfeito senhor das duas terras. Nebexeperurá uniste o Alto e o Baixo Egito sob teus pés, ele estará no trono sagrado de Hórus (pois ele mesmo veio de lá) como Rá imortal. Seu diadema é a Deusa Wajt senhora do Delta do Nilo que possui o cetro was (o domínio). Sendo o deus perfeito, o senhor de todas as terras Nebexeperurá que é dotado de vida eterna como Rá também é eterno e é o próprio senhor transformado em Rá (Nebexeperurá). O senhor das coroas Tutancâmon é governante da Heliópolis sul, o eterno, juntamente com a rainha e grande mulher Anquesenamon, vida, muita juventude e jovialidade.*

Este pequeno texto é uma parte que pertence a um todo ainda maior, a outros textos, e todos eles fazem parte da tradição. Esse constante movimento circular entre o presente e a tradição (o passado), que faz parte de um texto e de seu todo, é chamado de “Círculo Hermenêutico”. Heidegger (2001) demonstra a existência desse círculo, ao mesmo tempo em que pretende explicar o sentido dele, qual seja:

O círculo não deve ser rebaixado a um vitiosum⁹, mesmo que apenas tolerado. Nele se esconde a possibilidade positiva do conhecimento mais originário que, de certo, só pode ser apreendida de modo autêntico se a interpretação tiver compreendido que sua primeira, única e última tarefa é de não se deixar guiar, na posição prévia, visão prévia e concepção prévia, por conceitos ingênuos e chutes (HEIDEGGER, 2001: p. 210).

9 *Vitiosum* é uma palavra latina, que em português significa “vicioso”, “vício”.

Esse discurso do Rei-Deus, como é chamado por Cardoso (1997), durante as primeiras dinastias (por volta de 3.100 a. C.), consolida-se como uma tradição cultural centrada no mesmo – no Rei-Deus –, sendo percebida em vários textos do Antigo Egito. Sendo assim, o rei é no contexto o centro do poder. “O rei designa em muitos casos parentes seus para as funções mais altas, entre elas a chefia dos monos ou províncias. A cobrança dos tributos se faz sob supervisão direta do soberano, que navega no Nilo em companhia de sua corte – **os seguidores de Hórus**” (CARDOSO, 1997: p. 43, grifo nosso).

Percebe-se nessa citação a presença do discurso teofânico, isto é, a relação e a vinculação do Peraá a Hórus, o filho de Rá, sendo considerado o próprio faraó-deus, ou no Médio e Novo Reino, o representante de deus, mas ainda sim o filho de Rá.

Data da época do Antigo Reino o auge do discurso de legitimação do poder do Peraá usando um vínculo divino, sendo do rei a origem de todos os poderes. Esse discurso que é levado pela linguagem irrompe ao longo dos séculos até chegar à época de Tutancâmon. “O rei concede poderes e retira poderes, ele impõe um obstáculo e remove um obstáculo [...] Cuidado com o Hórus cujo olho é vermelho, violento em seu poder, cujo poderio ninguém pode resistir! Os seus mensageiros vão, os seus correios se apressam, eles lhe trazem as notícias” (CARDOSO, 1997: p. 43-68).

Ainda de acordo com esse mesmo historiador, um dos discursos mais antigos do Egito grafados são os Textos das Pirâmides. O sentido dele é uma legitimação político-religiosa da monarquia egípcia. Para compreendermos melhor seu sentido, transcrevemos um longo trecho no qual nossas afirmações são atestadas:

Eu sou Hórus, que restaurou o seu olho com ambas as mãos:

Eu vos restauro, vós que devíeis ser restaurados;

Eu vos ponho em ordem, ó estabelecimentos meus;

*Eu te construo ó minha cidade!
Vós fareis para mim todas as boas coisas que eu
desejar.
Vós agireis em meu proveito onde quer que eu vá.
Vós não obedeceis aos orientais, vós não obedeceis
aos ocidentais,
Vós não obedeceis aos setentrionais, vós não
obedecereis aos meridionais,
vós não obedecereis àqueles que estão no meio da
terra – mas vós obedecereis a mim.
Eu é que vos restaurei;
Eu é que vos construí.
Eu é que vos pus em ordem.
E vós fareis por mim tudo o que eu vos disser, onde
quer que eu vá.
Alcançar-me-eis todas as águas que estão em vós;
Alcançar-me-eis todas as águas que estarão em vós;
Alcançar-me-eis todas as árvores que estão em vós;
Alcançar-me-eis todo o pão e cerveja que estão em
vós;
Alcançar-me-eis as oferendas que estão em vós.
Alcançar-me-eis as oferendas que estarão em vós.
O qual vós me trareis a qualquer lugar que meu
coração deseje.*

Para Gadamer (1997), a linguagem como *médium* da experiência hermenêutica é o grande pilar da mesma. Como umas palavras puxam sempre outras, como a conversação, no caso desse texto, toma seus rumos, encontra seu curso e seu desenlace, e a seus interlocutores são dirigidos. Os seus súditos egípcios são os receptores de tais palavras e diante delas recebem toda a ideologia presente, e que as mesmas não podem ser retiradas de seu contexto Grondin (1999).

O sentido está claro: o rei é governador do Alto e do Baixo Egito, ou seja, de todo o Egito que foi unificado. “[...] a monarquia dual que, na figura do rei, na e pela figura do rei, une o Vale e o Delta e reconcilia os deuses inimigos Hórus e Set” (CARDOSO, 1997: p. 48). No contexto mitológico egípcio Set estava caçando uma gazela e se perdeu. De repente, sob o luar, avistou uma arca em que dentro da mesma estava seu irmão Osíris. “[...] enfurecido, Set cortou o corpo de Osíris em catorze pedaços e os espalhou para todos os lados” (GENESTE et al., 1984, pg.35). Sua irmã Isis os juntou e colou todos os pedaços. Hórus, que nesse mito é o filho de Osíris, vinga o pai vencendo Set. Este discurso ilustra uma possível disputa entre o Alto e o Baixo Egito, como Estados rivais ainda não unificados e sua posterior união sob o poder de uma só pessoa.

Entretanto, sabemos que a unificação do Egito aconteceu sob o ponto de vista histórico e não sob a tutela de Tutancâmon, mas sob o reinado do Peraá Menes em 3100 a. C. (BURNS, 1997). Compreendemos então que o Faraó Tutancâmon assume um discurso afirmativo que ele próprio unificou, criando o Estado egípcio (CARDOSO, 1997). Essa união significa, pois, um ato político de esmagamento da oposição, tanto no âmbito interno quanto externo, tendo sido garantido pelos deuses ao outro deus que é o próprio rei. Assim: “A criação do mundo e da monarquia foi o estabelecimento de uma ordem imutável, ao mesmo tempo cósmica e social. Como filho do sol e Hórus vivo, o faraó é o senhor absoluto do território e dos habitantes do Egito” (CARDOSO, 1997: p. 48).

A ligação de deus com o Peraá está de forma material esculpida no vaso. Após a interpretação, ficou compreendido que o discurso mostra uma verdade situacional para aquele contexto. Cardoso (1997) postula que o Estado Egípcio é o maior exemplo concreto de uma teofania, isto é, a manifestação da divindade e de seus poderes cristalizados em uma divindade terrena – o deus encarnado. Esse discurso teocrático, bem

explicitado no aludido vaso, sustenta o poder do Peraá, visto que um “mortal” não seria digno nem teria poder para questionar os deuses, ou deus. Sua função estava salva através desse discurso de legitimação. “O rei era o único sacerdote por direito próprio. Só ele podia fundar santuários, em cujas paredes unicamente ele era representado realizando as cerimônias do culto divino” (CARDOSO, 1997: p. 48).

Mesmo tendo sido essa política ideológica e mítico-religiosa construída durante séculos, fixada ainda no período do Antigo Reino (entre 3.100 a. C. a 2.200 a. C.), ela não se fecha aí, em si mesma, mas é levada adiante e toca ideologicamente os sucessores, tendo sido usada pelo rei Tutancâmon séculos depois como justificação de seu poder. Dessa forma, o discurso, seja ele oral, material, ou “[...] transmitido de forma literária, é assim recuperado do alheamento em que se encontrava, para o presente vivo” (GADAMER, 1997: p. 481). Trata-se do tempo presente e vivo à época de Tutancâmon. De acordo com Grondin (1999: p. 197), “Contra a lógica locucional, para a qual a sentença constitui uma unidade de sentido auto-suficiente, a hermenêutica lembra o fato de que uma locução nunca pode desvincular-se de seu contexto motivacional”.

O contexto

Continuando o movimento do Círculo Hermenêutico, não podemos deixar de colocar o discurso no Contexto de sua feição correta, ou seja: a XVIII Dinastia – Novo Império, pois o contexto é um elemento presente dentro do Círculo Hermenêutico, permitindo saber o que estava acontecendo em específico no horizonte do século XIV a. C. – no Egito Antigo.

O arqueólogo Ian Holdder (1994), ao discorrer sobre a Arqueologia Contextual e ao falar sobre o seu contexto naquilo que tange às correntes atuais da arqueologia moderna, postula o seguinte: “Contexto viene del latin *contexere*, que significa tramar, entrelazar, conectar... En su [sic] os arqueólogos utilizan el término contexto de diversas formas, pero todos

ellos tienen en común el hecho de conectar o entrelazar las cosas en una situación concreta” (HOLDDER, 1994: p. 134-135).

Na Arqueologia Contextual, também conhecida como “interpretativa”, recorre-se com grande frequência à Hermenêutica como um suporte epistemológico, não se aceitando o que a Nova Arqueologia ou a Arqueologia Processualista afirma. Nesta, que por se apoiar nas chamadas ciências da natureza, acredita-se que os dados falam por si mesmos e que as interpretações são neutras, passíveis até de formulações de leis, a exemplo do que ocorre nas formulações de leis da física (BINFORD, 1983).

Por seu turno, Holdder (1994, p. 137) é categórico ao afirmar que “[...] no es posible, pues, explicar correctamente las calabazas ilchamus por referencia a funciones universales”. Este raciocínio vem ao encontro dos estudos dos Hermeneutas que dizem que não existem leis rígidas e sim interpretação situacionais. Para bem ilustrar a veracidade desse pensamento, recorreremo-nos às postulações de um dos mais versados Hermeneutas sobre a especificidade em discussão, como seja:

[...] todo o texto pertence, em primeiro lugar, ao conjunto das obras do autor e, em seguida, ao gênero literário de onde provém. Por outro lado, se quisermos apreender o texto na autenticidade de seu sentido original, devemos percebê-lo como a manifestação de certo momento num processo de criação e inseri-lo na totalidade do contexto espiritual do seu autor. Somente a partir do todo, que se forma não apenas por meio de fatores objetivos, mas, em primeiro lugar, pela subjetividade do autor, pode surgir a compreensão. [...] O texto que se busca compreender historicamente é despojado formalmente de sua pretensão de verdade. Acreditamos estar compreendendo quando vemos a tradição a partir do ponto de vista histórico,

isto é, quando nos deslocamos à situação histórica, procurando reconstruir o seu horizonte (GADAMER, 2003, p. 58-59-401).

O contexto é a XVIII Dinastia – no período compreendido como Novo Império –; o século é o XIV a. C. e “[...] graças à extensão do império provocava preocupações [em relação à cultura local], entre elas as relacionadas com a religião” (JAMES: 2005, p. 21). É fato que a religião egípcia configurava-se por ser bastante dispersa em variedades e tradições. O ecletismo religioso era de tal modo rico em diversidade que se permitia a inserção de tradições religiosas provenientes de outras localidades (JAMES, 2005). Ainda segundo esse egiptólogo, com “[...] o passar do tempo se chegou, de forma quase imperceptível, à evolução de alguns aspectos do culto egípcio do sol” (JAMES, 2005: p. 21), por exemplo.

A historiografia sobre a introdução do culto religioso ao sol no Antigo Egito – Aton, deus único adotado por Akhenaton (1.353-1.335 a. C.) – é abundante. Sabe-se que no reinado de Akhenaton todos os outros deuses foram banidos e foi adotado o deus Aton – o sol – como divindade única. Porém, após a morte desse Faraó, pouco a pouco essa tradição foi-se convertendo numa espécie de culto menor ao disco solar Aton, “[...] fosse [ele] o objeto central de adoração, ou mesmo o único” (JAMES, 2005: p. 21). Para muitos egiptólogos, foi durante o reinado de Tutmés IV (1.390-1.352 a. C.) que o culto cresceu notadamente. Entretanto, enfatiza-se que esse culto atingiu seu apogeu durante o reinado do filho de Tutmés IV, que mudaria seu próprio nome de Amenófis para Akhenaton, em homenagem a Aton. “[...] nos primeiros anos de seu reinado e posteriormente trocou para Aquenaton, o que beneficia Aton” (JAMES, 2005: p. 22). Assim, Amenófis, ou melhor, Aquenaton, juntamente com sua esposa Nefertiti, empreenderam uma árdua campanha para estabelecerem, de modo definitivo, o primeiro culto

monoteísta de que se tem notícia na história da humanidade – a religião solar, ou o culto a Aton, o que reina sobre todas as coisas do universo.

Como era de se esperar, esse novo discurso religioso sofreria muitas repressões por parte da elite sacerdotal defensora do politeísmo até então hegemônico. James (2005) afirma que na construção de um novo templo dedicado ao deus sol Aton já se refletia na arte religiosa a nova doutrina. O projeto desse templo era muito provocativo, pois destoava um pouco dos cânones vigentes, causando choques e repúdio da família real e, sobremaneira, aos sacerdotes tradicionais e burocratas. Então, podemos afirmar que nesse horizonte começou a haver uma “divisão” político-religiosa entre a antiga religião politeísta e o monoteísmo de Aton.

Não é difícil de imaginar o estado de tensão que se originou em Tebas após a virada revolucionária que tomavam os acontecimentos. Não podia haver coexistência pacífica entre o novo e o velho regime religioso. Em seguida, se estabeleceu a supressão formal dos antigos cultos. [...] o rei não se conformaria com nada que não fosse uma ruptura completa com o passado religioso (JAMES, 2005: p. 22-23).

Nessa Conjuntura (momento específico da Estrutura) é pregado que apenas um deus existe, ele é o deus supremo Aton. Esse sistema religioso pioneiro continuaria até a vida de Aquenaton, pois a sustentabilidade desse novo culto estava atrelada somente à pessoa do rei e de sua rainha. Aquenaton, ao morrer, não deixou um reino unificado/unido, forte, tanto político quanto religioso, o que contribuiria para dar início a um processo lento do retorno às ideologias tradicionais. De acordo com James (2005), sucederam-lhe alguns grão-vizires *Neferneferuaten* (especialistas historiadores afirmam que foi sua própria esposa Nefertiti)

e Ay, tutor de seu filho. Assim é que após a morte de Nefertiti, ela foi substituída pelo filho que se chamava *Tutankãton*. Este era ainda menor, tendo em torno de apenas 8 anos de idade. Por volta de 1.336 a.C., teve um casamento precoce com *Ankesenaton*, e sendo assim menor teve como regente um tutor chamado Ay, e este começou um lento retorno, unificando as divergências político-religiosas. “Nas primeiras fases de seu reinado, no entanto, ele e sua esposa, provavelmente seguindo o conselho de seus assessores, mudaram seu nome pelo nome de Tutancâmon e Anksenamon” (JAMES, 2005: p. 35).

Assim, o rei Tutancâmon sobe ao trono. Analisando a etimologia dos nomes reais, percebe-se que eles já demonstram uma sinalização de volta aos antigos ritos religiosos, sendo a substituição do nome do deus Aton pelo Amomum um indicativo, pois basta traduzir a palavra Tut-anx-Aton e Tut-anx-Amon; Tut (imagem), anx (vida), Aton, assim diz “a *imagem vívida de Aton*” foi mudado para “a *imagem vívida de Amom*”. Sua esposa Ank-sen-Aton e Anx-sem-Amon; Anx (vida), sen (mulher); Aton, assim diz, “a *mulher vívida de Aton*” para “a *mulher vívida de Amon*”. “A mudança da capital durante o segundo ano do reinado de Tutancâmon para Mênfis também demonstra um retorno aos antigos cânones religiosos, esta cidade havia sido uma capital de grande importância desde que o rei Menes unificou politicamente o Alto e o Baixo Egito em 3.100 a. C.” (HENRY, 2008. pg. 35)

Uma outra prova vem do templo de Karnak, num local que pertencia a Tutancâmon. Lá existe uma inscrição que fala de reconciliação e, entre outras coisas, há uma citação a Amon-Rá, através da qual este deus concede o poder divino ao rei, sendo Amon-Rá o Senhor dos Tronos das duas Terras, de Aton, de Heliópolis, de Rá-Herakhte, de Path e de Thoth.

[...] Quando sua Majestade se proclamou rei, os templos dos deuses e das deusas, de Elefantina (ao sul) até as restingas do Delta (ao norte), estavam em

decadência; seus templos haviam caído na desolação e estavam cobertos de ervas; os santuários estavam como se nunca houvessem existido; os salões se haviam transformados em atalhos. [...] Os deuses e deusas desta terra têm o coração alegre; os donos dos santuários estão felizes; as terras estão em festa e celebração; a alegria existe por todo o país. Se criou um novo Estado (JAMES 2005: p. 35).

A fragmentação político-religiosa que seu pai Amenófis IV (Akenaton) provocou com sua reforma monoteísta foi na figura de seu filho Tutancâmon a antítese desse movimento, sendo responsável junto com seus assessores pela reconciliação e união do Egito. A questão da unificação citada no vaso é uma metáfora à unificação feita por Menes e também a apropriação desse discurso, assim como se refere a uma unificação feita de fato pelo rei Tutancâmon, ou seja, a reconquista e a pacificação do Egito aos problemas entre outros recorrentes da reforma religiosa de seu pai.

Conclusões

Como vimos anteriormente, as interpretações dos elementos estéticos e os textuais do vaso mostram a vinculação de um discurso de união político-territorial (do norte com o do sul) que pertence à Menes (3.100 a. C.) para Tutancâmon. Mas, o sentido do discurso presente no vaso não se esgota no que tange à unificação e pacificação político-territorial do Egito. A compreensão dos textos do vaso e de algumas inscrições da XVIII Dinastia nos mostrou que havia também uma cisão religiosa: os cânones religiosos foram alterados por Amenófis IV (ou como ficou mais conhecido por Akhenaton), que promoveu uma reforma monoteísta tendo como deus supremo Aton (ou Aten), o único Deus oficial. No contexto do período Amarna, quando o rei Tutancâmon subiu

ao trono, seus assessores e ele começaram com uma volta às teologias tradicionais. Essa política ficou conhecida como a reconciliação ou união. O verbo *smA* (unir) colocado no gargalo do vaso é um elemento que assim transcende a questão verbal e tem o sentido de mostrar essa política, bem como todos os outros elementos do vaso, tanto estéticos quanto o texto em si.

Assim, o que estava dito explicitamente no vaso era o discurso da unificação político-religiosa feita pelo rei. O outro discurso, isto é, aquele das entrelinhas, refere-se à unificação político-territorial e o qual foi assimilado ideologicamente para Tutancâmon. “Quem quer entender hermeneuticamente um assunto lingüístico, deve sempre considerar conjuntamente o que não é expresso de imediato por ele, mas pensado com ele (GRONDIN, 1999: p. 172).

Ressaltamos também a questão do discurso de legitimação do poder do Peraá calcado na sua divindade e na sua vinculação com o panteão de deuses egípcios, sendo ele o governante máximo do Egito, o filho de um deus, o próprio Hórus vivo, e ou o protegido dos Deuses. Trata-se de um discurso que surgiu há milênios, muito antes do reinado de Tutancâmon, o qual é usado por esse Peraá como alicerce de seu domínio¹⁰ e poder julgador¹¹, sendo todos então servos de deus como no Antigo Império, ou representante de Deus como ideologicamente se acreditava no Médio Império e no Novo Império.

Por fim, destacamos o papel da hermenêutica como um método e como teoria e método da história, uma problematização acerca das possibilidades do compreender histórico e da Consciência Histórica¹², do

10 O rei usava como símbolo um cajado chamado *Hqat*. Esse báculo vem do verbo egípcio *Hqa* e significa governar.

11 O rei usava outro cajado como símbolo de seu poder real, o mangal *Nexaxa* ou *Nekhakha* que tem o sentido de juiz, aquele que tem o poder de julgar. Esse cetro também tem o sentido de flagelo.

12 É a consciência da relatividade de toda a realidade histórica e de todos os fenômenos, o que leva o intérprete a tornar-se crítico de si mesmo (o seu caráter situado) e a lutar pelo conhecimento objetivo.

ser para vir à tona: o que estava lá não havia sido dito de forma direta. Gadamer (1997) em sua **Hermenêutica Filosófica** afirma que nossas interpretações são apenas verdades situacionais situadas num ponto graças a uma *Fusão de Horizontes*¹³ que se dá no presente em nossa *Situação Hermenêutica*¹⁴, a uma *Distância Temporal*¹⁵ e ao *Círculo Hermenêutico*¹⁶. Ele descreve uma possibilidade de compreendermos fatos do passado que são trazidos pela tradição através do *medium* da linguagem até nós.

Fonte Primária:

Vaso de perfume, CARTER 271, J. D. E 61344. Museu do Cairo, Egito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCAGLION, Junior A. Proposta de interpretação de uma estátua divina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 1994. p. 103-115.

BINFORD. R. Lewis. **Em busca do passado**. Europa-América. Portugal, 1983.

BLEICHER, Josef. **Hermenêutica contemporânea**. Lisboa: Edições 70, 1980.

BURKE, P. Meter. **Testemunha ocular: História e Imagem**. São Paulo: EDUSC, 2004.

13 É um elemento de uma compreensão real o fato de os conceitos de um passado histórico serem recuperados de tal modo que incluem, simultaneamente, o nosso próprio passado.

14 Onde nos encontramos em relação à tradição que temos de compreender, tendo como embasamento os nossos preceitos.

15 Trata-se da distância entre o sujeito que interpreta e o objeto de estudo em questão.

16 Condição da compreensão, parte de uma situação comum que nos liga à tradição em geral e à do nosso objeto de interpretação em particular; estabelece a ligação entre a teoria e a práxis.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **O Egito Antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Poder e religião na Antiguidade**. São Paulo: Contexto, 1997.

COLLIER, Mark; MANLEY, Bill. **Introducción a los Jeroglífos Egípcios**. Madrid: Alianza Editorial S. A, 20001.

FAULKNER, R. O. **A concise dictionary of Middle Egyptian**. Oxford, Griffith Institute, 1962.

GADAMER, Hans-George. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2004.

_____. **O problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

_____. **Verdade e método II: complementos e índice**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1997.

GARDINER, Alan. **Egyptian grammar: begging an introduction to the study of Hieroglyphs**. Griffith Institute Ashmolean Museum. Oxford. 1979.

GENESTE, Èmile; FÉRON, José; DESMURGER, Marguerite. **As mais belas lendas da mitologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRONDIN, Jean. **Introdução à hermenêutica filosófica**. São Leopoldo-RS: Unisinos, 1999.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes. 2001.

HOLDDER, Ian. **Interpretación en arqueología**: corrientes actuales. Barcelona: Editora Crítica, 1994.

JAMES, T. G. Henry. **Tutancâmon**: Biblioteca Egito. Barcelona: Folia S. A., 2005.

RONDA, Elisa Castel. **Egipto**: signos y símbolos de los sagrado. Alderabán, 1999.

TESTA, Edmarco. **Hermenêutica filosófica e histórica**. Passo Fundo-RS: UPF, 2004.

ANEXOS



Figura 1 – Vaso de perfume CARTER 271, J. D. E 61344
Fonte: T. G. Henry James. **Tutancâmon**: Biblioteca Egito. Folia S. A. Barcelona. 2005



Figura 2 – Vaso de perfume CARTER 271, J. D. E 61344. Parte superior do gargalo.

Fonte: T. G. Henry James. **Tutancâmon**: Biblioteca Egito. Folia S.A. Barcelona. 2005

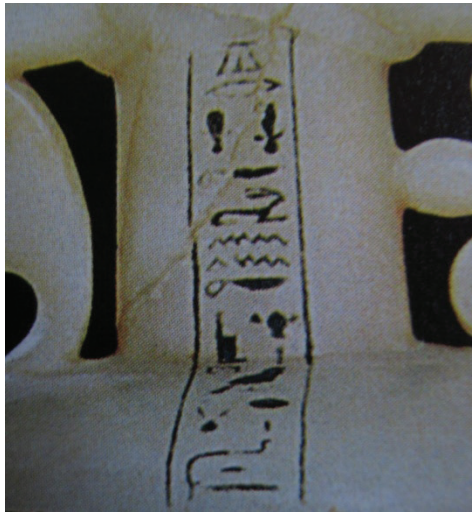


Figura 3 – Vaso de perfume CARTER 271, J. D. E 61344. Parte inferior do gargalo.

Fonte: T. G. Henry James. **Tutancâmon**: Biblioteca Egito. Folia S.A. Barcelona. 2005

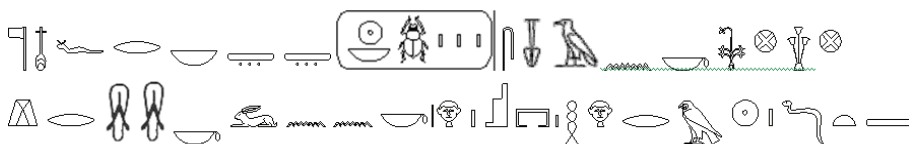


Figura 4 – Frase do gargalo colocada na direção ocidental de leitura (da esquerda para direita).

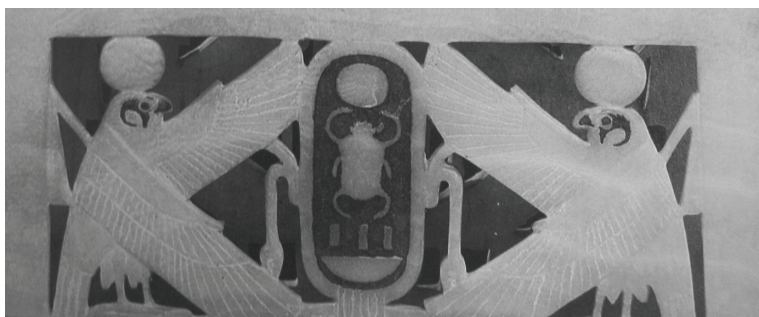


Figura 5 - Vaso de perfume CARTER 271, J. D. E 61344. Parte inferior do vaso.

Fonte: T. G. Henry James. **Tutancâmon**: Biblioteca Egito. Folia S.A. Barcelona. 2005



Figura 6 - Vaso de perfume CARTER 271, J. D. E 61344. Parte inferior do vaso.

Fonte: T. G. Henry James. **Tutancâmon**: Biblioteca Egito. Folia S.A. Barcelona. 2005

DE ROCHEDO A ARQUIPÉLAGO: A EMERGÊNCIA DO ARQUIPÉLAGO DE SÃO PEDRO E SÃO PAULO NA HISTÓRIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Raimundo Pereira Alencar Arrais¹

Aldenise Regina Lira da Silva²

Resumo

Este artigo reconstitui, em linhas gerais, a dinâmica relativa à longa ausência e à emergência do interesse no Arquipélago de São Pedro e São Paulo como objeto da pesquisa científica brasileira, articulando esse fenômeno com a história da extensão da soberania brasileira sobre o Arquipélago. Procura-se reconstituir o modo como o Arquipélago foi despertando o interesse dos pesquisadores e do Estado brasileiro, levando-se em conta o quadro internacional que interfere nos posicionamentos do Estado para a definição de seu território.

Palavras-chave: Arquipélago de São Pedro e São Paulo; Território; Soberania estatal.

Abstract

In general terms this paper aims to restore the dynamics on the long absence and the emergence of interest in the São Pedro and São Paulo Archipelago as an object of Brazilian scientific research, linking this phenomenon with the history of extension of Brazilian dominion

1 Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Professor Adjunto II da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História dessa mesma IES.

2 Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Membro do grupo de pesquisa – Os espaços na modernidade.

over the archipelago. It also aims to trace the way how the archipelago has been attracting the researchers as well as the Brazilian State interest, taking into account international rules that interfere with the positioning of the state to define its territory.

Keywords: São Pedro and São Paulo Archipelago; Territory and Brazilian sovereignty.

As especificidades dessa formação geográfica que hoje designamos como **Arquipélago São Pedro e São Paulo** não fazem dela um objeto de estudo atrativo para os historiadores³. Ele não oferece as situações que outros arquipélagos oferecem para a pesquisa histórica. Com efeito, numa primeira aproximação, percebe-se que não há nada nele que possa trazê-lo para o domínio da História – “História” entendida aqui não como simples sequência cronológica de fatos que auxiliam na localização de um objeto ou de um evento no curso do tempo (de curta ou longa duração), mas como campo de saber, como disciplina que se distingue por um objeto específico, por metodologias particulares e por uma tradição de reflexão epistemológica dentro das Ciências Humanas⁴.

Situado no Oceano Atlântico, a meio caminho entre a costa brasileira e a África, distante 683,50 milhas (1.100 quilômetros) do porto de Natal – capital do Estado do Rio Grande do Norte, o **Arquipélago**

3 Por oportuno, faz-se alusão ao projeto a que se vincula esta pesquisa (e que leva o título deste artigo) e o qual está sendo desenvolvido dentro e pelo Grupo de Pesquisa denominado de “Espaços na modernidade” (<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=8252775667149757>). Este artigo foi favorecido pelo apoio do Edital MCT/CNPq Nº 026/2009 – Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas e conta com o auxílio de uma bolsista de Apoio Técnico CNPq – Flávia Emanuely Lima Ribeiro, e um bolsista de Iniciação Científica – Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho, UFRN.

4 A bibliografia, ou produção historiográfica, sobre o assunto é considerável. Para nos limitarmos a obras de síntese e de referência em língua portuguesa, destacamos duas coletâneas indispensáveis para pesquisadores de Ciências Históricas, quais sejam: a) CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997; b) FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3ª ed. São Paulo: Contexto e USF, 2000.

São Pedro e São Paulo é constituído por um conjunto de pequenos rochedos, cuja origem está classificada no tipo denominado de “rochas plutônicas” (em maior quantidade) e “rochas sedimentares” (em menor quantidade), compreendendo em seu conjunto uma área total de 17.000 metros quadrados, incluindo nesse total as partes emersas e as partes submersas.

Desprovido de fontes de água doce, comprimido e fragmentado num espaço reduzido em que meia dúzia de pessoas mal pode se movimentar, nem praticar alguma modalidade de agricultura, porque nem solo agriculturável nem qualquer tipo de vegetação por lá não há, o arquipélago é afetado por uma temperatura média que varia aproximadamente entre 26,5 e 27,5 graus Celsius, tendo seu pico máximo no mês de maio e o mínimo entre julho e setembro. O acesso é difícil, pois os obstáculos às operações tanto de ancoragem quanto de desembarque são muitos e árduos.

Aquelas pontas que desenham **São Pedro e São Paulo** compreendem apenas a parte visível de uma colossal montanha de rochas imponentes plantadas no leito oceânico, a uma profundidade de aproximadamente quatro mil metros e em torno da qual a vida vegetal e animal se distribui em toda a sua complexidade e diversidade, desde as esponjas encravadas nas paredes a poucos metros da superfície aos cardumes de atuns que percorrem as águas frias de suas profundezas. Na superfície, proliferam formas de vida incrustadas e protegidas dentro de fendas molhadas das pedras e nas lagoas que se formam ao capricho das marés; sobre as rochas das três ilhas maiores, vive uma superpopulação diversificada de aves, sendo as mais comuns o atobá-marrom, as viuvinhas, a andorinha-do-mar-preta e o trinta-réis-preto.

Diante desse quadro marinho insular, impõe-se a indagação sobre o que podem os historiadores proceder, para tomar esse complexo ambiente em um objeto atrativo para a pesquisa historiográfica. O vazio humano e o isolamento do arquipélago desencorajaram o interesse

científico, tendo contribuído para colocar o lugar sob o signo da irrelevância, embora já constasse de um mapa português de 1513. Há registros de passagens de cientistas-viajantes pelo local a partir do final do século XVIII. A conclusão mais cômoda que se impõe é que **São Pedro e São Paulo** pertenceria ao domínio da “história geológica”, sem qualquer vinculação com a história humana.

É verdade que na perspectiva de uma história que se limita aos acontecimentos, sem considerar as problemáticas decorrentes deles, o arquipélago em questão estaria excluído de nosso interesse. Seria um objeto sem historicidade. Nada teria se passado sobre ele relativo à existência humana e suas ações sócio-políticas e culturais. Não foram recolhidos sequer relatos de naufragos. Porém, nada nos impede de imaginar que aquelas pedras alguma vez ofereceram abrigo temporário a naufragos, de modo que ele (o arquipélago) possa ter se difundido como um marco de esperança para os desvalidos no mundo dos marinheiros.

Neste artigo procura-se delinear em linhas gerais os elementos por meio dos quais **São Pedro e São Paulo** pode ser incorporado à pesquisa histórica. O ponto de partida adotado consiste precisamente em lançar a indagação sobre as condições que projetaram o arquipélago dentro do domínio da pesquisa científica brasileira e sobre o momento em que o Estado brasileiro passou a delimitar seu interesse por ele.

Para tanto, tivemos de nos colocar as indagações seguintes: a) Por que podemos reivindicar o estatuto de objeto histórico para **São Paulo e São Pedro**? b) Quando e em que condições ele pode ser analisado como um objeto histórico, quer dizer, em que condições ele é atravessado pelas forças históricas de seu tempo? c) É ele objeto de tensões e projetos dos grupos sociais ou das instituições, em especial da agência Estado-nação⁵? Daqui em diante, fornecemos algumas possibilidades, mesmo que de forma ainda exploratória, para essas questões fundantes de nossa pesquisa, ainda em curso.

5 Em outros trabalhos, estamos analisando a presença de agentes que estiveram no local ao longo da segunda metade do século XX.

Onde está a história do Arquipélago de São Pedro e São Paulo?

Para começar, gostaríamos de propor como hipótese principal na elaboração deste artigo o pressuposto segundo o qual esse conjunto de rochas ingressa na história dos homens, por meio de um cruzamento específico, que o configura como objeto de interesse para o historiador, envolvendo-o nas condições históricas, na medida em que é visitado, visualizado, na medida em que passa a ser alvo de ações e de interesses do Estado brasileiro e, em consequência, emerge no campo de interesses de agentes específicos, em um momento específico da história mundial.

Sua aparição histórica se delineia dentro da teia das relações travadas entre Estados-nações, em compassos distintos, ao longo do século XIX e no século XX. Sugerimos que sua condição histórica reside no fato de que num certo momento das relações internacionais, da estruturação do Estado brasileiro e da pesquisa científica no Brasil, essa minúscula entidade geográfica foi convertida num território em que se articulam a construção da soberania nacional brasileira e a pesquisa científica⁶.

Inicialmente, devemos indagar a respeito da negligência a que **São Pedro e São Paulo** foi relegado, por mais de quatro séculos, depois do Descobrimento de 1500. O fato mesmo de ele, durante longo tempo, não ter sido objeto de interesse algum não pode ser atribuído ao desconhecimento de sua existência. Embora não se disponha, até o momento, de um conhecimento satisfatório sobre a história dos deslocamentos intercontinentais no Atlântico Sul, sabe-se que nas proximidades do aludido arquipélago passavam as rotas das embarcações que, durante todo o período colonial, transportavam cargas de escravos e outras mercadorias entre a costa da África e o litoral do território brasileiro⁷.

6 O conceito de território percorre várias disciplinas. Para mencionar uma formulação pioneira, e que poderá orientar a execução da presente proposta, ver RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**, 1980.

7 Para se ter uma ideia da intensidade do tráfego negreiro, recomenda-se leitura das seguintes obras: FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras, uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX**, 2002; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul**, 2000.

O século XIX prepara as mudanças, com as ousadas travessias e expedições voltadas para a pesquisa sobre a estrutura geológica, a geografia, tipos humanos, fauna e flora de florestas, desertos, áreas polares e montanhas, visando conhecer, explorar e assinalar o domínio das nações imperialistas. Empurrados pelo desejo de conhecimento e exploração de todas as regiões ainda inexploradas da Terra, os pesquisadores estavam envolvidos num mundo de interesse científico, ambições pessoais, desejo de aventura, investimentos imperialistas, determinação de engenheiros e técnicos de projetar a civilização europeia nos recantos mais distantes do mundo.

Esse quadro parecia evidenciar um horizonte de possibilidades ilimitadas para a técnica e a ciência, e comprovar que a História era um processo contínuo de emancipação do homem em relação às forças da natureza, que se refletia igualmente no plano da organização social e política, com os Estados nacionais (HOBSBAWM, 1982). Os Estados nacionais, num ritmo particularmente intenso, a partir da segunda metade do século XIX, destacando-se à frente Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Estados Unidos, acompanham o curso dos investimentos e da exploração capitalista de áreas distantes, colocando em campo as forças militares, seus agentes diplomáticos, engenheiros, médicos e cientistas.

A ciência se associa fortemente às novas possibilidades que o desenvolvimento técnico passa a oferecer, de modo mais acelerado a partir do final do século XVIII, acelerando de modo revolucionário os meios de deslocamento de pessoas e mercadorias, incrementando de forma revolucionária as comunicações entre os países e os continentes, através das comunicações por telegrafia. Vias terrestres, linhas férreas, telégrafos, portos, rotas marítimas, que no início do século XX ligavam e circundavam o Globo Terrestre, deixam em todas as partes do mundo o rastro do capitalismo e a marca do ocidente imperialista. A pesquisa

científica desempenhou um papel capital nessa expansão⁸.

Desde o século XVIII, a prática científica foi concentrada e financiada por sociedades científicas que desempenhavam suas atividades sob a proteção de imperadores, príncipes, mecenas. O exemplo mais acabado desse patrocínio oficial da ciência estava na ação das academias de ciências e nos museus (KURY, 2001). A presença dos membros dessas sociedades se estendeu mesmo aos domínios da América portuguesa. Provenientes de nações como França, Áustria e Inglaterra, os naturalistas, sobretudo, se internaram no mundo dos trópicos e participaram de um momento decisivo do conhecimento da fauna, flora e formação geológica da nova nação (PRATT, 1991).

Por sua vez, o interesse pelas pesquisas oceânicas esteve estreitamente ligado à evolução das embarcações, o que permitiu a concretização de viagens mais longas e mais seguras, com o progresso dos transportes marítimos alcançados no século XIX, especialmente a introdução do vapor substituindo a vela. Expedições foram bem organizadas, demandando altos investimentos de instituições dos estados-nacionais, levando cientistas de várias especialidades, com objetivos destinados ao reconhecimento dos oceanos, do clima, do conhecimento dos mecanismos das marés e conhecimento de espécies animais, vegetais e minerais. Algumas dessas expedições iriam propiciar o contato, mesmo que de passagem, com os rochedos. Entre 1803 e 1879, mapeamos cerca de dez expedições científicas direcionadas ao **Arquipélago de São Pedro e São Paulo**. Dentre elas, destacamos a comandada por Amasa Delano, em 1803 (DELANO, 1817). Amasa Delano passou pelos rochedos em sua terceira viagem de exploração pelos mares a bordo do *Perseverance*. Décadas depois, em 1831, foi a vez do naturalista Charles Darwin se

8 SAID, EDWARD W. **Cultura e imperialismo**, 1995. Para uma perspectiva mais ampla dessas aventuras da ciência, ver: FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. **Os desbravadores: uma história mundial da exploração da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. Para a evolução da geologia e da oceanografia, ver: SEARS, M. & MERRIMAN, D. **Oceanography: the past**. New York: Springer-Verlag, 1980; ADAMS, F. D. **The Birth and Development of the Geological Sciences**. New York: Dover Publications, 1954.

aproximar dos rochedos de São Pedro e São Paulo. Darwin dedica cerca de três páginas de sua *Natural History and Geology* (DARWIN, 1890, p. 8-10) ao “rochedo de São Paulo”, como denominava o atual arquipélago. O naturalista destacou em seus escritos o efeito que o *guano* (denominação dada às fezes de aves e morcegos) das aves produzia ao entrar em contato com a luz do sol, conferindo ao rochedo uma luminosidade que podia ser vista à distância.

Diferente de Darwin, os pesquisadores do *H. M. S Challenger* direcionaram suas pesquisas, em 1873, para o estudo das esponjas, a composição das rochas de São Pedro e São Paulo, dentre outros assuntos. A bordo do *H. M. S Challenger*⁹, o grupo de cientistas liderados por Sir C. Wyville Thomson realizou “[...] o primeiro levantamento sistemático da fauna de peixes recifais do arquipélago, quando nove espécies foram registradas” (KOENING e OLIVEIRA, 2009: p. 160).

As últimas expedições que destacamos foram as seguinte: Em 1937, a expedição britânica *Rosaura*; em 1955, o *Joint Oceanographic Project*; em 1966, *O R/V Atlantis II* (EUA) e por fim a *Cambridge Expedition*, “[...] formada por ictiólogos ingleses, que coletou cinco exemplares de esponjas, um de cada espécie. As identificações, na maioria, restringiram-se a gêneros e famílias, publicadas num estudo de ecologia do local” (KOENING e OLIVEIRA, 2009: p. 160).

O despertar do interesse do Estado e da ciência pelo Arquipélago

Até boa parte do século XVIII, as fronteiras do Estado nacional eram as fronteiras terrestres e, em alguns casos, as fronteiras marítimas. As fronteiras marítimas se tornaram objeto de negociações internacionais ao longo do século XIX, entrando pelo século XX. O Brasil participou dessas convenções, analisando os fatores que definiriam suas fronteiras

9 H. M. S. Challenger expedition reports illustrated index. Disponível em: <<http://www.19thcentury-science.org/HMSC/HMSC-INDEX/index-illustrated.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

marítimas. Em uma dessas conferências, realizada em 1927, ainda se admitia as três milhas de mar territorial. Entretanto, discutia-se a possibilidade de dar maior “largueza” (Mangabeira, 1927) a essa delimitação. Em 1982, a questão do aumento do mar territorial prosseguia sendo discutida, quando se impôs a decisão sobre se assinar ou não a limitação de doze milhas de extensão de território marítimo brasileiro (CASTRO, 1989).

A configuração relativa estável das fronteiras terrestres e marítimas iria adquirir nova complexidade no início do século XX com o aparecimento de um novo meio de deslocamento, o aeroplano. Já em 1909, se estabelece um Comitê Jurídico Internacional da Aviação, em Paris. Mas foi no esforço de reorganização da convivência mundial do entre guerras que, em 1919, também em Paris, ocorreu a primeira das quatro conferências internacionais sobre o Direito do Ar.

Foi sobrevoando as fronteiras nacionais (sobre uma burocracia complexa de tratados e convenções) e os espaços internacionais que, a partir dos anos 1920, franceses, ingleses, italianos, alemães e norte-americanos, principalmente, enfrentavam o desafio dos *raids* internacionais e começaram a experimentar a travessia do Atlântico a partir da costa da África ou das ilhas portuguesas do Atlântico, na direção do ponto mais ocidental do litoral brasileiro, no litoral do Rio Grande do Norte, nas proximidades da cidade de Natal.

Já em 1925, a *Compagnie Générale Aéropostale*, de transporte do correio aéreo, ampliava sua linha de transporte de correspondência até a América do Sul, ao mesmo tempo em que empresas alemãs e norte-americanas passavam a disputar o mesmo mercado. Essa orientação dos novos meios de transporte merecem destaque porque elas cortam os céus sobre o **Arquipélago São Pedro e São Paulo** e nos fornecem notícias sobre o lugar.

As travessias sobre o Atlântico Sul, um tremendo desafio para a aviação nas décadas de 1920 e até certa altura da década de 1930,

conferiam a São Pedro e São Paulo uma posição estratégica que, se devidamente explorada, poderia servir de apoio aos aviões e navios, nas operações de abastecimento, comunicação telegráfica e socorros. Para os pilotos, sobretudo, o arquipélago aparecia como o primeiro sinal de alívio depois de atravessado o tenebroso *Pot au noir*, uma extensa massa de nuvens escuras, chuvas e ar quente e úmido, a Zona de Convergência Intertropical.

Assim, na noite de 14 outubro de 1927, numa altitude de 3.700 metros, buscando fugir da turbulência, os pilotos Costes et Le Brix, num *raid* de volta ao mundo, não conseguiram divisar o *Rochier Saint Paul*, mas ao sobrevoar a área deixaram o registro de que São Pedro e São Paulo serviam de referência na longa extensão monótona do Oceano: “O Rochedo São Paulo, desnudado, selvagem, deve estar em algum lugar embaixo” (COSTES, 1928: p. 35). Igualmente, em maio de 1930, no voo que realizava a primeira ligação postal aérea França-Brasil, pelo piloto Jean Mermoz, a *Compagnie Générale Aéropostale* organizou uma “Rede marítima de mecanismos de segurança, de Dakar até Natal, incluindo um navio com aparelho de emissões do telégrafo sem fio nas proximidades das rochas” (MERMOZ, 1937: p. 35-36).

Desde outubro de 1928, uma missão de estudo francesa havia se dirigido ao local, fixando nos rochedos uma bandeira brasileira e uma francesa. Porém, logo constatou a impossibilidade de fixar ali uma torre de emissão de telégrafo (DAURAT, 1956). Desse período datam os primeiros gestos que indicam o interesse efetivo do Estado brasileiro pelo **Arquipélago São Pedro e São Paulo**.

As intensas disputas imperialistas no mar como nos céus continuariam, à procura de posições que permitissem o prolongamento das rotas de voo para a conquista de áreas em partes distantes do Globo. Uma delas era o Atlântico Sul, que permitiria a travessia para o Pacífico. Assim, em virtude de sua posição estratégica, o interesse de outras nações na posse de São Pedro e São Paulo não tardou a se manifestar. A

limitada presença do governo brasileiro no arquipélago foi apontada pela revista britânica *The Aeroplan*, que publicou em 2 de janeiro de 1935 um artigo afirmando que “[...] sob aqueles rochedos paiz [sic] algum exerce soberania”. O Departamento de Aeronáutica Civil Brasileiro respondeu prontamente, invocando exemplos históricos da presença brasileira naquele local (REIS, 1935: p. 6).

A partir de então, o governo brasileiro vai enviar uma expedição para o lugar, com a finalidade de fixar ali um farol. A missão partiu para os rochedos, no dia 10 de setembro de 1931. Um navio da Armada – o *Tender Belmonte* – foi destacado para esse evento. “A missão tinha o objetivo de instalar dois faróis, sendo um principal e outro de reserva” (GUIMARÃES, 1931: p. 29). O farol reserva foi instalado em outubro de 1931, enquanto o principal foi inaugurado no dia 31 de dezembro do mesmo ano.

Daí por diante, transcorreriam anos, décadas, até que o lugar passasse, de modo inquestionável, para a soberania brasileira. Isso aconteceria em um contexto internacional distinto, num contexto de política econômica orientada para novas necessidades e num momento específico da pesquisa marítima brasileira.

De rochedo a arquipélago: objeto da soberania brasileira, objeto da pesquisa científica

A falta de atenção do Estado brasileiro em relação ao Arquipélago São Pedro e São Paulo não nos surpreende totalmente se levarmos em conta que o interesse do governo brasileiro pela exploração econômica dos recursos marítimos foi mínimo. A organização ministerial revela isso. Os cuidados com a pesca estavam mais voltados para as áreas de rios do que para as águas do mar. A costa brasileira esteve sob a exploração dos pescadores que se espalhavam de norte a sul, ao longo do extenso litoral.

É justamente da convergência entre o interesse governamental de inserir a pesca na economia brasileira, da entrada do país nas discussões

travadas dentro dos organismos internacionais no sentido de construir um consenso voltado para a soberania de nossas águas oceânicas e do crescimento da pesquisa científica, em especial da oceanografia, que o Arquipélago de São Pedro e São Paulo será reconhecido internacionalmente como parte do patrimônio territorial brasileiro.

A mudança de postura do governo brasileiro decorreu, em grande medida, das exigências colocadas pela ordem jurídica internacional. Os direitos do mar, e especificamente o “regime de ilhas” regulamentados pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM), assinada pelo Brasil em 1982 e ratificada em 1988, estabeleceu que “Os rochedos que por si próprios não se prestam à habitação humana ou à vida econômica não devem ter Zona Econômica Exclusiva (ZEE) nem Plataforma Continental”. Essa lei exigia que os rochedos fossem habitados permanentemente, para conservá-los como parte do território brasileiro e com isso garantir a projeção oceânica do país, sobre uma área de 450.000 km² ao redor das ilhas, que se incorporavam ao território nacional¹⁰.

A partir desse momento, é formulado o grande programa de pesquisa denominado Proarquipélago, em 11 de junho de 1996, pela Resolução nº 001/96/CIRM. Dois anos depois é inaugurada a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo e a partir de então o arquipélago torna-se um local de pesquisa permanente, com quatro pesquisadores abrigados nas instalações da estação científica, alternando-se cada grupo de quinze em quinze dias, de modo que o local permanece ocupado ao longo dos trezentos e sessenta e cinco dias do ano. Desde a inauguração da estação, pesquisas em diversas áreas são desenvolvidas, como geologia e geofísica, biologia, recursos pesqueiros, oceanografia, meteorologia e sismografia.

10 SOUZA, José Eduardo Borges de. **Arquipélago de São Pedro e São Paulo**. Disponível em: <<http://www.mar.mil.br/caaml/Revista/2007/Portugues/15-Pag68.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2009.

Nesse ponto, São Pedro e São Paulo assume sua configuração dentro do processo de “territorialização do espaço oceânico”, ao mesmo tempo em que converge para a configuração de um campo científico (MITCHELL, 2000). De fato, a pesquisa científica brasileira constitui uma das ações de atração dos rochedos como parte do espaço marítimo para a órbita da soberania nacional. São Pedro e São Paulo é ponto de convergência entre as razões de Estado, os imperativos de soberania nacional, os interesses da pesquisa científica e o compromisso do Estado e dos pesquisadores com o estudo e a preservação desse ambiente marinho.

O pavilhão nacional tremula sobre as pedras no meio do oceano. No entanto, é a presença de embarcação da Marinha brasileira ancorada nas proximidades das rochas e a pequena casa da estação científica que abriga os quatro pesquisadores (que se alternam de quinze em quinze dias, durante os trezentos e sessenta e cinco dias do ano) que assinalam o novo *status* de São Pedro e São Paulo. O Estado brasileiro tem a posse integral do lugar. Ele deixa de ser de livre acesso a pescadores e aventureiros, como era antes. Regras rigorosas foram estabelecidas para se ter acesso a ele e exercitar a sua exploração.

É nesse contexto que se dá a modificação na ordem dos nomes: o lugar é rebatizado como “arquipélago”, perdendo a designação de “rochedo”. Essa mudança de nomes aplicada a São Pedro e São Paulo, dentro da perspectiva de longa duração, aponta para uma transição no modo de conceber o lugar, que passa de um acidente geográfico descrito empiricamente – o “rochedo” – para uma conceituação que caracteriza um enfoque científico e sistêmico: o “arquipélago”, passando assim de uma forma de apreensão do mundo, a experiência, para o conceito, incorporando aquele conjunto de rochas em um campo científico¹¹. Configura-se plenamente, nesse momento, o arquipélago como um

11 Sobre «campo científico» ver: BOURDIEU, Pierre. **Le champs scientifique**. Actes de la Recherche em sciences sociales, 1976, v. 2, n. 2, 2-3, p. 88-104. Sobre «experiência» e «conceito», nos reportamos à obra de: BACHELARD, Gaston. **La formation de l'esprit scientifique**, 1972.

domínio de intersecção entre uma história recente do território nacional e a história da pesquisa científica brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, F. D. **The birth and development of the geological sciences**. New York: Dover Publications, 1954.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRASIL. Ministério da Marinha. **O Arquipélago de São Pedro e São Paulo: 10 anos de Estação Científica**. Brasília: SECIRM, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Luiz. **O Brasil e o novo direito do mar: mar territorial e zona econômica exclusiva**. Brasília: IPRI, 1989.

COSTES, D. et LE BRIX, J. M. **Notre tour de la terre**. Paris: Librairie Hachette, 1928.

DAURAT, Didier. **Dans le vent des hélices**. [S.l.]: Éditions du Seuil, 1956.

DELANO, Amasa. **A narrative of voyages and travels in the northern and southern hemispheres**. Boston: E. G. House, 1817.

FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. **Os desbravadores: uma história mundial da exploração da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3ª ed. São Paulo: Contexto e USF, 2000.

GUIMARÃES, Protogenes Pereira. Relatório do Ministério da Marinha: movimento dos navios. In: BRASIL, **Ministério da Marinha**. 1931.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. 12ª. ed. Tradução de Maria Tereza L. Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KOENING, Maria; OLIVEIRA, Maristela. As rochas. In: BRASIL. Ministério da Marinha. **O Arquipélago de São Pedro e São Paulo: 10 anos de estação científica**. Brasília-DF: SECIRM, 2009.

KURY, Lorelai. **Histoire naturelle et voyages scientifiques**. Paris: Harmattan, 2001.

MERMOZ, Jean. **Mes vols**. Paris: Flammarion, 1937.

MANGABEIRA, Octavio. Ministério das Relações Exteriores: Mar Territorial. In: Brasil. **Ministério das Relações Exteriores**. 1927, p. Anexo A-135.

MITCHELL, Gilberto. O ambiente marinho sob a perspectiva do espaço e do lugar In: CASTRO, Iná E. et al. **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PRATT, Mary Louise. Humboldt e a reinvenção da América. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4. n. 8, p. 151-165,1991.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: Librairie Thécnique, 1980.

REIS, Trajano Furtado. Os penedos de São Pedro e São Paulo. **ASAS: órgão oficioso da Aviação de Terra e Mar**, ano 4, n. 79, 16 maio 1935.

Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre - ES

SANGUIN, André-Louis. Géographie politique, espace aérien et cosmos. **Annales de Géographie**, LXXXVIe année, n. 475, mai./juin. 1977.

SOUZA, Mauro. As rochas. In: BRASIL. Ministério da Marinha. **O Arquipélago de São Pedro e São Paulo: 10 anos de Estação Científica**. Brasília: SECIRM, 2009.

“REPRESENTAÇÃO” – (A)VENTURA DE CARLO GINZBURG EM BUSCA DO SIGNIFICADO AUTÊNTICO DA “PALAVRA”, DA “IDEIA” E DA “COISA”

José Mauriene Araújo Felipe¹

Resumo

O ensaio “Representação – A palavra, a idéia, a coisa”, de Carlo Ginzburg, é introduzido aqui como objeto de reflexão. Investiga-se o gênero ensaístico enquanto narrativa histórica e a frequente utilização do método indiciário pelo autor. Demonstra-se que ao tentar expatriar quem lê seu texto, condensado num tema imenso em poucas páginas, esse escritor arrisca-se por sendas perigosas e permeadas de múltiplos e adversos ramos do conhecimento. Entretanto, são justamente essas veredas que apontam para a possibilidade de novos caminhos: desvelar velhos paradigmas utilizando-se do indiciarismo. Admite-se que essa tática tenha contribuído para um aumento da percepção do dilema da oposição entre ostentação e narração e, fundamentalmente, para a questão do antagonismo entre morfologia e história. Em uma verdadeira excursão transcultural, o historiador atreve-se levantar hipóteses na tentativa de conseguir resolução para sua pesquisa. Criatividade e ousadia inteligentes permitem-lhe redefinir a prática, o campo e os limites da historiografia. Reconhece-se, assim, que essa é uma contribuição definitiva para o enriquecimento do ofício de historiador.

Palavras-chave: Representação; Transculturalidade; Perspectiva; Indício.

1 Mestre em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGHis, da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Desenvolve pesquisas em Ciências da Comunicação, História Ambiental, Ciências Sociais, Educação Ambiental e Cultura Organizacional. Professor Convidado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES – FAFIA.

Abstract

The Ginzburg's essay on **Representation** is presented here as an object for cogitation. It investigates the essayistic genre pondered as a historical narration as well as the usage that the writer makes of the method of evidence. While he tries to exile all of those who read his essay, which is compressed into a few pages, this historian runs the risk of walking on dangerous pathways which are full of multiple, different and adverse subjects. However, these footpaths are just those which indicate new directions. In order to face that, it is necessary to unveil old paradigms by making use of a new practice, or by paying attention to the signs. It is indeed recognised those tactics have contributed for developing a higher perception of the dilemma of opposition between ostentation and narration, and of the discussion on antagonism between morphology and history. Travelling as if he was on a high transcultural tour, Ginzburg brings forward hypotheses in order to get a resolution for his research. The writer's creativity and assurance let him set out a new practice regarding to the enlargement of historiographical boundaries. Thus, it is admitted this writer has been contributed a lot for enrichment of the historian's profession.

Keywords: Representation; Transculturality; Perspective; Evidence.

O termo “representação” é muito recorrente em ciências humanas². Quando se trata de sua leitura historiográfica, logo vem à mente do pesquisador a lembrança de nomes conhecidos tais como os de Furetière e Roger Chartier³. Tão velhas quanto as civilizações

2 Esta afirmação tem por base os comentários de Ginzburg, que ao iniciar seu ensaio refere-se, de imediato, à ambiguidade e a grande frequência com que a palavra é utilizada: “Nas ciências humanas fala-se muito, e há muito tempo, de “representação”, algo que se deve, sem dúvida, à ambiguidade do termo” (2001; 85).

3 A rápida referência feita a Furetière e a Chartier (p. 85) é um cuidado que Ginzburg parece ter, ao remeter o leitor e/ou pesquisador para a leitura de autores que se aprofundaram no tema “representação” e criaram conceitos para o mesmo.

da antiguidade greco-romana, as questões que giram em torno desse vocábulo podem ser consideradas ao mesmo tempo esclarecedoras e obscurantes daquilo que se movimenta por detrás da ação representativa. Mas, relatar ou sistematizar as manifestações de personagens históricos ou de autores, cujas pesquisas tenham contribuído para esclarecer ou obscurecer a compreensão do que se mobiliza à “sombra” do referido vocábulo, não é objeto da discussão que aqui se propõe.

Neste trabalho, desenvolvem-se alguns comentários sobre o que se considera uma das mais originais e vigorosas produções de Carlo Ginzburg (2001). Trata-se de seu celebrado ensaio *Representação – A palavra, a idéia, a coisa*. Para situar melhor o objeto de discussão deste estudo, seria apropriado, preliminarmente, tecer algumas palavras sobre o contexto cronológico e editorial no qual o mesmo está inserido.

Representação – A palavra, a idéia, a coisa faz parte do conjunto de nove ensaios, escritos ao longo da década de 1980. Oito anos depois, ou seja, em 1988 esses ensaios seriam reunidos em uma coletânea e publicados na forma de livro, em Milão, com o título original de *Occhiacci di legno – Nove riflessioni sulla distanza*. Somente em 2001 seria traduzido para o português e publicado na cidade de São Paulo, pela Editora Companhia das Letras, com o nome de **Olhos de madeira** – Nove reflexões sobre a distância.

O problema das “Nove reflexões sobre a distância”, subtítulo e ao mesmo tempo aquilo que pode “explicar”⁴ melhor essa obra para o leitor venturoso, é uma pista da maior importância para se compreender o ensaio. Tal questão será apresentada e discutida mais adiante. Contudo, é oportuno mencionar que, coincidência ou não, “Representação” é o ensaio mais antigo da coletânea, o de maior “distância”, caso se leve em consideração essa produção historiográfica do autor no tempo. Ele esclarece que esse ensaio teria nascido de uma “[...] vontade de expatriar

4 Ao longo deste trabalho, o leitor encontrará passagens que esclarecem os significados das reflexões desse historiador italiano sobre o que ele conceitua como sendo “distância” em seu ensaio.

quem [o] lê” (GINZBURG, 2001: 12). E por ser o primeiro e o mais distante dentre todos os outros ensaios, nele teria sido comprimido um tema imenso em pouquíssimas páginas.

Finalmente, o olhar de que esse historiador se serviu para penetrar na palavra, na idéia e na coisa do problema “representação” extrapola a expectativa de quem lê, seja o leitor egresso das Ciências Históricas ou de outras áreas das humanidades. Entre os muitos recados impressos no referido texto, sem dúvida está o convite para que ele seja repetido e degustado com prazer.

I. Do objetivo e da objetividade de uma narração completa

Representação – A palavra, a idéia, a coisa ostenta um título demasiado econômico, composto por vocábulos separados de modo assindético. Num primeiro olhar, o leitor tem a estranha sensação de não estar preparado para enfrentar o que lhe parece um jogo de palavras. Pode ser mesmo uma armadilha intelectual, um jogo que não revela o conteúdo do texto de modo objetivo, linear. Em sua exposição econômica, essas palavras simbolizam a condensação de uma construção laboriosa, formada simultaneamente por um texto visível e por outro invisível, nos quais uma profusão de entrelinhas tece o que somente os curiosos e atentos conseguem penetrar.

Enfatiza-se que entre os propósitos do historiador está o desejo de que seu texto atinja sobremaneira pessoas curiosas e não necessariamente profissionais da área de ciências humanas. Sua vontade maior é ser relido, pois ser apenas lido parece-lhe pouco⁵.

Pretensão vaidosa de um escritor italiano mundialmente famoso?

5 Esta afirmação supostamente proferida por Ginzburg pode ser encontrada na entrevista que o escritor deu para o jornal Folha de São Paulo, em 2001, logo depois de editado no Brasil o seu livro **Olhos de Madeira**. Para quem estiver interessado em conferir, consultar as Referências ao final deste estudo.

Ginzburg se justifica ao afirmar que seus escritos não são fáceis⁶. O fato é que a ação de construir algo como um ensaio sobre determinado assunto dá grande prazer a esse “artesão” da História, obcecado pela pluralidade de temáticas tão diversificadas quanto “[...] a filosofia, a antropologia, os estudos literários, a iconografia, a hermenêutica, a semiologia, a política e que outras áreas houver [como a religião e a psicologia], capazes de enriquecer o trabalho do historiador” (SEVCENKO, 2003: 5). Certamente, essa é uma tática para atingir um público bem variado, sobretudo em se tratando dos profissionais das áreas elencadas acima.

Representação foi escrito por volta de 1980. Sendo o primeiro de uma coletânea de nove, conforme já mencionado acima, esse ensaio dá a impressão de ser o texto prototípico de uma série que se caracterizaria pelo uso de uma extraordinária estratégia cognitiva e retórica. A discussão sobre os dois aspectos dessa estratégia será desenvolvida mais adiante. Contudo, é oportuno lembrar que a referência antecipada dela tem como propósito justificar nesse escrito o que se deliberou chamar de “narração completa”, na qual o mais próximo da “verdade” extraída do passado teve como suporte uma imersão total nas fontes.

No ensaio *Representação – A palavra, a idéia, a coisa* estão bem manifestos os objetivos de seu autor, seja no texto ou nos labirintos intratextuais. Como descendente direto de judeu, Ginzburg (2001) se preocupa em demonstrar que o cristianismo, ao mesmo tempo, se opôs e aprendeu historicamente com os gregos e os judeus e que esses dois povos procuraram elaborar, de modos diferentes, instrumentos que lhes possibilitassem encarar criticamente a realidade, sempre evitando serem tragados por ela. Para o autor, o choque entre culturas sempre existiu e no mundo de hoje isso parece ser o maior desafio da humanidade. A partir dessa perspectiva, o historiador joga as cartas de forma muito clara e fala da impossibilidade de se entender a complexidade da civilização

⁶ Afirmação feita na entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo, 2001.

européia sem antes se conhecer a história de seus inúmeros contatos com outras civilizações.

Representação enfoca diversos momentos históricos, desde a Antiguidade até o início da Modernidade. São recortes historiográficos de Eras de longa duração braudeliana⁷, convidados a se confrontarem com um tempo, um povo e um olhar diferentes, justamente numa época – a Pós-Modernidade – em que as diferenças culturais são ameaçadas por certa indiferença e até mesmo pela tentativa de se eliminarem essas diferenças. Os esforços de Ginzburg (2001) ao demonstrar que em qualquer sociedade sempre existiram pontos de vista em conflito não significa que esse pensador da história moderna esteja concordando com a ideia de que a lei é a do mais forte, de que só vence quem a detém e que os dominados serão sempre dominados, ou seja, os dominados não passaria de gado cujo destino final seria o matadouro.

As diferenças sociais são sim motivo de confrontos frequentes, mas isso não justificaria um fechar-se em particularidades tais como ser homem ou mulher, judeu ou italiano, negro ou branco. A distância crítica, aliada ao “não reagir de maneira literal às coisas”, é um convite em aberto e uma alternativa para se fugir da ficção do destino. Esse repensar flagrante no texto sobre “representação” ajusta-se e ajuda a compreender melhor o que Ginzburg (2001) denomina de incômodos da contraposição entre “racionalismo” e “irracionalismo”, que ele analisa em outro trabalho⁸ muito sintonizado com o ensaio desta discussão.

7 Para aqueles interessados em conhecer sobre “A longa duração” apregoada por Fernand Braudel, recomenda-se a leitura de sua obra, cujo registro encontra-se nas Referências, ao final deste texto.

8 Trata-se do ensaio *Sinais – Raízes de um paradigma indiciário*, considerado por vários especialistas como sendo o trabalho definitivo sobre indiciarismo. Na econômica introdução, Ginzburg (2002: 143) é extremamente radical ao tratar diretamente dos “[...] incômodos da contraposição entre ‘racionalismo’ e ‘irracionalismo’”. Esse estudo faz parte do livro **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. Dados completos bibliográficos estão incluídos nas Referências finais deste trabalho.

Finalmente, a despeito da densidade de *Representação*, das frequentes idas e vindas no tempo e no espaço históricos da Antiguidade e da Idade Média, e do crucial confronto desses momentos antigos e medievais com a atualidade, a expatriação de quem lê o ensaio ocorre em face do estranhamento em um primeiro instante. Por outro lado, abre a possibilidade para a repatriação de curiosos e profissionais, que após relê-lo podem se tornar intelectualmente mais sintonizados com as “invenções da história”⁹. O estranhamento da expatriação pode ser explicado por ocasião do que o leitor, em um primeiro momento, experiência como algo de aparência demasiado técnica, conduzido por argumentos excessivamente detalhistas. Porém, à proporção que se mergulha no texto, percebe-se, fôlego após fôlego, que o estilo desse historiador é detentor de uma objetividade e “de uma clareza cristalina”¹⁰. Aos poucos, o estranhamento se transforma em prazer: o leitor vai-se sentindo co-participante do modo de historiografar de Carlo Ginzburg – a um só tempo criativo, profundo, acessível a todos. Enfim, completo.

II. Tear de Penélope: o longo percurso em torno do significado autêntico da “palavra”, da “ideia” e da “coisa”

O ensaio *Representação* é norteado por uma série de detalhadas indagações que fazem e refazem questões, num ziguezague labirintiforme que conduz a pesquisa para além de fronteiras ainda não cruzadas. É audaciosa a decisão que o autor toma para denunciar o que ele chama de “moda intelectual”, da qual seriam partidários “[...] os críticos do positivismo, os pós-modernistas céticos, os cultores da metafísica da ausência” (GINZBURG, 2001: 85), os quais uma vez ou outra se dedicaram à pesquisa, arranhando apenas a superfície de um complexo

9 Essa sentença – “invenções da história” – faz parte do título de uma obra de Stephen Bann, que foi resenhada por Nelson Schapochnik, na Revista Brasileira de História – Confrontos e Perspectivas – ANPUH, vol. 16, constante das Referências ao fim deste estudo.

10 Expressão utilizada por Sevcenko, ao resenhar o livro **Relações de Força**, de Ginzburg, no jornal A Folha de São Paulo, 2003. Consta das Referências finais.

e longo processo histórico, por trás do qual se revestem de muitas fases o termo “representação”. Essa audácia seria reforçada em uma obra posterior e de grande repercussão por se dedicar à crítica acirrada contra a concepção relativista e cética da história¹¹. Não é redundante enfatizar, nesta instância, que a problemática das origens remotas da ideia de “representação”, da complexidade do processo de compreensão de sua gênese, da dinâmica de suas metamorfoses entre fimbrias e depressões das ondas do tempo (e no tempo), está no cerne daquilo que esse historiador polemiza como “distância”.

Para começar o texto, a ambiguidade da palavra “representação”, no âmbito discursivo das ciências humanas, é colocada em cheque de imediato. Não se pretende aqui transcrever as poucas linhas que Ginzburg (2001) dedica ao conceito do referido termo e o qual ele chama de “aborrecido jogo de espelhos”. Contudo, antes de prosseguir na exposição desta problemática, nada impede que o leitor tenha uma ideia preliminar do que “representação” significa, mesmo em face de suas “ambíguas” implicações. Para tanto, recorre-se a um conceito básico, conforme transcrição a seguir:

Representação (lat. *Repraesentatio*) Operação pela qual a mente tem presente em si mesma uma imagem mental, uma idéia ou um conceito correspondendo a um objeto externo. A função de representação é exatamente a de tornar presente à consciência a realidade externa, tornando-a um objeto da consciência, estabelecendo assim a relação entre consciência e o real. A noção de representação geralmente define-se por analogia com a visão e com o ato de formar uma imagem de algo, tratando-se no

11 A polêmica questão do “relativismo cético” é amplamente discutida por Ginzburg em seu livro *Relações de Força – história, retórica, prova*. Editado no Brasil em 2002, foi muito divulgado e discutido pelos principais meios de comunicação impressa, a exemplo da resenha de Sevcenko, já mencionada na nota acima. Para os interessados, consultar Referências ao final do texto.

caso de uma “imagem não-sensível, não-visual”. Esta noção tem um papel central no pensamento moderno, sobretudo no racionalismo cartesiano e na filosofia da consciência. Sob vários aspectos, entretanto, a relação de representação parece problemática, sendo por vezes entendida como uma relação causal entre o objeto externo e a consciência, por vezes como uma relação de correspondência ou semelhança. A principal dificuldade parece ser o pressuposto de que a consciência seria incapaz de apreender diretamente o objeto externo (JAPIASSU e MARCONDES (1993: 213).

Isto posto, permite-se levantar as seguintes questões: a) O que realmente Ginzburg deseja demonstrar, ao refutar o “aborrecido jogo de espelhos”?; b) Qual a sua hipótese e a que ele se recorre para validá-la?; c) De quais “ferramentas” ele se aparelha para desenvolver sua teoria sobre “representação”? d) Qual o segredo do método utilizado em sua pesquisa? As quatro perguntas, de considerável abrangência dentro da limitada proposta deste estudo, serão respondidas tendo-se por base os argumentos do ensaio sobre *Representação*. Serão feitas, quando necessárias, referências a outros autores, tendo-se como intenção, seguindo os próprios “caminhos” de Ginzburg (2001), a busca de suporte para o que se propõe desvelar. Outrossim, as respostas que se pretende dar para as quatro questões acima não se restringem apenas a este tópico, mas ao trabalho como um todo.

Voltemos à discussão em torno do “jogo de espelhos”, sem, no entanto, permitir que venha à tona o que o historiador particularmente considera de aborrecido nele.

O que a superfície de um espelho mostra não é o real, mas sim uma revelação da realidade construída do que se busca (ou se deseja) ver. Na superfície de um espelho, uma imagem pode ser projetada de

modo distorcido e criar uma realidade igualmente disforme. Além do mais, sabe-se que existem diferentes tipos de espelho e que eles podem ser usados para diferentes tipos de jogos: os que são aborrecidos para alguns, mas não o são para outros.

A propósito, existem jogos de palavras? Decerto que sim. Poderiam ser aborrecidos ou não? Certamente. Em face do rico detalhamento e da presença em abundância de termos eruditos no ensaio *Representação*, é possível que nele alguma trama esteja tecida, ou melhor, alguma espécie de jogo de palavras? O problema a ser colocado de imediato diz respeito à própria palavra “jogo”. Esta, como se sabe, também pode significar brincadeira, experiência lúdica como a de um conto de fada. Nesse sentido, *Representação – A palavra, a idéia, a coisa* pode ser considerado um domínio onde a arte de jogar com as palavras, de modo engenhoso, torna-se um jogo porque tem como finalidade a melhor condução possível de uma investigação histórica.

Esta reflexão sobre o “aborrecido jogo de espelhos” tem como objetivo colocar em destaque o que Ginzburg (2001) entende como “verdadeiro”. Para ele, existe uma “verdade absoluta” e que a possibilidade de se alcançá-la, partindo-se de pontos de vista diversos, é factível. Certo de que tal afirmação gera polêmica, o autor esclarece que essa noção de verdade é compatível com uma outra noção, qual seja: a “noção de perspectiva”¹², sem dúvida da maior importância para a construção de uma narração completa. No processo de trabalho da construção de um texto – um dos prazeres da escrita – há o que Ginzburg (2001: 2) chama de “[...] questão da relatividade dos conceitos [que] se impõe: algo não é bom ou ruim, falso ou verdadeiro em si”.

Para finalizar essa discussão em particular, a “noção de perspectiva” mencionada acima não exclui a hipótese do contato

12 A sentença consta da entrevista concedida por Ginzburg ao jornal Folha de São Paulo, 2001. Para maiores esclarecimentos e acesso à fonte, consultar as Referências ao final deste trabalho.

indireto do historiador com as fontes, seja através de dados especulares provenientes de documentos ou monumentos, seja através da história escrita e mesmo da história oral. A distância das fontes no tempo e no espaço pode ser acessada, traduzida por meio do contato com particularidades que somente um artesão sabe como conseguir. Esse artesão certamente não jogaria fora um caco de espelho sequer, caso lhe possibilitasse refletir um pouco de luz do sol em alguma parede escura, esquecida nos porões aparentemente inacessíveis da história. Essa estratégia parece absurda, mas seus resultados espantam, pois são extraordinários.

II.1 O ofício paciente do fazer e do refazer constante

Considerando-se que o objeto deste estudo é um dos ensaios mais representativos de Ginzburg referente aos contatos da Europa com outras civilizações, é oportuno registrar que nele o escritor explora a distância de modo quase dramático, tendo como finalidade encontrar o verdadeiro significado para muitos e variados acontecimentos separados por diferentes tempos e espaços. Associados a pontos de vista dessemelhantes que se correspondem por meio de um fio invisível e condutor, esses diferentes tempos e espaços são ‘movidos’ pelo autor que persegue, incansável e cuidadosamente, as peças valiosas de um quebra-cabeça histórico. Ao final de sua montagem, esse quebra-cabeça consubstancia a “coisa” tão procurada. Diante dela, o pesquisador se sente recompensado pelo seu ofício: foi-lhe permitido ter a percepção da “ideia”, em sua aparente inacessibilidade, por detrás do “invisível”.

A introdução acima tem um quase sabor de considerações finais. Entretanto, falta fazer comentários sobre os muitos caminhos de que é construído o ensaio *Representação*. Em outras palavras: é preciso começar a ‘viajar’ pelo texto propriamente dito. Isto se fará a seguir.

A jornada, no tempo e no espaço, começa com uma apresentação dos manequins de soberanos ingleses e franceses, os quais eram confeccionados em cera, madeira ou couro e depositados em um catafalco, por ocasião dos funerais reais. Em cerimônias funerárias mais antigas, o leito fúnebre poderia também ser mostrado vazio, coberto apenas por um lençol mortuário. Na cerimônia dos manequins reais, uma presença representava uma ausência. No que se refere ao catafalco vazio, apenas o lençol “representava” o corpo ausente do defunto soberano. A vontade mimética se dava no primeiro caso, mas não no segundo. Ambos os fatos eram tratados como “representações”. É importante ressaltar que essas afirmações têm por base os próprios comentários de Ginzburg (feitos em seu ensaio *Representação – A palavra, a idéia, a coisa*) a respeito das observações de Roger Chartier sobre o verbete **representação**, contido no Dicionário Universal de Furetière (1690).

A data de 1291 é o marco mais antigo de um testemunho sobre o uso do catafalco vazio em um funeral régio. Um documento preservado em Barcelona é a prova de que um grupo de judeus esteve ao redor de um esquife representando o soberano Afonso III, que acabara de morrer. Esses judeus foram assim flagrados e atacados por sarracenos que viviam na cidade aragonesa de Daroca. Bem mais tardia, porém, é a utilização de manequins em funerais reais ingleses e franceses: 1327, para a morte de Eduardo II, na Inglaterra; 1422, quando da morte de Carlos VI, na França.

O passo seguinte é sobre “a teoria jurídica do duplo corpo do rei”, sustentada por Ernst Kantorowicz de que tanto na Inglaterra quanto na França os manequins eram exibidos ao lado dos cadáveres reais. Qual seria o propósito dessa dupla presença? Politicamente, muito simples e representativo: o manequim sugeria a ideia de existência eterna para o corpo do rei, que era associado a uma instituição pública; já o cadáver passava a ideia de temporalidade efêmera do corpo do soberano, enquanto indivíduo. A hipótese levantada por Ralph Giesey de que as técnicas de preservação do corpo real, por meio de embalsamamento, eram ainda

muito rudimentares e de que devido a isso se passou a confeccionar um manequim como substituto de um cadáver já em estado de putrefação não tem base forte o suficiente para sua sustentação. Se assim fosse, o lençol sobre o catafalco vazio teria sido uma boa solução, embora não houvesse nessa atitude algo importante: a vontade mimética.

Nessa instância da viagem, delibera-se fazer uma rápida parada e antecipar que a narrativa de Ginzburg (2001) não se desenvolve de modo linear nem se pretende resolver problemas de maneira prática, ao longo do processo, levando em consideração um número serial de questões respondidas uma após a outra. O deslocamento no tempo e no espaço da narrativa se dá com frequência e, às vezes, de modo paralelo. É isso mesmo: o texto permite a existência de tempos e espaços que se comunicam em paralelo; permite a convivência de múltiplas perspectivas girando em torno de múltiplas questões que ora se combatem e ora se resolvem, tudo sob a gestão dinâmica do já mencionado fio condutor, o qual assume cada vez mais importância na pesquisa do historiador. A distância, tanto no sentido literal quanto no simbólico, examinada em suas ambiguidades, permite assim o discernimento entre uma distância que implica distanciamento crítico (distância “boa”, positiva) e uma distância que é traduzida como sendo desumanização (distância “má”, negativa)¹³.

As referências feitas a documentos e fontes diversas, o cuidado esmerado em sempre mencionar o nome de quem é responsável direto ou indireto pelo documento ou pela referência à fonte, é de tirar o fôlego do leitor. Quando este flagra a si mesmo ofegante, na tentativa de compreender o que também se poderia chamar de ‘enredo’ às avessas, ele tem a sensação de estar fazendo parte de um filme de aventura. ‘Vítima’ do prazer de ler Ginzburg, o curioso leitor passa a ter o poder de inserir-se no texto como testemunha presente em todos os tempos e

13 Essa dicotomia entre distância “boa” e distância “má” pode ser averiguada na entrevista que Ginzburg deu ao jornal Folha de São Paulo, 2001. Interessados no assunto, favor consultar Referências finais.

espaços passados, como personagem e mesmo como artesão colaborador na confecção da obra.

Ao prosseguir viagem, um preciso questionamento sobre a inovação dos ingleses na feitura de uma imagem de madeira com a aparência do rei morto Eduardo II é colocado nos seguintes termos: por que isso viria a ocorrer em Londres um século antes de os franceses adotarem o mesmo tipo de ritual fúnebre? Essa interrogação sobre os anos de 1327 e 1422 como marcos iniciantes dos ritos funerários na forma de “representações” na Inglaterra e na França, respectivamente, transporta as pesquisas para os séculos II e III, quando Ginzburg (2001: 87) descobre que “As imagens de cera utilizadas durante os funerais dos imperadores romanos [...] eram muito semelhantes”. Contudo, tal similitude coloca em questão a própria “inovação” dos ingleses, termo que passa a ser considerado um tanto inadequado. Isso impele o pesquisador a levantar duas hipóteses: a) A da filiação e b) A da descoberta espontânea. Qual das duas apontaria para o caminho certo? A primeira, devida a Julius von Schlosser, tendo por base a grande semelhança entre os rituais funerários dos imperadores romanos e os dos manequins de cera, madeira ou couro dos reis ingleses e franceses, é considerada muito fraca, mesmo em face das evidências e analogias das imagens. Quanto à segunda, Giesey e outros historiadores pronunciaram-se sobre ela como sendo “fácil, porém estéril”, sem, no entanto, negarem a existência das semelhanças já mencionadas. Teria a pesquisa ginzburguiana sobre *Representação* chegado a um beco sem saída?

Este momento se apresenta como crítico, mas é nele que o escritor tem um verdadeiro *insight* e é a partir deste que emerge a sua hipótese, a qual tem orientação oposta às dos historiadores citados acima e que doravante passa a ser demonstrada ao longo do ensaio. E em que consiste tal hipótese? O escritor detetive a sustenta ao afirmar “[...] que as semelhanças transculturais podem ajudar a compreender a especificidade dos fenômenos de que partiram” (GINZBURG, 2001:

87). A partir de então, esse historiador italiano toma consciência da *Via Crucis* na qual caminhará. Seu ponto referencial terá como suporte os manequins dos reis ingleses e franceses. Ginzburg (2001: 87) reconhece “[Ser] um caminho laborioso, que demanda uma quantidade significativa de vaivéns espaciais e temporais”. Possuído por paixão irrefreável, o escritor se joga na senda, em busca de compreensão para a especificidade dos fenômenos que contribuíram, durante séculos, para a formação de um outro fenômeno: o das “representações”.

Logo após lançada a hipótese das “semelhanças transculturais”, depara-se com o primeiro dos “vaivéns”, o qual gira em torno dos “ritos da *consecratio*”. Antes, porém, de qualquer explicação do que foram esses ritos, é oportuno registrar que a grande demanda desses “vaivéns” temporais e espaciais não se dá de um modo em que idas ao passado distante ou próximo e vindas do passado longínquo para um passado próximo, ou para o presente, ocorram de forma retilínea, seguindo um percurso linear que interconecte todos esses tempos e espaços distantes ou próximos. Muito pelo contrário: Esses “vaivéns” se entrecruzam, se interpenetram e se comunicam como se fossem fios a passar pelos dedos delicados de Penélope, num fazer e refazer circulares de um complexo tecido, no tear da história.

Quem se aventura ler uma obra de Ginzburg, certamente acaba lendo também o que ele leu. Não se tem a pretensão de fazer aqui um levantamento das muitas referências textuais a que o escritor se recorreu em seu ensaio. Seria uma tarefa inviável e desnecessária, considerando-se as fronteiras limitadas deste trabalho. No entanto, nada há de proibitivo que se faça uma breve referência à “reforma radical da historiografia”, já defendida pelo historiador francês oitocentista Augustin Thierry. Segundo Schapochnik (1996), a reforma radicalizada por Thierry era particularmente direcionada ao modo de se escrever história. Portanto, seria necessário que o historiador apelasse para um vasto aparato erudito constituído por referências, citações e notas extraídas de documentos

até então não compulsados. Ardoroso batalhador em favor da “narração completa”, tida por ele como o melhor tipo de prova, Thierry propunha o afastamento da “desconfiança” e da “dúvida” por meio da imersão total nas fontes, para delas extrair a verdade do passado. Seu método utilizava uma “poderosa estratégia cognitiva e retórica”, que consistia do seguinte: Do ponto de vista cognitivo, “[...] o texto histórico deveria estar embasado num sólido repertório documental [e do ponto de vista retórico], [...] a própria narrativa deveria ser tomada como prova autovalidativa daqueles eventos narrados” (THIERRY, apud SCHAPOCHNIK, 1996: 367). Trata-se, sem dúvida, de algo extraordinário e que esse historiador oitocentista já denominava de “trabalho de Penélope”¹⁴, por meio do qual todo um processo de construção da trama do texto deveria ser emblemático.

A abordagem acima tem como finalidade ampliar a compreensão do ensaio de Ginzburg (2001), sobretudo no que diz respeito aos complexos e abundantes “vaivéns” textuais. Retome-se, pois, o problema do rito da *consecratio*.

Nesses antigos ritos romanos, analisados por Bickerman, a *consecratio* tinha por base uma dupla incineração: primeiro, a do corpo do imperador; dias depois, a de sua imagem de cera. Graças a esse procedimento dos “funerais da imagem”, acreditava-se que o imperador havia então abandonado seus despojos, para ser finalmente recebido entre os deuses. Quem analisou esses ritos pôde perceber a existência de analogias entre eles e os fenômenos das ‘representações’ ocorridos na Inglaterra e na França da Idade Média tardia. Outrossim, um maior aprofundamento das analogias de Bickerman seria levado a termo por Robert Hertz, ao desenvolver uma pesquisa intitulada de “Contribuição para um estudo sobre a representação coletiva da morte”, publicado em 1907. Nessa pesquisa é investigado amplamente o rito do duplo sepultamento no contexto romano e demonstrado que toda morte é um

14 Para um melhor conhecimento sobre o mito de Penélope, favor consultar a edições da Abril Cultural constante das Referências ao final desta pesquisa.

acontecimento de proporções demasiado traumáticas para a comunidade. Os ritos da *consecratio* seriam, assim, uma forma de dominar a crise causada pela morte, tendo sua adoção o poder de transformar o acontecimento biológico em um processo social controlador e amenizador do desamparo humano perante a finitude de sua vida orgânica. Os contatos de Carlo Ginzburg com os trabalhos desses dois pesquisadores permitiu-lhe compreender o seguinte:

Na Roma dos Antoninos, assim como na Inglaterra e na França do Quatrocentos e do Quinhentos, os funerais do corpo dos imperadores e dos reis tinham uma função comparável à dos sepultamentos provisórios [...]. Em ambos os casos, eram seguidos dos funerais das imagens, ou seja, de um rito não apenas definitivo, mas eternizador. O imperador era consagrado deus; o rei, em virtude da afirmação da perenidade da função monárquica, não morria nunca (GINZBURG, 2001: 88).

Apesar da ampliação desse horizonte transcultural entre Antiguidade e Idade Média tardia, o autor conclui que isso se refere apenas a um lado do problema, pois, a exemplo do que constataram March Bloch e Claude Lévi-Strauss naquilo que diz respeito a problemas completamente distintos, “[...] o contato (se é que houve contato, o que neste caso não é seguro) não explica a permanência” (GINZBURG, 2001: 91).

A discussão em torno do “funeral da imagem” tem prosseguimento até desembocar em um ponto de chegada, onde uma outra discussão, encabeçada por Pierre Chantraine, gira em torno do verdadeiro significado etimológico da palavra grega *kolossós*, até então não investigada fora do âmbito indo-europeu. O conhecimento familiarizado do colosso de

Rodes (estátua de proporções gigantescas) teria distanciado o significado original dessa palavra grega. *Kolossós* simplesmente quer dizer estátua, da qual deriva uma outra palavra – *kolossoí*, fantoches de madeira ou de argila de ambos os sexos. Os *kolossoí* eram confeccionados em circunstâncias especiais: ao acolher suplicantes estrangeiros, o dono da casa deveria invocar por três dias seguidos o nome da pessoa que os protegia. Se a pessoa cujo nome era invocado estivesse morta ou ausente, quem pronunciava a invocação deveria confeccionar os *kolossoí*.

Na continuidade de seu ensaio, Ginzburg (2001) pontua que quem contribui para melhor compreensão de *kolossós* e *kolossoí* é Émile Benveniste, que ao estudar a lei sagrada de Cirene (da segunda metade do século IV), permite-lhe chega à seguinte conclusão: “Eis o significado autêntico da palavra: estatuetas funerárias, substitutos rituais, duplos que tomam o lugar dos ausentes e continuam sua existência na terra” (GINZBURG, 2001: 92). Para o historiador, essa conclusão poderia ser acrescida da palavra ‘representações’, pois as analogias entre os *kolossoí* gregos e os rituais régios dos manequins ingleses e franceses mostram-se impressionantes quanto à forma e à função. Contudo, observações sobre as conexões entre imagens funerárias e imagem em geral indicam que elas não são de todo conhecidas. Ainda faltam elos que permitam melhor compreensão das analogias entre objetos tão díspares e de procedências tão adversas no tempo e no espaço. A necessidade de mais “vaivéns” torna-se, assim, imperiosa.

A releitura do ensaio sobre “representação” de Ernst Gombrich – *Meditations on a hobby horse* – e do importante trabalho de Krzysztof Pomian sobre sua coleção de “ofertas funerárias” contribuiu para esse detetive da História chegar mais perto da descoberta dessas conexões. A hipótese de Gombrich, em um plano geral, era: “A substituição precede a intenção de fazer um retrato, e a criação, a de comunicar” (GOMBRICH, apud GINZBURG, 2001: 93). Uma década depois, esse estudioso registraria os fundamentos de sua pesquisa na importante obra

denominada *Arte e ilusão*. Já Pomian, na tentativa para compreender melhor que elos unificam objetos tão distintos (e tão díspares) encontrados em coleções de oferendas funerárias, reconheceu nas imagens (assim como nas relíquias e nas curiosidades) algo que concluiria como sendo fenômenos “[...] intermediários entre o aquém e o além, entre o profano e o sagrado [...] objetos que representam o distante, o escondido, o ausente [...] intermediários entre o espectador que os mira e o invisível de que provêm [...]” (POMIAN, apud GINZBURG, 2001: 93).

Aos poucos, percebe-se que o tecido confeccionado no tear da história vai tomando forma. Para Ginzburg (2001: 93), “Tanto nos *kolossoi* como nas *representationes* funerárias, o elemento substitutivo prevalece nitidamente sobre o elemento imitativo”. Como se estivesse finalizando a montagem de seu complexo quebra-cabeça, o escritor passa a discorrer sobre esse grande achado, considerando que ele resulta das últimas convergências assinaladas em seu ensaio e as quais se mostram ainda mais significativas. Nessa instância – momento crucial – o historiador lança as questões cujas respostas apontam para a convergência final de seu trabalho: “Como interpretar essas convergências? Devemos associá-las às características universais do sinal e da imagem, ou a um âmbito cultural específico? E, neste último caso, a qual?”

II.2 A “verdade” oculta na “ideia” por detrás do “invisível” aparente

Como se pode perceber, a hipótese das “semelhanças transculturais” permitiu o alargamento de um horizonte que se desenvolveu a ponto de colocar em dúvida a interpretação dos dados convergentes inicialmente coletados. A dúvida sobre como interpretar essas convergências, conforme já lançada nos questionamentos acima, oscila entre características universais e características culturais específicas do sinal e da imagem. Em face de tal impasse e sem temor de seguir em frente, Ginzburg (2001) dá prosseguimento ao “trabalho de Penélope”, emblemando o processo

final de construção de sua trama textual. Ainda se pode tentar novas combinações, outras alternativas? Por certo que sim. E o que não se pode permitir? Sem sombra de dúvida, a perda do fio invisível condutor, a lealdade à autenticidade da narrativa.

A discussão sobre o *kollossós* é retomada. O escritor percebe que é preciso esgotar os últimos recursos dessa fonte. Para tanto, ele escolhe e demarca uma alternativa no centro de um ensaio de Benveniste, que foi retomado e desenvolvido por Jean-Pierre Vernant. Este pesquisador demonstra que o *kollossós* fazia parte de um grupo de termos, tais como: “alma”, “imagens oníricas”, “sombra”, “aparições sobrenaturais”, entre outros. Vernant teria afirmado o seguinte: “[...] temos o direito de falar [...] de uma verdadeira categoria psicológica, a categoria do ‘duplo’, que pressupõe uma organização mental diferente da nossa” (VERNANT, apud GINZBURG, 2001: 94). No entanto, é surpreendente, continua Ginzburg (2001), que no final de seu ensaio Vernant mude inesperadamente de tom e passe a tratar do “signo religioso”, que além de se apresentar como instrumento de pensamento, visando evocar na mente dos homens a potência sagrada a que remete, também e sempre deseja estabelecer uma verdadeira comunicação com a potência divina e inserir de modo real sua presença no universo humano. Nas últimas linhas do ensaio, é afirmado que o *kollossós* tem a ambição de estabelecer um contato real com o além, realizando, por meio desse contato, sua presença aqui.

Bem delineada, a alternativa acima dá ao historiador a percepção do seguinte: “De um lado, a organização mental dos gregos, que era diferente da nossa; de outro, as tensões intrínsecas ao signo religioso, que podemos encontrar tanto na Grécia como em nossos dias” (GINZBURG, 2001: 95). Isso permite reconhecer de imediato a presença daquela inevitável oscilação entre uma perspectiva histórica e uma perspectiva universalista. Para o escritor, tal oscilação passa a ser mais do que compreensível, “[...] tendo em vista a relação de todo especial, um misto de distância e filiação, que nossa cultura mantém com a grega”

(GINZBURG, 2001: 95). Como já é de se esperar, as conclusões das referências supracitadas colocam um problema relacionado à imagem: a existência de uma “fratura profunda” entre nós e os gregos – assim pondera o historiador.

Um exame de perto nas profundezas dessa fratura obriga que se retome, desta vez, a discussão em torno da *consecratio* dos imperadores romanos. Ginzburg (2001: 95) chama a atenção para o seguinte fato: “Florence Dupont salientou que tal rito implica um paradoxo”. “Qual?”, deve-se perguntar o leitor, agora ansioso e ávido, como se estivesse assistindo a um filme dramático-detetivesco. Pressupõe-se que o escritor responderia a esse leitor comunicando-lhe que um certo ‘suspense’ faz parte do ‘enredo’, interpelando ‘dissonâncias’ componentes do todo harmônico de seu ensaio. E no devido tempo, o paradoxo é revelado com detalhes e sabores de força literária exuberante. Eis o destrinchar resumido do paradoxo: para que o morto fosse consagrado, o mesmo tinha de ser retirado do túmulo e inserido no espaço sagrado, onde se situaria posteriormente o seu templo. Esse traslado do corpo morto constituía um sério problema, pois ele não podia ficar fora de sua sepultura e muito menos no espaço sagrado, que ficaria contaminado com a presença do cadáver. A proibição de edificar túmulos no chão público onde os templos são construídos justificaria a expulsão daqueles de (dos túmulos) para fora da cidade. A fim de solucionar tal problema, o morto passou a ser representado por dois corpos colocados em dois espaços distintos: um no espaço dos túmulos e o outro no espaço dos templos. Isso resolveu o dilema dos dois tempos incompatíveis dos cultos funerários e dos cultos públicos.

O paradoxo do rito da *consecratio* foi, portanto, resolvido de forma que permitia a permanência da presença do imperador de dois modos diferentes. Entretanto, tudo isso mudou completamente. Houve uma verdadeira reviravolta e o conhecimento de evento de tamanha importância permite que as distâncias culturais envolvendo tempos e espaços diversos, magistralmente delineados no ensaio de Ginzburg

(2001), cheguem a uma convergência fundamental e final, conforme exposição a seguir.

Com a vitória do cristianismo, os mortos passaram a conviver com os vivos, ou seja, os cemitérios mudaram de endereço e foram instalados dentro da cidade. Deu-se o que Jean Guyon (apud GINZBURG, 2011: 95) denominou de “[...] o sinal de uma verdadeira mutação histórica”. Essa mutação ostentava a particularidade de conferir *status* de certa importância a um grupo de mortos, isto é, aos mártires. Aos olhos dos fiéis, esses mártires eram muito especiais, sobretudo os santos que se faziam presentes por meio das relíquias. Assim, “O status metonímico que se quis atribuir à *imago* dos imperadores romanos se mostra, neste caso, totalmente justificado” (GINZBURG, 2001: 96).

O historiador reconhece que a função atribuída às relíquias dos santos no mundo cristão deve ter modificado profundamente a atitude em relação às imagens. Ele é extremamente cuidadoso ao lidar com a discussão sobre as relíquias, que, segundo seu ponto de vista, fazem parte de um âmbito ainda não conhecido em sua totalidade. Para exemplificar essa modificação de atitude relacionada às imagens pelos cristãos, o exemplo da imagem (estátua-relicário) de Santa Fé ilustra com grande riqueza de detalhes essa metamorfose operada a partir da vitória do cristianismo. O delicado problema da idolatria, sobre o qual Ginzburg (2001) afirma saber pouquíssimo e reconhece que mesmo isso é de difícil interpretação, é colocado em pauta por ocasião das analogias que Bernard d’Angers encontrou entre as imagens de santos cristãos (Santa Fé e São Geraldo) e as esculturas de deuses greco-romanos (Vênus e Júpiter, por exemplo). Porém, o fervor de d’Angers, clérigo estudioso e muito devoto, aumenta quando se trata de Cristo esculpido em crucifixos ou pintado em baixo-relevo, que segundo a tradição tinha como objetivo manter viva a memória da Paixão.

A resolução do problema posto no ensaio *Representação* está prestes a ocorrer. Uma nova retomada da discussão em torno da *imago*

leva em consideração a sua função como *figura*, sendo esclarecido que essa palavra encerra múltiplos significados. Para comprovar tal fato, Ginzburg (2001: 101) declara o seguinte: “Havia muito que *imago* era uma palavra associada ao Evangelho”. No intuito esclarecer melhor essa questão, o autor recorre à interpretação de um trecho do *Liber miraculorum sancte Fidis*, de d’Angers, concluindo que “[...] *imago* evoca a ficção, talvez a abstração; em todo caso, uma realidade pálida e empobrecida”, afirma Ginzburg (2001: 101). Em face desta desalentadora revelação, depois de tortuosos e venturosos “vaivéns” em torno do termo *imago* (e de muitos outros para os quais os limites deste estudo não podem infelizmente comportar), a impressão que se tem é a de um inesperado encontro com um “talvez” pálido e pobre de uma realidade ante a qual o leitor curioso não esperava se deparar. Então, o que houve com o combustível histórico em potencial e transdisciplinar da narrativa?

Uma respiração, o silêncio de uma pausa musical, ou um “espaço em branco”¹⁵, talvez. Na iminência de virar a última página, o historiador dá uma surpreendente demonstração de seus dons como escritor: ele prepara o leitor (que a essa altura do ensaio deixa de ser apenas leitor e assume o papel de expectador) para o *grand finale*, como se quisesse anunciar a chegada e a entronização de Ulisses, no seu reencontro com Penélope. Esta, finalmente dá os últimos giros em seu tear da história, colocando fios dourados em seu tecido quase totalmente confeccionado. É sobre essa completitude patética da narrativa que se comenta a seguir.

Ao contrário dos significados de *imago*, o termo *presentia*, palavra muito antiga e há bastante tempo relacionada às relíquias dos santos cristãos, “[...] teria sido cada vez mais associada à eucaristia”, conclui Ginzburg (2001: 101). Existe, porém, um problema que opõe eucaristia e relíquias, em virtude da existência das “falsas relíquias”, como o suposto dente de leite do menino Jesus, documentado por Guibert de Nogent, em

15 Essa expressão é de autoria do próprio Ginzburg e consta de seu ensaio “Decifrar um espaço em branco”, do livro **Relações de forças**. Consultar Referências finais.

1125. Esse estudioso “Acreditava que a única memória deixada por Cristo era a eucaristia. Isso o levava a desvalorizar as relíquias substitutivas (*repraesentata pignora*) e as sinédoques, como figura linguística cara aos ignorantes” (NOGENT, apud GINZBURG, 2001: 101).

No ano de 1215, a Igreja proclamou o dogma da *transubstanciação*. Alegando que as implicações das pesquisas de outros estudiosos sobre a verdadeira importância da instituição desse dogma na história da percepção das imagens não são de todo claras, Ginzburg (2001) formula alguns conceitos tendo por base os caminhos já percorridos em seu ensaio. Em primeiro lugar, a “descontinuidade profunda” existente entre as ideias implícitas nos signos religiosos por trás do *kolossós* grego e a “noção de presença real” é de fácil e imediata percepção. Por outro lado, a impossibilidade de associar à eucaristia o que Vernant expôs sobre “função operatória” do *kolossós* é patente, mesmo em se tratando da defesa de questões intrinsecamente relacionadas a signos religiosos. Com isso, pode-se afirmar que a autenticidade da “ideia” por detrás da “coisa” consiste no seguinte:

À luz da formulação do dogma da transubstanciação não se pode falar simplesmente de “contato”, mas sim de *presença* no sentido mais forte do termo. A presença de Cristo na hóstia é, de fato, uma superpresença. Diante dela, qualquer evocação ou manifestação do sagrado – relíquias, imagens – empalidece, pelo menos em teoria (GINZBURG, 2001: 102).

O que justificaria o poder extraordinário desse dogma, instituído em 1215 pela Igreja? Antes de responder a este importante questionamento, antecipe-se o fato de que nesse período da Idade Média havia uma espécie de liturgia política que se utilizava de todo um aparato de símbolos do poder, o qual “[...] estava profundamente radicado numa

semiologia religiosa que fazia da esfera política uma província do religioso” (LE GOFF, 1989: 220).

Quanto à resolução para o problema colocado no início do parágrafo acima, Ginzburg (2001) levanta algumas hipóteses, chamadas por ele de “mais ou menos ousadas”¹⁶, que consistem do seguinte: o medo da idolatria começou a diminuir a partir de 1215 e tal fenômeno permitiu que se aprendesse a domesticar imagens, até mesmo aquelas da Antiguidade pagã. É óbvio que “Esse processo teve repercussões sanguinolentas. A ligação entre os milagres eucarísticos e a perseguição dos judeus é bem conhecida”, enfatiza Ginzburg (2001: 102).

Retomando-se a proclamação do dogma da *transubstanciação* feita pela Igreja em 1215, pode-se afirmar que ele – o dogma – é o ponto central para onde convergem todos os caminhos percorridos – os “vaivéns” cansativos –, todas as pistas perseguidas por Ginzburg em seu ensaio denunciante. É igualmente inegável que desse ponto central de convergências partem também todos os caminhos que deram origem aos ritos funerários dos manequins reais ingleses e franceses. “O dogma da transubstanciação, na medida em que negava os dados sensíveis em nome de uma realidade profunda e invisível, pode ser interpretado (pelo menos por um observador externo) como uma vitória extraordinária da abstração” (GINZBURG, 2001: 102).

Por oportuno, registra-se o fato importante de que o fenômeno da *abstração*¹⁷ se dá quando elementos de uma totalidade complexa são separados no plano mental e só mentalmente esses elementos podem subsistir fora dessa totalidade.

16 Essas hipóteses “mais ou menos ousadas” lançadas por Ginzburg (2001) em seu ensaio em discussão denunciam a impossibilidade de se conhecer a verdade pura e absoluta em História.

17 Em relação ao termo “abstração”, no verbete 3 do “Dicionário Houaiss da língua portuguesa”, consta o seguinte: PSIC processo mental que consiste em escolher ou isolar um aspecto determinado de um estado de coisas relativamente complexo, a fim de simplificar a sua avaliação, classificação ou para permitir a comunicação do mesmo [A *abstração* distingue-se da *análise*, porque nesta a totalidade é (mentalmente) cindida em todas as suas partes, enquanto a *abstração* lida com o isolamento de apenas uma das partes.].

A *abstração* do dogma da *transubstanciação* é também vitoriosa nos campos de ação tanto da teologia quanto da liturgia política, no mesmo período. Para comprovar o triunfo desse fenômeno da abstração nos âmbitos religioso e político, Ginzburg (2001) relata, com detalhes, uma impressionante comunhão heráldica e equestre ocorrida em 1389, por ocasião das exéquias do condestável Bertrand du Guesclin, na igreja de Saint-Denis, no exato momento do ofertório, na missa celebrada por um bispo de Autun. Para o historiador italiano, seu exaustivo trabalho, tecido e condensado no ensaio sobre *Representação*, está completo. As implicações eucarísticas da comunhão referenciadas acima são extraordinariamente explicadas pelo levantamento da hipótese que encerra a sua narrativa, conforme citação seguinte: “É a presença real, concreta, corpórea de Cristo no sacramento que possibilita, entre o fim do Duzentos e o princípio do Trezentos, a cristalização do objeto extraordinário de que parti, até fazer dele o símbolo concreto da abstração do Estado: a efígie do rei denominada *representação*” (GINZBURG, 2001: 103).

III. Notações para encerrar esta releitura do texto de Ginzburg

O ensaio de Carlo Ginzburg *Representação – A palavra, a ideia, a coisa*, escrito na forma de uma narrativa arquitetônica, bem pode ser inserido na categoria do que está completo por ser, paradoxalmente, inacabado. Longe de se prender a uma lógica monolítica e absoluta, o mesmo pode ser pensado como uma monumental construção, que inclui também em seu denso arcabouço elementos do ecletismo e abertura de possibilidades sem limites para a interdisciplinaridade, transdisciplinaridade¹⁸ e multidisciplinaridade. Esse texto monumento

18 O termo transdisciplinaridade é ainda muito recente. Para dar uma idéia ao leitor do que se trata, recorre-se à informação contida no folder do evento “Transdisciplinaridade – II Congresso Mundial: Atitude, Pesquisa, Ação”, ocorrido na data de 6 a 12 de setembro de 2005, nas cidades de Vitória e Vila Velha, ambas no Estado do Espírito Santo. No folder está escrito o seguinte: “A Transdisciplinaridade diz respeito ao que está *entre, através e além* das disciplinas. Sua finalidade é a compreensão do mundo e a articulação das áreas do conhecimento. Sua pesquisa se apóia na Complexidade, nos Níveis de Realidade e na Lógica do Terceiro Incluído”.

é de uma abrangência e ao mesmo tempo de uma condensação tal que se permite ser lido tanto a partir dos pressupostos da “desconstrução” de Jacques Derrida quanto a partir de releituras das “reconstruções” de Sigmund Freud feitas por Jacques Lacan. A propósito deste último nome, o filósofo esloveno Slavoj Žižek escreveu que a sentença lacaniana “Deus é inconsciente” pode ser traduzida como algo que

[...] aponta para a falsidade fundamental que fornece a unidade fantasmática de uma pessoa: o que encontramos quando vamos buscar no núcleo mais profundo de nossa personalidade não é nosso verdadeiro “self”, mas a falsidade primordial (“proton/pseudos”) – todos nós, em segredo, acreditamos no “grande Outro”. (ŽIZEK, 2002: 01).

Nada mais extraordinário de se encontrar nas entrelinhas do ensaio de Ginzburg do que os ecos do estruturalismo de Lévi-Strauss, através do pensamento idiossincrático e desconstrutivista de Derrida. Nada mais pulsante no escrito desse historiador italiano do que a interpretação lacaniana de Freud, no que diz respeito ao transtorno causado pela psicologia na geografia das antigas “ciências do homem”. Nada mais ‘incômodo’ e incomum do que a utilização de um método fundamentado no indiciário, que se propõe suportar um elenco ‘perigoso’ de caminhos múltiplos do conhecimento. Tal pressuposto aproxima as ambições de Ginzburg das ambições de Einstein de criar uma “teoria do campo unificado”. Ou seja: todos os saberes da ciência poderiam ser condensados em um ‘âmbito’ só. O conhecimento operacional desse ‘âmbito’ poderia ser desvelado por uma “constante universal”. Ginzburg se pretende um Einstein da História?

Ao jorrar luz sobre a maneira de como o dogma da *transubstanciação* foi formulado, o autor reforça a teoria teológica da

superpresença de Cristo na hóstia, mas ‘dissipa’ toda esperança de sua concretização real: “Na prática, as coisas são diferentes”.

A hóstia tornou-se para a Igreja o que os manequins reais passaram a representar para o Estado, depois do fenômeno da abstração. Muito interessante é o fato de que a essência do dogma está o tempo todo ‘presente’ no ensaio, de modo oculto, como se fosse um fantasma. O dogma da *transubstanciação* é o epicentro em torno do qual gravitam todos os argumentos do historiador. Em outras palavras, o dogma é o eixo equidistante entre os ritos funerários dos manequins reais ingleses e franceses e os *kolossoi* e o *kolossós* grego na versão da *consecratio* dos imperadores romanos. É nesse ponto equidistante que um turbilhão de forças se equilibram (por meio de conflitos socializantes) e se cristalizam no tempo e no espaço da Idade Média tardia. Nele o leitor tem um curioso encontro consigo mesmo, ao ficar face a face com o que Zizek, ao interpretar o “Deus” de Lacan, chama de o “grande Outro”, ou melhor, de a “falsidade primordial”. Nesse sentido, Ginzburg consegue concretizar sua vontade, ao erigir uma narrativa arquitetônica sobre *Representação*, cujo grande efeito é expatriar (ou repatriar) quem o lê.

Finalmente, pode-se afirmar e reforçar o fato de que o autor redefine a prática, isto é, o método, o campo e os limites da historiografia, contribuindo assim para o rejuvenescimento que enriquece o ofício do historiador. Acrescente-se que Ginzburg transforma o ato de ler e de interpretar um texto em um prazer singular e ao mesmo tempo lúdico, vertiginoso, estético.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABSTRAÇÃO. In: HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

ANGIOLILLO, Francesca. **Chega ao Brasil “Olhos de Madeira”**, coletânea de Carlo Ginzburg. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2001. Disponível

em: <<http://farejador.ig.com.br/banner.cgi?url=http:%2F%2Fwww.lz.com.br%Fnot08%2Fi...>>. Acesso em: 21 mar. 2004.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. **Escritos sobre a história**. 2ª ed. Tradução de J. Guinsburg e Tereza C. S. da Mota. São Paulo: Perspectiva, 1992. cap. 3, p. 41-78.

GINZBURG, Carlo. Representação – A palavra, a ideia, a coisa. In: _____. **Olhos de Madeira** – Nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103.

_____. **Olhos de Madeira** – Nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. Sinais – Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas, Sinais** – Morfologia e história. 2ª ed. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 143-179.

_____. **Relações de Força** – História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: _____. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1989. pp. 215-235.

MITOLOGIA. Vol. I. Abril Cultural. São Paulo: Editora Vitor Civita, 1973.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Resenha. In: **Revista Brasileira de História** – Confrontos e Perspectivas, São Paulo, ANPUH/Contexto, vol. 16, nº 31 e 32, 1996.

Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre - ES

SEVCENKO, Nicolau. A força da história – O historiador Carlo Ginzburg critica concepção relativista e cética da história. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 5, 11 jan. 2003.

TRANSDISCIPLINARIDADE – **II Congresso Mundial**: Atitude, Pesquisa, Ação, ocorrido na data de 6 a 12 de setembro de 2005, nas cidades de Vitória e Vila Velha – Espírito Santo.

ZIZEK, Slavoj. Luta de classes na psicanálise. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 14, 7 jul. 2002.

A HISTÓRIA NÃO OFICIAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LINHARINHO, NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO¹

Juliana Romano²

Resumo

A delimitação do território quilombola da comunidade de Linharinho, realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em 2005, remexeu os arquivos esquecidos da historiografia brasileira e estremeceu as estruturas econômicas do norte do Estado do Espírito Santo. A região, atualmente ocupada pela atividade de produção de celulose, era parte de um grande quilombo, formado durante o período colonial brasileiro. A disputa pelas terras trouxe à tona questionamentos sobre veracidade da História Oficial, contada pela aristocracia no processo de construção da memória coletiva, que, por sua vez, confronta a legitimidade histórica dos “causos” contados pelos moradores da comunidade. Essa disputa, todavia, ultrapassa os limites fundiários e revela uma estrutura política de privilégios, evocando a necessidade de uma reparação histórica para com a população negra.

Palavras-chave: Quilombo; Memória; Identidade política; Conflito fundiário; Territorialidade.

1 Este artigo apresenta trechos a serem sistematizados na minha Dissertação do Curso de Mestrado em Antropologia, que está em vias de finalização, sob a orientação do Profº Doutor João Aires de Freitas Leal – Universidade Nova de Lisboa, a ser defendida em 2013.

2 Mestranda em Antropologia pela Universidade Nova de Lisboa/UNL-Portugal. Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. Endereço eletrônico para contato: julianaromano@gmail.com

Abstract

The delimitation of quilombola territory of the Linharinho community, accomplished by INCRA in 2005, rummaged forgotten files of Brazilian historiography and shuddered economical structures in the north of Espírito Santo State, Brazil. The area currently occupied by activity based on cellulose pulp production was part of a large quilombo, which was formed along the process of colonial period. The quarrel for land conquest has brought up questions on the veracity of Official Story told by aristocracy along the construction of the collective memory. This attitude goes against the historical legitimacy which is supported by the stories spoken by the community of residents. This dispute, however, goes beyond the land's limits and reveals a political structure of privileges, citing the need to repair the historical debt to the black population.

Keywords: Quilombo; Memory; Political identity; Land conflict; Territoriality.

O rio São Mateus (antes, Cricaré) era uma importante via de comercialização no século XVII. Nele, o porto se destacava pelo comércio de farinha de mandioca e de trabalhadores escravizados, atraindo interessados de várias regiões brasileiras à procura de mão-de-obra para as fazendas. Foi aí que desembarcaram também os antigos protagonistas e fundadores do que é hoje a “Comunidade de Linharinho”, bem como de comunidades vizinhas que compuseram o norte do Espírito Santo.

A região do Vale do São Mateus fora, nessa época, sesmaria do fazendeiro português José Trancoso e abrangia uma grande porção de terras no norte do Estado do Espírito Santo, hoje delimitada pelos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. Esses dois municípios, juntos, representam, atualmente, a região de maior concentração de comunidades remanescentes de quilombos do Estado.

A primeira história que se tem notícia sobre a resistência negra na região, data do século XVII e diz respeito a uma liderança feminina trazida pelo português, conhecida por Zacimba Gamba³. Conta-se que Zacimba era princesa em Angola e que, ao chegar a terras brasileiras, se rebelava constantemente contra a violência a que fora submetida pelos escravocratas. A dúvida a respeito da procedência real da escrava levou o temeroso donatário a aprisioná-la na Casa Grande para fazer os serviços domésticos. Revoltada com as frequentes violações sofridas, a princesa planejou a morte do senhor e fugiu, levando consigo outros trabalhadores escravizados para as proximidades do rio Itaúnas. Dali, a princesa e seus súditos invadiam os navios e libertavam os negros ora aprisionados.

Mais tarde, desta vez sob a liderança de “Benedito Meia-Légua”, a estreita relação entre resistência e religiosidade passou a marcar as ações contra as tropas do Governo. À medida que os escravos eram libertos, passavam a integrar a irmandade e, para proteger seu principal líder, vários homens se vestiam como Meia-Légua para confundir a ação das tropas. Consequentemente, muitos eram mortos por elas. Conta-se que Benedito Meia-Légua vivia “[...] dentro do oco de uma árvore frondosa” (AGUIAR, 2001: 228), onde também morreu, sendo queimado pelos agentes que compunham as forças oficiais.

Ainda durante o século XIX, situada no Vale do Cricaré, estava a sesmaria do Barão de Aimorés, a qual era administrada por sua mãe, Dona Rita Maria Conceição Gomes da Cunha. O escravo de nome Negro Rugério, ao fugir de seu domínio, se abrigou nos limites da Fazenda, a princípio, com mais trinta negros, onde formou o Quilombo do Morro. Dona Rita possuía uma área extensa de terras, sendo que a produção da farinha de mandioca produzida na Fazenda representava a maior

3 As histórias referentes aos personagens Zacimba Gamba, Viriato Cancão-de-fogo, Benedito Meia-Légua, Negro Rugério, Preto Bongo e Beatinho de São Benedito foram baseadas na obra de AGUIAR, Maciel de. **Negro Rugério** – farinha de mandioca e chicote. Série História dos Vencidos, Caderno 6. São Mateus: Centro Cultural Porto de São Mateus/ Editora Brasil-Cultura, 2001.

movimentação do porto de São Mateus e os maiores responsáveis pelo sucesso da Fazenda eram os escravos. Uma vez fugidos, esses escravos passaram a ameaçar o pioneirismo comercial da proprietária e a colocar em risco os “negócios” da família Cunha.

Foi então que ambos, escravos e a proprietária, concordaram em firmar acordo para a comercialização da farinha de mandioca no Porto de São Mateus, de modo que D. Rita lhes dava proteção em troca da produção em larga escala da farinha realizada pelo quilombo.

Após a morte de Dona Rita, o Quilombo do Morro ficou vulnerável aos ataques das tropas oficiais, vindo a ser invadido e eliminado o principal líder. Apesar disso, muitos quilombolas conseguiram escapar. Dona Rita e Negro Rugério são, portanto, dois dos principais personagens que até hoje permeiam a memória dos antigos.

Histórias ocorreram no território do Sapê (vegetação que havia em abundância na região, semelhante à capoeira), território este originado mediante conflitos bárbaros de uma sociedade escravista e mantido sob conflitos (igualmente incoerentes) ainda nos dias atuais. As comunidades, hoje designadas como “remanescente de comunidades quilombolas”, segundo a classificação do Artigo 68 (ACDT) da Constituição Federal, manifestam seu modo de vida por meio da memória de resistência que esse território abriga. Assim, o território se torna, ele mesmo, um elemento essencial à identidade étnica, tal como revela a antropóloga brasileira Maria de Lourdes Bandeira, ao citar os estudos de Baiocchi, que a relação com a terra é uma especificidade importante que transita em torno da questão quilombola: “A territorialidade, como entidade geográfica historicamente associada por negros e brancos à identidade de grupos negros no Brasil é uma novidade e uma especificidade das comunidades rurais de negros” (BANDEIRA, 1990: 8).

Identidade e territorialidade

A territorialidade, segundo Rosendahl (2005), é uma ação e, como tal, se expressa num determinado “território”, ao mesmo tempo em que o constitui. No latim *territorium* significa “terra”, usado muitas vezes em sua analogia com *terror*, nas ações legitimadas pelo sistema jurídico romano (século VII a. C. ao século XV d. C.), que significa “aterrorizar”. A ideia de poder por detrás das ações romanas vinculadas ao caráter político de que o “território” carrega, no sentido de fomentar fronteiras (delimitar) – abolindo qualquer indício de uma visão passiva ou uma perspectiva materialista do mesmo –, atribui ao conceito o caráter de um espaço de disputa e em constante movimento. Este espaço, por sua vez, é construído através das relações que se dão sobre ele, isto é, relações que o delimitam e conferem significados por meio das manifestações culturais.

Na obra do geógrafo Robert Sack (1986), as relações de poder caracterizam seu principal foco de análise e o “território” aparece como uma projeção dessas relações, mediadas pela ocupação, usos, controle e identidade. Já para o filósofo Felix Gattari, na obra intitulada *Cartografias do Desejo*, de 1986 (apud COSTA, 2004: 121), “[...] o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido”. No livro *O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*, o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert da Costa, ao discutir essa questão, enfatizando o caráter híbrido do território enquanto “processo” (COSTA, 2004), configurado pelo “desejo” definido por Gattari apud Costa (2004), que o usa como “força” motriz na sua construção. A territorialidade segue, então, como o conjunto de outros desejos subsequentes a ele associados (os “agenciamentos”) que, inseridos na escala coletiva da constante fluidez da rede de relações na sociedade, delimita um “mundo específico” no universo simbólico, desde as relações ecológicas até os relacionamentos interpessoais.

Esse parâmetro foi denominado de “Topofilia” pelo geógrafo sino-americano Yi-fu Tuan (1980) e se refere aos laços afetivos dos seres humanos com o território, podendo ser um sentimento gerado tanto pela apreciação superficial da paisagem, quanto pela vivência, pelo deleite de sentir os elementos espaciais por meio de contato mais aberto, fazendo história e produzindo lembranças mais intensas sobre ao lugar. O tipo de relação com o meio, por sua vez, definirá múltiplas territorialidades sobre um mesmo território, sendo os sentimentos e percepções dos sujeitos dessas relações aqueles que definirão o nível de envolvimento com o meio. Isso porque o ser humano responde ao mundo de várias maneiras, além daquelas que correspondem aos cinco sentidos – visão, audição, olfato, paladar e tato. Quando há uma relação histórica com a terra ou dela dependem a alimentação, a moradia, a saúde, o lazer, ou seja, quando a vida está intimamente ligada a ela, existem sensibilidades que vão além da sensorial e que levam os habitantes a se “enraizarem” ao meio, a ponto de a terra se tornar parte da sua própria identidade. Como exemplo, cita-se o *Manifesto da Terra-Mãe* – a famosa Carta do Cacique Seattle destinada ao Presidente dos EUA, em 1854.

No caso das comunidades negras rurais, a relação histórica de resistência, bem como a relação simbiótica com os elementos naturais, determinou um vínculo de afetividade com o território, ao mesmo tempo em que contribuiu para constituir o caráter identitário e étnico dos grupos. A apropriação dessas terras, por sua vez, é o um elemento que distingue essas comunidades negras das demais comunidades tradicionais e é o que a antropóloga Maria de Lourdes Bandeira (1991: 154) denomina de “[...] patamar da escravidão”.

A elaboração coletiva e dinâmica de regras de apropriação e manutenção desse espaço configura o território e, de acordo com a geógrafa Simone Batista Ferreira, define territorialidades, conferindo identidade àqueles que dele usufruem.

Assim, enquanto prática combinada entre os membros de uma mesma coletividade social, este controle dos recursos evidencia sua outridade/ alteridade em relação ao que é externo ao seu território, ou seja, a organização fundiária baseada na propriedade privada individual capitalista, onde a terra e demais recursos são mercadorias (FERREIRA, 2009: 272).

A relação com a terra por parte dos quilombolas, portanto, imprime aspectos étnicos marcados por laços de solidariedade e confiança que delimitam o espaço através de relações de pertencimento entre os moradores. Eles estabelecem um código de uso baseado em regras consensuais, para a manutenção do equilíbrio dos recursos naturais, de forma a garantir o usufruto comum e permanente por parte de todos os membros.

A “[...] organização fundiária baseada na propriedade privada individual capitalista” a que Ferreira (2009: 272) se refere, diz respeito à presença da empresa de beneficiamento de celulose na região norte do Estado do Espírito Santo. Essa presença se dá pela imposição e sobreposição do território do capital (representado pela monocultura intensiva de eucalipto) sobre o território quilombola, o que acarreta novas territorialidades, levando a população local a um processo de constante “re-territorialização”. Essas novas territorialidades, por sua vez, não anularam a identidade étnica da população de Linharinho, a qual procura, mesmo em meio ao “imprensamento”, reproduzir seu modo de vida.

O “sistema de uso comum da terra” é a forma de acesso reproduzida desde os tempos antigos pelos moradores e é, juntamente com as relações étnicas e de parentesco, um elemento capaz de reforçar e garantir a continuidade de suas práticas culturais. O tempo antigo, por exemplo, é lembrado pela comunidade como o tempo da abundância/fartura: terra à vontade, alimento em abundância, muitas festas e brincadeiras.

Naqueles tempos, o rio era uma fonte abundante de alimentos e servia (e ainda serve) como uma das principais referências espaciais e identitárias do grupo, sendo, por isso mesmo, parte intrínseca no modo de vida e sobrevivência da população local, bem como forma de sobrevivência simbólica das formas culturais de relacionamento. Essa relação de simbiose com o rio se dá também com outros elementos naturais, de forma que a alteração brusca destes interfere diretamente no comportamento e hábitos da população de Linharinho.

Rituais de cura, ervas medicinais e o sagrado

A dicotomia entre “etnomedicina” e “biomedicina” traz à tona antigos dilemas presentes em discursos antagônicos entre o “velho” e o “novo” mundo, “ocidental” e o “oriental”, entre “eles” e “nós”. Esses dilemas perpassam os limites territoriais, tomando o campo ideológico dos saberes tradicionais *versus* ciência. As práticas denominadas de “primitivas” dos rituais de cura, descobertas pelos “ocidentais” na alteridade entre os chamados “selvagem” e o “homem branco”, reduziram os saberes dos “curadores” populares à subalternidade, ignorando os efeitos de suas práticas.

A maneira como homens e mulheres interagem com os conhecimentos e saberes comunica a forma como os seres humanos interpretam o mundo e (essa forma) revela as estruturas sociais em que se inserem. Do mesmo modo, os conceitos de “doença” e as práticas de cura se diferenciam entre os grupos sociais.

Segundo Menendez (1994), existe uma visão hierárquica da biomedicina sobre o universo das doenças. No que tange aos aspectos da etnomedicina, os antigos escravos eram sábios na leitura de ervas. A forma como seus descendentes apreendem a realidade é permeada pelas lembranças dos saberes e uso de ervas locais repassados pelos antigos, bem como experiências pessoais com o ambiente local, fato que lhes permitiu acumular conhecimentos, sobretudo da flora, utilizados nas práticas de cura.

Os rituais religiosos também expressam essa simbiose, uma vez que costumavam ser realizados, às escondidas, no interior das matas, de onde retiravam as espécies necessárias para as “benzenduras” e chás, usados nas práticas de cura da comunidade.

Foi nas matas na região do Sapê que surgiu, já no século XIX, o guerreiro negro Viriato Cancão-de-fogo. Ele tinha o “corpo fechado” e era conhecido como um líder espiritual do ritual da *Cabula*, dotado de poderes sobrenaturais utilizados nas batalhas contra as forças inimigas. “[...] Acredita-se que ele poderia surgir numa batalha e desaparecer logo depois de ter lutado em favor dos escravos e que nada o poderia atingir” (AGUIAR, 2001: 27-39).

O ritual da *Cabula* era uma prática realizada à noite, no meio da mata, em que espíritos eram evocados pelos participantes. Num contexto de maus-tratos, torturas e descaso com a população negra, os espíritos curavam os negros de doenças “da carne ou do espírito” (AGUIAR, 2001: 29). Nos rituais, incluíam-se as chamadas “Mesas” de santo: a de Santa Bárbara e de Santa Maria. As designações de origem católica para práticas africanas explicam-se nas contínuas restrições feitas por padres e bispos da época.

Os rituais de cura, portanto, serviam como um instrumento de luta e resistência, visando combater, na dimensão sobrenatural, os ataques dos senhores, já que as armas “reais” que tinham eram inferiores às dos capitães-do-mato e às tropas do Estado.

Sendo assim, a religiosidade, por meio da *Cabula*, representava o “Corpo Político”, na medida em que reforçava a identidade coletiva na luta e resistência pela liberdade. As relações de poder circunscreviam-se na esfera política e religiosa e se revelavam nos rituais de cura da comunidade, bem como nas representações culturais de enfermidade e nas manifestações espirituais, ocorridas num contexto de confronto com um outro poder considerado por eles maléfico, opressor, que lhes tornava presos e “doentes”. Nota-se aí a presença de questões culturais

fundamentais que revelam as relações de poder através da concepção de doença e formas de cura: a ideia de doença como uma ação “na carne e no espírito”, delimitando o espaço de atuação, o qual não se restringe a uma racionalidade física, mas envolve elementos que compõem o universo simbólico da comunidade –, sendo a “doença”, a escravidão de seus corpos; e a “cura”, a liberdade. Assim, revestia-se desse poder quem detinha os segredos sagrados – neste caso, Viriato Cancão-de-fogo – e o Estado, ora representado pelos capitães-do-mato e senhores de escravos, ora representado pela Igreja Católica. A prática da *Cabula* transcende, assim, o significado de cura como uma tentativa de amenizar o sofrimento, tornando-se uma “figura” central no discurso histórico e cultural do período escravista brasileiro.

O que, por ora, é ressaltado, é que alguns dos saberes dos antigos trabalhadores escravizados que povoaram a região sobrevivem na memória e (embora as práticas tenham sido modificadas ao longo dos anos, devido ao processo de alteridade com as populações vizinhas) foi, sobretudo, pela abrupta mudança espacial, acarretada pela extração da cobertura vegetal original, que grande parte dos saberes “dos antigos” foi sendo esquecida.

As festas também eram carregadas de um forte teor religioso. Até os dias de hoje, no mês de dezembro, é realizada a festa de Santa Bárbara, antigamente muito animada, acompanhada pelo padre que ia à Linharinho celebrar a missa, juntamente com mulheres da comunidade que rezavam a “ladainha”. O espaço das festas era muito significativo, pois reunia pessoas de outras comunidades quilombolas, representando, sobretudo, um espaço de convívio e de afirmação cultural. Era costume dançar “baile”, jongo e forró.

Além de Santa Bárbara, a figura de São Benedito é aclamada em toda região, desde os tempos antigos, como o santo dos pretos, dos pobres e oprimidos. Foi, entretanto, no final do século XIX, mais precisamente após a instituição da Lei Áurea, que a divindade ganhou

maior importância entre os quilombolas do Sapê. O fim do regime escravista foi recebido pelos negros aquilombados com desconfiança, pois temiam que a “abolição” fosse uma farsa dos senhores de engenho, na tentativa de recapturá-los. Conta-se que Beatinho de São Benedito, um “[...] negro lustroso e festeiro” (AGUIAR, 2001:77), havia recebido do espírito de Viriato Cancão-de-fogo a missão de confeccionar um tambor e anunciar a liberdade aos negros na mata. O som do tambor atraía os negros que se uniam ao tocador com danças. A partir daí, o jongo passou a simbolizar o fim da opressão e a conquista da liberdade.

A memória das manifestações religiosas é um fator étnico que define e integra os remanescentes da terra e, dessa forma, “[...] mantêm e atualizam a memória histórica, a identidade pessoal e coletiva, além de ensinar aos mais novos o significado e a razão da vida partilhada com a terra e com os parentes” (GUSMÃO, 2007:155). Nessa relação com o espaço dos ritos e das crenças, os negros de Linharinho constroem a percepção de si mesmos e do “outro”, constituindo assim um fator de extrema importância para o entendimento da territorialidade local.

Reordenamento econômico e resistência local

A primeira impressão que se tem da comunidade é a partir de uma espécie de “sede” (composta pela igreja, um cômodo onde funciona a escola primária, o campo de futebol e a caixa d’água), o lugar de encontro dos moradores, hoje, às margens da ES-010. A estrada segue ligeira rumo a Itaúnas, “indiferente” aos caminhos encobertos e trilhas escondidas que, em meio aos eucaliptos, levam aos núcleos familiares, às plantações de mandioca, às hortaliças – os chamados de “remédio de mato” –, à farinheira e tantos outros saberes de uma história ainda para ser contada.

Para os mais antigos, essa mesma paisagem ainda esconde maiores e mais significativos elementos e lugares, os quais foram e estão hoje ocupados pela monocultura de eucalipto. Todavia, para melhor

entender essa territorialidade, é necessário conhecer as histórias dos velhos sobre “o tempo do cativo”, época em que a mão-de-obra negra era escravizada pelos senhores de engenho e que faz parte da história que o “branco” preferiu, de modo arbitrário, “apagar”.

A partir do final da década de 1960, começaram a chegar à região pessoas estranhas, interessadas nas terras com o intuito de “valorizar” a região. A maioria dos moradores não possuía o documento de propriedade da terra – a escritura. As terras devolutas passaram a ser do Estado (pela Lei de terras de 1850) e com a decadência na produção das fazendas, após a Abolição (1888), muitas terras foram abandonadas pelos proprietários (FERREIRA, 2009). Visto que a população negra não possuía, como já foi dito, nenhum tipo de acesso legal à terra que não fosse pela compra, optaram pelo uso e ocupação irregular (a posse).

Ao se deparar com os povos tradicionais que habitavam a região, a primeira medida da empresa de celulose – responsável pelo cultivo de eucalipto na aludida região – foi enviar intermediários que os convencesse a vender as terras. Não obtendo resultado satisfatório, iniciaram um processo de intimidação, persuadindo pessoas da comunidade a realizarem o trabalho de convencimento dos demais, em troca de favores. Posteriormente, conforme indicado nas falas de moradores, registrou-se a presença de um tenente do exército que, em épocas de ditadura, representava uma forte ameaça.

As primeiras tentativas de aquisição das terras do Sapê do Norte pela empresa foram feitas por meio da persuasão. Mas, a empresa logo percebeu que esse recurso não seria suficiente, visto que as famílias não pareciam ter nenhuma intenção em deixar as terras. Foi quando a empresa lançou mão de um morador influente de uma das comunidades negras do Sapê, que já havia negociado com a empresa e se comprometeu em convencer as famílias em troca de regalias por parte da empresa. Outro personagem desse processo foi o sargento Merson, nome frequente nos relatos da comunidade de Linharinho.

Como esses agentes, contratados pela empresa, sabiam que por lei os moradores tinham direito de posse sobre a terra e tendo ciência de que a maioria não possuía escritura, nem conhecimento de seus próprios direitos, usaram de táticas de persuasão que se transformaram em ameaças e expropriações. Relatos de violência também eram comuns, como está demonstrado nos selecionados abaixo:

Eles tocava fogo, às vezes botava gente pra ver lugar pra morar. E se não ta querendo mais vender eles [...] o dono da casa e tocava fogo no sabugo e amarra tudo (Depoimento de Simone Batista Ferreira, 2005)

“Quero tudo!”. Eu fiquei à toinha, à toinha. Minha panela de barro quebraram, minhas panela de Bernabé, que era o madrinho, que quando ganhei ela batizou. Fiquei à toa, aí caímo num nada. Aí quando alumínio com fogo queimou, outra ingio num fiquei com roupa, quem deu ropa foi a mulher do cumpadre Juventino chegou de noite, aí me panharam o pessoal do Linharim mesmo, me panharam e gritaram de lá: “Num bota fogo que a mulher tá no resguardo!” Com oito dias que eu tava no resguardo. Aí eu panhei o menino assim, fui embaixo do pé de manga, fiquei sentada. Naquilo eu num sei contar mais. Aí me panharam e telefonaram pra cumpadre Bernabé, ele veio, me panhou e me levou eu num [...] Que eu passei eu Santana, cheguei na casa dele, vim dar conta de mim quase era onze pra doze hora da noite. Botaram o colchão, eu com a criançada tudo, sete criança, quando botaram fogo na casa lá no Linharinho (Depoimento de Sandro Juliati, 2005)

Na mesma época, ações semelhantes ocorriam no município de Aracruz-ES, as quais podem ser confirmadas por relatos dos tupiniquins, que resistem ainda hoje no local (situado no mesmo município de Aracruz), onde se estabeleceu a sede e as três fábricas de beneficiamento da empresa.

Além de uso da persuasão e de violência contra as populações tradicionais, a empresa, movida pelo desejo em adquirir as terras e impossibilitada de fazê-lo, lançou mão dos chamados “laranjas”, que repassaram as propriedades adquiridas por contrato de venda à empresa, sem nunca terem sido essas populações, de fato, pagas por isso. Essas afirmações foram confirmadas pelos próprios funcionários, durante o processo de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Aracruz Celulose, em 2002.

Após a tentativa de expropriação, a empresa acreditava que a expansão da monocultura de eucalipto seria por si só um fator de expulsão das famílias remanescentes. Dessa forma, os eucaliptais plantados de modo intensivo e irracional – na medida em que não se respeitaram nem mesmo as nascentes, olhos d’água, ou a própria capacidade da terra – a ganância pelo lucro suplantou a memória arraigada no território, agora tomado pela lógica do grande capital internacional/predatório.

Foi então que na região do Sapê do Norte, com sua diversidade ecológica, com sua herança cultural e suas comunidades tradicionais, se “viu” ameaçada por um poder externo e violento que, legitimado pelo próprio Estado, através do governo estadual, perseguiu e expulsou dezenas de famílias de descendentes do antigo quilombo do Negro Rugério. Nesse contexto, a história se repete e os negros se veem novamente como não-cidadãos (do ponto de vista dos direitos constitucionais) e como não-humanos (do ponto de vista da dignidade humana), à margem da população, porém, buscando novas formas de resistência para manterem sua dignidade.

Essa nova etapa histórica do Sapê reproduz no espaço local a lógica do governo federal naquele momento, a saber, a Ditadura Militar, marcada pela censura, pelo silêncio e pela supressão dos direitos humanos em função do desenvolvimento da lógica capitalista de produção. Foi aí que teve início o conflito territorial no norte, entre a poderosa multinacional Aracruz Celulose (hoje, FIBRIA) e as famílias de agricultores tradicionais espalhadas pela região. Uma luta de forças desproporcionais e que achou na resistência cotidiana ou nas micro-resistências “culturais” seu principal mecanismo de duração.

Quando a empresa iniciou o processo de apropriação, ainda havia porções de Mata Atlântica para além do “capoeirão”, característico da vegetação que cobria boa parte da região. A mata representava fartura de espécies vegetais e animais. Era fonte de alimento e de onde também retiravam lenha para o fogão, e madeira para construção. A conservação da mata representava ainda a subsistência do ecossistema local do qual dependiam, bem como a manutenção dos ritos e práticas culturais.

Registre-se o fato que além da monocultura de eucalipto, a monocultura da cana-de-açúcar também é uma atividade expressiva na região, ocupando uma faixa significativa.

Memória: a linguagem do silêncio

Memória, segundo a historiadora Luisa Passerini (2005), é o instrumento que ordena e dá significado à vida, conectando diferentes gerações, diferentes tempos e lugares. Outrossim, a memória, por meio da história oral, pode, ainda, privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, as quais como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à memória “oficial”.

As comunidades negras rurais possuem, tão-somente, a memória como prova de sua história de resistência. Diferente de sociedades que têm como embasamento os documentos escritos (nas mais diversas modalidades dos registros de fatos históricos, socioculturais,

sociopolíticos, religiosos, etc.) como forma de manutenção da objetivação de realidades, as “[...] sociedades orais deixam apenas rastros esporádicos e superficiais, transferindo para uma dimensão subjetiva particularidades que podem ser essenciais para a sua existência, as quais não foram jamais documentadas” (CLIFFORD, 1988: 202).

[...] el siglo XX ha sido, por lo general, un periodo de supresión de la memoria que ha prolongado la tendencia a borrar el pasado, tendencia nacida de la crisis de la memoria e de la experiencia que, según Walter Benjamin, es típica de la modernidad (PASSERINI, 2006: 28).

Em sua obra **Memory and Totalitarianism**, Passerini (2005) dá continuidade a essa reflexão, incluindo ao advento da modernidade a construção da concepção de democracia. Essa historiadora postula que a autonomia da diversidade dos discursos é garantida por países ditos “democráticos” de forma puramente ilusória, o que significaria dizer que a retórica da “liberdade de expressão” e o reconhecimento de que ninguém detém a verdade absoluta, institucionaliza o direito a todos à livre expressão de suas próprias verdades, mas não garante, porém, que essas verdades sejam de fato ouvidas.

Essa disputa entre registros escritos e a história oral é travada no campo jurídico do processo de regularização fundiária da comunidade quilombola de Linharinho. No âmbito dos processos jurídicos, o discurso dominante tenta prevalecer, embasado pela ciência, como o citado por representante da empresa em questão no Processo Administrativo realizado em favor da restituição territorial à comunidade, pela Aracruz Celulose (PROCESSO ADMINISTRATIVO, 2005: 1171), conforme excertos comprobatórios a seguir:

São lições de Lídia Luz e Cecília Maria Helm: ...a tradição oral é, muitas vezes, uma construção sociopolítica [...]. Nem sempre o que é politicamente válido o é em termos científicos.

E continua, citando Maria Hilda B. Paraíso:

Quanto ao uso da tradição oral, apresentam-se outros problemas. O primeiro é a falta de credibilidade que se atribui a essa fonte de informação. [...] O grande achado estratégico é encontrar informações na tradição oral que se cruzam e são confirmadas pelas fontes documentais escritas, o que quase nunca ocorre com a frequência desejada.

Entretanto, e apesar das contestações, as “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989) insistem em se propagar no espaço do silêncio – por vezes impenetrável –, e sobrevivem ao tempo e ao esquecimento, sendo transmitidas, informalmente, na esfera familiar e por meio de redes de sociabilidade. Essas vias paralelas de comunicação funcionam como um instrumento de rememoração que (partindo da espacialização dos códigos presentes na interlocução entre o território e a experiência comum) permeiam os vários níveis das redes sociais, garantindo que esses elementos não sejam esquecidos pelo coletivo. Isso ocorre através de articulações culturais que não são necessariamente mediadas pela oralidade. Desse modo, a rememoração da história dessas comunidades negras pode ser contada por meio dos rituais religiosos herdados de seus antepassados, da toponímia, das formas de organização social e das atividades de subsistência, elementos esses imersos num processo sistêmico de códigos comuns, provendo aos membros do grupo o sentimento de pertencimento por meio das experiências compartilhadas pela memória.

A permanência na terra, antes de representar um novo modelo de luta, representa o meio que liga as comunidades negras rurais à sua própria identidade. Segundo Gusmão (2007), é a terra que identifica o homem negro em sua “liberdade” e é na sua relação com esse espaço que esses indivíduos se definem. O rompimento com os territórios “dos antigos” – dos “velhos” – permite o estabelecimento de uma relação traumática com as novas formas de territorialidade, impostas pelo capital. Mas, ao invés de sucumbirem em meio às pressões hegemônico-autoritárias, essas comunidades retomam a memória de resistência. É através da reformulação de pequenos atos cotidianos que esses moradores insistem em corroer as bases do atual adversário, na esperança de que possam novamente libertar a terra que os mantinha “livres”. Essa “liberdade” perdida se constitui na privação dos espaços em que realizavam os seus rituais, onde se encontravam para as festas, de onde tiravam o sustento e reciclavam os saberes. No entanto, em meio ao caos simbólico estabelecido pelos pinheiros simetricamente espalhados/enfileirados sobre seus antigos territórios, os quilombolas rememoram essas experiências em torno daquilo que os constitui enquanto etnia.

Consolidadas por meio da alteridade com uma hegemonia que procura engessá-la sob formas legitimadas e depreciativas de identidade, eles se defendem por meio da única coisa que lhes garante o sentido daquilo que acreditam ser: “ser um lugar”, um sentido encarnado do “pertencer” a algum lugar, na medida em que a terra se torna um elemento vivo que os possui enquanto indivíduos e enquanto coletividade (GUSMÃO, 2007: 145).

Considerações finais

Ao longo da história capixaba, fatos ocorreram que marcaram o imaginário da população local, em seus diferentes contextos sociais.

Durante todo o período antes da Abolição (1888), a população negra, impossibilitada de ter acesso à educação formal, não deixou registros escritos que pudessem elucidar a sua própria interpretação daquele momento histórico, de forma que contamos, atualmente, com formas alternativas de registros históricos que possam ser interpretados à luz da memória contida nas formas de existência dessas comunidades negras.

O breve relato aqui apresentado refere-se à história presente na memória da comunidade quilombola de Linharinho, situada ao norte do Estado do Espírito Santo. Ali, a disputa territorial aciona formas escritas e subjetivas de linguagem e transfere as discussões do terreno fundiário para a esfera acadêmica. Assim, a elite agrária, representada pelos agroempresários, atacam de modo veemente a ideia tida por eles (os agroempresários) como “subversiva” de considerar fragmentos desordenados da memória como prova legítima de aquisição de direitos, enquanto a comunidade mantém viva a história, ainda por ser contada, por meio da não-comunicação, a qual acolhe, através da desordem desses fragmentos, a riqueza de sua história original.

A legitimação da memória oral é uma oportunidade histórica de conhecer o “outro lado” da História, aquele que foi ofuscado ou “apagado”, dando aos que foram outrora silenciados a oportunidade de reescreverem sua História e, assim, nela se inscreverem como atores/ sujeitos sociais. E de fato, somente quando a História oficial passa a ser contada por diferentes testemunhas é que se poderá ter uma pluralidade de vozes, capazes de contestar as versões unilaterais até então validadas pelas instituições Estatais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Maciel de. **Negro Rugério** – farinha de mandioca e chicote. Série História dos Vencidos, Caderno 6. São Mateus-ES: Centro Cultural Porto de São Mateus, Editora Brasil-Cultura, 2001.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. **Terras de preto, terras de santo, terras de índio** – uso comum e conflito. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

ARRUTI, José Maurício P. A. O Quilombo conceitual: para uma sociologia do Art.68. Projeto Egbé – Territórios Negros (KOINONIA), 2002.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Terras Negras: indivisibilidade expropriatória. **Textos e Debates** – NUER, São Carlos-SP, ano I vol. 2, 1991.

BARTH, Fredrik. **Los Grupos Etnicos y sus Fronteras**. Fondo de Cultura Economica, 1976.

CLIFFORD, James. Identity in Mashpee. In: **The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature, and Art** (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988).

_____. Taking Identity Politics Seriously: ‘The Contradictory Stony Ground...’. In, GILROY, Paul; GROSSBERG, Lawrence & MCROBBIE, Angela. (ed.) **Without Guarantees: In honour of Stuart Hall**, p.94-112: London/New York: Verso, 2000.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiteritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ESPÍRITO SANTO (Estado). DLPL 156/02, Assembleia Legislativa. **Requerimento nº114/02**, do Deputado Nasser Youssef e outros, criando uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a ser composta por cinco parlamentares, para no prazo de 90 dias apurar possíveis irregularidades no licenciamento das atividades da empresa Aracruz Celulose S/A,

ocorrido sem observância de normas legais pelos órgãos públicos ambiental e florestal competentes, 2002.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Processo Administrativo nº 54340.000674/2004/14**. Contestação do Relatório Técnico de Identificação, Delimitação Territorial e Reconhecimento da Comunidade Remanescente de Quilombos de Linharinho, Município de Conceição da Barra/ES. Brasília: INCRA, 2005.

FERREIRA, Simone Batista **“Donos do Lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. 2009. 300f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GODINHO, Paula. **Memórias da resistência rural no sul**: Couço (1958-1962). Lisboa: Celta Editoras, 2001.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A Questão Política das Chamadas “Terras de Preto”. In: **Textos e Debates – NUER**, ano I vol. 2, São Carlos-SP, 1991.

_____. Herança Quilombola: negros, terras e direitos. In: BACELAR, J. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Relatório Técnico de Identificação da Comunidade Quilombola de Linharinho**. Projeto Territórios Quilombolas do Espírito Santo. Conceição da Barra: INCRA, 2005.

LEAL, João. **Cerimonial, relações sociais e tempo**: as festas do Espírito Santo nos Açores. 1992. Tese. 325f. (Doutoramento em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências do Trabalho e Empresa, Lisboa, 1992.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, [S. l.], v. IV (2), p. 333-354, 2000.

MENENDEZ, Eduardo. La Enfermedad y La Curación. Qué es Medicina Tradicional. **Alteridades**, [S. l.], p. 71-83, 1994.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. **Diálogos Latinoamericanos**, [S. l.], nº 3. Universidade de Aarhus, 2001.

PASSERINI, Luisa. **Memory and totalitarianism**. New Brunswick. NJ: Transaction Publishers, 2005.

_____. **Memoria y utopía: la primacía de la intersubjetividad**. València: Universitat de València, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, v. 2, nº 3, 1989.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terras**. 2005. 390f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ROMANO, Juliana. **Re-leitura da paisagem na Comunidade Quilombola de Linharinho sob a ótica da Teoria da Percepção: período entre a chegada do eucalipto e o ano de 2005**. 2008. 80f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005. p. 191-226.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Edições Vértice, 1986.

SHERIFF, Robin E. **Dreaming equality** – color, race, and racism in urban Brazil, New Brunswick NJ, Rutgers University Press, 2001.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

O NOSSO @MOR A GENTE INVENTA: PRAZERES VIRTUAIS E AMORES LÍQUIDOS NO (WEB)ESPAÇO

Robson Victor da Silva Araujo¹

Resumo

As pessoas vivem conectadas com milhares de pessoas no mundo virtual, mas ao mesmo tempo, estão ou sentem-se completamente solitárias no seu mundo real. Assim, surge um novo espaço para a prática do prazer, onde pessoas conectadas à rede realizam seus desejos e fantasias mais íntimos. É nas salas de bate-papo que muitas pessoas encontram prazer através do sexo virtual. Para vivenciá-lo, basta apenas uma conexão com internet e cerca de frações de segundos para acessar as famosas salas de bate-papo. São nelas que o internauta adentra em meio a um mundo paralelo, onde a realidade dá vazão ao surreal. Toda a verdade agora é alterável e toda crença contestável. O espaço cibernético tem cenário criativo, onde o protagonista se reinventa a cada criação.

Palavras-chave: Amor; Redes sociais; Contemporaneidade; Relacionamento virtual; Liquidez.

Abstract

People are always connected with thousands of people in the virtual world, at the same time they are and or feel completely lonely in their real world. Thus, it brings a new space for the practice of pleasure, whereas people are connected to the network, so that they can realize

1 Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Aluno do Curso de Direito na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

their innermost desires and fantasies. It is in the chat rooms that many people find pleasure a lot through virtual sex. For experiencing it, some fractions of seconds for an internet simple connection are necessary to access the popular chat rooms. Suddenly, they are the internet enters in the midst of a parallel world, where reality takes all of them way to the surreal space. Now, truth is changeable, and every belief is questionable. In cyberspace they can find a very creative scenario, where protagonists reinvent themselves every creation.

Keywords: Virtual love, Social networks, Contemporary, Social networking, Liquidness.

Provavelmente, em nenhum outro contexto histórico, tantas transformações tenham existido num espaço de tempo tão curto como na atualidade. Tais mudanças foram propiciadas, em grande parte, pelo ingresso cada vez mais decisivo e incisivo das *tecnologias da informação* que alteraram, consideravelmente, a vida cotidiana das pessoas. As mudanças passaram a ser sentidas, então, em nível social e cotidiano, afetando até mesmo as relações de caráter intimista-afetivo. Quer dizer, essas alterações propiciaram novos espaços e regras para o contato com o outro. O espaço virtual tornou-se uma esfera em que formatos originais de vínculos afetivos estão sendo estabelecidos, a exemplo do namoro virtual. Consideremos três casos, escolhidos de maneira aleatória, dentre os hábitos altamente mutáveis de nossa sociedade cada vez mais “plugada”, sem a necessidade de fios, no (web)espaço.

Caso 1 – Em 02 de março de 2006, o *Guardian* anunciou que “Nos últimos 12 meses as ‘redes sociais’ deixaram de ser o próximo grande sucesso para se transformarem no sucesso do momento²”. As visitas ao site My Space, que um ano antes era líder incontestado do novo veículo das “redes sociais”, multiplicaram-se por 6, enquanto o site rival Space.

2 Ver Sean Dodson, “Show and tell online”, *Technology Guardian*, 2 de março de 2006.

MSN teve 11 vezes mais acessos do que no ano anterior, e as visitas ao site Bebo.com foram, de modo excepcional, multiplicadas por 61.

Caso 2 – No filme *Procura-se um amor que goste de cachorro*, Sarah (Diane Lane), divorciada e sozinha há algum tempo, vai a encontros às cegas depois que sua irmã cadastra seu perfil no site PerfectMatch.com e acaba descobrindo o amor ideal. Já em *Kloser – perto demais*, como vingança por ter sido rejeitado, Dan (Jude Law) finge ser Anna (Julia Roberts) numa sala de bate-papo virtual e convida Larry (Clive Owen) para encontrá-la. A partir daí, começa um jogo de amores e desamores.

Caso 3 – Na revista *Época*, de 21 de setembro de 2009, depois de frequentar por 15 meses um site de relacionamentos, o jornalista mostra como a web transformou a arte da sedução. Em *Minha vida amorosa na internet* vemos a configuração do amor nos tempos da internet. De uma atividade pouco valorizada e vista com desconfiança, os sites de namoro pela internet se tornaram em fato inconteste na vida contemporânea.

Longe de ser uma ferramenta para pessoas desajustadas ou para gente esquisita, o que podemos perceber nos três casos apresentados acima é que a internet pode dar um novo dinamismo à vida social e aos relacionamentos afetivos. Os sites de relacionamento, as redes sociais e as salas de bate-papo funcionam também como um espaço de busca e de garantias de relacionamentos prazerosos (ou amorosos, por exemplo).

Neste artigo, propõe-se trazer para discussão o espaço virtual enquanto lugar de prazer. Igualmente, busca-se – por intermédio de um estudo sobre namoros virtuais – descrever como a internet vem promovendo e provocando mudanças nos relacionamentos afetivos no ciberespaço e examinar essas práticas amorosas tais quais são vivenciadas atualmente. Para que se possa compreender o método utilizado no estudo virtual das questões apresentadas neste trabalho, torna-se necessário compreender a técnica utilizada pela etnografia no campo do ciberespaço.

De conformidade com os estudos do antropólogo francês Pierre Lévy (1999) sobre tal assunto, registramos, a título de ilustração, o postulado seguinte:

O ciberespaço (também chamado de rede) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (LÉVY, 1999: p. 17).

A pesquisa parte do pressuposto segundo o qual as salas de bate papo e as redes sociais correspondem, na verdade, a formas de *relacionamentos líquidos*. Então, através da análise desse *corpus* objetiva-se compreender as circunstâncias singulares das redes virtuais nas formas de experimentar o “prazer” no mundo virtual. Foi feita uma análise e estudo da problemática a partir de procedimentos que privilegiaram esta pesquisa, orientada para o caráter qualitativo.

Ao longo do estudo, estivemos convictos da importância de se deter não só na análise das salas de bate-papo e dos sites de relacionamento que, decerto, revelaram determinados tipos de práticas amorosas, mas também revelaram a fragilidade dos laços humanos propriamente vividos por aqueles que têm um namoro virtual. Foram importantes as contribuições da sociologia e da psicanálise, para se apreenderem os sentidos e percepções fornecidos pelos próprios internautas. Por isso, neste trabalho elegem-se as práticas e representações que detêm os usuários no espaço virtual a respeito do “amor” no namoro virtual. Em síntese, a pesquisa, por meio de uma descrição etnográfica, ocupou-se das análises na contemporaneidade sobre os vínculos afetivos para dar conta daquilo que o espaço virtual nos revelou sobre o comportamento fluido e efêmero na rede.

O *Webespaço* possibilita novas formas de expressão. Tornou-se um espaço em que grupos ligados por afinidades têm para desenhar

trechos de *práticas de si*. Ou melhor, são espaços em que se pode falar e compartilhar sentimentos, angústias, dores, alegrias, dissabores, prazeres, etc.

A metáfora da “liquidez” utilizada pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2001) explicita de forma clara a dinâmica com a qual, não só as relações humanas, mas o campo econômico e político se apresentam no que ele próprio chama de “Modernidade Líquida”. Fluídos não resistem às pressões e são instáveis. Assim, analogamente, referindo-se à sociedade atual, esse sociólogo polonês utiliza essa instabilidade líquida para demonstrar a exacerbação de valores como individualismo, transitoriedade, angústia, instantaneidade (o episódico), ambivalência e principalmente o consumismo.

Essa “fluidez” associada à sociedade contemporânea tem suas consequências nas relações afetivas. Os laços humanos, como sistemas abertos, são marcados pela vulnerabilidade e efemeridade, já que num mundo movido pelo novo a cada minuto, lógica fortemente apoiada no consumismo, os longos e fortes laços não têm sentido algum. Paradoxalmente, segundo Bauman (2004), mesmo diante de tendências tão individualistas, as pessoas não deixam de procurar a interação, companheirismo e porque não dizer, amor, no relacionamento uns com os outros:

[...] homens e mulheres, nossos contemporâneos, desesperados por terem sido abandonados nos seus próprios sentidos e sentimentos facilmente descartáveis, ansiando pela segurança do convívio e pela mão amiga com que possam contar em um momento de aflição, desesperados por “relacionar-se”. É, no entanto, desconfiados da condição de “estar ligado”, em particular de estar ligado “permanentemente”, para não dizer eternamente, pois temem que tal condição possa trazer consigo encargos e tensões que eles não se consideram aptos nem dispostos a suportar, e que podem limitar severamente a liberdade de que necessitam para – sim,

seu palpite está certo – relacionar-se [...] (BAUMAN, 2004: p.08).

Se antes a satisfação pessoal deveria ser renunciada em determinados casos em prol do bem coletivo, na atualidade a tendência é o individualismo. A lógica da descartabilidade emerge da uma sociedade em que tudo pode ser consumido. Ora, se tudo pode ser consumido como um bem, adquirido por meio de uma escolha (em meio a várias possibilidades), certamente os grandes e duradouros laços dão lugar às relações efêmeras.

Tal prática de ruptura com a solidez oriunda dos laços tradicionais ocorre de maneira radical, pois se deve ao desejo de romper com a obrigatoriedade da “família perfeita” imposta por anos. Mas, apesar desse contexto de descompromisso, em que tudo é descartável, o ser humano ainda busca relacionar-se. O medo e a solidão, características indissociáveis do “líquido mundo moderno”, provocam a necessidade de se “ter alguém” e de experimentar o que o prazer pode provocar. E como imediato, o “homem líquido” sai de um relacionamento a outro, em busca de emoções e não mais de estabilidade.

Nas relações amorosas, todas essas tendências da sociedade líquida se refletem em características muito presentes na maioria dos relacionamentos. A insegurança, a transitoriedade e ao mesmo tempo a demonstração de sentimentos como a paixão, contribuíram para uma maior recorrência às emoções como o ciúme, traições e conseqüentemente levam a fracassos consecutivos na busca por um “parceiro ideal”.

Certamente, tais sentimentos sempre existiram nas demonstrações de afeto dos seres humanos; eles fazem parte da natureza psicológica humana que é instável e acima de tudo humana de todos. No entanto, a evidência cada vez maior da frequência de tais sentimentos está fortemente associada ao estilo de vida e de relacionamentos praticados na sociedade consumista moderna:

E assim é uma cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço (BAUMAN, 2004: p. 21-22).

“À semelhança” das escolhas que se faz na sociedade consumista, os relacionamentos assumem um caráter de mercadorias, já que tudo o que se consome faz parte de um grande número de possibilidades, “a gosto do freguês”. As relações podem ser escolhidas, consumidas, usufruídas e igualmente descartadas.

Nos últimos tempos, um ambiente que contempla esse estilo de viver, de ser e de consequentemente se relacionar da sociedade líquida, vem se tornando um espaço em que as possibilidades são infinitas, as escolhas inúmeras e onde é possível amar, sofrer e acima de tudo se relacionar – no ciberespaço.

Se antes, para se apaixonar por uma pessoa era necessário conhecê-la pessoalmente e criar vínculos de afeto, hoje, esses encontros e vínculos acontecem especialmente no ambiente do ciberespaço. Os sites de relacionamento e as redes sociais em geral proporcionam a conexão entre indivíduos localizados em diferentes contextos espaciais, sociais e culturais. A pessoa amada pode ser encontrada na tela do computador durante conversas virtuais.

Além da interatividade promovida pelos usuários da internet, surgem consequências sérias decorrentes do excesso de exposição

e confiança. A controvérsia sobre se um envolvimento virtual é ou não traição, pode parecer uma discussão quando se dá no âmbito das interações virtuais. Porém, alguém que descobre seu parceiro trocando elogios, carinhos e admirando outra pessoa na internet pode sofrer e sentir que foi vítima de grande deslealdade.

Por outro lado, a possibilidade de um encontro virtual com alguém distante, selecionado de acordo com características, gostos e personalidades afins, dentre uma infinidade de escolhas e ainda com a garantia de acabar tudo com apenas um “clic”, parece maravilhoso em uma sociedade em que até mesmo as relações duram enquanto são vantajosas, até algo novo, inesperado e mais interessante ocorrer. Mas, paixão e amor eterno são expressões que parecem não combinar com a tão falada lógica da descartabilidade, evidenciada nas formas de relacionamentos rápidos, em que as emoções são vivenciadas e experimentadas no momento em que surgem, instantaneamente.

Essa é mais uma dentre as muitas contradições da sociedade líquida em que tudo é transitório. O medo de se envolver e a expectativa do novo a cada segundo, não apagam a busca pelo afeto, ou pela tão almejada felicidade. Parece tratar-se de mais um discurso em nome da preservação da felicidade e demonstração do terror que causa a ideia de um amor fadado a ter um fim. O discurso do amor eterno continua a ter espaço na sociedade moderna, ao lado do desejo fortemente ligado à lógica consumista.

Desejo e amor encontram-se em campos opostos. O amor é uma rede lançada sobre a eternidade, o desejo é um estratagema para livrar-se da faina de tecer redes. Fiéis a sua natureza, o amor se empenharia em perpetuar o desejo, enquanto este se esquivaria dos grilhões do amor (BAUMAN, 2004: p. 25).

Se no passado o casamento sacramentava aos olhos da sociedade o amor eterno, os laços desamarrados da modernidade líquida necessitam dessas manifestações momentâneas de paixão. “Que seja eterno enquanto dure” – cunhada de Vinícius de Moraes – é a frase que permeia o amor líquido, já que os laços levemente amarrados já não prendem os casais até que a morte os separe.

A independência feminina e a mudança de valores da sociedade desobrigaram os casais a convivência eterna. Por isso faz-se necessário a contínua conquista para perdurar um relacionamento. E quem estará disposto a buscar essa admiração permanente, se é tão mais fácil esse interesse ser despertado por outras pessoas? Isso justificaria o relacionamento momentâneo, que não busca o apego, a certeza de viver o amor pelo tempo que as sensações durarem. É a busca pelo relacionamento plugado, conectado, que a qualquer momento se pode pressionar uma tecla, puxar o cabo e desligar.

As pessoas vitimadas pelas fragilidades da liquidez moderna vivem relações envolvidas pelo medo: o medo de se magoar, de se decepcionar e por isso vivem relacionamentos contidos, sem grande aprofundamento. É a relação paradoxal “[...] dos prazeres do convívio e dos horrores da clausura” (BAUMAN, 2004: 12). Certamente, as redes parecem inaugurar um novo espaço de *expressão de sentimentos*. No caso das salas de bate-papo, através das redes sociais e dos sites de relacionamentos aqui pesquisados, foi possível apreender, em certa medida, maneiras de praticar o “prazer”. Tendo isto em vista, depreende-se que o espaço virtual é esse local onde os usuários revelam enredos sentimentais e amorosos, expondo também, através de *ficções virtuais*, suas práticas de “amor”.

1. As relações amorosas no ciberespaço

É madrugada e você acabou de entrar numa sala de bate-papo virtual. Dentro dessa sala de bate-papo você pode experimentar um

diálogo com várias pessoas para ver quem se adéqua ao seu interesse, antes de decidir quem vai ser escolhido para ir ao MSN. Note-se que em certos casos os encontros no MSN não são necessariamente a dois, podendo-se criar uma rede de parceiros ali também. Tudo depende do gosto de cada um.

Nas salas de bate-papo pessoas vão encontrando parceiros pelas madrugadas afora que jamais conhecerão pessoalmente, mas que conhecem seus desejos mais secretos, desejos que jamais poderiam ser revelados para um(a) parceiro(a) “real”. E se são revelados para os(as) parceiros(as) virtuais, isso se deve ao fato de que existe a proteção do anonimato garantido pela telinha do computador.

E é dessa prática, protegida pelo anonimato, que vai derivar toda a experiência ousada que as pessoas têm tido, mergulhando o desejo em águas no mínimo turvas. De várias maneiras, entra-se num *site* de bate-papo, onde se pode escolher parceiros(as) por ordem de suas fantasias e de desejos, deparando-se em um primeiro instante com categorias de preferências, tais com: fetiches, sexo brutal, sexo com amor, casados, *gays*, lésbicas, maduros, *swing*... E por aí vai. Desse primeiro encontro, em geral coletivo e apimentado, quando se quer experiências mais fofas, passa-se, em seguida, para o MSN, onde através de uma câmera (ou não) pode-se começar uma relação a dois, mais íntima e mais ousada ainda.

O que interessa neste estudo é o que acontece nesses momentos onde os parceiros se encontram, guiados pela total liberdade de praticar tudo o que quiserem, sem o menor risco de doenças venéreas, de compromisso de gênero, de moral, de ética ou seja lá do que for. É nesse terreno virtual que se vai instalar o reino da liberdade absoluta de se poder ser o que se bem quiser, de experimentar o que se desejar, da forma como quiser, sem os freios da civilidade catalogada por Freud como repressiva.

Ali se pode ser mulher sendo homem, ser homem sendo mulher, ser magro sendo gordo, ser ativo sendo passivo, ser solteiro sendo casado, ser rico sendo pobre, ser brutal sendo doce, ser atirado ou ousado sendo tímido, ser bonito sendo feio. Pode-se ser tudo o que quiser e fazer o que melhor desejar. Tem uma fantasia que jamais praticaria na vida real? Aqui qualquer um(a) está liberado(a) de quaisquer limitações. Deseja fazer amor violentamente? Fará. Quer ser tratada como uma “virgenzinha” assustada seduzida pelo garanhão? Será. Quer ser levada ao delírio numa espécie de *kama sutra* virtual que jamais faria com o marido? Delirará. Sendo homem, quer se tornar virtualmente uma mulher nas mãos de um tarado que quer possuir alguém freneticamente? Será. Quer trair o namorado, o marido, a esposa? Trairá. Tudo isso é possível de ocorrer sem consequência direta alguma.

Poderá se deleitar num mundo livre da culpa e das limitações biológicas comuns ao ser humano. Pode-se navegar em terras desconhecidas, ao bel prazer, sem que ninguém saiba, sem que ninguém julgue. Trancado(a) dentro do quarto escuro, com portas fechadas, podem-se abrir as portas do desejo ao mais inusitado descontrole que puder suportar.

E sobre as consequências? Elas vêm indiretamente. Afinal, não se pode gozar de uma liberdade virtual total sem querer que ela não se estenda para o mundo “real”. Ao menos uma parcela dessa liberdade terá que existir, senão você se tornará um viciado incurável na arte de amar apenas virtualmente.

E o que pode acontecer de bom? Primeiro, pode-se começar a experimentar uma certa liberdade na vida “real” ao perceber que muitas pessoas são “iguais” a quaisquer outras, querem ou buscam as mesmas coisas e vivem em universos tão estranhos quanto o de uns e outros. Afinal, o iniciante não é o único. Poderá, aliás, participar a sua esposa, namorada ou amante das novas possibilidades abertas e apreendidas no mundo virtual. Deixará alguns tabus para trás, abrindo as comportas do

desejo reprimido para fora de si mesmo, indo ao alcance do outro, talvez liberado pela mesma experiência que teve na internet.

E o que pode acontecer de mal? O iniciante pode se acomodar a uma experiência fácil, fria, destituída da vivência corporal real, prejudicando mais ainda suas relações “reais”. Criando um afastamento mais e mais perigoso, transformará sua sexualidade numa rua de mão única, acabando por limitá-la cada vez mais. Como o adolescente tímido que prefere se masturbar a se esforçar por conquistar a menina de seus sonhos.

Outra questão cheia de contradições é que várias pessoas têm encontrado, através da internet, parceiros(as) para ter relações afetivo-sexuais “reais”. O vínculo se dá inicialmente de forma virtual e, depois de um tempo, quando ambos se sentem confiantes, partem para se conhecerem e se amarem no mundo “real”. Esse número tem crescido ao longo dos anos.

Há histórias de casamentos reais que acontecem em decorrência de relações iniciadas no mundo virtual. Embora nalguns casos essas relações naufraguem, noutros pode surgir a possibilidade de uma relação rica e duradoura. Nessa situação específica, a rede seria uma espécie de facilitadora do primeiro contato. E esses contatos não se restringem à mesma cidade ou país, podendo ser de alcance internacional, ampliando assustadoramente o leque de possibilidades de relacionamentos. Todavia, causa-nos estranheza, por exemplo, ver em determinada *lan house* grupos de pessoas se comunicando com estranhos do outro lado da tela e simplesmente frios e indiferentes em relação às pessoas à sua volta, com quem poderiam tentar uma comunicação. Mas o que ocorre está de acordo com o que mencionamos acima, ou seja, a questão do anonimato facilita o contato com o estranho, enquanto o contrário dificulta.

Um novo mundo vem sendo aberto para as relações humanas. Da sociologia à psicanálise, alguns teóricos têm procurado compreender o que se passa nesse universo. Indiferentes às teorias e carentes de contato

com outras pessoas, o ser humano tem se dirigido à tela de seu computador para experimentar algo novo, ainda desconhecido, embrionário e ao mesmo tempo algo que tem se transformando rapidamente: as múltiplas possibilidades do desejo e do afeto virtuais. O contato com o outro na esfera da virtualidade se expande para além dos códigos interpretativos do passado recente. O amor e o desejo estão ganhando uma nova cara. Estamos vendo. Mas, na verdade, ainda não vimos nada.

Esse formato de vínculo amoroso contemporâneo distingue-se dos precedentes por ser aquele constituído e, posteriormente, mantido a partir da mediação da rede de computadores. Essa é uma das razões pelas quais ele pode ser considerado *virtual*, quer dizer, o meio pelo qual os relacionamentos se mantêm ou se constroem é marcado pela virtualidade.

É nesse sentido que essa relação virtual é *desterritorializada*, “[...] capaz de gerar diversas manifestações concretas em diferentes momentos e locais determinados, sem, contudo, estar ele preso a um lugar ou tempo em particular” (LÉVY, 1999: p. 47). Em outras palavras: mesmo sem ser possível afixá-las em nenhuma *coordenada espaço-temporal*, nas salas de bate-papo os sentimentos e prazeres manifestos pelos que os vivenciam são “reais”. Eles “existem” sem a necessidade da *presença física imediata*, pois há uma espécie de *desprendimento do aqui e agora*. Os casais que usam as salas de bate-papo mediado pela internet existem um para o outro mesmo estando em espaços e tempos diferentes.

Como foi possível depreender da descrição acima, reitera-se: apesar de virtuais e desterritorializados, essas práticas não são imaginárias; ao contrário, elas são capazes de produzir efeitos concretos, sólidos, palpáveis na vida *real-presencial* dos envolvidos.

2. Que seja infinito enquanto dure: do amor cortês ao amor na web

O amor cortês é fruto da sociedade de corte, que data do período medieval pós-século XII. Os principais aspectos do amor cortês são: a relação do sofrimento com o amor-paixão e a laicização do objeto de

amor. O sofrimento do amor cortês está relacionado à posse do objeto de desejo carnal, que é renunciada para se chegar à felicidade. As sementes da melancolia e da martirização do amor romântico estão aqui presentes, pois “[...] o amor cortês preparou as condições culturais para explosão do amor romântico séculos mais tarde” (COSTA, 1998: p. 58).

Uma transformação fundamental desse período, responsável pela ruptura de alguns ideais da mística católica, comum à tradição clássico-medieval, foi o resplandecer da figura da mulher como objeto de contemplação e desejo, em substituição à imagem de Deus. Por ocasião disso, o vocabulário sentimental foi enormemente enriquecido a partir de uma nova linguagem, repleta de metáforas, que vai, mais tarde, marcar o romantismo.

O amor romântico surge da crise da sociedade de corte, segundo o pensamento de Norbert Elias (1993). O processo civilizador provocou uma reação à rigidez das regras do modo de vida cortês, baseado em exigências de civilidade, que obrigavam os sujeitos a um controle de si até então desconhecido. Os nobres rurais, para desfrutar de certas regalias e manter suas posições de prestígio, eram levados a abrir mão de manifestar o que sentiam ou pensavam. Mas parte desses homens rebelou-se a partir de ações nostálgicas de retorno ao campo, onde a vida era mais simples e bela (COSTA, 1998). A sociedade de corte ensinou os homens a serem requintados e comedidos e a “manter as aparências”. E este foi seu maior legado até hoje, apesar das reações dos nobres rurais, vinculadas ao emergente ideal de liberdade, que será associado ao amor romântico a partir de meados do século XIX.

O ideal de amor romântico traz uma série de novos elementos que denotam um reordenamento da vida emocional cotidiana. O amor é sublimado e tende a colocar em segundo plano o amor-paixão, marcado pelo ardor sexual e condenado pela Igreja. A pessoa amada é dotada de características peculiares que a tornam “especial”, e a realização desse amor torna a vida “completa”. A figura da mulher é enaltecida e

idealizada, a partir do que podemos chamar de “invenção da maternidade” e “criação do lar”. Os papéis sociais passam a ser bem marcados, dando margem para o surgimento da “esposa e mãe”, imagem feminina que reflete a dicotomia de gênero, afirmada nas atividades e nos sentimentos. Os “mistérios” da condição de mulher, incompreensíveis e atraentes aos homens, também são criados nessa atmosfera dual (GIDDENS, 1993).

Pela primeira vez a maternidade é associada à feminilidade, sendo elas (maternidade e feminilidade) qualidades da personalidade feminina (GIDDENS, 1993). A promoção do amor é responsabilidade da mulher, cabendo a ela despertar esse sentimento no homem, encaminhando o casal à perfeita plenitude. À mulher é conferido o poder de encantar, sublimar, utilizando artifícios até então desconhecidos – ou apenas não legitimados –, como o olhar, o sorriso, o toque sutil, o rubor e até o silêncio (CORBIN, 1997). As armas femininas estão no plano da beleza e da suavidade.

Embora o ideal de amor romântico estivesse profundamente enraizado no domínio masculino dos homens sobre as mulheres, pois a figura da mulher estava restritamente associada ao lar e ao isolamento do mundo exterior, o poder de sedução feminino vem trazer certa autonomia diante da privação. No crescimento e na consolidação das amizades femininas, as mulheres são levadas a desenvolver novos domínios da intimidade que, além de conferirem certo consolo e cumplicidade, permitiram uma liberdade do sentir e do falar em relação aos seus mais íntimos desejos e sentimentos (GIDDENS, 1993).

Em contrapartida, aos homens não foi conferida essa liberdade de expressar seus sentimentos e suas emoções. Os homens são coagidos a reprimir seus afetos, suas emoções, e a não estabelecer laços mais íntimos com outros homens. O ideal de virilidade associado ao universo masculino, no qual o homem é a figura máscula, o provedor econômico e o chefe da família, não é compatível com atitudes sensíveis, tais como o choro, o lamento e a confidência, nem com envolvimento que pudessem

colocar em dúvida o seu potencial de dominador e a sua heterossexualidade.

A ascensão da mulher no espaço público, sua consequente emancipação, as mudanças nas relações de trabalho e de produção e as transformações ocorridas no campo familiar têm colaborado para que esse ideal de masculinidade seja transposto. Contudo, ainda é longa a caminhada na superação do machismo, assim como no rompimento dos mais variados estigmas sustentados pela sociedade ocidental. O estereótipo do “machão” vai se dissolvendo lentamente, conferindo aos homens uma maior liberdade para expressar suas emoções, e assim, possibilitando a construção de uma igualdade de gênero.

3. Das mudanças de amores: ganhos e perdas na arte de amar

Nesse cenário de mudanças próprio do século XX, em que a autonomia sexual feminina cresce, as ideias de amor romântico começam a se dissolver. A identificação projetiva, necessária para que as partes sintam-se atraídas e unam-se “para sempre”, perde o sentido com o desenvolvimento da intimidade. Na medida em que as diferenças entre a masculinidade e a feminilidade vão perdendo força, surgem condições para o amor confluyente.

O amor confluyente é um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” da idéia de amor romântico. “A sociedade separada divorciada” de hoje aparece aqui mais como um efeito da emergência do amor confluyente do que como sua causa. Quanto mais o amor confluyente consolida-se em uma possibilidade real, mais se afasta da busca da “pessoa especial” e o que mais conta é o relacionamento especial (GIDDENS, 1993: p. 72).

Entende-se que um relacionamento baseado no denominado amor confluyente pressupõe a reciprocidade na doação e no recebimento emocional. Os parceiros devem estar em igualdade de condições para manifestar preocupações e necessidades de um em relação ao outro, o que os torna vulneráveis a esse outro. Em se tratando dos homens, eles apresentam mais resistência a essa condição de vulnerabilidade, em grande parte devido à natureza das coações já citadas acima. No entanto, a partir do momento em que esse estado vulnerável é reconhecido, tornam-se visíveis os avanços trazidos pelo amor confluyente na superação da dicotomia de gênero (GIDDENS, 1993).

O amor confluyente, além de contribuir para a dissolução dos estereótipos de “mulheres respeitáveis” *versus* “mulheres desfrutáveis”, não se compromete com questões relacionadas à monogamia. Mas a exclusividade sexual pode ser negociada em benefício do relacionamento, ou seja, só existirá monogamia se os parceiros considerarem-na desejável ou essencial (GIDDENS, 1993). Essa forma de conceber o amor é ainda emergente, já que boa parte dos relacionamentos do século XXI segue o ideal de amor romântico, ainda que se trate de uma adaptação para a realidade de hoje. As mulheres não são mais associadas estritamente ao espaço privado, ligado ao lar e à família, mas ainda são vistas com ares contemplativos. O amor confluyente está dissolvendo a idéia de que há “mulheres para casar” e “mulheres para transar”. Contudo, essa associação ainda existe, e uma prova dela está no fato de muitas garotas temerem transar na primeira noite, com receio de que o garoto vá “pensar mal” delas.

O ideal de amor romântico ainda permeia grande parte dos relacionamentos, embora tenha sido relativizado pelas transformações nas relações sociais dos últimos dois séculos. Hoje, os indivíduos querem a liberdade oferecida pelo amor confluyente sem perderem a dose de eternidade e intensidade, próprias do amor romântico. Todos buscam um relacionamento, mas ninguém quer perder a sua individualidade. Em nenhuma outra época buscou-se tanto o “relacionar-se”. Igualmente, nunca

houve em época alguma tantos relatos de pessoas infelizes, insatisfeitas, incompletas, frustradas, ainda que sedentas de relacionamentos.

Nesse sentido, amar é estabelecer laços, mas também deixá-los frouxos, para que a vulnerabilidade não seja total e o sofrimento não seja tão grande no caso de um rompimento. Esse é o “amor líquido” de Bauman (2003), um amor baseado na constante atração e repulsão, um amor que traz a segurança ao indivíduo, enquanto ser independente e auto-suficiente, e a insegurança aliada à ansiedade de nunca estar com alguém “por inteiro”, de nunca alcançar “o prazer total”, de nunca ultrapassar a barreira da superficialidade.

Na obra “Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos”, Bauman (2003) revela o seu descrédito no ser humano do século XXI enquanto um ser capaz de “se entregar por amor” e, assim, de viver profundamente esse sentimento. O indivíduo pós-moderno é fruto da modernidade líquida, marcada por relações fluidas e efêmeras, rápidas e intensas, realizadas na livre e imediata sociedade moderna atual.

E assim é numa cultura consumista como a nossa, que favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação instantânea, resultados que não exijam esforços prolongados, receitas testadas, garantias de seguro total e devolução do dinheiro. A promessa de aprender a arte de amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a “experiência amorosa” à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas as características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço (BAUMAN, 2003: p. 21-22).

Ao citar o termo “a arte de amar”, Bauman está se referindo à obra de Erich Fromm, que tem o mesmo título. O pensador pós-moderno sugere que mesmo Erich Fromm, com o seu otimismo bem-intencionado

em relação à crença no amor, enquanto um sentimento particularmente humano, de caráter transformador e iluminador, admite que “A satisfação no amor individual não pode ser atingida sem a humildade, a coragem, a fé e a disciplina verdadeiras [...] em uma cultura na qual são raras essas qualidades” (FROMM, apud BAUMAN, 2003: p. vii). Assim, atingir realmente a capacidade de amar é uma conquista muito rara, que transcende as experiências “afetivas” de superfície.

Na teoria de Bauman, os atores sociais da modernidade líquida temem ao mesmo tempo a vulnerabilidade e a assombrosa fragilidade do amor. Penetrar nesse terreno incerto, onde é necessário compreender, ceder e muitas vezes subjugar as próprias vontades, significa, para eles, quase uma tarefa suicida. O preço a ser pago pela construção de um relacionamento amoroso baseado em ideais que ameacem a integridade do indivíduo, enquanto ser individual, livre e relativamente seguro em sua redoma anti-envolvimentos-profundos, é muito caro e, assim, não vale a pena.

Entre as análises de Giddens e de Bauman sobre o amor na atualidade há um abismo. Giddens poderia ser considerado um otimista, enquanto Bauman, um pessimista. Mas qual dos dois se aproxima mais da realidade? O que significa amar nos dias de hoje?

Os relacionamentos da modernidade líquida, como Bauman (2001) mesmo destaca, edificam-se no duplo e ambíguo movimento de atração e repulsão, nos quais se ganha por um lado e perde-se por outro. Mas, se analisarmos a história do amor e da intimidade, no Brasil (e no mundo ocidental), não chegaremos à conclusão de que sempre foi assim? Nos “áureos tempos” do romantismo, os casamentos eram “para sempre”, cabendo às partes envolvidas conformarem-se com a situação. Em compensação, os homens encontravam incomparável prazer na contemplação das mulheres como objetos de desejo, e elas se sentiam acariciadas e valorizadas pelas gentilezas e pelos galanteios da corte masculina.

No início do século XX, quando a mulher conquistou o direito ao voto e à condição de cidadã, o divórcio se tornou uma prática cada vez mais comum, dissolvendo os ideais de eternidade e unicidade, próprios do amor romântico, provocando também uma abertura no terreno masculino. Aos homens, foi permitida uma maior liberdade de demonstrarem suas emoções, sem que essa sensibilidade correspondesse à manifestação de traços homossexuais enrustidos. Contudo, essa época de drásticas mudanças foi também marcada por muito preconceito, de ambas as partes, além de uma disputa acirrada entre os gêneros, na qual as feministas mais radicais, com sua peculiar intransigência, defendiam que as mulheres eram seres superiores aos homens, dignas de dominarem o mundo.

Em pleno século XXI, mais uma vez, a lei de “ganha-se por um lado e perde-se por outro” repete-se. Há uma imensa liberdade amorosa para ambos os sexos. A cada um foi conferido o direito de escolher o parceiro que melhor lhe convier e de optar pela relação que melhor corresponda às suas necessidades e anseios, tanto no plano afetivo quanto no plano sexual. Porém, os padrões do amor foram rebaixados, já que a quantidade de experiências amorosas tem mais valor do que a qualidade oferecida por elas, e a satisfação dos indivíduos com essas experiências vem se tornando cada vez mais efêmera.

Então a súbita abundância e a evidente disponibilidade das “experiências amorosas” podem alimentar (e de fato alimentam) a convicção de que amar (apaixonar-se, instigar o amor) é uma habilidade que se pode adquirir, e que o domínio dessa habilidade aumenta com a prática e a assiduidade do exercício. Pode-se até acreditar (e freqüentemente se acredita) que as habilidades do fazer amor tendem a crescer com o acúmulo de experiências; que o próximo amor será uma experiência ainda mais estimulante do que a

que estamos vivendo atualmente, embora não tão emocionante ou excitante quanto a que virá depois (BAUMAN, 2003: p.19).

A teoria de Bauman tem o mérito de constatar a fragilidade dos laços humanos na ansiosa e frenética modernidade líquida, na qual o amor está nas prateleiras das grandes multinacionais, podendo ser comprado ou rifado como qualquer outra mercadoria. Mas ele se equivoca ao determinar essa forma de amar como a incontestável e dominante. Como a maioria dos pós-modernos, ele é apocalíptico e incisivo em sua análise, não dando margem para relativizações. Ao expressar suas ideias com grande objetividade e difundi-las de forma alarmante, parece que Bauman segue com destreza o ritmo dessa nova ordem social que ele mesmo tanto critica.

Embora nas relações amorosas, assim como nas relações sociais de uma maneira geral, vejamos refletidos os ideais de uma sociedade capitalista, consumista e globalizada, essas mesmas relações não operam a partir de ações e reações estanques, carregadas de alto teor de objetividade e clareza, como propõe Bauman (2008). Os indivíduos são seres altamente subjetivos e bastante inconstantes no que diz respeito ao uso da sua racionalidade. Da mesma forma que somos (também) racionais em terrenos altamente emocionais, como o dos relacionamentos amorosos, somos emocionais em áreas da nossa vida que nos exigem atitudes mais racionais, como no campo profissional, por exemplo. Torna-se muito difícil separar esses dois impulsos, e esse é um dos aspectos que torna a vida em sociedade tão complexa e confusa, ainda que passível de compreensão.

4. Nas salas de bate-papo: prazeres inventados na era virtual

Em *Sem Fraude, Nem Favor*, o psicanalista Jurandir Freire Costa (1998), professor do Instituto de Medicina Social da Universidade

Estadual do Rio de Janeiro, reúne todo um estudo sobre o amor romântico, desde os tempos da Grécia Antiga até os dias atuais. Se já foi apregoadado o fim das ideologias e o fim da própria História, seria, desta vez, o momento de enunciar também o fim do amor?

De acordo com Costa (1998), ao longo da História o amor esteve sempre inserido numa determinada ideologia, que direcionava seu foco de atenção. Na Grécia antiga, ele estava a serviço da verdade, da *polis*. A cidade intervinha nesse sentimento, que não podia ser autônomo como o concebemos hoje. Com a expansão do Cristianismo, a virtude foi desviada do mundo terreno e conduzida para a Cidade de Deus, como pregava Santo Agostinho. Uma época de abandono dos interesses mundanos da cidade. Um amor ideal era exaltado.

Com a chegada da cultura burguesa, buscou-se um amor harmônico com a sociedade que se organizava. Como aponta Costa (1998), as correntes rousseauianas concediam o amor apaixonado, eufórico, mas que depois viesse a se tornar mais sensato, cristalizado, voltado para a família. No mundo atual, com a descrença em grandes ideais coletivos, a humanidade, colocou a satisfação individual como o caminho para a felicidade. O único caminho.

O amor romântico se tornou a última porta para o homem encontrar a auto-realização. Centro de muitas expectativas, o amor foi colocado numa posição idealizada, tomando uma aura perfeita e eterna. “Como ninguém consegue preencher a contento tais papéis e funções — a não ser precariamente e por um pequeno período —, as expectativas idealizadas são sempre frustradas e o resultado é a oscilação entre a total descrença na possibilidade de amar e um culto cego ao romantismo” (COSTA, outubro de 1998 – Conferência 3º Fórum de Psicanálise do Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação).

No entanto, este fato não representa um impedimento para a realização das fantasias que percorrem nossas mentes, por mais moralismos que possam ocupar no mesmo espaço. Existe hoje uma

“banalização do novo”. O bom é o novo, quando o novo deixa de ser novo perde a graça e precisa ser substituído. “As pessoas não querem mais compromissos. Elas não olham mais para os outros como alguém com quem quisessem construir uma história de parceria, de ternura – tudo aquilo que o amor tem de mais elevado”, (COSTA, outubro de 1998 – Conferência 3º Fórum de Psicanálise do IBMR). Do ponto de vista desse autor, tendo como base suas pesquisas sobre o assunto em questão, as pessoas se mostram abertas ao amor, contudo dizem encontrar barreiras. Elas sentem medo de seu amor não ser retribuído, correspondido pelo(a) parceiro(a) com a mesma intensidade. Verifica-se hoje um grande estado de apatia e de descrença das pessoas em relação ao amor.

Em tempos de consumismo, o importante é ganhar dinheiro para adquirir todos os produtos que as indústrias jogam no mercado. Todos buscam uma vida mais confortável. Para ganhar dinheiro é preciso também trabalhar cada vez mais. Esta corrida contra o tempo nem sempre dá espaço para o ser humano usufruir todos os prazeres da vida que tanto aspira.

A “falta de tempo” é um problema na vida de milhões de pessoas na atualidade. As consequências são as mais diversas e interferem no cotidiano como um todo. Muitas famílias são afetadas: no horário do almoço, por exemplo, ocasião em que as pessoas se sentam à mesa para vivenciarem uma das tradições de socialização entre pais e filhos, por meio desse tipo de comunhão, hoje se torna cada vez mais raro. Os tempos contemporâneos impõem-nos a condição de que não adianta remar contra a maré. O importante é se adequar a eles, mesmo em face de todas suas dificuldades e desilusões, pois disponibilidade de tempo nem sempre significa desfrutar de seu bom aproveitamento.

Ainda no que diz respeito ao amor em nossos tempos, Costa (1998) afirma que a crença nesse sentimento está com seus dias contados. Para esse autor, o ideal de amor que nós absorvemos, gerações após

gerações, é aquele herdado do Romantismo, cultuado pelos adiamentos, inebriado pelos devaneios, esperanças no futuro, pleno das lembranças de todos os passados. E é este amor, com estas características, que se contrapõe à “paixão pelo efêmero”, presente nos dias atuais. Não temos como afirmar ou negar o fim do amor postulado pelo escritor. Mais curioso é compreender como esse sentimento tão humano está se tornando sinônimo de quase tudo o que se entende por felicidade individual, o que vai ser totalmente desacreditado, segundo considerações de Costa (1998). Sem importantes ideais coletivos, sem o grande ideal para a auto-realização, em que se apegará o ser humano das próximas décadas? Enquanto este dia não chega, o estado emocional do amor-romântico continua a ser tema de filmes, músicas e de textos de esperançosos poetas. Inventado e reinventado, ainda assim o amor está sendo lembrado.

A liberdade para se abandonar a relação a qualquer momento é latente, o amor assume a sua face episódica, ou seja, não está alicerçado em compromissos a longo prazo. Privilegia-se o momento em detrimento do futuro; a trajetória do relacionamento não tem importância. Não há qualquer tipo de garantia. A “fixação” e a “flutuação” medeiam, cada uma a seu modo, a tênue fronteira entre segurança e dependência (como um tipo de posse/escravidão), por um lado, e liberdade e insegurança, por outro. Esses extremos, em torno dos quais podem ser situados os relacionamentos, são responsáveis pela ambivalência que caracteriza o amor. No mundo do ciberespaço

Os bate-papos fazem com que o contato afetivo seja bem facilitado, principalmente para pessoas inseguras ou com problemas de socialização. Assim, abrem-se novas perspectivas de relacionamento, indispensáveis para as pessoas que trabalham em casa ou que têm uma vida atribulada a ponto de não sobrar energia para uma vida social mais intensa (GUIMARÃES, 2012: p. 5).

As pessoas hoje correm apressadas para todos os lados, como se estivessem perdidas, em busca de algo que as façam encontrarem a si mesmas, sentirem-se “vivas”, protegidas, longe da insegurança e surpresas de um mundo excepcionalmente cambiante. Esse tipo de comportamento interfere nas estruturas emocionais do ser humano, pois a noção de realidade vem mudando como se o mundo estivesse sendo reinventado ininterruptamente. Daí a busca em nada convencional de soluções rápidas no universo cibernético.

O tempo parece andar bem mais rápido no Ciberespaço, onde alguns dias de convívio são suficientes para sentir-se íntimo e estabelecer relações bastante intensas de amizade ou mesmo de amor, que podem ter uma certa duração ou esvanecerem com a mesma velocidade com que se estabelecem. Esta “compressão” da temporalidade exerce uma forte influência na sociabilidade on-line, que se apresenta extremamente dinâmica e fluida, com os grupos sendo constantemente renovados através da contínua saída e entrada de pessoas (PEREZ, 2007: p. 184).

A ilusão de proximidade, de conhecimento e intimidade, a despeito das distâncias geográficas – às vezes, enormes –, é um dos aspectos negativos da virtualidade. Outro contraponto, e um dos mais sérios, é a fuga da “realidade real”, quando essa não é, ou não está das melhores, o que, muito provavelmente, é parte do que está por trás da tão alardeada adicção na Rede, principalmente nos *chats* (salas de bate-papo). O uso da Internet já foi comparado ao uso da cocaína (GRIFFITHS, apud NICOLACI-DACOSTA, 1998), sendo essa comparação feita em virtude da semelhança dos sintomas apresentados pelos viciados em ambas as situações. Entre esses sintomas, citam-se palpitações, tremores, sombras diante dos olhos,

confusão mental e, mais alarmante ainda, sintomas fracamente psicóticos com delírios de ciúmes, alucinações e ideias de perseguição.

Castro (1999) é enfático ao afirmar que os relacionamentos através da Internet produzem uma inversão radical das relações sociais apregoadas pela sociologia clássica. Enquanto nesta última afirmava-se que a relação social necessitava da materialidade, no ciberespaço ocorre literalmente o contrário, pois não condiciona a relação social ao contato face a face, mas a um sentimento coletivo, à lógica do estar-junto, mesmo num espaço desterritorializado. Há um redimensionamento do processo da relação interpessoal e social.

Pelo ritmo veloz e influência da mídia, não usamos frequentemente a palavra relacionamento, que soa excessivamente pesada, mas sim “conectar-se”, expressão esta que define e identifica melhor as conexões com e no mundo virtual onde o mundo líquido se concretiza – e aqui temos uma contradição paradoxal – na modalidade das redes. Sejam elas sociais ou de relacionamentos, como os conhecidos Orkut e MSN, pessoas se conectam umas às outras e conservam as suas redes, em que as conexões entre pessoas são feitas por escolhas tanto para conectar-se quanto para desconectar-se. Tudo isso (e mais) ocorre num ambiente de movimentos em que o compromisso pode fechar ou abrir portas para novas conexões ou experiências. Nesse interminável processo de conectar-se e desconectar-se, há um crescente número de pessoas que se autoproclamam de “relacionamento aberto” ou de “casais semi-separados”, tudo isso para não diminuírem suas “possibilidades românticas”. Quando qualquer conexão começa a dar problema, ou às vezes muito antes disso, a reação é, ao invés de se pensar em resolver o problema, ter-se uma sensação de “vantagem”, de “poder” episódico ao desconectar-se, ou excluir o outro, ou simplesmente bloqueá-lo para fazer uso dele em nova ocasião, ou tomar a decisão extrema: deletar para “nunca mais” conectar-se.

A velocidade com que se descartam pessoas e a noção de mercadoria que juntas umas têm das outras, tornam lícitas e até mesmo justificam-se posições como o relacionamento aberto, em que, a exemplo de uma aplicação na bolsa de valores, não titubeamos em vender uma ação quando ela está em baixa. Do mesmo modo, não hesitamos em fazer o mesmo quando aparece uma nova possibilidade de “conexão”, aparentemente mais lucrativa que a em andamento atual (BAUMAN, 2003). Essa obra, entre outras, desse sociólogo não é uma coleção de fórmulas de sucesso para o amor, nem a oferta de receitas sobre como conservá-lo, mas nela está traçado/definido um panorama sobre o momento único que vivemos no ciberespaço, com liberdade e facilidades na escolha de nossos parceiros como jamais ocorreu antes na sociedade – no sentido de ser possível tal possibilidade. Por outro lado, isso pode nos jogar impetuosamente em cenários dramáticos e de incertezas imponderáveis, pois não sabemos se queremos ou não sair dessa situação, o que leva o autor a não fazer um prognóstico definitivo sobre nosso rumo no mundo virtual.

A sociedade moderna se institui construindo sua própria forma de interpretar-se. “Toda sociedade é um sistema de interpretação do mundo [...] Sua própria identidade nada mais é que esse sistema de interpretação do que ela cria” (CASTORIADIS, 1995: p. 232). O mundo, onde o saber especializado ganha destaque, mas também o isolamento desse saber que o empobrece. Nesse sentido, a contribuição de Costa (1998) é fundamental, com seus vários livros, entre eles o *Sem fraude, Nem Favor*, já mencionado acima, onde ele afirma:

O amor é uma crença emocional, como toda crença, pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida. O amor foi inventado como o fogo, a roda, o casamento, a medicina, o fabrico do pão, a democracia, o nazismo, os deuses e as diversas imagens do universo (COSTA, 1998: p. 12).

O amor tem também suas histórias, seus lugares, seus tempos. As relações afetivas são construídas, não estão, *a priori*, determinadas pela natureza. As travessias, as incertezas trazidas pela pós-modernidade atingem as concepções tradicionais sobre o amor, redefinindo os lugares do masculino e do feminino, mudando suas práticas e suas narrativas, desfazendo afirmações que se colocavam como eternas e desprovidas de historicidade.

Se num primeiro momento, os contatos sociais e interpessoais dão-se em nível virtual, cabe a cada um dos envolvidos determinar sua continuidade ou não. Num segundo momento, o relacionamento virtual pode, ou não, materializar-se na realidade, concretizando as relações iniciadas no ciberespaço. Os conflitos, as mentiras, os problemas e as decepções quando da relação materializada são de caráter subjetivo, dependendo do usuário e da maneira como ele lida e convive no ciberespaço. O usuário é responsável por suas ações e atitudes na esfera do virtual e posteriormente na realidade.

Nas salas de bate-papo, utilizando-se de um *nick* (apelido) apenas, os internautas podem aparecer e desaparecer a qualquer instante, sem a possibilidade de uma identificação de fato com a realidade. O seu anonimato e a desvinculação estabelecem um campo/tipo de contato muito singular, onde as leis de comunicação estabelecidas pertencem a uma dinâmica completamente nova e inovadora, que flui através da escrita digitada em tempo real (e outros modelos de signos). Os internautas estabelecem distância absoluta de referências que buscam autenticar o pensamento – como as expressões do olhar e da fala –, por meio das quais se pode qualificar ou julgar desejos pessoais expostos com um menor grau de censura.

Os sites de relacionamento representam hoje uma espécie de versão 2.0 das velhas agências de matrimônio, que ofereciam fichas dos cadastrados aos interessados em casar. Agora, os sites incluem

não apenas os que querem casar, mas também aqueles que buscam um relacionamento casual ou uma interação virtual sem compromisso. A escolha dos possíveis parceiros também ficou mais fácil. Pode-se acessar qualquer site em casa mesmo, a qualquer hora, conectar-se com os perfis de todos os inscritos. Pode-se selecionar desde o sexo do parceiro até sua área de atuação profissional. Pode definir idade, altura, peso, raça, religião, grau de instrução, área de atividade, etc. Pode-se escolher se quer alguém fumante ou não fumante; quem gosta de Jazz ou de MPB. O resultado aparece em tempo real, na tela do *Personal Computer* (computador particular). Pode-se fazer buscas on-line, combinando um leque de vários critérios, ao gosto/preferência do freguês.

O homem criou ou se identificou em tribos, grupos, cidades, estados, etc. A necessidade para se relacionar é tão fundamental quanto respirar, ou beber água. É fato que, resguardadas as devidas diferenças, os processos de socialização do ser humano têm variado de acordo com suas culturas construídas no espaço-tempo. Nos tempos em que vivemos hoje, início do século XXI, os relacionamentos “configuram-se” como sendo um dos valores mais ambivalentes e, como tal, marcados por ambigüidade. Queremos um relacionamento a qualquer preço, sim, mas ao mesmo tempo ansiamos para que ele seja light, leve ou na modalidade de um “compromisso” sem compromisso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AS PRÁTICAS amorosas na contemporaneidade. **Psychê – Revista de Psicanálise**, São Paulo, n. 03, ano III, 1999.

BARONCELLI, L. Amor e ciúme na contemporaneidade: reflexões psicossociológicas. **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], 23(1), p. 163-170, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia M. Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Amor líquido**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005a.

_____. **Uma vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Vida Líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005b.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3ª ed. Tradução de Guy Reinaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTRO, C. F. **Ciberencontros: o chat da Internet como espaço virtual de convívio social**. Recuperado em 19 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/index.html>>. Acesso em: 19 nov. 2011.

CORBIN, Alain. A relação íntima ou os prazeres da troca. In: ARIES, Philippe e DUBY, Georges (Orgs.). **História da vida privada – 4**. São Paulo: Cia das Letras: 1997.

COSTA, Jurandir Freire. Introdução – Utopia sexual, utopia amorosa. In: _____. **Sem fraude, nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. **As práticas amorosas na contemporaneidade**. Conferência proferida no 3º Fórum de Psicanálise do Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação (IBMR), em 30 de outubro de 1998, por

ocasião do lançamento do livro *Sem fraude nem favor – estudos sobre o amor romântico*.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. V. II. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 12ª ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FURTADO, Pedro Calabrez. *A mentira necessária: um ensaio sobre a promessa de amor eterno na sociedade contemporânea*. 2008. Disponível em <www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_10/contemporanea_n10_pedro_calabrez.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1994.

GUIMARÃES, G. M. *Relações virtuais, Aurora de um novo pensar*. Recuperado em 08 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://cfh.ufsc.br/~ciber/rba_guimaraes.html>. Acesso em: 08 fev. 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 9ª ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HEINICH, Nathalie. *Uma Sociologia dos afetos*. In: **Sociologia de Nobert Elias**. Bauru: Ed. Da USC, 1997.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. **Na malha da rede**: os impactos íntimos da Internet. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Alegre - ES

PEREZ, Silvia Raquel. Te “vejo” na internet! – Reflexões sobre os laços humanos na contemporaneidade. **Revista Técnica IPEP**, São Paulo, v.7, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2007.

O AMOR NOS TEMPOS DA INTERNET. Minha vida amorosa na internet. **Revista Época**, São Paulo, 21 de set. 2009.

REZENDE, Antonio Paulo de M. Cidade e modernidade: registros históricos do amor e da solidão no Recife dos anos 1930. In: Antonio Torres Montenegro (Org.). **História, cultura e sentimento**: outras histórias do Brasil. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.

COMPREENDENDO A FISSURA POR CRACK PARA ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO EM PROGRAMAS DE TRATAMENTO DE REDUÇÃO DE DANOS

Florinette Pinto Ridolphi¹

Rosane Maria Souza dos Santos²

Resumo

O consumo do *crack* é considerado hoje como uma epidemia em virtude dos danos causados ao dependente e pelos problemas sociais que ele causa e, mesmo não sendo a droga mais consumida no país, a urgência pelo seu uso e a intensidade dos seus efeitos no dependente fazem com que seja considerado um problema de saúde pública. Os programas de tratamento necessitam aprofundar seus conhecimentos das alternativas que podem ajudar o dependente a lidar com a “fissura” (*craving*), na tentativa de contribuição para aqueles que querem deixar o vício. O objetivo do trabalho é fornecer subsídios que possam aprimorar conhecimentos sobre as estratégias de enfrentamento da fissura por dependentes do crack. A metodologia utilizada baseou-se na revisão de literatura de artigos que abordaram as estratégias utilizadas por dependentes para afastá-los da droga nos momentos de fissura. Dentre as estratégias utilizadas encontrou-se o uso da maconha em substituição ao

-
- 1 Especialista em Direito Público pela Faculdade de Direito de Campos-RJ. Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Graduada em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES – FAFIA. Atualmente, ocupa o cargo de Assessora Jurídica da Prefeitura Municipal de Alegre-ES e trabalha como professora do Curso de Psicologia da FAFIA. Endereço eletrônico para contato: ridolphi@terra.com.br
 - 2 Possui Licenciatura e Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário Celso Lisboa. Coordenadora e professora do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES – FAFIA. Psicóloga efetiva da Prefeitura Municipal de Alegre-ES. Tem experiência em Psicologia Social, Saúde Mental e Coletiva, Deficiência Mental e Desenvolvimento. Endereço eletrônico para contato: ropsiss@gmail.com

crack na maioria dos casos pesquisados, além de conscientização sobre perdas que o dependente tem no decorrer do vício. Um achado importante que contraria muitos estudos é o uso controlado do crack sem prejuízo da vida familiar, social e laborativa, o que requer mais pesquisas para melhor avaliação dos danos a longo prazo.

Palavras-chave: Crack; Fissura; Estratégias; Tratamento; Redução de danos.

Abstract

The use of crack is considered today as an epidemic because of damage to the dependent and the social problems it causes, and while not the most abused drug in the country, the urgency for its use and intensity of its effects on the dependent, are that is considered a public health problem. Treatment programs need to deepen their knowledge of the alternatives that can help the addict deal with the “crack” (craving) in an attempt to contribute to those who want to quit. The objective is to provide information that can improve knowledge about the coping strategies of craving for crack-dependent. The methodology used was based on literature review of articles that discussed the strategies used by addicts to keep them in times of drug craving. Among the strategies used to find marijuana use to replace the crack in most cases studied, as well as awareness that the loss in most cases studied, as well as awareness that the loss is dependent on the course of addiction. An important finding that contradicts many studies is the controlled use of crack subject of family life, social and to work, which requires more research to better assess the long-temp damage.

Keywords: Crack; Fissure; Strategies; Treatment; Harm reduction.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a dependência do *crack* vem sendo considerada como uma situação de saúde pública em virtude dos problemas de saúde associados ao seu consumo, não se podendo esquecer os problemas sociais que ele causa.

A dependência se instala tão rapidamente que a fissura acontece de forma avassaladora, levando o dependente ao consumo compulsivo e destrutivo para a própria saúde. A dependência do *crack* leva seu usuário a perder o senso de responsabilidade e de sobrevivência, tirando-lhe o sono a fome, o respeito próprio, o afeto e os valores morais, ocupando a droga o primeiro lugar em sua vida.

As estratégias de redução de danos vêm surtindo efeitos positivos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida de muitos dependentes e seu retorno à vida familiar e social. Apesar de não poderem ser adotadas para todos os dependentes, as estratégias podem ser elaboradas juntamente com o dependente após avaliação de seu perfil e contexto de vida.

O presente trabalho trata da revisão de pesquisas realizadas junto a usuários de *crack* e suas estratégias no enfrentamento da fissura pela droga, tendo como objetivo compreender essas estratégias, partindo-se da hipótese de que essa compreensão contribuirá para a adoção de novas estratégias em programas de tratamento para redução de danos. Esta pesquisa se justifica em função dos escassos estudos realizados nessa área e da necessidade de ações que possam ajudar dependentes do *crack* que querem deixar o vício e não conseguem sozinhos. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa bibliográfica e revisão de estudos.

BREVE DEFINIÇÃO DE CRACK

De acordo com as postulações de Oliveira (2010), o *crack* tem origem na mistura de pasta básica de coca ou mesmo de seu pó com bicarbonato de sódio, adicionados a elementos corrosivos, tais como:

solução de bateria, solvente e pó de vidro, além de medicamentos. O resultado da mistura dá origem a pequenas pedras que são queimadas e inaladas através de um cachimbo improvisado por seus usuários, podendo ainda ser fumada com o tabaco, a maconha ou com outras substâncias. Sua absorção é instantânea, chegando rapidamente ao pulmão e à corrente sanguínea cerebral, percurso que demora de 8 a 12 segundos para se completar, com duração do efeito entre 5 a 10 minutos. Esses dados que foram comprovados por meio de exames de neuroimagens. A sensação de prazer e euforia é instantânea e a fissura, vontade incontrolável de usar a droga novamente, ocorre logo após o uso da primeira pedra.

EFEITOS DO CRACK NO ORGANISMO HUMANO

O *crack* é uma droga estimulante do Sistema Nervoso Central (SNC), cujas substâncias psicoativas presentes em sua composição agem ativando o Sistema de Recompensa Cerebral (SRC), alterando as funções cognitivas (OLIVEIRA, 2010).

O uso do *crack* (cocaína) altera a recaptação de dopamina. Esta é um neuro-transmissor responsável pelo sistema de recompensa, que gera um excesso de produção dessa substância na fenda sináptica, atuando no sistema de recompensa, proporcionando assim a sensação de euforia e prazer. Além das sensações descritas acima, há a perda da sensação de cansaço e da fome, causando insônia e levando o indivíduo em um mês a perder de oito a dez quilos de peso e a negligenciar com os aspectos de higiene geral (OLIVEIRA, 2010).

É a rápida euforia causada pelo efeito do *crack* que trará a motivação, reforçando, na grande maioria dos usuários, uma nova busca pela droga. “A quase instantânea euforia desencadeada pelo uso do crack reforça e motiva, para a maioria dos indivíduos, o desejo por um novo episódio de consumo” (ARAÚJO, 2010: p. 25).

Oliveira e Nappo (2008) descrevem que raramente o usuário consome o *crack* uma única vez. Em função de seus efeitos, ele o usa

até que se esgote sua energia física, psíquica e financeira, focando toda sua atenção no consumo de forma que sono, alimentação, afeto, senso de responsabilidade e sobrevivência percam sua importância.

Segundo parecer de Cunha (2004), com o uso constante da droga o organismo passa a necessitar dela para produção de dopamina, pois já não consegue mais executar suas funções normais, o que gera ansiedade, depressão do humor, anedonia, problemas cognitivos e diminuição da energia fisiológica.

É possível identificar os efeitos físicos e psicológicos decorrentes do uso agudo do *crack*, conforme exposição a seguir:

Os principais efeitos físicos causados pelo uso agudo do crack são: aumento do tamanho da pupila, sudorese, diminuição do apetite e diminuição da irrigação sanguínea dos ossos. Os principais efeitos psicológicos causados pelo uso agudo do crack são: euforia, sensação de bem-estar, estimulação mental e motora, aumento da autoestima, agressividade, irritabilidade, inquietação e sensação de anestesia (FRANDOLOSO, 2008, p. 18).

O *crack* pode ainda aumentar os níveis de adrenalina, provocando a vasoconstrição, produzindo alterações no sistema cardiovascular, causando a taquicardia e o aumento da pressão arterial. Com isso, o coração que está sendo estimulado a trabalhar mais não recebe o sangue necessário para tal, combinação que pode levar a arritmia ou ao colapso cardiovascular. Não só o coração, mas também outros órgãos são atacados, como o pulmão, a cavidade nasal e o aparelho gastrointestinal, além da degeneração dos músculos esqueléticos (BORDIN, FLIGIE e LARANJEIRA, apud FRANDOLOSO, 2008)

Os usuários do *crack* transformam-se em indivíduos com incapacitação social; tornam-se, de modo inevitável, vítimas do

isolamento e da conseqüente perda dos vínculos sociais, escolares e familiares. Além desses fatores considerados graves, pois são essenciais para se ter uma vida saudável, eles também apresentam uma maior incidência de transtornos bipolares, transtornos de personalidade, narcisismo, esquizofrenia, etc. O uso contínuo do *crack* causa prejuízos cognitivos que podem perdurar por um longo período de tempo ou mesmo tornarem-se irreversíveis, apresentando “[...] déficits da memória, da concentração, da atenção, da aprendizagem, habilidades viso-espaciais, formação de conceitos e funções executivas” (CAMINHA e HORTA, apud FRANDOLOSO, 2008: p. 19)

COMPREENDENDO O QUADRO DE FISSURA

Chaves (2011) descreve a fissura (*craving*) como sendo um forte impulso (em sentido incontrolável) na busca de uma substância, sendo este fator considerado crítico (muito preocupante) por ser o que leva o indivíduo ao desenvolvimento de uso compulsivo e à dependência das drogas, tornando-o vulnerável às recaídas após os períodos de abstinência.

A fissura pode ser também descrita como uma vontade incontrolável (de natureza indômita) para se sentir os efeitos da droga. Trata-se, pois, de uma compulsão avassaladora, sem igual. No caso específico do *crack*, sabe-se que essa droga leva seu dependente a fumar de vinte a trinta pedras por dia (OLIVEIRA, 2010). Essa mesma estudiosa do problema em discussão enfatiza que a fissura leva o dependente ao uso contínuo e intenso do *crack*. Tal comportamento viabiliza o consumo de *crack* por vários dias até o fim do estoque dessa droga, ou até que o usuário dela chegue à exaustão. A busca repetitiva da droga tem como finalidade evitar os sinais e sintomas caracterizados pelo mal-estar físico e psicológico que a abstinência dela causa ao dependente (OLIVEIRA, 2010).

Chaves (2011) relatou que em sua pesquisa os entrevistados descreveram a fissura como algo negativo por lhes impelir ao consumo

mesmo quando queriam abandonar o seu uso, descrevendo-a como uma sensação de desprazer que os impulsionava a busca de um novo prazer através dos efeitos da droga. Para corroborar tal relato, reproduzimos passagem do depoimento concedido por um dependente de *crack*, durante as entrevistas feitas por essa pesquisadora, nos seguintes termos: “*A fissura, ela vem quando você perde aquela sensação de prazer que estava sentindo, tipo, você fumou, você está sentindo um puta [sic] prazer, está um puta [sic] negócio legal, gostoso. Do nada, ela pára. [...] você quer sempre aquele prazer de novo*” (Entrevista de G31ME13 concedida a CHAVES, 2011).

Os entrevistados de Chaves (2011) relataram ainda que sem o *crack* a ansiedade de fumarem era tão grande que eles não conseguiam ficar parados: sentiam dores no corpo e na mente, o “coração gelado” e a “boca do estômago travada”, comparando essas sensações como sendo elas piores do que a fome, o que os impulsionava a consumirem a droga novamente, a qualquer custo. Esse tipo de comportamento extremado confirma o já descrito em outras literaturas que relacionaram a dificuldade dos dependentes em lidarem com a fissura, vitimados pela necessidade da busca incessante por alívio do mal-estar e não somente a busca do prazer. A fissura pelo *crack* apresenta-se poderosa o suficiente para tirar de seus dependentes a capacidade de escolha e discernimento, conforme registro a seguir:

Os contornos obsessivos da fissura por crack tiram do indivíduo sua capacidade de escolha e discernimento, focando suas atitudes na obtenção de mais crack, apesar da notória e consciente degradação física e moral. Isso reforça a importância dessa sensação na dependência de crack (CHAVES, 2011, p. 18).

Ao pesquisarem as estratégias adotadas pelos usuários de *crack* para se manterem no vício, Ribeiro, Sanchez e Nappo (2010) chegaram à conclusão de que a fissura levava o indivíduo a correr vários riscos, dentre os quais sobressaía a agressividade desenvolvida em função do medo de ficar sem a droga ou de ser roubado quando a conseguia, colocando em risco eminente a vida do próprio usuário. A paranóia faz com que o dependente tenha um juízo de realidade (percepção da realidade) prejudicado, o que contribui para desenvolver idéias e delírios persecutórios que acabam culminando em brigas, as quais também colocam sua vida em risco. Além desses riscos, outros problemas surgem e passam a fazer parte da vida dos usuários durante a fissura. Entre esses outros riscos/problemas, apontamos os seguintes: alterações no comportamento sexual, envolvimento em furtos e roubos, além dos riscos que envolvem a própria ilegalidade da droga.

É importante ressaltar que a urgência para o uso do *crack* caracterizado pela fissura esgotava rapidamente os recursos financeiros do usuário, levando-o a prática de atos ilícitos para sua obtenção, colocando em risco não só a sua saúde geral, mas também sua integridade física, mental e sua liberdade (OLIVEIRA e NAPPO, 2008).

REDUÇÃO DE DANOS

Historicamente, sabe-se que a redução de danos já vinha sendo praticada em outros países desde a década de 1920, o que foi devidamente reconhecido e admitido pela convenção da Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 1961.

Por “redução de danos”, informamos que se trata da tomada de medidas sociopolíticas e sócio-educacionais adotadas para diminuir os prejuízos causados pelo poder destrutivo da droga em discussão, ou seja, do *crack*. Sobre esse assunto, dados importantes podem ser encontrados no Jornal Brasileiro de Psiquiatria – JBP, conforme passagem a seguir:

Redução de danos refere-se a políticas ou programas que visam diretamente a reduzir o dano resultante do uso de álcool ou outras drogas, tanto para o indivíduo como para a sociedade. O termo é usado particularmente para programas que visam a reduzir o dano sem necessariamente exigir abstinência (JORNAL BRASILEIRO DE PSIQUIATRIA, 2003: p. 337).

Em conformidade com a Portaria Nº 1.028, no Brasil a política de redução de danos só foi reconhecida e adotada pelo Ministério da Saúde a partir de 1º de julho de 2005. Nessa data, os três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – passaram a reconhecer que o *crack* transformara-se em uma epidemia a qual necessitava de ações emergentes para evitar os danos por ele causados ao indivíduo e à sociedade como um todo. Desde então, problemas do *crack*, de âmbito nacional, tornou-se foco das políticas públicas de saúde do Governo Federal no sentido de ajudar os dependentes da aludida droga, motivando-os e/ou conscientizando-os da necessidade para deixar o vício. Nessa mesma Portaria Nº 1.028, o Ministério da Saúde definiu a “redução de danos” como sendo uma ação desenvolvida junto aos usuários e/ou dependentes de drogas que não podem, não conseguem ou não querem deixar o vício. O objetivo primordial é envidar esforços possíveis no sentido para reduzir os riscos à saúde, sem contudo interferir na oferta ou mesmo no consumo (BRASIL, 2005).

ESTRATÉGIAS VOLTADAS PARA O ENFRENTAMENTO DA FISSURA

Conforme já mencionado/descrito acima, a fissura é o que dificulta a abstinência da droga e também é a causa principal das constantes recaídas. Por esse motivo é importante conhecer melhor esse processo de modo que se possam desenvolver técnicas alternativas direcionadas

para ajudar as pessoas que querem se afastar da droga, em especial do *crack* por ser considerado como a droga que causa maior dependência.

Oliveira e Nappo (2008), em suas pesquisas, apresentaram inusitado estudo, no qual sugerem ser possível ao usuário do *crack* desenvolver padrão controlado de consumo, contrariando assim trabalhos anteriores que apontavam como única modalidade o consumo compulsivo da droga. Nas pesquisas dessas autoras está registrado um tipo de consumo que permitiria ao usuário manter vínculos sociais razoáveis, com um consumo mais racional e com padrão não diário de uso, diminuindo assim o estereótipo dos usuários de *crack* como pessoas agressivas e improdutivas.

Apesar de o estudo acima apontar uma modalidade de uso controlado, o uso diário com duração de até nove dias foi encontrado na maioria dos casos estudados.

Nas entrevistas concedidas por usuários de *crack*, realizadas por Oliveira e Nappo (2008), a maconha foi apontada como importante atenuante aos efeitos negativos da droga (do *crack*), sendo ela adotada como estratégia no tratamento da redução de danos, por diminuir o poder da fissura e os outros sintomas associados à abstinência. A longo prazo, essa estratégia permitiria ao usuário o retorno a sua vida familiar, social e laborativa.

Para corroborar o pressuposto acima, registramos aqui o fato de que um dos usuários entrevistados referiu-se à maconha como sendo algo que o ajudava a se sentir mais calmo, melhorando seu aspecto na chegada em casa. Informou ele: “[...] eu gasto meus 10, 20 contos em *crack* e depois fumo um baseado pra baixar a brisa [...] até porque depois você vai dar uma desacelerada pra chegar em casa com uma cara boa [...]” (Entrevista de JL27MU concedida a OLIVEIRA e NAPPO, 2008).

Os entrevistados que relataram uso controlado da droga já haviam passado pela fase de consumo compulsivo durante dois anos e, de acordo com os estudos de Oliveira e Nappo (2008: p. 669), o que os

motivou a controlarem o uso foi a “[...] conscientização das implicações e concessões feitas em favor da continuidade do uso do crack”. A necessidade de obter controle sobre o uso do *crack* pareceu surgir da crença de não possuírem mais estrutura física, psíquica ou moral para lidar com as dificuldades e “tensões” que o uso frequente lhes trazia, usando também os colegas de uso como parâmetro para a tomada de consciência. Curioso que esses entrevistados, usuários compulsivos do *crack*, também relataram casos de parceiros de droga que faziam uso controlado sem degradação da vida pessoal.

Os estudos das autoras revelaram ainda que uma minoria de usuários se beneficiou de tratamentos externos, tais como: medicamentos, psicoterapias ou tratamentos religiosos. Os que conseguiram o uso controlado da droga, fizeram-no de forma intuitiva adotando estratégias individuais de auto-regulação do consumo a partir das próprias crenças e valores.

As estratégias adotadas, relatadas no estudo para o controle dessa droga, variaram desde a substituição da pedra do *crack* por outras drogas mais leves ou pela mistura dela com tabaco, maconha ou até uso de substâncias psicotrópicas. Outra estratégia importante foi o afastamento de contextos que levavam ao uso, não só dos lugares onde eles a usavam como também dos amigos de consumo. Os momentos de ócio requeriam uma reprogramação de pensamentos e comportamentos, numa busca de diminuição do espaço que o *crack* tomava na vida do usuário (OLIVEIRA e NAPPO, 2008).

Em outro estudo não menos importante, Ribeiro, Sanchez e Nappo (2010) também apontaram o uso da maconha como aliada no alívio da fissura do *crack*, conforme relatado pelos consumidores. A maconha, a médio prazo, é capaz de substituir o uso do *crack*, podendo ser aquela considerada como menos danosa ao organismo que esta. Sendo assim, deduz-se que o uso de maconha é, paradoxalmente, aceito como estratégia para a redução dos danos decorrentes do uso de *crack*.

Apesar de o álcool ser apontado em vários estudos como subsequente ao uso do *crack*, Ribeiro, Sanchez e Nappo (2010) depararam-se, em pesquisa recente, com a utilização do álcool como recurso para diminuir efeitos psíquicos desagradáveis oriundos do consumo do *crack*. No estudo sobre o uso do álcool, descobriu-se que ele é utilizado nos momentos de fissura e de paranóia, minimizando os riscos de comportamentos que aparecem decorrentes desses sintomas, o que pode ser considerado como importante na preservação da vida do usuário que acaba por perder a noção de perigo nesses momentos.

Numa pesquisa que realizou com usuários de *crack*, Chaves (2011) apresentou relatos sobre recursos utilizados para lidar com a fissura da droga, como desviar o pensamento para outras coisas; a descoberta de outras formas de prazer, tais como: a busca de satisfação em atividades corriqueiras como jogar futebol, fazer sexo, desenvolver a espiritualidade, trabalhar, estudar. Um dado interessante foi apontado pelas mulheres usuárias do *crack* que relataram comer compulsivamente, especialmente carboidratos para lidar com a fissura.

Nesse mesmo contexto, nas pesquisas de Labigalini, Rodrigues e Silveira (1999) foi também demonstrado o uso positivo da maconha para o alívio da fissura do *crack*, descrito em 68% dos entrevistados que consumiram o *crack* e conseguiram ficar abastêmios, descrevendo alívio dos sintomas desagradáveis causados em função da fissura e da paranóia.

Nos estudos de Chaves (2011), foi demonstrada a utilização de estratégias para se lidar com a fissura antes mesmo do início dos seus primeiros sinais, momento em que aplicavam recursos focados na mudança de comportamento, muitas vezes aprendidas em centros de tratamento, a exemplo dos 12 passos utilizados pelos Narcóticos Anônimos, e aplicação de medidas para a redução de danos. Os entrevistados da pesquisadora utilizavam como recurso o afastamento do contexto social de uso da droga, bem como dos amigos de consumo, como forma de não permitir o início da fissura. Alguns usuários solicitaram a internação como

medida de restrição da liberdade para evitar o contexto de uso do *crack* e, conseqüentemente, o desenvolvimento da fissura. Dormir também aparece como recurso estratégico para lidar e/ou lutar contra a fissura. Em outras palavras: o sono induzido por meio de medicamentos contribui para afastar o usuário do ambiente de utilização das pedras, ajudando os usuários a lidarem com a fissura, evitando assim os momentos críticos já citados acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *crack* é uma droga que causa dependência, na maioria de seus consumidores, imediatamente após o uso da primeira pedra, dada a velocidade com que atinge a corrente sanguínea cerebral causando intensa sensação de prazer e euforia que reforça e motiva a busca por novo episódio de consumo. Raramente o usuário busca a droga uma única vez, pois necessita dela para a produção da dopamina, que o levará a novos episódios de intenso prazer e euforia. Sem ela já não conseguirá mais executar as funções normais do dia-a-dia, necessitando da droga para aliviar as sensações desagradáveis que aparecerão com a fissura.

Aqueles dependentes que quiseram deixar o vício se viram impelidos a novos consumos por causa da fissura, necessitando de ajuda para desenvolverem estratégias que os ajudasse a se afastarem da droga. Nesse contexto, a redução de danos foi praticada com resultados favoráveis auxiliando a muitos dependentes a deixarem ou diminuírem o vício, melhorando sua saúde física geral e sua relação com a sociedade.

O uso controlado de maconha, apesar de praticado por uma minoria de dependentes, parece contribuir para melhoria da qualidade de vida do usuário, devendo assim ser levado em consideração como estratégia para lidar com a fissura. Apesar de a estratégia ter sido adotada de modo intuitivo pelo dependente que não conseguiu se beneficiar da ajuda medicamentosa ou das psicoterapias ou mesmo do tratamento

religioso-educacional, constatou-se que o uso controlado de maconha pode ser sugerido como medida de redução de danos.

Necessário se faz compreender os motivos pelos quais alguns dependentes não conseguem se beneficiar dos tratamentos convencionais. É possível que isso tenha ocorrido devido à dificuldade em aceitar a substituição de uma droga por outra ou mesmo pelo preconceito decorrente do uso da maconha e pela falta de pesquisas mais concretas nessa área de estudos. É importante lembrar o seguinte: no que se refere ao tratamento medicamentoso também existem preconceitos ligados à troca de uma droga ilícita por uma “lícita”. Nesse caso em particular, deve-se ter em mente, sobretudo, que o uso desse tipo de medicamento produziu efeitos colaterais desagradáveis, descritos pelos pacientes que foram entrevistados.

A escolha pelo uso de outras drogas mais leves e pelo uso de drogas “lícitas” também pode ser uma estratégia que ajudará a alguns dependentes por acreditar-se que elas causarão prejuízos menores do que o uso somente do *crack*.

A necessidade de se obter controle sobre a droga pareceu acontecer a partir do momento em que o dependente se conscientizou de que não possuía mais estrutura física, moral nem psicológica para continuar usando o *crack*. Diante dessa constatação, entendeu-se que o desenvolvimento de estratégias direcionadas para ajudarem os dependentes na tomada de consciência o mais rápido possível, utilizando-se de argumentos que possam contribuir para uma avaliação das perdas morais e dos prejuízos sociais, físicos e psicológicos que estarão irremediavelmente associados ao uso do *crack*.

O afastamento dos locais de consumo e dos amigos usuários da mesma droga foi também uma estratégia importante considerada pelos próprios dependentes entrevistados. Para lidar com essa situação, foi necessário oferecer a eles opções que lhes ajudassem a perder o interesse pelos locais estimuladores, oportunizando alteração de mentalidade,

que lhes permitisse preencherem suas vidas com atividades prazerosas, evitando o ócio e ajudando na mudança de comportamento e na descoberta de novas atividades, dentre elas as atividades corriqueiras como estudar, praticar esporte e trabalhar. Lembra-se que os doze passos adotados pelos Narcóticos Anônimos também são capazes de surtir efeitos positivos em alguns dependentes, podendo ser usados como estratégia para deixar o vício.

Vale ressaltar que as estratégias aqui descritas não podem ser adotadas como medidas padrão para todos os dependentes. Apesar de ajudarem muitos usuários, elas não podem ser generalizadas e aplicadas para todos. Por isso, é indispensável fazer o estudo de cada caso para que se descubra, junto com o dependente, a melhor estratégia de apoio para minimizar os danos causados especialmente pelo *crack*. É preciso conhecer a dinâmica de cada um para que se possa entender a que melhor se adequará àquele perfil, pois o controle da fissura é muito particular a cada usuário e relacionada ao contexto em que ele vive e aos valores que ele tem, podendo as estratégias adotadas funcionarem em um dado momento e em outros não.

Importante salientar que a substituição de uma droga por outra também pode trazer danos de outro tipo aos seus consumidores. Além do mais, ela pode causar dependência também. Nesta instância, é importante salientar a necessidade de mais empenho na melhoria dos estudos sobre o tema, em especial sobre o uso da maconha que, em médio prazo, ajuda no controle da fissura pelo *crack*, mas que poderá causar outros danos em longo prazo.

Finalmente, registramos o fato de que poucas são as pesquisas desenvolvidas sobre o uso indiscriminado do *crack* e igualmente poucas são as estratégias utilizadas visando o enfrentamento da dependência. É importante que mais estudos sobre a temática sejam realizados, objetivando minorar a dependência de drogas como o *crack*, ensejando a recuperação daqueles que querem deixar o vício e não conseguem

sozinhos, bem como contribuir para conscientizar os que já não mais conseguem ver o caminho por onde trilham, nem terem suas vidas de volta. Isso pressupõe o comprometimento dos governantes do Brasil, por meio de políticas públicas educacionais preocupadas e operantes de fato em relação à problemática das drogas, hoje de proporções alarmantes e extremamente prejudiciais para a sociedade e o futuro das gerações vindouras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Renata Brasil. **As estratégias de coping para manejo da fissura de dependentes de crack**. Ver HCPA, 2010 – 30 (1).

BRASIL. **Portaria Nº 1.028 de 1º de julho de 2005**. Ministério da Saúde. Brasília-DF, 2005.

CHAVES, Tharcila. Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex-usuários. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 45 n. 6, p. 30-46, 02 set., 2011.

CUNHA, Paulo J. Alterações neuropsicológicas em dependentes de cocaína/crack internados: dados preliminares. **Revista Brasil Psiquiatria**, São Paulo, v. 26, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516>. Acesso em: 10 jan. 2012.

FRANDOLOSO, Francielly. **Dependência química: uma abordagem logoterapêutica**. São Paulo: UNIVALE, 2008.

JORNAL BRASILEIRO DE PSIQUIATRIA – JBP. **Redução de danos: uma Visão Internacional**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 52, set/out 2003, p. 335-393.

LABIGALINI E.; RODRIGUES, L. R.; SILVEIRA, D. X. **Redução de danos no uso de maconha por dependentes de crack**. Anais do S. O. S. Crack Prevenção e Tratamento. São Paulo: 1999.

OLIVEIRA, Camila Louis. **Os danos neuropsicológicos causados pelo uso crônico do crack.** Porto Alegre: ULBRA, 2010.

OLIVEIRA, Lúcio Garcia de; NAPPO, Solange Aparecida. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, 2008; 42 (4).

RIBEIRO, Luciana Abeid; SANCHEZ, Zila M.; NAPPO, Solange Aparecida. **Estratégias desenvolvidas por usuários de crack para lidar com os riscos decorrentes do consumo da droga.** São Paulo: UNIFESP, 2010.

HELLP – EVIDÊNCIAS PARA A SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Teresa Cristina Ferreira da Silva¹

Resumo

A Síndrome *HELLP* (SH), uma das principais complicações da hipertensão na gravidez, caracteriza-se por hemólise, enzimas hepáticas elevadas e baixa contagem de plaquetas. Embora algumas gestantes desenvolvem somente uma ou duas dessas alterações fisiológicas, trata-se de situação obstétrica com potencial para mortalidade materna elevada, devido a severidade das complicações que inclui hematoma subcapsular, com risco de ruptura para a cavidade peritoneal, necessitando de cuidados intensivos. Assim, torna-se relevante conhecer sinais, sintomas e fisiopatologia para que as condutas terapêuticas sejam adotadas em tempo de interromper a cascata de eventos característica do quadro sindrômico. Este artigo é uma revisão de literatura sobre o estado do conhecimento científico da SH.

Palavras-chave: Doença hipertensiva da gravidez; Enfermagem; Síndrome HELLP.

1 Pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (2012). Especialista nos seguintes Cursos: Atenção Primária à Saúde Pelo Centro Universitário São Camilo/SESA-ES (2010); Educação Profissional na Área de Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRIZ (2002). Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (1986). Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre-ES – FAFIA. É enfermeira efetiva da Secretaria Estadual de Saúde do ES.

Abstract

The HELLP syndrome (HS), one of the major hypertension pregnancy complications, is characterized by hemolysis phenomenon, elevated liver enzymes, and low platelet count. Although some pregnant women develop only one or two of physiological changes it is obstetric situation with potential increased maternal mortality due to the severity of complications which includes subcapsular hematoma, with the risk of rupture to the peritoneal cavity requiring intensive care. Thus, it becomes important to know the signs, symptoms and pathophysiology so that therapeutic procedures come to be adopted in time to stop the cascade of events characteristic of syndromic. This article is a literature review on the state of HS scientific knowledge.

Keywords: Hypertensive disease of pregnancy; Nursing; HELLP syndrome.

1. Considerações Iniciais

Trata-se de um artigo sobre a síndrome denominada *HELLP*, uma grave complicação da gestação, descrita desde 1982 por Weinstein, apud Carvalho et al. (2008). O termo *HELLP* é um acrônimo da língua inglesa que significa hemólise (H) mais enzimas hepáticas elevadas (EL) mais plaquetopenia (LP). H + EL + LP = *HELLP*. Essa síndrome é causa frequente de mortalidade materna (BRASIL, 2000a). De acordo com Brasil (2000b), embora o quadro sindrômico da *HELLP* acompanhe outras doenças, em obstetrícia é considerada uma grave variante da pré-eclâmpsia, agravando o prognóstico materno. Segundo Jakobi (2005); Peraçoli e Parpinelli (2005), algumas gestantes desenvolvem somente uma ou duas das características da SH. Contudo, essas mulheres necessitam do mesmo tipo de atenção e cuidados, sendo, então, esta condição denominada de *HELLP* parcial. É dita *HELLP* completa quanto há todos os indicadores da tríade conceitual supracitada.

Nos estudos de Pereira e colaboradores (2005), é enfatizado que as manifestações clínicas podem ser imprecisas, sendo comuns queixas como dor epigástrica, mal estar geral, náuseas, vômitos, cefaléia, dor na parte superior do abdômen, e até sintomas semelhantes a uma síndrome viral inespecífica. Peraçoli e Parpinelli (2005) reforçam que a maioria desses sintomas é comum em gestações normais e assemelham-se aos sintomas de outras doenças. Eles caracterizam a SH como de difícil diagnóstico e destacam a importância de se pesquisar sistematicamente suas causas nas mulheres com pré-eclampsia, eclampsia e/ou dor abdominal no quadrante superior direito, através de exames laboratoriais, a fim de se obter o diagnóstico o mais precoce possível.

A causa da SH ainda não é completamente entendida. Não obstante, sabe-se que suas complicações compreendem a insuficiência cardíaca e pulmonar, hemorragia interna, hematoma hepático, insuficiência renal aguda, acidente vascular cerebral, eclampsia e outras complicações graves que podem levar à morte materna (CUNHA; DUARTE; PATTA, 2006). Neste sentido, Jakobi (2005) afirma que pode levar ao descolamento prematuro da placenta, possibilitando a morte fetal, além de outros sérios agravos para o feto, como crescimento uterino restrito e síndrome da angústia respiratória. Brasil (2000b) diz que aproximadamente 2% das mulheres com a SH e 8% dos bebês morrem em decorrência da síndrome.

Viggiano (2004), entre outros, postula como sendo curioso perceber que, a partir do início da década de 90, mais precisamente em 1992 (época em que o estudo pioneiro sobre a necessidade de cuidados intensivos em obstetrícia foi apresentado à comunidade científica mundial), diminuto número de publicações sobre o assunto surgiu na literatura internacional.

Diante do exposto, justifica-se que a publicação desta temática contribui no sentido de reunir e divulgar informações acerca da fisiopatologia e principais alterações que se apresentam no decorrer da SH e assim, conciliar os interesses da obstetrícia e da assistência de

enfermagem para com a saúde materna e fetal. Essa conciliação torna-se possível a partir do momento em que as evidências clínicas da SH passam a ser mais bem identificadas, de modo que as condutas terapêuticas sejam adotadas a tempo de interromper a característica cascata de eventos constatados no âmbito metodológico-científico da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE).

Neste estudo, nosso objetivo geral é fazer uma revisão da literatura do estado do conhecimento científico sobre a SH. Destaca-se como objetivo específico identificar questões-chave dos conceitos básicos, aspectos clínicos, laboratoriais, etiológicos e fisiopatogênicos; descrever as complicações correlacionadas aos princípios do tratamento, além de sugerir uma agenda de pesquisa para ressaltar as particularidades da SAE na SH.

2. Breves Notações sobre a Metodologia Utilizada

Este é um descritivo, de natureza exploratória feita por meio da coleta de dados secundários, durante os meses de abril e maio de 2012, retirados de literatura pertinente publicada, bem como, de periódicos e sites científicos da rede mundial de computadores para compreender como a temática vem sendo abordada pelos diversos autores.

Tendo como suporte os postulados de Handem, Matioli e Pereira (2004), segundo o qual nas pesquisas descritivas objetiva-se sobremaneira a descrição das características de determinada população ou de fenômenos relacionados a ela. Enfatiza-se que no processo de desenvolvimento deste estudo fez-se uso do método da revisão integrativa de literatura que, segundo Figueiredo (2004), diz respeito a uma técnica de pesquisa por meio da qual se utilizam estudos desenvolvidos e concluídos por pesquisadores especializados, sendo esses estudos selecionados e reunidos de acordo com a temática, sendo depois sintetizados na modalidade de uma releitura. De acordo com Jackson (1980), a revisão integrativa da literatura é composta de seis

etapas, a saber: a) Estabelecimento do problema de revisão; b) , Seleção da amostra; c) Categorização dos estudos; d) Análise dos resultados; e) Apresentação e discussão dos resultados; f) Apresentação da revisão.

Para identificar os estudos publicados sobre a SH foi efetuada uma busca on-line nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), no sitio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Utilizaram-se estudos publicados no Brasil e indexados nas bases de dados acima referidas, a partir do ano de 1998. Selecionamos como descritores nos campos de busca das bases de dados as palavras-chave “doença hipertensiva da gravidez”, “enfermagem” e “síndrome *HELLP*”, levando-se em conta a correlação entre os termos com o intuito de refinar a amostra do estudo.

A pesquisa exploratória apresentou-se como sendo indispensável para a elaboração deste estudo, pois como afirma “[...] as pesquisas deste tipo têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (GIL, 1999: p.45). Como técnica na busca dos referenciais teóricos, considerou-se a pesquisa bibliografica que, segundo Cervo e Bervian (1983), proporciona conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas que se efetuaram sobre determinado assunto, tema ou problema.

3. Breve Exposição sobre a Magnitude da Síndrome *HELLP*

A SH é característica do terceiro trimestre da gravidez e pode evoluir com complicações graves para mãe e para o feto, incluindo risco de óbito. Dentre essas complicações está à formação de hematoma hepático subcapsular com possibilidade de ruptura para a cavidade peritoneal (FREITAS *et al.*, 2009).

Entretanto, sabe-se que durante o período de gestação, a mulher grávida está sujeita a uma série de riscos e afecções inerentes à sua condição gravídica. Dentre essas afecções as desordens hipertensivas são as mais sérias, críticas e comuns. Esses fatores

contribuem para a complicação de cerca de 7% das gestações (NUNES *et al.*, 2004). A incidência da hipertensão na gravidez é bastante variável, Le levamos em consideração as políticas de saúde em diferentes países. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, ocorre em menos de 1% das gestantes, enquanto no Brasil, apresenta uma incidência entre 0,2 a 12% das grávidas. Considerando as gestantes com Doença Hipertensiva Específica da Gravidez (DHEG), a síndrome *HELLP* pode se desenvolver numa escala que vai de 4 a 14% das pré-eclâmpsias graves e em 30 a 50% das eclâmpsias (OLIVEIRA *et al.*, 2006).

É importante registrar o fato de que nos casos de pré-eclâmpsia a frequência da SH é variável, provavelmente devido às diferentes formas clínicas das síndromes hipertensivas e aos diferentes critérios de diagnósticos utilizados (CARVALHO *et al.*, 2008). De acordo com afirmações de Sibai (1990), as síndromes hipertensivas relacionadas com a gravidez ocorrem, infelizmente, como causa principal de mortalidade materna na maioria dos países, a despeito da disponibilidade de todo um aparato tecnológico destinado aos cuidados intensivos. Em contraste, Vigília-de-Gracia (1998) e países desenvolvidos nos quais a mortalidade materna é de apenas 0,1%, devido à pré-eclâmpsia, em que a maioria dos casos foi complicada pela SH.

Enquanto a pré-eclâmpsia e a eclâmpsia afetam tipicamente nulíparas jovens, a SH geralmente acomete múltiparas com idade mais avançada (BRASIL, 2000a). Ganem e Castiglia (2002) acrescentam que embora qualquer gestante possa contrair a SH, é mais comum em pacientes brancas e com histórico de mau passado obstétrico.

Na abordagem de Costa (2004), é ressaltado que a morbidade e mortalidade maternas são dependentes da gravidade da doença, ao passo que a morbidade e mortalidade perinatais dependem mais da idade gestacional. Generalizando a discussão acerca desse tipo de mortalidade, Abbade (2002), entre outros, informa que o percentual de 1 a 2% pode ocorrer em unidade hospitalar com suporte para tratamento intensivo,

enquanto em unidade hospitalar de atendimento ao risco habitual da gestação é mais elevada, oscilando ao redor de 24%. Peraçoli (1998) afirma que os cálculos de risco exatos de recorrência da SH não estão estabelecidos de modo definitivo. Em seus escritos, alerta para o aumento de riscos dessa síndrome na gestação seguinte e adverte quanto às altas taxas de mortalidade perinatal, que variam entre 77 a 370 para o número de 1000, enquanto a mortalidade materna acontece em 3,9% dos casos. Em consonância, Castro e colaboradores (2004) dizem que a SH está associada a índices de mortalidade materna de até 24% e mortalidade perinatal que varia de 7,7% a 60% dos casos.

4. Brevíssimo Histórico da Fisiopatologia e Manifestações Clínicas da SH

Nos estudos de Ganem e Castiglia (2002) está registrado que a SH caracteriza-se por anemia hemolítica, alteração hepática e trombocitopenia, sendo que a anemia hemolítica microangiopática representa o marco da síndrome. Já nas pesquisas de Freitas (2009) levanta-se a hipótese que tais fenômenos parecem ser a manifestação final de um agravo desconhecido que determina a diminuição dos níveis de prostaciclina e aumento dos níveis de tromboxano. Isso leva à lesão endotelial microvascular, vasoespasmo, ativação e agregação plaquetária e deposição de fibrina. Assim, ocorre destruição das hemácias nos vasos da microcirculação que apresentam lesão endotelial, com subsequente vasoespasmo e deposição de fibrina nas paredes vasculares, que também conduzem a ativação, agregação e ao maior consumo das plaquetas, resultando na plaquetopenia. É improvável ser a lesão hepática na SH apenas decorrente de constrição da artéria hepática. Existe também diminuição no fluxo sanguíneo portal. Portanto, a elevação das enzimas hepáticas é originada da obstrução da perfusão hepática pelos depósitos de fibrina e agregados plaquetários nos sinusóides hepáticos. Essa obstrução

leva inevitavelmente à necrose periportal, hemorragia intra-hepática e hematoma subcapsular. Sendo que a ruptura hepática ocorre em 2% dos casos, na maioria das vezes no período pré-parto.

Segundo Brasil (2000a), o quadro clínico inicial compreende náuseas e vômitos, mal-estar geral, hipertensão arterial, cefaléia usualmente resistente aos analgésicos, icterícia subclínica, dor epigástrica e/ou dor no hipocôndrio direito. Já no caso de quadro clínico avançado, inclui distúrbios visuais, alterações de comportamento, possibilidade de eclâmpsia, hematúria, gengivorragia, hemorragia vítrea, oligúria, icterícia, hipoglicemia, hiponatremia e diabetes insípido nefrogênico.

5. Sobre a Conduta Clínica

Weinstein, apud Peraçoli e Parpinelli (2005), identificou as alterações características da SH como uma complicação da pré-eclâmpsia grave/eclâmpsia sem estabelecer os padrões bioquímicos nem hematológicos para o diagnóstico. Entretanto, até hoje a literatura diverge em relação aos valores dos parâmetros que definem a síndrome.

O Ministério da Saúde no Brasil adotou (ao publicar sobre as urgências e emergências maternas) no Guia para Diagnóstico e Conduta em Situações de Risco de Morte Materna os padrões laboratoriais e bioquímicos para o diagnóstico da SH que compreendem a presença de esquizócitos em esfregaço de sangue periférico, dosagem de bilirrubinas totais maior que 1,2 mg/dl, principalmente a bilirrubina indireta (elevada), caracterizando assim a hemólise. As transaminases hepáticas, Desidrogenase Láctica (LDH) acima de 600U/L, Aspartato Aminotransferase Sérica (AST ou TGO) maior que 70 U/l e considera grave a trombocitopenia em níveis menores que 100.000 por mm³, proteinúria significativa, além de hiponatremia importante (BRASIL, 2000a).

Em seus estudos, Marchioli (1999) define a hemólise pela queda no valor do hematócrito abaixo de 38% e/ou pela dosagem da LDH entre

164 U/L e 600 U/L. No entanto, segundo Peraçoli e Perpinelli (2005) não existe padronização quanto à identificação dos esquizócitos, referindo-se aos trabalhos apenas quanto à sua presença. Em contrapartida, Silva (2008) verificou que essa presença corresponde a pelo menos três esquizócitos em 1.000 eritrócitos e que não há correlação com outros marcadores de hemólise como queda do valor do hematócrito, valor de bilirrubina total ou de LDH ou do número de reticulócitos. A elevação de enzimas hepáticas é definida por valor de AST maior que 16 U/L, 30 U/L, 40 U/L, 50 U/L ou 70 U/L, ou ainda pela elevação de dois ou três desvios padrão sobre valores de normalidade estabelecidos, em diferentes laboratórios, para terceiro trimestre da gestação.

Conforme Abbade (2002), também não existe consenso quanto ao diagnóstico de síndrome *HELLP* parcial. Alguns autores atribuem à presença de apenas uma ou duas das alterações hematológicas e/ou bioquímicas. Eles ressaltam que a variação encontrada na incidência da SH reflete a falta de consenso sobre os parâmetros laboratoriais estabelecidos para o diagnóstico. Com destaque, Brasil (2000b) defende a associação frequente da SH com outras complicações, como insuficiência renal aguda, edema agudo de pulmão, Coagulação Intravascular Disseminada (CIVD), rotura hepática, hemorragia cerebral e morte materna. Assim, recomenda pesquisar a CIVD pela presença de sangramentos em locais de punção, petéquias, equimoses e através de tempo de protrombina, tempo de tromboplastina parcial, dosagem de fibrinogênio, produtos de degradação da fibrina e contagem de plaquetas. Outros exames incluem o hemograma, esfregaço de sangue periférico, antitrombina III, função renal e hepática, proteinúria de 24 horas, oftalmoscopia, ECG, exame ultra-sonográfico (USG) abdominal e obstétrico.

Para Tanaka e Mitsuiki (1999), diferenciar a SH de outras ocorrências com manifestações clínicas e/ou laboratoriais semelhantes não é tarefa fácil. Entretanto, o obstetra deve estar atento às interfaces da história clínica de pielonefrite com septicemia, colecistopatias,

pancreatopatias, intoxicação por cocaína, assim como ao comportamento das alterações laboratoriais encontradas em hepatites virais, uma vez que, em alguns casos, a abordagem terapêutica pode divergir e o erro ou atraso diagnóstico pode agravar o prognóstico materno e perinatal. O diagnóstico diferencial é particularmente difícil para doenças como púrpura trombocitopênica trombótica (PTT), síndrome hemolítico-urêmica (SHU) e fígado gorduroso agudo da gravidez (FGAG), devido à insuficiente história clínica e à semelhança dos aspectos fisiopatológicos. Mas, alguns autores sugerem tratar-se de espectros diferentes da mesma doença.

Nesse sentido, em Brasil (2000a) são elencadas dez patologias em que se deve atentar para o diagnóstico diferencial, quais sejam: esteatose hepática aguda, SHU, PTT, púrpura trombocitopênica idiopática, lupus eritematoso sistêmico, apendicite, hepatite, gastroenterite, encefalopatias e doenças biliares. Freitas (2009) infere que a cascata de reações da SH somente é encerrada após a interrupção da gestação, sendo destacado por Brasil (2000a) a necessidade de atitudes imperativas que visem evitar a morte materna, o que deve ser considerada como conduta básica a ser adotada depois de avaliada e corrigida a plaquetopenia e o déficit em fatores de coagulação, ambos responsáveis pelo obituário materno.

As medidas terapêuticas a serem empregadas apresentam particularidades, em função das características clínicas individuais e da gravidade da situação naquele momento. A idade, condições sócio-econômicas, a fase do ciclo gravídico, as condições em que o feto se encontra, a intensidade dos sintomas e as associações patológicas são elementos fundamentais para a apreciação do prognóstico e a indicação terapêutica (KATZ *et al.*, 2008). Como ênfase, Brasil (2000a) recomenda a cada 12 horas realizar hemograma completo, TGO e TGP, bilirrubinas totais e frações, a função renal e a glicemia e propõe uma avaliação hepática por USG ou tomografia computadorizada para excluir a presença de hematoma hepático (HH). Havendo HH, o parto vaginal está contra-

indicado e uma cesariana deverá ser realizada em hospital com unidade de tratamento intensivo.

A conduta prévia, a interrupção do parto no caso de plaquetopenia, inclui a transfusão de plaquetas se menor do que 20.000 unidades e em pacientes com níveis plaquetários menor do que 50.000 caso seja necessário à realização do parto cesariano. Devem-se empregar medidas de suporte como repouso em decúbito lateral esquerdo, dieta zero, oxigênio a 2 litros/minuto via cateter nasal, acesso venoso em veias periféricas com jelco de grosso calibre e reposição volumétrica conforme pressão venosa central (CUNHA; DUARTE; PATTA, 2006). Em hospital terciário com UTI obstétrica, pode-se instituir seletivamente a conduta conservadora, procurando adiar o parto e diminuir os efeitos da prematuridade e para isso promover avaliação da idade gestacional (IG), vitalidade e viabilidade fetal (ANGONESI; POLATO, 2007).

Há indicação da interrupção da gravidez por via baixa, de preferência, e se estiver em franco trabalho de parto, se a IG for menor que 26 semanas ou então maior do que 34 semanas, se feto morto ou inviável ou então com boa vitalidade e com o Bishop favorável. Enquanto por via alta indica-se avaliar coagulopatia, fazer transfusão se necessário no momento do parto, utilizar a anestesia geral e realizar incisão mediana, com hemostasia rigorosa, utilizar drenos e vigilância no pós-parto, principalmente pelo risco de hematoma (BRASIL, 2000a). Quando há evidência do hematoma hepático, grave complicação da SH, deve-se optar pelo parto cesáreo, pois existe risco de rotura do mesmo, durante o período expulsivo, com agravamento do quadro pelo choque hipovolêmico e óbito materno. Contudo, caso ocorra após o parto, procurar manter a volemia através de cristalóides e/ou concentrado de hemácias e realizar acompanhamento através de USG seriada (FREITAS *et al.*, 2009). Na rotura hepática com hemorragia intraperitoneal, esta indicada a laparotomia imediata tendo disponível grande volume de hemoderivados (BRASIL, 2000a).

6. Aspectos Essenciais da Sistematização da Assistência de Enfermagem

Wanda Horta foi a pioneira no Brasil na divulgação de ideias de como estabelecer a autonomia do enfermeiro através das ações sistematizadas da Enfermagem e afirmou que essa autonomia só acontecerá quando a sistematização for realizada por toda a Enfermagem utilizando a metodologia científica. A SAE ou, como também pode ser denominado, o processo de enfermagem (PE) constitui um método organizado e sistemático que coloca em prática a estrutura teórica de enfermagem através de uma assistência dinâmica e individualizada, com o objetivo da prevenção e da promoção da saúde. Esse método está dividido em cinco fases inter-relacionadas que compreendem a investigação, diagnóstico de enfermagem (DE), planejamento, implementação e avaliação. Porém, essas cinco fases não ocorrem de forma isolada e linear, mas concomitantemente (SILVA; SANTOS, 2008).

O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) na Resolução nº 272/2002 que dispõe sobre a implantação da SAE respalda o Enfermeiro a realizar a SAE tanto em instituições de saúde públicas quanto nas privadas. Através da utilização da SAE como estratégia utilizada na assistência de Enfermagem tem-se como vantagens um sistema de registro de informações melhor sobre o paciente bem como a sustentação de um padrão mínimo de qualidade de sua assistência (HERMIDA, 2004).

De acordo com Tannure e Gonçalves (2009), a SAE apresenta-se como um paradigma científico levando a enfermagem a ser reconhecida como ciência, fornecendo estrutura para tomadas de decisão, direcionando o cuidado ao paciente. Santana (2011) ressalta que através do PE o enfermeiro poderá explicar, identificar, compreender e/ou prever, como os pacientes podem responder à assistência prestada pelo profissional ou aos processos vitais. A prática de enfermagem possui elementos que constituem um processo específico de trabalho. Os elementos que

descrevem a prática da enfermagem são constituintes e demandam habilidades e capacidades psicomotoras, cognitivas, afetivas contendo também conhecimento e perícia no uso das técnicas de enfermagem e liderança na implantação do plano de intervenção. São estas habilidades e capacidades que vão ajudar na determinação do que deve ser feito, como, porque, por quem, como que deve ser feito e quais são os resultados esperados (GARCIA; NÓBREGA, 2000).

O DE, segunda fase da SAE, traz benefícios para o cliente, para o profissional e para a instituição (LOPES, 2000). De acordo com Takahashi (2008), para a elaboração do DE utiliza-se a Taxonomia da *North American Nursing Diagnosis Association (NANDA)*. Jesus e Carvalho (1997) afirmam que os diagnósticos de enfermagem propostos pela *NANDA* têm a finalidade de fornecer embasamento científico à prática do cuidar. Uma prática que tem como significado discriminar situações que necessitem de intervenções de enfermagem. Os DE aceitos pela *NANDA* apresentam uma lista de características definidoras e outra de fatores relacionados. As características definidoras são todas as evidências que o enfermeiro identificou no paciente por meio do levantamento de dados, julgando, interpretando e agrupando através de seu corpo de conhecimentos científicos.

Hermida (2004) afirma que existem fatores organizacionais que podem afetar a implementação da SAE, tais como a estrutura administrativa com falhas, falta de material e equipamentos, falta de vontade da instituição ou de chefias, carência do pessoal de enfermagem, falta de estrutura física adequada, atividades assistenciais concomitantes com as administrativas, burocracia visando apenas o cuidado estabelecido pelo médico e serviços de apoio com baixa eficiência. Entretanto, segundo Reppetto (2005) o exercício da enfermagem, a arte de cuidar, vai muito além de um simples ato e assim abrange muito mais do que um momento de zelo ou atenção. Representa uma atitude de responsabilidade,

preocupação, dedicação, tecendo um envolvimento afetivo com quem está sendo cuidado.

É importante ressaltar ainda que existe uma grande dificuldade de compreensão do enfermeiro na diferenciação entre a administração da assistência e a administração do serviço de enfermagem. A função administrativa é essencial na prestação da assistência, mas não há como desarticulá-la da assistência direta ao paciente para prestar o cuidado de forma adequada (ANDRADE; VIEIRA, 2005).

7. Considerações Finais

Em consonância com a breve revisão integrativa da literatura, foi possível conhecer que a SH se configura como doença grave que cursa com elevada morbimortalidade e, de fato, mulheres com esse quadro necessitam de cuidados e procedimentos especiais, como os estabelecidos pelos princípios da SAE.

Apesar de tratar-se de um agravo complexo que apresenta muitas implicações, ainda não existe consenso na literatura sobre os vários aspectos da síndrome *HELLP*, tais como incidência, natureza, significado clínico e conduta, além da existência de poucos estudos com enfoques direcionados para assistência de enfermagem. Percebe-se que ainda é objeto de discussão se essa síndrome acontece como uma entidade distinta ou como parte da variedade de complicações da gestação. O que não se discute é a sua gravidade. Portanto, o desfecho determinado pela SH traz consideráveis evidências científicas para o desenvolvimento da SAE. Assim, o enfermeiro deve se instrumentalizar com capacidade de reflexão, agilidade, compromisso e conhecimento para que a SAE seja implantada e executada na instituição de cuidados direcionados para a saúde a mulher com *HELLP*, pois além de assegurar a qualidade da assistência, promove mudanças e intervenções, sendo também um grande instrumento de comunicação do enfermeiro para com a equipe de enfermagem e para com os demais profissionais da equipe de saúde.

Entretanto, não basta implantar a SAE: é preciso criar uma filosofia que envolva os profissionais nos processos de avanços contínuos, garantindo a assistência com qualidade e humanização, assegurando a garantia de resultados em sua assistência, uma vez que o acompanhamento pré-natal adequado torna-se referência oportuna para serviços terciários. Nesse sentido, o conhecimento das condutas terapêuticas emergenciais é imperioso para a redução da mortalidade materna e fetal diante da *HELLP*.

Finalmente, sobre a importância deste tema propõe-se a investigação de outros aspectos a serem abordados, produzindo assim novos estudos, além da elaboração de protocolos de seguimento, de modo a se nortear procedimentos baseados em uma metodologia da SAE compatível com a abordagem a portadora da SH.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBADE, J. F. et al. Síndrome *HELLP* parcial: resultado materno e perinatal. **Medical Journal**, São Paulo, v. 120, n.6, p. 180-184, 2002.

ANDRADE, J. S. de; VIEIRA, M. J. Prática assistencial de enfermagem: problemas, perspectivas e necessidade de sistematização. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58, n. 3, p. 261-265, maio/jun., 2005.

ANGONESI, J.; POLATO, A. Doença hipertensiva específica da gestação (DHEG): incidência à evolução para a Síndrome de *HELLP*. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 243-245, 2007.

BRASIL. **Urgências e emergências maternas**: guia para diagnóstico e conduta em situações de risco de morte materna. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2000a.

BRASIL. **Gestação de alto risco**. 4ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2000b.

CASTRO, R. F. et al. HELLP síndrome associada à síndrome de Cushing: relato de dois casos. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia Metabólica**, São Paulo, v. 48, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

CARVALHO, A. R. M. R. et al. Ressonância magnética hepática em puérperas estáveis com síndrome HELLP. **Revista Associação Medicina Brasileira**, São Paulo, v. 54, n. 5, p. 436-441, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**: para uso dos estudantes universitários. 3ª ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COSTA, S. M. **Complicações da doença hipertensiva da gestação**. Disponível em: <<http://www.sogirgs.org.br>>. 2004. Acesso em: 25 abr. 2012.

CUNHA, S. P. da; DUARTE, G.; PATTA, M. C. **Síndrome de HELLP**. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto: USP. Disponível em: <<http://www.sogesp.com.br>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

FIGUEIREDO, N. M. A. de (Org.). **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Caetano, SP: Difusão, 2004.

FREITAS, A. C. T. et al. Rotura hepática espontânea na síndrome HELLP. **ABCD Arq. Bras. Cir. Dig.**, Curitiba, v. 22, n. 3, p. 179-80, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

GARCIA, T. R.; NÓBREGA, M. M. L. Sistematização da assistência de enfermagem: reflexões sobre o processo. In: **52º Congresso Brasileiro de Enfermagem**, Apresentado na Mesa Redonda “A sistematização da

assistência de enfermagem: o processo e a experiência”. Recife/Olinda – PE, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HANDEM, P. C.; MATIOLI, C. P.; PEREIRA, F. G. C. Metodologia: interpretando autores. In: FIGUEIREDO, N. M. A. de (Org.). **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Caetano, SP: Difusão, 2004.

HERMIDA, P. M. V. Desvelando a implementação da sistematização da assistência de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, p. 733-737 nov./dez., 2004.

GANEM, E. M.; CASTIGLIA, Y. M. M. Anestesia na Pré-Eclâmpsia. **Revista Brasileira Anesthesiol**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p. 481-497, jul./ago., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 maio 2012.

JAKOBI, H. R. **Síndrome de HELLP**, 2005. Disponível em: <<http://www.jakobi.com.br>>. Acesso em 23 mai. 2012.

JACKSON, G. B. Método para revisão integrativa. **Revista Pesquisa Educacional**, Maceió, v. 50, n. 3, p. 438-460, 1980.

JESUS, C. A. C. de; CARVALHO, E. C. de. Diagnósticos de enfermagem em clientes com alterações hematológicas: uso da Taxonomia I da NANDA. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 4, 1997.

KATZ, L. et al. Perfil clínico, laboratorial e complicações de pacientes com síndrome HELLP admitidas em uma unidade de terapia intensiva obstétrica. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 80-86, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 maio 2012.

LOPES, M. H. B. de M. Experiência de implantação do processo de enfermagem utilizando os diagnósticos de enfermagem (taxonomia da NANDA), resultados esperados, intervenções e problemas colaborativos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, vol. 8, n. 3, 2000.

MARCHIOLI, M. Repercussões maternas e perinatais relacionadas à classificação da hipertensão na gravidez. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, São Paulo, v. 21, n. 8, p. 487, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 maio 2012.

NUNES, F. et al. **Corticoterapia na síndrome de HELLP**, 2004. Disponível em: <<http://www.setamedicaportuguesa.com>>. Acesso em: 10 maio 2012.

OLIVEIRA, C. A. et al. Síndromes hipertensivas da gestação e repercussões perinatais. **Revista Brasileira de Saúde Maternal e Infantil**, Recife, v. 6, n. 1, p. 93-98, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 10 maio 2012.

PERAÇOLI, J. C. e PARPINELLI, M. A. Síndromes hipertensivas da gestação: identificação de casos graves. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, São Paulo, v. 27, n. 10, p. 627-634, out. 2005

PERAÇOLI, J. C. et al. Síndrome HELLP recorrente: relato de dois casos. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 165-167, 1998.

PEREIRA, M. B. et al. **Videoangiografia digital com a fluoresceína sódica e indocianina verde hipertensiva específica da gestação**. 2005. Disponível em: <<http://www.abonet.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2012.

REPPETTO, M. A. Avaliação da realização e do registro da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) em um hospital universitário. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 58. n° 3, p. 325-329, maio/jun. 2005.

SANTANA, M. E. de. et al. **A percepção do acadêmico de enfermagem sobre a sistematização da assistência de enfermagem**. Campo Grande-MS: [s.n.], 2011.

SIBAI, B. M. A síndrome HELLP (hemólise, elevação das enzimas hepáticas e plaquetas baixas): muito barulho por nada? **American Journal of Obstetric Gynecology**, 1990, v. 162, n° 2, p. 311-316. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 maio 2012.

SILVA, R. de F. do N. et al. Significado da presença de esquizócitos no sangue periférico de gestantes com pré-eclâmpsia. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, São Paulo, v. 30, n. 8, p. 406-412, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 maio 2012.

SILVA, R. S.; SANTOS, M. H. E. R. Sistematização da assistência de enfermagem como uma estratégia para a autonomia do enfermeiro. **Revista Nursing**, Brasil, v. 12, v. 136, p. 435-442, 2008.

TAKAHASHIL, A. A. et al. Dificuldades e facilidades apontadas por enfermeiras de um hospital de ensino na execução do processo de enfermagem. **Revista Acta Paul Enfermagem**, São Paulo, 2008.

TANAKA, A. C. A.; MITSUIKI, L. **Estudo da magnitude da mortalidade materna em 15 cidades brasileiras**. São Paulo: USP/FSP; 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 10 maio 2012.

TANNURE, M. C.; GONÇALVES, A. M. P. **SAE – Sistematização da Assistência de Enfermagem**: guia prático. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

VIGÍLIA-DE GRACIA, P. A mortalidade materna na Cidade do Panamá (CHMCSS), 1992-1996. **Int. J. Obstet. Ginecologia**, Cidade do Panamá, 1998, v. 61, n. 3, p. 283-284. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 10 maio 2012.

VIGGIANO, M. B. et al. Necessidade de cuidados intensivos em maternidade pública terciária. **Revista Brasileira de Ginecologia Obstetra**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 317-323, 2004.